

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**  
**ATA N.º 07/2018**  
**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO**

- Presidente:** - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 4.ª Sessão  
28 de setembro de 2018** - **Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Ata da 1.ª Sessão Extraordinária  
de 12 de outubro de 2018** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Ata da 2.ª Sessão Extraordinária  
de 13 de outubro de 2018** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:**
- **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima Sequeira e Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**
  - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
  - *Orlando Ferreira Pires*
  - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
  - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
  - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
  - *José Miguel Romão Cunha*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Muito bom dia senhores Deputados, senhora Presidente da Câmara, senhores Vereadores e Público em geral. Dado verificar-se quórum vamos iniciar a 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal 2018 (e que será a última deste ano), com assuntos a debater de extrema importância, nomeadamente o Orçamento para 2019. Desejo a todos a maior atenção, a maior responsabilidade e a maior concentração na discussão e na defesa dos interesses do nosso Concelho. Esses são os assuntos que de facto devemos debater na Assembleia e que são primordiais para a função para a qual fomos eleitos.

Deixem-me informar-vos também, que houve uma renúncia de mandato por parte do Deputado Ricardo Fidalgo, alegadamente por motivos de saúde. Remeto-lhe daqui e em nome da Assembleia um rápido restabelecimento. O Deputado Ricardo Fidalgo é substituído pela Deputada Letícia Salvador, que neste momento já se encontra entre nós. Seja bem-vinda Letícia a esta família municipal e espero que se venha a sentir muito bem entre nós. Também o Deputado Dinis Veiga pediu uma suspensão de mandato por 180 dias igualmente por motivo de doença e para o qual em nome da nossa Assembleia lhe desejo umas rápidas melhoras. O Deputado Diniz Veiga será substituído em termos de permanência pelo respetivo período, pela Deputada Rute Trigo, também já entre nós. Seja bem-vinda. Assim sendo, informo a Deputada Rute Trigo e a deputada Letícia Salvador, que tenho aqui para lhe fornecer o Regimento desta Assembleia, um instrumento de trabalho imprescindível, que aconselho leiam, estudem e cumpram no desempenho desta vossa nova função.

Muito obrigado, vou dar a palavra à Primeira Secretária.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Secretário, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Municípios, Comunicação Social, muito bom dia a todos.

Nesta 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, a Mesa intenta que esta se revele reconhecida e doutrinada. Posto isto informo esta Assembleia de que a Mesa rececionou e aceitou todas as justificações que foram apresentadas e foram efetuadas as respetivas substituições dos seguintes Membros Municipais: a Senhora Deputada Municipal *Lídia Maria Mota Noura* foi substituída pelo Senhor Deputado *Mário da Cunha Pereira*, o Senhor Deputado Municipal *Luís José Herdeiro Mosqueiro*, foi substituído pela Senhora Deputada *Graciete Cláudia Alves Ramos*.

Tal como já fez saber o Senhor Presidente, o Senhor Deputado Municipal, *Ricardo Luís de Oliveira Fidalgo* eleito nas listas do CDS-PP, será substituído pela Senhora Deputada *Letícia Raquel Guedes Pinto Salvador*, por motivo de doença. Seja muito bem-vinda Senhora Deputada.

Também o Senhor Deputado *Dinis Humberto Veiga*, eleito nas listas do PSD suspende o seu mandato por um período de 180 dias ao abrigo do artigo 57.º do Regimento desta Assembleia, por motivo de doença e será assim substituído pela Senhora Deputada *Rute Isabel Trigo Gonçalves*.

Cumprimento também todos os restantes Senhores Deputados que vieram em regime de substituição.

De seguida e no que respeita a todo o expediente que foi recebido e também o expedido, informar que o mesmo se encontra junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, podendo naturalmente ser consultado em horário regular.

No entanto ainda no que concerne ao expediente informo a Vossas Excelências que a 25 de novembro, a Mesa rececionou um pedido de informação da parte do Senhor Deputado António Figueiredo. Neste pedido o Senhor Deputado agradecia esclarecimentos por parte da Câmara Municipal de saber se a Câmara Municipal de Mirandela quando utilizou o terreno da CP tinha a sua posse ou a mera detenção para a construção da Central de Camionagem isto conforme, cito “página 7 da ata de 12/2018 de 7 de junho”.

Ora sobre esta matéria o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Executivo da Câmara Municipal a informação pretendida pelo Senhor Deputado. A Mesa incluiu nos documentos relativos a esta Assembleia a informação que obteve da parte do Gabinete de Apoio à Presidência e entendeu de substancial importância passar à leitura desta informação aqui nesta Assembleia para conhecimento. Passo assim a efetuar a leitura da informação:

INFORMAÇÃO n.º 10/2018 do Gabinete de Apoio à Presidência.

“Em cumprimento das indicações da Senhora Presidente, relativamente ao assunto em epígrafe, no sentido de dar resposta à solicitação do Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* apresentada através da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela, depois de compulsados os documentos existentes em arquivo e obtidas outras informações sobre o assunto, junto das competentes Unidades Orgânicas da Câmara Municipal, vem o signatário informar como se segue:

1. Em relação ao terreno, **não existe qualquer documento de doação ou de outra forma de posse** do mesmo a favor do Município.
2. O **Executivo anterior tinha conhecimento desta situação**, bem como os Serviços da Câmara Municipal com competência em razão da matéria.
3. Apesar da situação descrita, no dia 18 de janeiro de 1994, conforme documento em anexo, foi celebrada **Escritura de Contrato para Elaboração do Projeto da Estação Central de Camionagem de Mirandela**.
4. Do mesmo modo, no dia 29 de junho de 1995, foi feita **Escritura de Contrato para a Empreitada “Construção da Central de Camionagem”**, cfr. documento que se junta.
5. Após conclusão da obra e participação ao Serviço de Finanças de Mirandela, através do modelo 129 (então em vigor), foi atribuído ao prédio em causa o **artigo matricial n.º 5255**, conforme Caderneta Predial Urbana cuja cópia se anexa.

Em face do exposto, conclui-se que **nunca foi possível fazer escritura de justificação notarial da construção** para subsequente registo na Conservatória, em virtude da total ausência de suporte legal para o efeito e que, apesar de não existir Alvará de Utilização, tratando-se de uma Obra Municipal a conclusão do Processo ocorreu com a Receção Definitiva.

Assim, propõe-se que seja **pedido parecer ao Gabinete Jurídico** sobre os aspetos legais desta questão, bem como se **autorize o signatário para, de imediato, informar o Sr. Deputado Municipal**, pela via da Mesa da Assembleia Municipal, sobre os pontos supra referidos e ainda que o atual Executivo está empenhado na **regularização da situação** através de negociações, que são do conhecimento Público, junto da estrutura do Estado proprietária daquele património.

Leio também o despacho da Senhora Presidente, a 18 de dezembro de 2018, “Visto. Concordo com o proposto. Solicita-se parecer ao Gabinete de Apoio Jurídico. Informe-se o Sr. Deputado Municipal.”

**“DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar todas as faltas”.**

----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse: Creio que o Senhor Deputado António Figueiredo deseja fazer um pequeno esclarecimento sobre esta intervenção da Primeira Secretária da Mesa. Faça o favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. O terreno não é da Câmara, não existe Usucapião, não existe nada, nada. Nem o imóvel é da Câmara. Eu não estou a dizer isto eu! É um jurista com formação por excelência, e diz assim ele, passo a citar: “Parecendo simples a questão, que a Senhora Presidente coloca, é extremamente complexa, das mais complicadas do Direito Civil e que se pode com a posse das coisas e a propriedade”, ora vamos lá ver, então se me faça entender. Segundo entendi na ata, o que está em causa é saber se a Câmara Municipal de Mirandela, poderá reivindicar a propriedade do terreno que era da CP, onde construiu a Central de Camionagem invocando o Usucapião, ou seja, saber se a posse do terreno, durante um determinado período de tempo, lhe permitiria adquirir a propriedade, passando pois de possuidor a proprietário.

A primeira questão que se coloca é saber se a Câmara Municipal utilizando o terreno da CP, tinha posse ou apenas era mera detenção e esta é a diferença fundamental, porque só no primeiro caso lhe permitirá adquirir a propriedade por Usucapião. Fiz-me entender? O detentor que é um possuidor precário, nunca pode invocar o Usucapião justamente porque nunca foi possuidor, mas apenas um mero detentor, é o que é a Câmara. E a diferença entre possuidor e detentor é grosso modo que o possuidor exerce a posse agindo em atos materiais comportamentos e vontades como se fosse o proprietário da coisa, enquanto que o detentor utiliza a mesma coisa, mas não como proprietário, porque, por exemplo, tem a permissão do proprietário para utilizar a coisa. Isto que acabo de dizer, é muito importante para o caso, porque também, se a Câmara Municipal ocupou o terreno da CP utilizando como se fosse seu e sem dar satisfações à CP agiu como possuidora e poderá, então, invocar aí o direito de

Usucapião. Mas se a Câmara Municipal ocupou esse terreno, apenas com a permissão da CP, existindo por exemplo correspondência, que há correspondência”, entre ambas, nesse sentido ou prova testemunhal, então, nessa questão, caso a Câmara Municipal é apenas detentora. Detentora, detentora e nunca foi possuidora do terreno e por isso nunca poderá invocar o direito de Usucapião.

Usucapião, só poderá ser invocado e toda a gente sabe, ao fim de vinte anos, foi aquilo que aqui se disse, mas há documentos que provam que tinha a detenção do terreno.

É só isto que eu quero alertar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado António Figueiredo. Deixe-me acrescentar que a Mesa e toda a Assembleia, naturalmente, lhe estarão gratos por ter alertado para um problema grave do nosso Município. Com certeza que é um problema... e todos sabemos que este Executivo o herdou, vamos fazer votos, eu faço votos, para que o Executivo tenha engenho e arte de o resolver da melhor forma. Naturalmente que contará com a colaboração desta Assembleia para o efeito, se porventura esta Assembleia tiver que intervir ou ajudar nalguma decisão. Esperamos de facto que isto termine em bem.

Permitam-me salientar que estes alertas são parte da nossa função... fiscalizar, ver o que está mal e alertar. De qualquer modo, sobre este assunto e embora com riscos de atrasar sobre a ordem dos nossos trabalhos de hoje, eu perguntava à Senhora Presidente se terá ou quererá acrescentar algo sobre isto.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Bom dia a todos. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipais, Vereação, Público Presente e Comunicação Social.

Esta é uma questão antiga, porque a estação de Camionagem já tem alguns anos, de facto, todo aquele complexo que tem a ver com a estação da CP, os terrenos anexos, a estação de camionagem e também a estrada que deu acesso ao Hospital Terra Quente, estão de facto, localizados em terrenos da CP. O que temos estado a elaborar com a CP, é um Protocolo de Comodato que tem quatro artigos. O artigo que diz respeito à Estação de Camionagem, à Estação da CP, aos terrenos que estão anexos à Estação da CP e também a estrada de acesso. Esses quatro artigos estão incluídos neste Protocolo de Comodato, porque nós só podemos fazer obras na estação da CP, se houver este Protocolo com a CP. Isso quer dizer que esta situação ficará resolvida logo que este Protocolo seja assinado. Já temos uma versão preliminar, já foi vista pelo nosso Gabinete Jurídico, já foi enviada para a CP, estamos à espera da versão final, para finalmente podermos, quer por um lado realizar as obras previstas para a Estação dos Caminhos-de-ferro, quer para todo o espaço envolvente regularizando todas as situações que estão pendentes há muitos anos, relativamente à propriedade daqueles terrenos.

Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Feito o esclarecimento ao Senhor Deputado António Figueiredo e a toda a Assembleia Municipal, passo, então, ao ponto 1. Atas - Leitura, discussão e votação das atas da 4.ª Sessão Ordinária de 28 de setembro de 2018, da 1.ª Sessão Extraordinária de 12 de outubro de 2018 e da 2.ª Sessão Extraordinária de 13 de outubro de 2018.

Vamos proceder à votação das atas, mas antes vou perguntar se alguém se quer inscrever para intervir?

**1 - Atas - Leitura, discussão e votação das atas da 4.ª Sessão Ordinária de 28 de setembro de 2018, da 1.ª Sessão Extraordinária de 12 de outubro de 2018 e da 2.ª Sessão Extraordinária de 13 de outubro de 2018.**

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Estão inscritos os Senhores Deputados: Paulo Pinto, António Figueiredo, Jorge Pires e Virgílio Tavares. Correto?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Faz favor Senhor Deputado Paulo Pinto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores Deputados, Senhores Presidente de Junta, Membros desta Assembleia, muito bom dia. Aproveito esta oportunidade para desejar Boas Festas para todos.

Senhor Presidente em relação à ata de 28 de setembro, a bancada do PSD, votará contra até porque, nessa ata estão inscritas afirmações realizadas no decorrer da mesma, porventura um pouco abusivas e que comprometem quem as proferiu e quem foi alvo delas, pelo que não nos revemos nesta postura, pelo que votaremos contra. Nesse seguimento até porque há pessoas visadas, nomeadamente Vereadores. Inicialmente interpelou o Senhor Presidente que iria intervir na defesa da honra nesta Assembleia, na qual lhe foi vetada essa possibilidade, por isto mesmo também, votamos contra. As outras duas atas das Assembleias Extraordinárias votaremos a favor.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo agora a chamar o Senhor Deputado Jorge Pires.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Pires (PSD) disse:** Cumprimento o Senhor Presidente, os Senhores Secretários, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Público em geral e Comunicação Social. É apenas uma pequena observação no sentido construtivo, da feitura das atas, que é o seguinte: quando se reproduz a intervenção de qualquer Deputado, que vem escrita, está tudo correto, o problema põe-se quando não há um documento escrito, porque eu tenho notado que não se faz a pontuação nas atas e surgem frases que não fazem sentido, porque não há a pontuação respetiva e portanto, eu pedia um esforço, mais um pequeno esforço a quem faz as atas no sentido de haver algum cuidado. É evidente que nós podíamos chegar aqui e corrigir, mas seria fastidioso, devo dizer. Portanto, houvesse algum cuidado de quem faz as atas, no sentido de tentar introduzir pontuação. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a chamar agora o Senhor Deputado Virgílio Tavares.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mesa, Senhora Presidente da Câmara e Executivo, Senhores Deputados Municipais, Comunicação social e Público em geral. Aproveito também para desejar uma Quadra Natalícia, a melhor possível, dentro das circunstâncias que nos permitem estar aqui nesta vida.

Eu queria referir-me à ata número quatro de 2018 de 28 de setembro. Não posso concordar com a ata concretamente com a sua parte final, penúltima página. A razão é evidente. Não espelha com clareza, porque de um momento para o outro deixou de haver quórum, conforme a ata está redigida, pode transparecer a ideia de que os trabalhos da Assembleia estariam já a decorrer sem quórum há algum tempo, sem se conseguir determinar, quando, ou seja, é referida na ata a intervenção do Deputado Paulo Pinto, em que coloca uma condição e uma consequência dela, cito “se não for retirado este ponto da ordem de trabalhos (...) nós vamo-nos ausentar da sala”. Depois dessa intervenção registada na ata na página 73 da mesma, nada é referido sobre o abandono da Assembleia por parte de alguns Deputados do PSD, quando é colocado a votação o referido ponto, mas apenas se refere que não há quórum. Por isso mesmo proponho a esta Assembleia que se corrija esta anomalia para que esta ata retrate com fidelidade, clareza e transparência a vivência real do que aconteceu na Sessão, para que todos os Mirandelenses possam, ao ler a ata, ficar a conhecer a razão de não haver quórum e de o Presidente desta Assembleia, ter de dar por terminada a Sessão, sem a conclusão da Ordem de Trabalhos. Sendo este facto omitido, fundamental para a compreensão do que se passou na parte final da Assembleia Municipal do dia 28 de setembro.

Querida acrescentar uma nota, na ata número cinco de 2018, na página dois a título de informação é referida esta situação, com maior clareza. No entanto, entendemos que as razões da falta de quórum, naquele preciso momento da votação, devem ser exaradas na ata anterior, para que a ata anterior tenha sentido.

Devo, também, acrescentar que na ata número cinco de 2018, quando se refere precisamente ao abandono dos Deputados do PSD deve ser acrescentado, alguns Deputados do PSD, dado que foram só alguns.

Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a palavra ao Senhor Deputado António Figueiredo. Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e Público em geral.

Eu na última Sessão, e fiquei estupefacto quando li a ata, eu propus e entreguei aos Senhores Secretários, como manda o Regimento, artigo 46.º registo na ata do voto de vencido, em relação ao Empreendimento que estão a fazer da SONAE, e ao Pingo Doce, que é o Loteamento dos Aquedutos e Imoretalho Gestão de Imóveis S.A., e as minhas parcas palavras, que vêm no requerimento que eu entreguei à Mesa, nada disto foi dito na ata. Portanto, há uma falha tremenda em termos da parte da Mesa da não realização, que eu tenho aqui, tirei cópia e só pus invocação do Regimento ou interpelação à Mesa, mais nada. Isto é um facto. Um outro facto tem a ver única e exclusivamente em relação, àquilo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez que tem a ver com o artigo 21.º período das reuniões, e diz assim o Regimento da Assembleia Municipal: “1. Em cada sessão ordinária há um período de “Antes da Ordem do Dia”, um período de “Ordem do Dia” e um período de “Intervenção do Público”, “2. Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de “Ordem do dia” e de “Intervenção do Público”, queria saber “não sou Jurista” se a convocatória da assembleia extraordinária, tem legitimidade ou é um ato nulo em conformidade com a Lei vigente. Porque eu tenho aqui as convocatórias que sua Excelência enviou para o meu *email* e que tem aqui a continuidade da reunião do dia 28 de setembro e não tem cá como devia de ter nas Sessões Extraordinárias “Ordem do Dia”. Tem e está correto “Intervenção do Público”. Depois na outra reunião que se fez, acho que foi num sábado, tem “Período da Ordem do Dia”, mas não cumpre o Regimento, que tem a ver com “Intervenção do Público”. Eu queria também que me averiguasse isso em Termos Jurídicos, se fazia o favor.

Uma outra nota, simplesmente, que eu vou aqui reforçar ao Senhor Presidente da Mesa, que me disse, que me disse, eu estava exaltado, estava exaltado e estava completamente... E agora estive a ler a ata e vi que realmente o Senhor Presidente me tratou muito mal. Me tratou muito mal, mas mesmo muito mal. E diz assim: “O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: pronto mas eu estou a falar nas respostas que eu lhe dei. Agora aquelas que eu não lhe posso dar agora aquilo que o Senhor me quer como neste caso andar a pôr, colocar no Ministério Público as suas questões, o Senhor pode fazê-lo. Mais, eu vou mais longe Senhor Deputado António Figueiredo, o teor destas mensagens que eu não ponho na correspondência recebida e sabe porquê? Evito pô-las, porque se calhar aqui os lesados em termos de ofensa de linguagem é que podem ir para o Ministério Público, é que a partir do momento que o Senhor me entregou, até aqui como correspondência entre nós, ficava entre nós, Presidente e Deputado. Agora não, está aqui e a Senhora Presidente da Câmara e se calhar tem aqui conteúdo para colocar no Ministério Público...”

Eu estou aberto a que a Senhora Presidente da Câmara me coloque no Ministério Público. Aberto, aberto, frontal, eu dou o corpo às balas. Eu não tenho vergonha, não tenho medo de nada. Eu tive esse ensinamento, as pessoas é que duvidam disso. Eu tive esse ensinamento. Já vou explicar porquê? Mais horrorosas foram as suas palavras quando disse, e estou-lhe a dizer isto com toda a sinceridade e isto não tem nada a ver com irrepreensível. Há duas situações que eu aí faço a distinção Senhor Presidente, e diz assim: “Esta indisciplina... parece impossível por parte de pessoas bem formadas... e eu não consigo entender. Porque por um lado pretendem passar por Senhores desta terra...”, eu não preciso de passar por Senhor desta terra. Eu vivo nesta terra há 61 anos, Senhor Presidente. Eu não preciso! Toda a gente me conhece. Toda a gente me conhece. Conhecem o filho do alfaiate! Não é o Senhor que vai aqui dar essa opinião. É esta Assembleia que está aqui. E diz assim: “Porque por um lado pretendem passar por Senhores desta terra e a seguir têm este tipo de comportamento..., na prática não conseguem mostrar... Eu vejo aqui na bancada da oposição, na bancada dos outros partidos, que há de facto... calma...”, outros partidos, é no seu! Só pode dizer que é no seu! Porque há aqui o CDS, não é? Mais nada!

“Que há de facto a discussão acesa, que há críticas, mas por parte de dois ou três elementos existe permanentemente..., eu vou chamar pelo nome dessas pessoas, um é o Deputado Figueiredo e daquele lado o Senhor Vereador Rui Magalhães, que conseguem desestabilizar...”. Então se conseguem desestabilizar o Senhor Presidente é um mau Presidente da Assembleia Municipal! Porque não consegue pôr ordem na casa! E um bom Presidente da Assembleia Municipal consegue pôr ordem na casa. Se for um bom Presidente da Assembleia Municipal. Eu ainda aqui há dias recebi um filme de Bragança, de um amigo meu, do meu pai a falar no dia 17 de junho de 1974 aos metalúrgicos a dar uma sessão de esclarecimento. Eu estou habituado a isso. O Maurício ensinou-me muito! Ensinou-me a frontalidade, a verdade. E é isso que eu aqui trago. Eu sei que há por parte do Executivo também situações que gostavam de me ver preso. Eu já ouvi esses comentários. Eu já ouvi esses comentários. Não se ria Senhora Presidente! Esse seu sorriso é cínico para mim! Já lhe disse várias vezes isso! Não se ria para mim, porque esse sorriso é cínico! E eu não concordo com pessoas que se riem cinicamente para mim! Está a ouvir? Eu já lhe disse isso à Senhora, várias vezes. A Senhora é que não quer acreditar em mim! A Senhora teve valores em que podia ter acreditado! Mas a Senhora não acredita nesses valores. É um facto consumado. E não me esteja aqui a enervar, que a Senhora enerva-me só! Mais nada!

Outra situação que tenho a dizer é que: “... o Senhor e o Rui Magalhães conseguem desestabilizar esta Assembleia e depois riem-se como crianças, como se isto fosse uma palhaçada e eu digo: o que é que estão aqui a fazer?”, o que é que fazem aqui estes, que estão aqui sentados que não dizem nada, o que é que fazem? O que é que fazem? Não digas calma! Eu estou a falar conforme eu quero falar! Não digas calma! Eu falo conforme eu quero falar! É assim que eu fui educado e é assim que eu falo. O meu pai falava alto eu falo alto, para toda a gente ouvir! E não me venham cá com isso mais. Nunca mais!

Então eu digo-lhe ao Senhor Presidente para terminar e respondo-lhe educadamente: sabe Senhor Presidente, a linguagem é uma coisa e vai além dos sons emitidos ou dos signos emitidos por animais. A linguagem tem intensidade e é ignóbil quando não existe caráter e ética Republicana, que não existe aqui nesta Câmara. Não existe ética Republicana, como dizia o Eça de Queiroz, estamos no século XXI e essa ética Republicana não existe aqui em Mirandela. Não existe. É tudo, de qualquer Partido! Atenção! Eu não estou só a falar deste Partido. Eu quando falo, falo em todos os partidos, que estiveram aí. Como o PS esteve ali sentado e está ali sentado. E diz assim: não existe ética Republicana, saber ou não saber o que é, a falta de liberdade, o homem não pode entrar diretamente no mundo irrompido nele, sem se verificar a sua responsabilidade.

O medo não gera medo, o medo gera ignorância, a ameaça é medo, já dizia o Maurício. O Maurício, um alfaiate que tinha a 4.ª classe, que tinha a 4.ª classe, o medo gera ignorância, e as pessoas aqui têm medo de falar. Há pessoas aqui que têm medo de falar! O medo gera a ignorância. E andam todos atrás, atrás, da pessoa que os liberta desse medo que é a da cegueira, desse medo, estou farto destas lições que não me dizem sentido nenhum, por aquilo que lutamos, onde existe cegueira, existe paragem, as pessoas não avançam no tempo. Registe, Senhor Presidente, pela palavra o homem vincula-se às coisas. Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado António Figueiredo.

Fazendo agora uma pequena súmula, de facto, tenho-vos a dizer que as atas somam um trabalho de compêndio de 154 páginas. Nelas estão retratadas todas as gravações, todas as palavras, todos os pontos, todas as vírgulas, as reticências, que aqui ocorreram. O Senhor Deputado Virgílio Tavares, queixa-se de uma conclusão já tardia que não estava ninguém no microfone isoladamente, várias pessoas a falar em simultâneo, teríamos nós que eventualmente fazer a fita do tempo para explicar aquilo que o Senhor Deputado Virgílio Tavares aqui solicita.

O Senhor Deputado Paulo Pinto solicita palavras bonitas, como estas que acabamos de ouvir aqui! O Senhor Deputado solicita palavras trabalhadas, textos que são inaceitáveis em Senhores Deputados. Os ficheiros são enviados aos Senhores Deputados. O Senhor Deputado Paulo Pinto, no dia 16 de outubro recebeu um ficheiro da Mesa da Assembleia Municipal enquanto líder da bancada parlamentar, assim como o Senhor Deputado António Figueiredo, que não aprovou, também, a ata da reunião anterior, alegando este que faltaria texto na ata. Disse que leu a ata, que leu e releu por diversas vezes e que não constava. A verdade é que esse ficheiro áudio foi-lhe enviado, foi enviado tanto ao Senhor Deputado António Figueiredo, como ao Senhor Deputado Paulo Pinto a ata sublinhada, destacada onde constava aquilo que esteve na origem da reprovação de um documento tão importante para a Assembleia. O Senhor Deputado respondeu à Mesa da Assembleia que tomou conhecimento, *in loco*, da situação. Se quer ser tão exigente e correto, devia ter pedido uma desculpa formal pela ocorrência, julgo eu! Já que aqui o fundamento dessa reprovação foi esse.

Para mim o que importa fazer como ponto nesta situação das atas e independentemente da orientação de voto que cada uma das bancadas livre e democraticamente, neste espaço de democracia, tem o direito de fazer, é um agradecimento muito especial às funcionárias do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, *Betina Teixeira* e *Patrícia Gueirez*, que de forma árdua e empenhada elaboraram este trabalho verdadeiramente profissional e dizer-lhes que têm por isso o reconhecimento pessoal e técnico dos membros desta Mesa. Também espero que após o envio desses documentos estes assuntos se possam ir sanando, porque é impossível Senhor Deputado Paulo Pinto, mediante determinados textos que Vossas Excelências, todos vocês assumiram desadequados, transformá-los em belos contos para futuro.

Faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Ó Senhora Primeira Secretária. Bom dia à Mesa, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral.

Eu estou meio febril, nem era para vir. Isto para mim é mesmo caricato, lá estou eu outra vez, eu sou aqui o não, o não! Eu qualquer dia desisto disto, porque esta Assembleia é uma Assembleia de retalhos! De retalhos! E sabe porque é que lhe vou dizer isto? Porque eu pedi desculpa aqui, neste microfone, eu pedi desculpa e disse as senhoras tinham todo o mérito de fazer aquele tipo de trabalho, que é um trabalho difícil, que é um trabalho com honestidade profissional! Eu disse aqui, eu disse aqui! Vem-me aí com panos quentes para cima de mim, ou seja lá o que for, mas isso para mim não resolve nada. É um trabalho profissional que tem que fazer. Eu quando entrego um projeto, quando faço qualquer coisa, e a senhora também faz isso, tenho que o entregar com todas as formalidades e, portanto, não estou a exigir mais do que aquilo que é exigível. Eu já fui Secretário o,

Primeiro e Segundo Secretário diversos anos, diversos mandatos e as situações resolviam-se. Resolviam-se e era tudo passado à mão, não havia áudio. Portanto, o que eu peço, o que eu peço, é que a senhora não venha para aqui a dizer isso, porque eu pedi desculpas. Está-me a pôr uma carapuça que realmente, eu, eu, eu, pedi desculpas nesse sentido, quando recebi e recebi *in loco*, torno aqui a dizer da Senhora Presidente que gastei cinco gigas, cinco gigas de internet para abrir esse documento. E cheguei aos meados do mês, no meu gabinete não tinha internet e tive que comprar mais cinco gigas para eu poder fazer o meu trabalho profissional. Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado, as suas desculpas não evitaram a sua atitude e a sua orientação de voto.  
Passo a palavra ao Senhor Deputado Virgílio Tavares.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, eu acho que na minha intervenção, não pus em causa o trabalho que está por trás da elaboração da ata. Pus apenas e simplesmente a necessidade de acrescentar, e isto de fazer a ata, também tenho experiência como sabe, tem muito que se lhe diga. Mas aqui bastava entre parênteses uma pequenina frase, quando se refere que não há quórum, por parte de quem faz a ata, portanto não é por parte de quem interveio, neste momento ausentaram-se da sala alguns Deputados do PSD, fechar parênteses, fica claro e acabou! Foi apenas isso que eu quis dizer.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara.  
Senhora Secretária, ao seu trabalho eu respondo com a minha votação e ela já foi anunciada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Isso eu já tinha percebido Senhor Deputado. Acontece é que aquilo que eu lhe digo é que é impossível fazer outro! Eu mandei-lhe a parte um das gravações, mas posso-lhe mandar a dois e a três, e o Senhor se quiser pode-me sugerir aquilo que são as palavras ou os sinónimos que quer ver nos textos que foram traduzidos na íntegra, nas intervenções que ocorreram. Peço desculpa, esta é que é a realidade.

Relativamente à solicitação do Senhor Deputado Virgílio Tavares, podemos eventualmente abrir ali qualquer explicação adicional, eu posso inclusivamente enviar todos os ficheiros porque agora é um processo fácil. Esse é um processo muito fácil, entende? Posso enviar todos os ficheiros a todos os Elementos da Assembleia e podem acompanhar como eu acompanho, o áudio com a leitura e depois digam! Comecem a mandar mensagens e digam que sinónimos é que se encontram para determinadas palavras. Apontem-nos! Muito obrigada!  
Passo então à votação. Neste momento estamos...

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Só para dar informação à Mesa que eu vou participar na votação da ata de setembro, mas nas sessões extraordinárias não estive presente, logo não participarei na votação.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** O mesmo acontece com todo os Membros como já referimos em situações anteriores, à luz do Código do Procedimento Administrativo quem não esteve presente em determinada reunião destas três, não vota as respetivas atas.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Posso? Eu gostava de saber se efetivamente vão acrescentar aqueles parênteses que é para eu votar a favor ou não ou abster-me.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Considera-se então a votação da ata com esse aditamento, com esse acrescento sim Senhor Deputado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** A Mesa regista 53 presenças, portanto estamos em condições de votar. Vamos naturalmente votar as atas em separado.  
Propõe-se então à votação a ata da 4.ª Sessão Ordinária realizada em 28 de setembro de 2018.  
Quem vota contra?  
Quem se abstém?

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Posso? Eu quanto a mim devia ser também solicitado que levantassem o braço quem não esteve presente e não vota, o caso da Letícia não pode votar uma vez que não esteve, portanto isso não deve contar a favor.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito bem! Muito bem! Muito obrigado Senhor Deputado Virgílio Tavares.  
Quem não pode votar esta ata de 28 de setembro que levante o braço. Portanto dos 30 são 25 votos a favor, cinco não são possíveis de registo.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 25 votos a favor, 21 votos contra e 2 abstenções, aprovar a ata da 4ª Sessão Ordinária de 28 de setembro de 2018.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, respetivos Secretários, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, restante Público e Comunicação Social. A todos muito bom dia e desejo também umas Boas Festas a todos.

Eu votei contra a ata não foi nada, nem por questões políticas, nem por questões de escrita, apesar de eu achar também que a escrita não está muitas vezes conforme aquilo que é dito e quando se fala oralmente é evidente que nós não estamos a fazer a pontuação como já foi dito aqui, não vou estar a sublinhar esse ponto. Eu votei contra porque na minha perspetiva, posso estar completamente errado, acho que a Assembleia não devia ter sido dada por terminada mas sim como interrompida quando foi que alguns Membros da Assembleia saíram naquela Assembleia. O máximo que poderia ter acontecido na minha perspetiva era não ser votado aquele ponto e a assembleia teria continuidade e não ser dada como terminada. Portanto, poderei eventualmente estar errado, não sou jurista como toda a gente sabe, mas na minha perspetiva a Assembleia não devia ter terminado, mas sim ficava aquele ponto por ser votado. É só.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Estamos então em condições de proceder à votação da ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 12 de outubro. Para nos situarmos relativamente à votação, de facto, encontram-se 53 pessoas na sala, cinco na anterior não puderam votar, se calhar eu pedia para levantarem o braço, destas 53 quais foram os que não estiveram presentes na 1.ª Sessão Extraordinária de 12 de outubro? Votos que vão ser válidos para a aprovação da ata de 12 de outubro são 44.

Vamos proceder à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a ata da 1ª Sessão Extraordinária de 12 de outubro de 2018.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Sendo assim, passamos à votação da última ata que corresponde à 2.ª Sessão Extraordinária de 13 de outubro de 2018. Solicitava a quem não esteve presente nessa Sessão que levante o braço. Neste caso são 45 a votar. Vamos então proceder à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovada por unanimidade.

Muito obrigado.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a ata da 2ª Sessão Extraordinária de 13 de outubro de 2018.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Dando continuidade aos trabalhos desta Assembleia, segue-se o ponto dois respeitante à primeira intervenção por parte do Público.

A Mesa pergunta se algum Membro do Público deseja usar da palavra.

Registamos três inscrições. Como prática habitual pedimos o favor que ao se aproximarem do microfone citem o vosso nome e localidade.

## 1.º Período de Intervenção do Público

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Podemos começar com o Senhor José Cunha por favor.

### 2 - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor José Faustino da Cunha disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente, o meu nome é José Faustino da Cunha e resido em Vale de Gouvinhas.

Ainda como Deputado Municipal, ao defender a instalação de um serviço que garantisse a mobilidade dos mais necessitados, entre as aldeias e a cidade de Mirandela, foi-me garantido pelo anterior Presidente, Senhor Engenheiro António Branco, que o assunto seria objeto de estudo no âmbito do Plano de Mobilidade de Mirandela. Fiquei, então na expectativa e só agora é que se

me abriram os olhos, ao ver que tinham sido cortadas duas faixas de rodagem, uma em cada sentido, na entrada norte da cidade, entre as rotundas até ao São Sebastião, obrigando o trânsito a circular numa só via em cada sentido. Numa cidade com elevado número de tratores e veículos pesados, é-se obrigado a circular em fila sem poder ultrapassar durante mais de dois quilómetros, tendo tempo para observar as faixas vazias destinadas a ciclistas.

O Plano de Mobilidade de Mirandela, deve ter sido pensado para incentivar os mais carenciados a se deslocarem à cidade de bicicleta e aqui disporem de faixas de rodagem de três metros de largo para rodarem em segurança.

Senhor Presidente, não sei a quem devo tal infraestrutura. Se ao Executivo do PSD que o projetou, se ao atual que o finalizou e julgou que pagou. O que penso é que a Comissão Europeia que o deve ter financiado, deve vir a elaborar estatísticas de tráfego, no sentido da análise custo-benefício.

A mobilidade que proponho e defendo, é uma mobilidade para os mais carenciados que não reduz a circulação rodoviária. Tenho dito. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor *José Faustino da Cunha*.

Passo a chamar o próximo elemento do Público por ordem de inscrição.

----- **O Senhor Emanuel Batista disse:** Bom dia. O meu nome é *Emanuel Batista*. O que me leva a estar aqui presente hoje é uma notícia saída ontem na Comunicação Social e nalgumas redes, que é o matadouro do Cachão.

Sendo o nosso Município expressamente e com grande produção de Setor Pecuário, eu gostava de perguntar ao Município, o que é que foi feito ou o que é que vai ser feito do nosso Matadouro, isto porquê? Porque já alguém devia ter dito aos produtores o que se estava a passar dentro daquelas instalações. Porquê? Porque a auditoria que foi feita pelos serviços competentes já foi na semana passada. O porquê de nós produtores não termos sido informados e termos abatido os animais para a Época Natalícia que está a decorrer atempadamente e hoje se os queremos abater, temos que ir para Penafiel ou temos que ir para Vinhais. E aqui ainda cito mais, as boas práticas na parte animal, porque o transporte de dez, quinze quilómetros é um, o transporte de cinquenta, sessenta, cem quilómetros é outro. Os animais entram no matadouro, entram em stress. Stress provocado já pelos transportes e, aí, será que a qualidade que estamos a salvar guardar, a qualidade da carne transmontana? Eu agradeceia que o Município me dissesse o que pretende daquelas instalações e o que pretende dos produtores. Isto porquê? Além de ser produtor, sou técnico de uma Associação na qual fazemos muitas guias e gostava de comunicar a esses produtores, o que é que vão fazer no futuro, ou salvar guardar para se agruparem e tornarem o transporte mais económico nessas deslocações.

Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor *Emanuel Batista*. Passo a chamar o próximo elemento do Público.

----- **O Senhor Sílvio Santos disse:** Muito bom dia. Sílvio Santos. Estou aqui na qualidade de Juiz da Confraria de Nossa Senhora do Amparo.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Secretária e Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros desta Assembleia Municipal, Público em geral, Imprensa. Muito bom dia a todos.

Esta minha intervenção é na qualidade de Juiz da Confraria de Nossa Senhora do Amparo, e nessa qualidade quero apresentar, antes de mais, os cumprimentos a todos os Membros desta Assembleia Municipal, do novo grupo eleito no passado dia 26 de outubro, que assumiu o compromisso de zelar pela Confraria, pelo seu Santuário e pela dignificação da Nossa Senhora do Amparo, padroeira de Mirandela, bem como pela organização das Festas da Cidade, no biénio 2019/2020.

O motivo que aqui me traz, prende-se com o facto de entendermos ser oportuno prestar alguns esclarecimentos de forma pública, e que melhor sítio para o fazer que nesta Assembleia Municipal, que representa todos os Municípios deste Concelho? Por julgarmos tratar-se de assuntos de interesse público aqui estou.

Tem recentemente surgido algumas dúvidas em relação às obras que decorrem na envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, repito na envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, pelo que passo a informar e espero esclarecer:

1 - A única intenção foi e é ir de encontro ao desejo de muitos Mirandelenses, de há muitas décadas a esta parte, de ver uma intervenção no Santuário e na sua envolvente, sendo esta obra o primeiro e importante passo dado nesse sentido, e que felizmente o grupo de Confrades que humildemente tem servido Mirandela nos últimos anos, de forma altruísta, conseguiu, numa primeira fase ao conseguir que a envolvente do Santuário fosse intervencionada, conforme aprovado nesta mesma Assembleia, e numa segunda fase, com o compromisso público, na nossa Assembleia Geral do passado dia 24 de novembro, onde a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal se comprometeu a efetuar intervenções faseadas no Santuário propriamente dito, que acreditamos venha a acontecer em breve, reconhecendo assim a importância da Confraria e da Nossa Senhora do Amparo para Mirandela.

2 - Que fique claro não ter existido qualquer transferência de propriedade do prédio urbano, a ser intervencionado, da Confraria para a Câmara Municipal de Mirandela, houve apenas a anuência e a concordância da Confraria para que o espaço passe a ser de utilização aberta ao público, o que aliás sempre aconteceu apesar de existir gradeamento e portões, realçando que este acordo existia já há mais de uma década, aquando de um primeiro projeto que infelizmente acabou por não vingar, segundo fontes que consideramos fidedignas até prova em contrário.

3 - Ainda relacionado com o ponto anterior, informar que a anuência dada por esta Confraria, foi também dada pelo Senhor Bispo da Diocese Bragança-Miranda, Dom José Cordeiro, em reunião realizada no próprio Santuário, onde estive presente, e o então Presidente da Câmara, Engenheiro António Branco, apresentou e explicou o projeto ao Senhor Bispo, Dom José Cordeiro, que demonstrou de imediato a sua concordância e agrado pelo mesmo, por entender que salvaguarda o interesse superior da Confraria, isto é, o seu cariz religioso e o seu intuito primeiro dos seus Estatutos, a promoção e o culto público e devoção a Nossa Senhora do Amparo.

4 - Relembrar que o projeto em curso foi apresentado publicamente, tendo sido previamente divulgado, pelo menos por duas vezes, nas verbenas do ano 2016 e novamente nas verbenas do ano 2017. Felizmente e bem, no nosso entender, este projeto foi



elaborado e trabalhado por Técnicos do Município, evitando assim os consideráveis custos que um projeto desta envergadura certamente acarretaria.

5 - Finalmente, aproveito para mais uma vez em nome da Confraria, informar que apesar de agradecermos profundamente a preocupação de muitos cidadãos, a Mesa Administrativa, como parte integrante dos Confrades legitimamente eleitos no passado dia 26 de outubro, é a única voz que reconhecemos como oficial e válida para nos representar, e que continuaremos a trabalhar e a agir em conformidade com aquilo que acreditamos ser o melhor para defender os interesses da Padroeira de Mirandela e do próprio concelho de Mirandela.

Assim, peço ao Executivo Municipal que se agende, tão breve quanto possível, a reunião por nós solicitada aquando da tomada de posse, para que possamos discutir estes assuntos e muitos assuntos de interesse comum e evitar que se propaguem, como agora está em voga, “fake news”, porque acreditamos que o nosso interesse é o do Município e vice-versa, a dignificação da Nossa Senhora do Amparo, pelo que sempre estaremos ao vosso dispor para este propósito.

Minhas Senhoras e meus Senhores, agradecemos a vossa atenção e disponibilidade, desejo um ótimo dia de trabalhos, um Santo Natal e um Próspero 2019. Muito obrigado.

A Confraria Nossa Senhora do Amparo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado. Não há mais intervenções do Público? Desde já quero agradecer aos intervenientes, aliás, três questões extremamente pertinentes que foram apresentadas e sobre as quais eu gostaria de saber se a Senhora Presidente pretende responder.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada Senhor Presidente. Vou, então, responder pela ordem que as questões foram levantadas.

A primeira foi a do Senhor *José Faustino da Cunha* e tem a ver com a ciclovía e o Plano de Mobilidade. Esta obra, é uma de 1,6 milhões de euros, foi projetada por Arquitetos do Município, a fiscalização coube ao Município de Mirandela e quem realizou a obra por concurso foi a CAPSFIL que é uma empresa de construção civil. Esta obra estava projetada, estava iniciada quando nós tomamos posse e nós, este Executivo, findou as obras e neste momento aquilo que está praticamente tudo pago, relativamente àquela obra. Existem algumas situações menos convenientes e que causam alguma perturbação aos estabelecimentos comerciais que aí funcionam, pelas entradas e saídas e pelo estacionamento, mas o que estamos a fazer é reunir com a PSP, com os comerciantes e tentar encontrar soluções. Uma das soluções que foi preconizada, foi haver um período de utilização da ciclovía, mas ainda não está completamente acordado com a PSP e com os moradores e os donos dos estabelecimentos comerciais. De facto, a obra foi idealizada e projetada por Arquitetos do Município. Perguntou quem é que paga a obra? A obra é financiada por Fundos Comunitários e tem uma participação nacional que é paga pelo Município.

Relativamente ao Senhor *Emanuel Batista* sobre o Matadouro do Cachão, como todos sabem o Matadouro Industrial do Cachão é uma empresa intermunicipal que é formada por dois Municípios, o Município de Mirandela e o Município de Vila Flor. De facto, como todos sabem, o Matadouro e quem conhece o Matadouro e as instalações que são instalações já construídas há décadas e, portanto, tem a nível de infraestruturas dificuldades de manutenção e de conservação. Tem pé direitos muito altos e, portanto, tem sofrido ao longo deste tempo algumas obras de manutenção. Em 2015 a própria ASAE realizou uma inspeção ao Matadouro, suspendeu a atividade dos suínos, da linha de suínos, foram feitas obras e foi reaberta a linha de suínos. Neste momento, ontem dia 20 de novembro às 12h30m, fomos notificados através da Engenheira Alimentar que se encontra nas instalações, fomos notificados de que iriam suspender a atividade de bovinos e pequenos ruminantes, até que as condições que estavam previstas no relatório fossem cumpridas. Quem está a fazer a informação aos produtores e aos agricultores e, como todos sabem, neste momento o Cachão não faz comercialização de carne, a única coisa que faz é prestar o serviço de abate. Já é assim há algum tempo e mantemos este formato. Neste momento trabalham 26 Colaboradores no Matadouro Industrial e dois na Agro-Industrial do Nordeste. Esta obrigação de suspender temporariamente a atividade no Matadouro na linha de bovinos e pequenos ruminantes é uma situação que nos preocupa porque, de facto, este período é o período de maior abate. Coincidiu com o Natal e, portanto, foi uma prenda muito desagradável para todos os Colaboradores do Matadouro.

Ontem, eu e o Presidente da Câmara de Vila Flor, tivemos uma reunião com os Colaboradores. Foi solicitado aos Administrativos que fizessem um contacto com todos os produtores e vai ser comunicado por escrito, hoje mesmo. Neste momento está o Presidente da Câmara de Vila Flor no Cachão, eu como tinha Assembleia Municipal estou aqui convosco, mas em princípio aquilo que está programado fazermos, é por um lado, realizar aquilo que está preconizado no próprio relatório. Fazer as obras, só que nesta altura como todos compreendem é muito difícil ter empresas que tenham trabalhadores disponíveis para realizar no período de Natal e entre o Natal e o Ano Novo estas obras de manutenção.

Uma coisa ficou clara, ontem, é que nós não vamos encerrar o Matadouro do Cachão e vamos fazer as obras que estão preconizadas nesse próprio relatório. O que aconteceu foi que, de facto, esta inspeção já vem da semana passada mas foi decretada, ontem, como vos disse no início da intervenção.

É uma situação que vai lesar muito a Região, porque o Matadouro do Cachão é o único capaz, que tem capacidade de abater todos estes animais, os todos os outros Matadouros existentes, Miranda do Douro, Bragança e Vinhais não têm esta capacidade de abate e os produtores têm que levar os animais para Penafiel para serem abatidos e, portanto, isso causa muito transtorno à produção, causa-nos a nós enquanto acionistas desta empresa e é óbvio que a qualidade das carnes, apesar de todas as regras existentes a nível de bem-estar animal no transporte de animais serem cumpridas, há sempre um período de transporte mais longo que aquilo que seria desejável.

O que pretendemos fazer é as obras e reabrir o quanto antes.

Aquilo que vos posso afirmar e dizer é que, de facto, não houve nenhum parecer de Veterinários nem de Técnicos de Segurança Alimentar, a vistoria/fiscalização foi feita por dois Inspectores, um Psicólogo e um Gestor de Empresas e, portanto, aquilo que nos parece é que devia ter sido acautelada a presença de alguém que tem formação e está habilitado a saber e a calcular o risco que existe para a Saúde Pública. A Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) tem apoiado a nossa pretensão, ou seja, não existe um risco de Saúde Pública no Matadouro e a DGAV tem estado a fazer as vistorias convenientes nesta matéria. Aquilo que nós reclamamos é que gostávamos que houvesse um parecer de Veterinários e Técnicos habilitados e não apenas um parecer e um relatório promovido por Inspectores da ASAE sem terem a formação e a habilitação para declararem o risco imediato de suspensão de atividade.

Relativamente à Confraria, quanto às obras faseadas da Senhora do Amparo dizer-lhe que de facto foi dito e é reafirmado que havendo obras no espaço envolvente é óbvio que o Santuário precisa de obras de fundo. Vamos tentar fazê-las de uma forma faseada até porque não estão contempladas para já neste calendário desta fase do projeto da envolvente do Santuário.

O projeto esteve, de facto, disponível para discussão Pública para todos poderem conhecer, mas às vezes a divulgação que já foi feita há algum tempo não chega a todos e que tem criado algumas dúvidas sobre a sua realização. As obras estão a decorrer conforme planeado e são realmente um primeiro passo para a concretização de um sonho de todos os Mirandelenses, que é dar dignidade àquele espaço para que as Festas da Cidade e de Nossa Senhora do Amparo tenham dignidade, como têm tido até agora, mas num espaço qualificado, tenham essa dignidade atraindo cada vez mais visitantes também na questão das cerimónias religiosas que acompanham as Festas da Cidade.

Foi discutido na Assembleia Geral da Confraria a importância da questão religiosa nas Festas da Cidade. De facto, a Confraria tem feito um esforço para que se dê primazia à questão religiosa e porque a Nossa Senhora do Amparo é que nos congrega nesta Festa que tão bem temos organizado, a Câmara Municipal apoiando sempre a Confraria e os voluntários que têm feito muito trabalho nesta ótica da concretização das Festas da Cidade e de Nossa Senhora do Amparo que nos orgulham a todos e a todos os que nos visitam.

Obrigada, Senhor Presidente.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Presidente da Câmara.

Estávamos no Período de Intervenção do Público, vamos passar ao Período Antes da Ordem do Dia pode fazer nessa altura a intervenção que entender.

Passo, então, ao ponto 3 - Período Antes da Ordem do Dia, relativamente a este ponto estão abertas as inscrições para quem se queira inscrever.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Vou solicitar os pedidos de intervenção por bancada para ser mais fácil gerirmos todos os pedidos de intervenção.

Da bancada do PS temos ... seis, *Nuno Nogueira*, eu pedia o favor de se levantarem, não tenho visibilidade. *João Carlos Teixeira, José Trovisco, Graciete Ramos, Agostinho Beça, Isabel Barreira*. Vou só confirmar a ordem da bancada do PS: *Nuno Nogueira, João Carlos Teixeira, José Trovisco, Graciete Ramos, Agostinho Beça, Isabel Barreira*, correto? Muito bem.

Passo à bancada do PSD, por favor. Quem se inscreve? *Eurico Carrapatoso, Paulo Pontes, Pedro Beato, Carlos Ventura, António Figueiredo, José Manuel Pavão*. Pergunto se escapou alguém?

Por parte da bancada do CDS. Não há inscrições por parte da bancada do CDS-PP.

Da bancada da CDU, *Jorge Humberto*.

Acham necessário repetir os nomes?

Creio que não ficou ninguém fora.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Tal como vem sendo hábito, passo a chamar alternadamente por bancada.

Desta feita, passo a chamar da bancada do PS a Senhora Deputada Municipal *Graciete Ramos*.

Faz favor Senhora Deputada.

### Antes da Ordem do Dia

#### 3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciete Ramos (PS) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Municípes aqui presentes, Comunicação social, a todos desejo muito bom dia.

Venho manifestar um voto de pesar pela morte dos quatro elementos da equipa vitimada no acidente do helicóptero do INEM, sedado em Macedo de Cavaleiros, no passado dia 15 de dezembro.

Saliente-se mais uma vez que estes profissionais diariamente salvam vidas e desempenham a sua missão com honra, dedicação e espírito de equipa, no socorro à população do Nordeste Transmontano.

Assim proponho que seja guardado um minuto de silêncio, no decurso desta Sessão e no momento em que a Mesa entender mais adequado, a fim de se prestar uma singela, mas sentida homenagem a estes profissionais, que perderam a vida em missão: Daniela Silva, Luís Veja, João Lima e Luís Rosindo, e aos demais profissionais a quem tanto agradecemos a dedicação e empenho que têm em realizar o seu trabalho para salvar a vida de outrem.

Umás Boas Festas.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Deputada Graciete Ramos, a Mesa agradece a sua intervenção, guardaremos um minuto de silêncio. Se todos estiverem de acordo, no final de todas as intervenções.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Será, de facto, a melhor sugestão, acrescento eu no seguimento da Primeira Secretária, até porque há por parte das outras bancadas também a mesma manifestação, fundimos o mesmo sentimento que seguramente é comum a todos e fazemos um minuto de silêncio no final das intervenções Antes da Ordem do Dia.

Vamos prosseguir com as intervenções políticas.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Nesse caso, então, passo a chamar o Senhor Deputado Eurico Carrapatoso.  
Faz favor de se dirigir para intervir.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Recordo a todos os Deputados que o tempo de intervenção do Período Antes da Ordem do Dia é de seis minutos para que todos possamos usar do tempo estabelecido.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alvites Eurico Carrapatoso (PSD) disse:** Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Deputados, Público e Comunicação Social.

Eu vinha aqui não sei se a contribuir para a confusão, contribuir para o esclarecimento, a propósito do processo da CP, está ali o Arquitecto Figueiredo, eu não conheço o processo não sei os dados do processo, mas sou Advogado por profissão e estas questões suscitam-me sempre interesse e creio que a Câmara se aquilo que está em causa e não quero pôr em causa claro o trabalho dos Juristas da Câmara, longe de mim, mas assim numa primeira vista, se o terreno era da CP e a Câmara na altura fez as construções sobre esse terreno, com a autorização do proprietário, a CP, não tem que reivindicar a propriedade mediante o estatuto de Usucapião, existe um artigo no Código Civil que é o 1340.º que passo a ler é pequenino, que diz o seguinte: “Se alguém, de boa fé, construir obra em terreno alheio, ou nele fizer sementeira ou plantação, e o valor que as obras, sementeiras ou plantações tiverem trazido à totalidade do prédio for maior do que o valor que este tinha antes, o autor da incorporação (...)”, no caso a Câmara Municipal, “(...) adquire a propriedade dele, pagando o valor que o prédio tinha antes das obras, sementeiras ou plantações.

Se o valor acrescentado for igual, haverá licitação entre (...) se o valor acrescentado for menor, as obras, sementeiras ou plantações pertencem ao dono do terreno, com obrigação de indemnizar o autor delas do valor que tinham ao tempo da incorporação.

4. Entende-se que houve boa-fé, se o autor da obra, sementeira ou plantação desconhecia que o terreno era alheio, ou se foi autorizada a incorporação pelo dono do terreno.”, por isso, neste caso, não é esse o caso? Se não é esse o caso desconheço os factos, mas fica também o alerta para qualquer proprietário que quando autoriza a construção em terreno próprio, arrisca-se a perdê-lo.

Mas peço desculpa, não estava por dentro assunto, quis só trazer isto à baila.

Aproveito para desejar a todos um Bom Natal.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a chamar agora, para intervir, o Senhor Deputado Jorge Humberto. Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Gostaria de trazer para a nossa reflexão mais uma vez a questão da descentralização negociada entre o PS e o PSD, pois já provavelmente no próximo mês de janeiro esta Assembleia, terá que se pronunciar sobre a delegação de competências, e muito se tem falado e fala sobre a Grande Reforma do Estado, da sua urgência e das críticas a quem a não concretiza. No entanto, aquela que seria, porventura, a sua trave mestra continua, há mais de 40 anos, por se concretizar.

De facto, a Regionalização do País, através da criação das Regiões Administrativas, imperativo constitucional inscrito na Constituição de 1976, tem sido motivo de profundo debate ao longo do tempo e objeto de inquestionáveis referências, quanto ao impacto positivo que dela adviria para a efetiva e necessária descentralização e para sempre adiada a Reforma da Administração Pública, referências essas, que têm apontado questões que hoje começam a surgir como paradigmas de difícil contradição.

É ou não expectável que a concretização de um correto processo de Regionalização possa conduzir:

- A uma diminuição das atuais assimetrias registadas ao nível de um desenvolvimento que não deve ser encarado apenas numa lógica territorial, mas sobretudo ao nível humano e que se pretende cada vez mais equitativo;
- O apoio ao reforço da participação popular na construção e intervenção política, o que em última análise contribuirá positivamente para a valorização de uma democracia participativa.

Queiramos ou não, são questões que parecem não poder ser, validamente postas em causa. Contudo, a orientação de sucessivos Governos, e nós sabemos quem têm sido os Governos, sempre subordinados a uma inalterada política de direita, têm sido a de adiar, afastar e ostracizar a sua instituição. E como resultado o nível de assimetrias económicas e sociais, registado atualmente no nosso território é o maior de sempre e o seu acréscimo se registou, sobretudo nas últimas décadas.

Talvez por isso, daqui se possa concluir que o processo democrático se encontra inacabado porque não foi por si só, capaz de induzir uma maior equidade económica e social no território nacional, ou melhor dizendo, que o processo democrático se encontrará inacabado enquanto não se opuser ao sistema político centralizado uma nova e real componente descentralização.

E é isto que os detratores da Regionalização tentam contrariar com a apresentação de soluções ditas de aperfeiçoamento das estruturas desconcentradas do estado e na sua afirmação de que a sua concretização assumir-se-ia como um passo importante no caminho da descentralização.

Nada mais errado. A verdadeira descentralização do País nunca poderá ser corretamente concretizada à revelia das seguintes questões fundamentais:

- a garantia de que ela manterá o carácter universal das principais funções do Estado;
- a concretização dos três níveis da Administração, o Central, o Regional e o Local;
- a manutenção da autonomia do Poder Local;
- e a garantia da disponibilidade dos meios necessários à concretização das novas competências.

Aqui caberá uma breve referência relativa à tão apregoada «descentralização» que o atual governo pretende impor às Autarquias Locais e à verificação da possibilidade de materialização das questões atrás referidas.

Por um lado, a eventual transferência de um rol de novas atribuições e competências para as Autarquias Locais, que *a priori*, terá muito duvidosa resposta face à continuada ausência de uma clara delimitação de responsabilidades entre os vários níveis da Administração e ainda a preocupação inerente a anteriores processos de transferências de competências desenvolvidos com claros prejuízos para as Autarquias.

A intenção manifestada de transformar as CCDR's, órgãos desconcentrados da Administração Central, em novos órgãos que se descentralizam apenas por via de alguma mudança organizacional e da inclusão de alguns eleitos Municipais no seu organograma não tem qualquer credibilidade e não será, certamente por esta forma que se irá alterar a sua natureza de ligação ao Poder Central.

Com a concretização da Regionalização no País cumprir-se-á este importante imperativo constitucional como dará um impulso essencial ao desenvolvimento progressista e ao aprofundamento da vida democrática do País.

Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Antes de chamar o próximo Deputado, queremos informar o seguinte: a Senhora Presidente da Câmara e o Executivo têm a necessidade de estar presentes às 14h00m na apresentação do relatório no âmbito da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade no Auditório Pequeno aqui em frente, pelo que perguntamos à Assembleia se tem algo contra que os trabalhos no período da manhã terminem por volta das 13h30m e retomem às 15h00m?

Existe algum inconveniente?

Portanto terminamos, então, os trabalhos às 13h00m e retomamos às 15h00m. Muito bem!

Passo, então, a chamar a Senhora Deputada Isabel Barreira.

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Barreira (PS) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, respetiva Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e demais Público aqui presente. Muito bom dia a todos.

Eu peço, antes de mais, desculpa por ter chegado atrasada, mas quando cheguei percebi que havia aqui uma acesa discussão sobre a ata de setembro que eu presumo que reproduza o que de facto aqui se passou, tanto assim que votei a favor e a ata já está aprovada. Mas a propósito da ata eu quero aqui registar uma coisa que na altura me passou e que da leitura da mesma, quando me foi enviada, que eu registei até com muito agrado, confesso. E passo aqui a citar um parágrafo da ata, que diz assim: “Agora o que me traz aqui é uma situação que já foi aqui falada e como eu vou ser Presidente no próximo mandato, ninguém sabe disso, nem a Senhora Presidente sabia, vai ficar agora a saber, fui escolhido pelo meu grande amigo e companheiro Rui Rio, portanto, pode já contar comigo para a próxima eleição”. Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Não, não! Quem disse foi o Senhor Deputado *António Figueiredo*, sim, foi o Senhor Arquitecto *António Figueiredo*, mas eu quero dirigir os meus parabéns ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, apesar que ficamos aqui a saber que o Senhor não foi tido nem achado nesta escolha, mas os meus parabéns. Nem com uma candeia acesa o Senhor encontrava um candidato deste nível. Espero que esteja responsável por encontrar a restante equipa e que esteja ao nível do Senhor candidato, nós ficamos muito felizes. Ficamos muito felizes e desejo que o Senhor candidato tenha muita saúde até à eleição. Não se constipe, vá para casa, a curar a constipação que nós estamos muito felizes.

Relativamente à questão em concreto que aqui me traz... muitos parabéns, a questão em concreto que aqui me traz tem a ver com a requalificação do Tribunal de Mirandela. Eu tinha pensado numa moção a apresentar, mas sei que a Senhora Presidente está a preparar, junto do Ministério da Justiça, a encetar diligências no sentido de reverter os efeitos da reforma judicial de 2014 que ficou a dever-se à habilidade da Senhora Ministra da Justiça de então e gostava que a Senhora Presidente nos explicasse aqui, já agora, o estado das diligências.

Muito bom dia e Bom Natal a todos.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Quer fazer uma interpelação à Mesa Senhor Deputado?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** O que eu disse e é com razão que a Senhora transmitiu aqui, que eu vou ser o próximo candidato do PSD à Câmara Municipal. Agora não vou ser candidato ao ULS, como a Senhora andava aí de “cu” sentado num carro que não era seu. Está a perceber? Está a perceber? É essa a diferença. Eu nunca oupeei “tacho” nenhum...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Contenção Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não é contenção nenhuma...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Contenção Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não é contenção nenhuma...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Contenção Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Eu nunca. Eu nunca. Eu nunca...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Diz o Regimento que não deve haver troca de palavras...

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Barreira (PS) disse:** Senhor Presidente espero que isto fique reproduzido em ata.  
Isto tem que ficar reproduzido em ata!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Deputada Isabel Barreira, faça favor de se sentar.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Que fique em ata e pode ir para o Ministério Público, se quiser! E se quiser pode ir para o Ministério Público. Eu nunca me servi de um “tacho” do Estado, e a Senhora Deputada...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Este é um assunto que não diz respeito à Assembleia...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** E a Senhora Deputada. Diz-me respeito a mim...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, por falta de contenção no diálogo depois de vários avisos, é-lhe retirada a palavra de imediato! Faça o favor de se sentar.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Então retire a palavra...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Faz o favor de se sentar.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** A Senhora...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Isto não é assunto para a Assembleia.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** A Senhora usufruiu do Estado e eu não usufruí de nada!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado.

...Toda a gente pode falar com contenção, com correção...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** É para isso que estamos cá.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhora Deputada Isabel Barreira, vejo a sua energia e o seu Espírito Natalício, mas o meu partido, além do candidato tem mais cinco ou seis, anunciados este verão. Sabe porquê? Porque a Senhora Presidente ainda não consolidou o exercício na Câmara Municipal de Mirandela. E o “tacho” que é tão apetecido, eles são muitos, mas fui tão achado na candidatura de militantes do PSD à Câmara Municipal de Mirandela, como a Senhora Presidente foi ouvida e achada na nomeação da nova Diretora Regional, Engenheira Carla Alves, que lhe passou ao lado e que neste momento a centralidade de que tanto fala, fica ferida de morte.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Retomamos a ordem das inscrições. Neste contexto, passo a chamar para intervir o Senhor Deputado Paulo Pontes.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Bom dia Senhor Presidente, respetivos Secretários, Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, Excelentíssimos Deputados Municipais, Público e Comunicação Social.

Mais uma vez, acho que a Mesa, mal orientada porque o assunto ata já tinha sido debatido, e portanto, o assunto ata já tinha sido debatido e não davam aso a esta polémica.

Depois trago aqui três assuntos. O primeiro assunto é para informar os Membros da Assembleia Municipal que eu neste momento tenho na minha posse toda a documentação em papel, presumo que será toda, a documentação em papel referente à Assembleia Municipal, portanto, deu-se cumprimento ao Regimento e nada mais tenho a acrescentar.

Depois, eu não fiquei esclarecido, posso ter eu percebido mal, que a Senhora Engenheira Alimentar do Cachão determinou o encerramento da linha de bovinos e pequenos ruminantes, mas não por imposição, posso ter percebido mal, se não foi por imposição porque é que decidiu fechar agora exatamente porque estamos na Época Natalícia, porque é que não fechava daqui a quinze dias ou vinte dias? Se é que não foi por imposição? Se foi imposição, nada há a fazer, como é lógico.

Depois, um outro assunto. No passado fim-de-semana teve lugar a III Edição da Feira Franca e dos Produtos da Terra do Franco e Vila Boa, e neste momento, tendo eu estado à frente das três edições e sendo eu, ou tentando ser, o mais responsável possível o Executivo irá discutir na Assembleia de Freguesia o assunto, mas neste momento, já falamos e há que fazer balanço.

Há que fazer balanço e há duas ou três conclusões que obrigatoriamente terão que ser tiradas que é: primeiro, chegamos à conclusão que o Franco tem potencialidades que estão bem à vista. Tem potencialidades naturais, tem potencialidades porque tem um espaço como poucas Freguesias terão. Tem potencialidades porque tem boas acessibilidades. Tem potencialidades porque somos procurados.

Um erro que não podemos continuar a cometer, temos essas potencialidades todas e temos a certeza que a Feira do Franco e de Vila Boa, tem viabilidade. Isso para mim é ponto assente. O que eu não vou é continuar a cometer o mesmo erro que temos uma contrariedade natural que é o tempo e a data em que ela é feita, normalmente temos condições climáticas adversas. Mas isso é facilmente transponível. Ou se marca a Feira noutra data, que eu não sou muito adepto, ou então têm que ser criadas as condições infraestruturais para que ela se realize. Mas condições a sério. Porque têm-se reuniões e fica acordado determinada “coisa”, e eu não estou com isto a fazer críticas negativas, mas entretanto, depois quando se está a aproximar, alguma “coisa” sempre falha e, portanto e devido às condições climáticas, nada poderá falhar, ou são criadas condições infraestruturais definitivas talvez, mas que me deem as garantias que se pode fazer uma Feira e as pessoas podem ir lá com toda a comodidade ou então, o melhor é uma decisão que há a tomar, o melhor será acabar com a Feira até porque eu fui dos últimos Presidentes a tomar a iniciativa de realizar a Feira exatamente porque temia alguma viabilidade. Neste momento a viabilidade está garantida, mas só garantida com essas condições.

Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passo a chamar o Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, cumprimento também a Senhora Presidente e Vereadores, caros Concidadãos.

Em setembro de 2013, nesta mesma tribuna, tive oportunidade de abordar a questão dos semáforos do cruzamento do Estádio do São Sebastião, pela simples razão de não funcionarem e, portanto, apelando ao empenho do Executivo de então, através da Mesa da Assembleia Municipal, para que fossem reparados.

Bom... é certo que a avaria foi resolvida, mas... por pouco tempo! Passado cerca de meio ano voltaram a avariar e assim se mantiveram – por cerca de cinco anos – até agora, que já estão a funcionar bem!!!

Então, parece-me oportuno manifestar agrado, em meu nome pessoal e dos Mirandenses e outros utentes que circulam nessa zona, pelo facto de termos, neste momento, muita mais segurança, sobretudo para quem desce da Rua de São Sebastião.

Outro assunto da vida da nossa Cidade que quero partilhar convosco é sobre Cidadania ativa *versus* Cidadania de “bota-abaixo”. Passo a explicar: Regularmente, todos nós nos deparamos, nos mais diversos espaços de comunicação, com situações típicas de heróis-do-teclado-e-da-objetiva-fotográfica que colecionam e exibem ostensivamente, mas sem qualquer utilidade ou glória que se percebem, atitudes de maldizer, imagens daquilo que poderá estar menos bem, no intuito de denegrir as pessoas intervenientes nesses processos..., ou seja, o atual Executivo – Isto é a cidadania de bota-abaixo...

Por oposição, merece referência um exemplo de boa cidadania ativa! Refiro-me a um grupo de jovens organizados num Movimento denominado pelo Desenvolvimento do Interior, que, em vez dessa atitude de andarem a fotografar o lixo que alguns cidadãos menos corretos deixam na via pública para dizerem mal de alguém, promovem ações bem mais meritórias, de sensibilização e recolha direta desse lixo e encaminhamento para o sítio certo! Até ao dia 15 de dezembro, segundo sei, já recolheram cerca de 9.500 litros de lixo, depositado por cidadãos menos corretos, como já disse.

Por último, outro tema que considero de especial interesse para a vida da nossa comunidade, quero, publicamente, desejar as maiores venturas ao ex-Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Dr. Manuel Cardoso, a quem servi com lealdade durante cinco anos integrando a sua equipa de assessores e dar as boas-vindas à nova Diretora Regional, Engenheira Carla Alves, uma técnica também transmontana e com créditos firmados no desempenho da sua atividade profissional.

E, a este propósito, cabe lembrar algo que já em tempos aqui defendi e que é o seguinte:

- A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte é um serviço periférico na dependência direta do Estado... com sede em Mirandela, repito, com sede em Mirandela;
- A sua área de atuação é toda a região a Norte do Douro e alguns concelhos do Sul;
- Portanto, a sua ação não se limita, geograficamente, a um distrito, a um concelho, dois, ou três..., mas sim a oito distritos e um vasto conjunto de concelhos desses mesmos distritos;
- É certo que um organismo desta dimensão tem de ter unidades orgânicas deslocalizadas – Direções de Serviço, Divisões e Núcleos, com os respetivos dirigentes – e que, neste momento, se encontram, citando apenas as principais, em Matosinhos, Vila Real, Mirandela e também... em Braga!

A Direção Regional de Agricultura existe em Mirandela desde finais do séc. XIX, mais concretamente, desde 1886, embora com outras designações, outra missão e outras competências, conforme os contextos temporais.

Pessoalmente, sinto orgulho em integrar os quadros de pessoal deste serviço público há mais de 37 anos, devo-lhe fidelidade, e mais: penso que é uma organização com a dignidade que a velhice lhe confere e deve merecer a estima e consideração dos Mirandenses ao ponto de, por todas as razões, lutarem, se preciso for, pela sua manutenção nesta terra, como já aconteceu noutros tempos não muito distantes...

Obrigado pela vossa atenção.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Agostinho Beça*. Passo agora a chamar o Senhor Deputado *Pedro Beato* para fazer a sua intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, respetivo Executivo, Membros da Assembleia, Cidadãos, Comunicação Social.

Eu, pela minha forma de estar e pelo prazer que tenho em determinado tipo de temas do concelho de Mirandela, e porque houve aqui uma intervenção relacionada com a nossa Padroeira, Padroeira de Mirandela desde 1981, eu queria dizer duas ou três coisas.

Primeiro: o Senhor Juiz das Festas, referiu que as obras no espaço envolvente foram feitas com a anuência dada pela Confraria para que fosse utilizado o espaço. Palavras que gostei muito de ouvir, porque percebi que aquele espaço é da Confraria e continua a ser da Confraria. O que de certo modo me deixa surpreendido relativamente a outras situações anteriores. O facto do Senhor Bispo, participar e ficar muito agradado e concordar com esta situação, é claro que, é extraordinariamente relevante e a reunião foi feita antes de 2016, não será se foi feita depois de 2107. Este é um aspeto importante. Outro aspeto é que esta Assembleia abordou o tema por grande infelicidade minha na única Assembleia que eu não estive presente. Mas na fase de discussão, eu fui aos Serviços Técnicos da Câmara e convidei a Senhora autora do projeto para me fazer companhia ao Santuário, para revermos e sentirmos o Santuário no seu histórico. E é curioso, as minhas grandes preocupações foram e continuam a ser, e continuam a ser, que primeiro o terreno era da Senhora do Amparo. Isso é historicamente correto. Porque na década de 70, princípio da década de 80, o Senhor Carlos Augusto César, como toda a gente sabe, lutou e de que maneira pela aquisição desses terrenos, e com despesas próprias elevadíssimas. Mas gostava de dizer, ainda, o seguinte, uma das minhas preocupações, para além de quem era o dono do terreno, e se o Senhor Bispo estava de acordo, uma das minhas grandes preocupações foi saber, quando me dirigi aos Serviços Técnicos, num serviço envolvente e com tanta importância no caráter da nossa espiritualidade de Mirandelenses, foi quem teria sido, gostava de saber numa obra deste género, quem foi o conselheiro eclesiástico que esteve a apoiar o trabalho dos Serviços Técnicos da Câmara? Porque a Câmara sabe muito de Serviços Técnicos, mas pode não saber de Serviços Eclesiásticos. E outra preocupação que eu tive, na altura, foi com os nomes que foram dados aos locais que no ponto de vista histórico, na minha opinião, estão errados! Deveriam ser substituídos. Foi-me dito que isso ainda poderia ser objeto de uma análise posterior. O que eu lhe quero dizer é que não deveria, nunca, fazer-se um trabalho destes, sem ter uma referência ao Caminho das Cruzes, que depois iria seguir pelo caminho que vai ligar ao local onde está hoje aquele espaço verde todo. Ora, o Caminho das Cruzes é uma das referências importantíssimas, aliás, a Cruz mais importante e mais alta deste Caminho está no cemitério, onde são colocados os nossos irmãos que falecem e que dá dignidade e nobreza a esse momento difícil para todos nós. Portanto, aqui está uma referência. Nunca este espaço pode deixar de ter uma Cruz, isto é um exemplo. O que eu quero dizer é que, eu tive esta preocupação, fiz reunião com os Serviços, manifestei as minhas preocupações. Não sei se alguma delas vai ter eco. Mas como eu gosto muito da Nossa Senhora do Amparo e a estudo, e acho que está tudo uma envolvente riquíssima, mas estou preocupado com aquilo que é o histórico e com aquilo que é a parte eclesiástica que devia ser envolvente de um espaço tão nobre do ponto de vista da nossa dignidade religiosa e cultural também. Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Pedro Beato*. Passo a chamar o Senhor Deputado *Manuel Trovisco*.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Antevendo uma ordem do dia muito quente, alguns documentos que falam de Democracia, um deles é a Qualidade da Democracia Local, eu vou falar hoje na minha primeira intervenção de Democracia.

Hoje é o dia 21 de dezembro de 2018 e assinala-se em Portugal e no mundo, o dia das palavras cruzadas e o solstício de inverno. Dia em que se inicia o período astronómico inverno e a noite mais longa do ano.

Hoje é, também, politicamente, um dia em que Portugal e em diferentes regiões se mobilizam pessoas para manifestar um posicionamento e fazer passar a sua mensagem político-social. Ao fazê-lo desta forma, livre e espontânea, devemos lembrar-nos que tal só é possível, porque vivemos em Democracia usufruindo de todos os direitos de liberdade, de reunião e de expressão, mas também infere deveres. O dever do respeito, da tolerância e da partilha de uma cidadania que, queira-se ou não, a todos nós obriga. Eu defendo a Democracia assente em organizações políticas e instituições delegadas pelo povo e para o povo. Nessa medida, é com enorme orgulho que, hoje, aqui nesta Assembleia represento a Democracia, ou tento emitir a minha palavra com índole democrática defendendo um Portugal que amamos. Nesta primeira intervenção fico por aqui.

Viva a Democracia, viva Mirandela, viva Portugal!

Boas Festas!

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Manuel Trovisco*. Passo a chamar o Senhor Deputado *Carlos Ventura*. Faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:** Bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, restante Executivo, Caros Colegas, Público em geral.

Esta minha primeira intervenção é uma nota de pesar da bancada do PSD relativamente ao trágico acidente do helicóptero do INEM que vitimou quatro profissionais ao serviço do Instituto Nacional de Emergência Médica. Infelizmente neste acidente, quem tem como função prestar socorro, tornaram-se eles próprios, vítimas a socorrer. A bancada do PSD, gostaria de apresentar às famílias e amigos as nossas sentidas condolências de pesar pelo seu falecimento, no cumprimento da *mui* nobre missão de socorrer quem precisa de ajuda.

Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Carlos Ventura*. Passo a chamar o Senhor Deputado e Presidente de Junta de Frechas, *José Carlos*.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Frechas José Carlos Teixeira (PS) disse:** Bom dia a todos. Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhores Deputados Municipais, caros Colegas Presidentes de Junta, Cumprimento, também a Senhora Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Público em geral e Comunicação Social.

Nesta minha primeira intervenção, começo por me apresentar especialmente aos Senhores Deputados que ainda dizem que não conhecem o Presidente da Junta de Frechas. Na verdade, estranho que não me conheçam, pois estive presente na tomada de

posse e todos os Senhores Deputados também podiam estar um pouco distraídos ou nervosos por ser a primeira vez que iam ocupar a oposição, o que é legítimo e eu aceito. Mas é com satisfação que me vi eleger democraticamente, derrubando, assim o poder do PSD, instalado em Frechas há 24 anos. Bem, se já tinha orgulho em ser Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, agora, ainda tenho muito mais. Porque até há bem pouco tempo, na Comunicação Social só apareciam notícias pela negativa. A partir de agora, começaram a aparecer notícias pela positiva, com a retirada do lixo do Cachão, o que só é uma realidade, graças ao esforço, dedicação e empenhamento da Senhora Presidente e de todo o Executivo.

Para contextualizar, em setembro de 2013, aquando do primeiro incêndio do Complexo Agro-Industrial do Cachão, vésperas de eleições, o então Presidente da Câmara apressou-se a escrever uma carta a todos os moradores do Cachão na qual referia que o lixo iria ser retirado até ao Natal. Só que não disse qual era o ano. Até me queria parecer que o anterior Presidente da Câmara, não queria que o lixo saísse do Complexo do Cachão, porque na segunda quinzena de setembro de 2017, mais uma vez, vésperas de eleições, pagou cerca de 2.000,00€ com dinheiros Públicos à GNR para guardar lixo! Tinha medo que saísse dali. Como alguns Deputados costumam aqui falar em demagogia política, malabarismos, etc, isto é a pura verdade. Pois bem, agora, estou em condições de afirmar que até ao Natal de 2018, e reafirmo 2018, se não estiver concluído, pouco poderá faltar. Para aqueles Deputados que nesta Assembleia falavam no lixo do Cachão de uma forma arrogante e prepotente, sempre a questionar a Senhora Presidente, pois agora foi o virar de uma página, mas podem sempre continuar a falar do lixo do Cachão. Mas devem fazê-lo de uma forma mais humilde e de agradecimento à Senhora Presidente e a todo o Executivo, porque só com esta determinação é que foi possível tornar isto uma realidade.

O segundo ponto tem, também, a ver com as notícias que apareciam na Comunicação Social, mais uma vez sobre Frechas e pela negativa. Desastre ambiental! Atentado à saúde pública! Milhares de peixes mortos! Enfim! Aquilo que toda a gente sabe. É do conhecimento de todos.

Em 2018, nada disto aconteceu, e porquê? Porque o Presidente da Junta dignou-se ir falar com o proprietário da empresa Mira Oleos-Sociedade de Produção e Refinação de Óleos Alimentares, que até então, nunca ninguém o tinha feito, com o Senhor *Carlos Simões*. Inteirei-me das necessidades do empresário e a Junta de Freguesia e a Autarquia apresentaram uma alternativa para quando as lagoas enchessem evitando que transbordassem para o rio Tua.

Sabem qual foi o resultado deste trabalho? Pois bem, milhares de pessoas frequentaram a praia fluvial, boas notícias na Comunicação Social e passo a citar: “Frechas foi palco de um convívio de canoagem onde participaram centenas de pessoas”, isto é o resultado de um trabalho feito com verdade e com transparência.

Termino a minha intervenção com uma pergunta dirigida ao Executivo. Para quando a abertura do Mini GAM em Frechas? Obra feita já há alguns anos mas que nunca chegou a servir a população e no meu entender, mal feita, mal projetada e mal aprovada. Não sou Engenheiro Civil, mas como é possível construir uma casa de banho para pessoas com pouca mobilidade, num edifício com 47 degraus? Não posso compactuar com este projeto, peço a este Executivo a abertura do Mini GAM, mas exijo a deslocalização para o Largo do Pelourinho, onde a Junta dispõe de um edifício térreo que permite bons acessos a pessoas de mobilidade reduzida.

Muito obrigado e boas Festas para todos.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *José Carlos Teixeira*. Passo a chamar o Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público em geral e Comunicação Social em geral.

A interpelação que eu há bocado tinha a dizer era para a Senhora Presidente e que aquilo que ela disse eu concordo plenamente e não discordo de tudo o que diz Senhora presidente. Eu concordo plenamente com aquilo que disse. E portanto acho que isso é uma benfeitoria para Mirandela. E também lhe queria agradecer outra coisa, portanto, eu não sou um “bota-abaixo”. Tem uma iluminação de Natal muito bonita e parabéns à Câmara Municipal de Mirandela. Eu não sou “bota-abaixo”. Eu quando as coisas são feitas com sinceridade, eu respondo com sinceridade e com frontalidade.

Agora, há aqui outras situações em que eu fico completamente desorientado. Aqui há dias, um Senhor Presidente da Junta, que nem sei quem é, disse-me assim na ata de 28 de setembro, diz assim: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, (...). A minha intervenção vai no sentido de, e é a primeira intervenção, pelo que faço uma saudação especial a esta Assembleia. (...) na minha opinião nesta Assembleia. Eu como sou novo nisto, há coisas que ainda me ferem um bocadinho os ouvidos. (...) A Presidente da Câmara, ganhou com 47% dos votos dos Municípios (...), e diz também que o Senhor *António Figueiredo*, que está sempre incomodado, ... eu pergunto ao Senhor Presidente da Junta da Fradizela, *Manuel Figueira*, que não sei quem é, olhe por acaso sabe-me dizer, sabe-me dizer o que é que aconteceu num jantar de quinta-feira num restaurante, o Valente? Venha aqui a este púlpito dizer o que aconteceu.

Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *António Figueiredo*. Passo, então, a palavra ao Senhor Deputado *José Manuel Pavão*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *José Manuel Pavão* (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Presidente da Câmara. Bom dia.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Senhor Deputado, tem de deixar acabar a intervenção do seu...

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Ó Senhor Presidente da Câmara de Alvites, para o ano eu quero estar nesse jantar.

----- **O Senhor Deputado Municipal *José Manuel Pavão* (PSD) disse:** Senhor Presidente posso continuar?



----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Pode Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós estamos em vésperas do Natal... estamos em vésperas do Natal, os Senhores Deputados já tiveram aqui oportunidade...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Meus Senhores, silêncio por favor que está um Deputado a intervir, está bem?

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) disse:** ... De exaltar o espírito da quadra, de apresentar as suas Saudações Natalícias, eu faço também o mesmo e como testemunho deste meu espírito de participação nesta Câmara irei com muito gosto, enviar ao Senhor Presidente da Assembleia e à Senhora Presidente da Câmara e a cada um dos Senhores Presidentes dos Grupos Municipais uma edição pessoal e particular, em que na primeira capa tem uma fotografia de Mirandela. Trata-se de uma atitude pessoal para celebrar e testemunhar a Quadra Natalícia.

O Natal é esta quadra festiva que a cristandade comemora em que o espírito e a exaltação do Natal nos recomenda tolerância e paz que é o que aqui deve reinar, porque já hoje tivemos aqui o exemplo, a Mesa compreendo o esforço que teve em fazer respeitar o seu Regimento de um modo mais rígido e de uma tolerância, e é neste balançar que as coisas vão andando. De maneira que aqui fica o meu alerta para a Mesa para cumprirmos o Regimento, porque provavelmente, se não for cumprido a sério, não haverá espaço para determinadas participações.

Mas eu não vim aqui para esta tribuna só exaltar o Espírito de Natal e para apresentar as minhas saudações festivas. Vim sobretudo para fazer uma pergunta e fazer um pedido à Senhora Presidente da Câmara. Estamos no final do ano e no final do ano, como bem sabemos, aliás, nesta Câmara já se fez, se aprovam os orçamentos, se preparam os programas do próximo ano, enfim, se faz uma projeção daquilo que a boa organização remete e aconselha para o tempo que há-de vir. Neste entendimento das coisas e da vida, Senhora Presidente, eu queria pedir o obséquio se nos fazia aqui um breve relato, ou melhor, se nos fazia aqui um simples retrato social do nosso Concelho e em especial e com mais objetividade sobre a nossa Cidade. Não lhe peço um retrato a cores, porque isso dar-lhe-ia muito trabalho e roubaria muito tempo e neste Período Antes da Ordem do Dia, não teria cabimento, mas peço-lhe um retrato a preto e branco, a sépia se quiser sobre a imagem do nosso Concelho. Porque estamos no final do ano e se houver projetos da sua equipa do seu Executivo, eu não creio, como em tudo na vida, não se podem fazer projetos sem se fazer um levantamento. Um levantamento das potencialidades do Concelho, um levantamento das carências do Concelho. Sem esse levantamento, da potencialidade e da carência não há projeto que seja aceitável. Como é que estamos em termos de desenvolvimento social, como é que estamos em termos de educação, na saúde, no apoio e segurança social? É isso que eu lhe peço Senhora Presidente para que possamos discutir a realidade, o preto e o branco da nossa Cidade e do nosso Concelho para que ouvindo os grupos municipais que fazendo as suas análises e as suas críticas, nós demos como oposição um contributo. É nesse clima de bem-estar, de participação ativa, de respeitabilidade recíproca, que eu me pauto e que faço um alerta a esta Câmara para que assim possa ser. Este é o meu ponto de vista, é o meu exemplo e é a minha pedagogia daquilo que os demais possam entender.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Eu ia fazer uma referência, não... não ao que o Senhor Deputado acabou de dizer, peço desculpa, é a toda a Assembleia... e lembrar que todos conhecemos, não será preciso aqui repeti-lo, que segundo o Regimento há espaços específicos de ocupação nesta Assembleia. Há o espaço para o Público, há o espaço dos Senhores Deputados e há o espaço da Mesa e dos Órgãos do Executivo. Agradecia que se cumprissem essas regras. Portanto, cada um, com a responsabilidade que deve ter, ocupe o seu lugar. Muito obrigado.

Quem se segue?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Segue-se o Senhor Deputado, *Nuno Nogueira*, para fazer a última intervenção. Faz favor Senhor Deputado.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama Nuno Nogueira (PS) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, restantes Vereadores, Caros Deputados, Público em geral. Bom dia a todos.

O tema que aqui me traz e o colega Deputado salientou que hoje inicia-se o solstício de inverno, eu trago aqui um tema que é uma festa de inverno que é a Festa de Santo Estevão ou Festa dos Caretos de Torre de Dona Chama.

Considerando:

- a) Que na sequência da Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Património Imaterial (2003) o Estado Português implementou um regime jurídico específico para esta categoria do património cultural (Decreto-Lei n.º 139/2009 e Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril) que estabelece o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (doravante INPCI) como o instrumento legal para o registo das manifestações de património imaterial que se desenvolvam no território português;
- b) Que o referido Decreto-Lei n.º 139/2009 define o INPCI como «um sistema de inventariação através de uma base de dados de acesso público que permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem», sublinhando assim o papel das instituições locais, tais como as associações de defesa do património cultural, na implementação de processos de inventariação de manifestações culturais e no desenvolvimento de estratégias de salvaguarda;

- c) Que a Associação Dona Flâmula no âmbito da sua constituição, bem como a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama assumem como missão a defesa do património cultural de Torre de Dona Chama;
- d) Que, inscrevendo-se num conjunto complexo de festas e rituais de origens ancestrais e que no território nacional estão predominantemente associadas ao nordeste transmontano ocorrendo sobretudo no Período Natalício, a Festa dos Caretos, dos Rapazes e de Santo Estevão de Torre de Dona Chama, destaca-se por evidenciar uma complexidade única e muito rica de elementos, onde além de interagirem as habituais personagens das festas de caretos e de rapazes transmontanas, se desenrola também uma representação da reconquista cristã aos mouros, onde entram ainda os jogos para-teatrais populares com a sátira social à mistura, e onde o convívio entre amigos, familiares e visitantes domina o programa festivo;
- e) E reconhecendo também que vivemos atualmente processos globalizantes de práticas e hábitos culturais, tornando-se essencial promover uma maior consciência, em especial entre as gerações mais jovens, para a importância das diversidades culturais, dos seus patrimónios locais, e da sua salvaguarda;

O projeto de *Patrimonialização dos Caretos, dos Rapazes e de Santo Estevão de Torre de Dona Chama*, que a associação Dona Flâmula em conjunto com a Junta de Freguesia de Dona Chama desenvolveu entre 2017 e 2018 e teve o financiamento do Programa EDP Tradições e do Município de Mirandela, tem como objetivo promover o reconhecimento nacional desta manifestação cultural como património imaterial português, com a sua inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural e Imaterial.

No âmbito deste objetivo foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- O levantamento e recolha de toda a documentação (Bibliográfica, Fotográfica, Videográfica, Gráfica, cartográfica, Outras) que até ao momento se produziu em torno das *Festas dos Caretos da Torre de Dona Chama*, com o propósito de : avaliar o estado atual da manifestação; organizar de forma sistemática a documentação de acordo com as normas de identificação e catalogação da Direção Geral do Património e do sistema implementado pelo Município de Mirandela; e de documentar e fundamentar o pedido de inscrição da manifestação no Inventário Nacional do património Cultural Imaterial;
- O acompanhamento e registo atual fotográfico e videográfico dos rituais;
- A recolha dos testemunhos orais (entrevistas em vídeo), identificando-se os intervenientes na manifestação e os papéis (caretos, mouriscas, mordomos, audiências e diversas histórias e experiências pessoais ao longo do tempo);
- A identificação dos objetos e imóveis associados à manifestação;
- A manufatura de trajes e máscaras;
- A realização de oficinas sobre máscaras, personagens e instrumentos (envolvendo a comunidade escolar de Torre de Dona Chama);
- A realização de dois encontros e debates sobre a festividade em 2017 e 2018, e exposição sobre trabalho desenvolvido;
- A elaboração de um plano de salvaguarda que inclui o planeamento de ações de preservação da manifestação com vista inscrição no INPCI.

Encontrando-se este processo em fase de submissão junto da Direção Geral do Património Cultural e de disponibilização do inventário ao público na Plataforma matriz do Património Cultural Imaterial ([www.matripci.pt](http://www.matripci.pt)) e através de plataforma do Município de Mirandela, venho por este meios solicitar a esta Assembleia Municipal que se digne manifestar o reconhecimento nacional desta manifestação cultural, bem como o seu apoio incondicional no prosseguimento deste caminho de Patrimonialização da Festa dos Caretos, dos Rapazes e de Santo Estevão de Torre de Dona Chama.

Ontem este assunto foi debatido na Assembleia de Freguesia de Torre de Dona Chama, na qual se fez uma Declaração de Apoio da Assembleia de Freguesia e eu propunha aqui também à Assembleia Municipal que faça também uma Declaração de Apoio para podermos continuar com este processo de patrimonialização da Festa dos Caretos, dos Rapazes e de Santo Estevão de Torre de Dona Chama.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado, *Nuno Nogueira*. Vou passar a palavra à Senhora Presidente da Câmara de Mirandela. Antes relembro os Senhores Deputados que após as respostas e a intervenção da Senhora Presidente da Câmara temos ainda um minuto de silêncio, vontade da Senhora Deputada *Graciete Ramos* e do Senhor Deputado *Carlos Ventura* e de todos nós. Faz favor Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada. Agradeço todas as questões colocadas, vamos passar a responder sinteticamente, tanto quanto possível, a todas as perguntas que foram feitas pelos Senhores Deputados neste período “Antes da Ordem do Dia”.

Relativamente à Senhora Deputada *Graciete Ramos*, agradecer a intervenção, de facto, este trágico acidente da família INEM deixou-nos a todos de luto e consternados com a situação. Foi uma tragédia para os colaboradores do INEM, mas também para nós transmontanos uma vez que, salvaram vidas, mas acabaram por perder a própria vida ajudando os outros e, de facto, não há nada mais de louvar do que esta própria ação, até porque, eram pessoas conhecidas entre nós, eram amigos eram confidentes de muitos e, portanto, perdemos um pouco da nossa família e daqueles com quem trabalhamos e tantas vezes viajaram para salvar vidas. Julgo muito oportuno fazer este minuto de silêncio e agradeço também ao Senhor Deputado *Carlos Ventura* e muito bem à Mesa para cumprirmos este minuto de silêncio é uma singela homenagem, mas julgo que é sentida e merecida por todos.

Relativamente ao Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, a contribuição relativa à Estação de Camionagem, dizer-lhe que, foi o que eu respondi na altura que tinha a ver com a celebração deste protocolo de comodato que vai resolver esta situação e que há pelo menos duas décadas que está por resolver. Portanto, caminhamos para essa resolução, não existe nenhum documento comprovativo desta cedência para construção, mas estamos a falar de muito tempo, muitos anos, que decorreram desde aquela data e, por isso, julgamos que com este protocolo ficará tudo resolvido.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, todas as questões levantadas pela descentralização e que aqui colocou, posso-vos dar algumas informações adicionais, uma vez que este processo tem sido discutido não só pela Associação de

Municípios mas também ao nível governamental, nas reuniões que temos tido. Foi publicada uma Lei, a Lei 50/2018 de 16 de agosto, que é a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas. De acordo com informação do próprio Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Miguel*, fomos informados que a interpretação e a aplicação do número 2 do artigo 4.º, da Lei 50/2018, que fixava a data de 15 de setembro para deliberação dos Órgãos do Município terá que ser feita em conjugação com o artigo 44.º, número 1 do mesmo diploma, o qual impõe a necessidade de aprovação e publicação dos diplomas setoriais e não se prevê estarem publicados antes da referida data. Acontece que os diplomas setoriais não foram publicados antes de 15 de setembro, e ainda aguardamos a publicação de alguns diplomas setoriais. Cada um dos diplomas setoriais a aprovar em Conselho de Ministros, fixará o prazo para que as Câmaras Municipais e Assembleias Municipais deliberem a eventual falta de condições para receber cada uma das competências a transferir. A deliberação em referência poderá ser feita de forma individual, ou seja, o Município pode entender que não tem condições para imediatamente aceitar a competência a descentralizar numa determinada área, mas ter competência nas restantes áreas. Por isso, aquilo que nós podemos fazer é que nós, muito provavelmente, vamos ter que realizar uma Assembleia Extraordinária durante o mês de janeiro e aqui vamos ter, de facto, que concretamente dizer quais são as áreas que queremos descentralizar e que estamos preparados para receber ou não. Nós em janeiro, vamos ter que fazer uma Assembleia Extraordinária no âmbito das competências setoriais da descentralização e aí teremos espaço para discutir a descentralização, a forma como vamos gerir as novas competências, ou não.

Sabemos que até 2021, todas as competências terão que passar para o Município. E temos várias competências, a nível de Educação, a nível da Saúde, por exemplo, como é a ULS que faz, portanto nós não temos neste caso problemas de descentralização, porque estão unidas na ULS. Relativamente a outras áreas de competência, aguardamos a publicação dos diplomas setoriais de todos (Proteção Civil, Cultura, todos aqueles que já saíram e que vão sair dentro de pouco tempo.

Relativamente à Senhora Deputada *Isabel Barreira*, dizer-lhe que, de facto, na visita do Senhor Bastonário Dr. *Guilherme Figueiredo*, à Câmara Municipal, fomos juntamente com os representantes locais e regionais, neste caso o Dr. *Paulo Sousa* e a Dr.ª *Isilda*, conversamos no sentido de podermos reverter a decisão de fixar em Bragança a Instância Central mista que congrega todos estes Municípios. Estando numa fase de rotura por terem uma quantidade de processos excessiva, muitas vezes não terem salas de Audiências para fazerem julgamentos, aquilo que nós propusemos num *email* que enviamos à Senhora Secretária de Estado da Justiça, foi que considerassem a possibilidade de recriar em Mirandela ou centralizar em Mirandela uma grande Instância Central mista, servindo toda a Terra Quente e alguns Municípios do Douro, como era no passado.

Essa questão está a ser estudada no gabinete, havia uma legislação que estava preparada para sair e para debate na Assembleia da República, portanto essa situação, está a ser equacionada.

Aquilo que eu falei entretanto com o Senhor Bastonário, foi da possibilidade de fazermos uma reunião com a Senhora Ministra e com a Senhora Secretária de Estado, no sentido de lhe mostrar a vontade que Mirandela tem de acolher e é importante para Mirandela porque, de facto, os Julgamentos obrigam à deslocação de pessoas à deslocação de Testemunhas, Advogados, todos os nossos Municípios acabam por se deslocar a Bragança e aqui estaríamos numa centralidade muito maior.

Esta desclassificação do tribunal de Mirandela, acabou por ser uma das medidas com as quais todos lutamos na altura com a antiga Ministra da Justiça, pela forma como geriu os Tribunais e a forma como encerrou competências em diversos Tribunais, causando muito impacto na vida das pessoas e no acesso à Justiça, obviamente.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, que falou também na Diretora Regional de Agricultura e Pescas do Norte, de facto, a nomeação como deve saber obviamente sofreu entrevistas e uma reflexão na Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública CRESAP. A CRESAP é uma entidade que acaba por selecionar dos candidatos, três que podem vir a ser nomeados ou designados pelo Senhor Ministro e desses três candidatos curiosamente eram três transmontanos, e, por isso, eu não acho correto a forma como o Senhor Deputado *Paulo Pinto* falou que ninguém foi ouvido nesta questão da nomeação da Diretora Regional de Agricultura e Pescas do Norte, porque sendo uma transmontana e estando no nosso território e sendo a sede em Mirandela, eu creio que, de facto, não há nada que possa causar qualquer preocupação ao Senhor Deputado e a todos aqueles que estamos nesta casa.

Relativamente a esta questão, ainda, dizer-vos que o primeiro ato público da Diretora Regional Agricultura e Pescas do Norte foi numa conferência organizada esta semana pela APITAD, UTAD e IPB que tinha a ver com o olival e o regadio e as práticas de fertilização no olival, e estivemos todos juntos a discutir com produtores a questão do olival e do azeite na Terra Quente Transmontana e foi aqui em Mirandela no Auditório do Piaget e, portanto, não vejo qualquer preocupação a este nível, dizendo ao Senhor Deputado, que julgo estar em condições de dizer que pode estar descansado porque aquilo que prevejo é que não vejo qualquer problema nesta questão e, por isso, se estiver muito preocupado aquilo que nós podemos fazer é, realmente, agendar uma reunião no Município com a Senhora Diretora Regional e com o Senhor Deputado, no sentido de esclarecer todas as dúvidas relativamente a estas questões que eu acho muito importantes para o Município e para todo o concelho.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pontes*, Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, sim foi uma imposição da ASAE. Se nós não cumpríssemos poderíamos ser acusados do crime de desobediência. A medida, quanto a nós, é despropositada, foi-nos imposta e é crime fazer qualquer entrada de animais ou abate no próprio Matadouro.

Relativamente à Feira do Franco e Vila Boa, julgo que a Feira deste fim-de-semana acabou por sofrer um pouco pelas condições climáticas. De facto, chovia, mas estava um espaço agradável com uma tenda e julgo que a animação também foi de louvar. Aquilo que foi feito pela Junta de Freguesia e também pela Câmara Municipal acabou por possibilitar que as pessoas estivessem num espaço fechado. É óbvio que não serão as condições ideais e, portanto, sei que o Senhor Presidente da Junta tem a intenção de fazer a recuperação de um espaço para um pavilhão. Essa é uma questão que terá que ser equacionada no âmbito de uma candidatura a Fundos Comunitários ou com verbas do próprio Município. De qualquer forma, aquilo que lhe posso dizer é que foi feito da parte de todos os Colaboradores do Município da área dos Eventos e também de todos aqueles que contribuíram para a realização desta Feira, inclusive os expositores, eu julgo que todos fizeram os possíveis para que a Feira fosse um sucesso. É óbvio que não controlamos o tempo, mas aquando da marcação da data é impossível saber o tipo de clima que vamos ter nesse fim-de-semana.

De qualquer forma vamos acompanhando este projeto, juntamente com o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e também com o Vereador José Cunha que está nas obras municipais.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, dizer-lhe que, de facto, foi resolvida a situação dos semáforos no cruzamento do Estádio de São Sebastião. Existem, ainda, outros cruzamentos que estão a ser alvo de estudo porque, por

*[Handwritten initials and signature]*

exemplo, no cruzamento do Hospital havia um projeto para uma rotunda e há intenção de concretizar essa rotunda e, por isso, a nível de circulação rodoviária ainda temos muito para fazer na cidade de Mirandela.

A circulação rodoviária, as questões relacionadas com a sinalização de passadeiras, situações relacionadas com mobilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Portanto, há um plano integrado para a concretização de medidas pontuais para que tudo fique mais acessível para aqueles que não têm a mobilidade que nós temos e também para todos aqueles que nos visitam e para a segurança das próprias pessoas.

Relativamente à cidadania ativa de que falou, congratularmo-nos com a existência deste Movimento de Defesa do Interior, eles têm feito muitas ações meritórias na recolha de lixo, estivemos a fazer uma sensibilização conjunta no Agrupamento de Escolas com dois cursos, na Escola Secundária, portanto, dizer-lhe que são jovens muito participativos e querem realizar uma série de ações no âmbito desta associação juvenil.

Relativamente à DRAP-Norte já tive oportunidade de explicar. E era só.

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado *Pedro Beato*, agradecer o facto de trazer a este debate Antes da Ordem do Dia a questão da propriedade de terreno da Confraria. De facto a propriedade do terreno é da Confraria. Está aqui um pouco irregular, uma vez que o Estado, esta propriedade terá que passar para a propriedade Estado como bem público, ou seja, na altura houve cedência para efetuar obras mas o Estado obriga que a propriedade seja do próprio Estado porque é serviço público. É uma questão que temos que avaliar junto da Diocese com a Confraria e com os Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, uma vez que na altura e à data o que foi feito foi obter o parecer favorável. Para além disso, dizer-lhe que ao parecer da história e da parte eclesiástica o projeto foi feito como sabe pela Arquitecta da Câmara Municipal de Mirandela, foi feito antes de nós iniciarmos as funções deste Executivo e, portanto, aquilo que lhe posso dizer é que neste âmbito já estava tudo decidido relativamente às obras, ao projeto e à concretização do caderno de encargos do empreiteiro e portanto, não havia muito a fazer relativamente àquela questão.

Relativamente a esta mesma situação, posso dizer-lhe que havia a intenção de derrubar aquelas árvores todas na Avenida marginal essa situação foi atempadamente bloqueada, porque consideramos que seria muito custoso para todos o abate daquelas árvores e, portanto, ainda abateram uma mesmo no dia em que nós começamos a trabalhar e depois suspendemos de imediato a obra no sentido de avaliar o abate das árvores e foi feita a suspensão.

Relativamente ao Senhor Deputado *José Trovisco*, dizer-lhe que, de facto, Democracia, os valores Democráticos, tudo aquilo que nós debatemos aqui são valores que devem estar conosco e sempre que fazemos estas Assembleias Municipais, mas também no nosso dia-a-dia, enquanto trabalhamos, enquanto estamos a tomar decisões temos sempre que fazer referência aos valores, àquilo que nos une e/ou apesar de termos estas Assembleias que às vezes vão para além daquilo que julgamos ser eticamente correto, a verdade é que cada um tem liberdade de expressão desde que respeite o próximo e, portanto, aquilo que digo e reafirmo é que existe sempre esta liberdade, mas também há várias formas de dizer a mesma coisa. Nós podemos indignar-nos com as situações, podemos achar que não foram corretos conosco mas pela responsabilidade que temos como eleitos locais, também devemos ter para com os outros a educação, a seriedade e a responsabilidade de termos uma atitude de fazer crescer este ambiente em que estamos, dignificar a Assembleia Municipal, e a Assembleia Municipal somos todos e cada um de vós foi eleito para aqui estar e, portanto, por isso e para isso, estamos aqui no sentido de que esta Assembleia Municipal assuma de uma vez por todas aquilo que é sério e aquilo que é o interesse público e o interesse municipal.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Ventura* que falou nas vítimas do INEM, congratular-me com a referência.

Relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia Frechas dizer-lhe que a retirada do lixo do Cachão teve o empenhamento, julgo que também do anterior Executivo, ou seja, estavam criadas condições para que fosse possível o financiamento. Na altura não foi possível o financiamento porque a candidatura não foi aprovada por, julgo eu, por erros formais, não sei exatamente o que é que foi. Sei que depois de tomar posse a primeira reunião que tive juntamente com o Município de Vila Flor foi com o Senhor Ministro do Ambiente, no sentido de nós podermos inscrever na rubrica do Fundo Ambiental esta intervenção.

É previsível que até ao final do ano sejam retiradas as 4.000 toneladas de lixo. Neste momento andaremos à volta de mais de 3.000. Aquilo que a empresa contratada fez e é preciso que se diga que ganhamos quer a providência cautelar, quer a ação em Tribunal que foi interposta por uma empresa concorrente no concurso e foram as duas ganhas pela AIN o que nos deixa bastante satisfeitos porque as pessoas do Cachão, as pessoas de Frechas já não acreditavam que era possível esta retirada do lixo uma vez que tinha sido consecutivamente adiada. Falta, ainda, resolver umas toneladas de lixo que entretanto a anterior Administração da AIN fez e não pagou a uma empresa, ainda falta resolver, são umas dezenas de milhares de euros, são 40.000,00€ que ainda falta resolver, mas de qualquer forma aquilo que me parece é que atualmente a situação está quase resolvida. Houve o cuidado na manipulação dos lixos, uma vez que os lixos já estavam ali há muitos anos e tinha de haver muitas manobras para a retirada, mas tem sido conseguido também à custa da colaboração da Associação de Municípios que tem acompanhado e pesado o próprio lixo que é também preciso acertar as toneladas que vão saindo e que emite também as guias de circulação.

Relativamente ao Presidente da Junta referir que tem feito um trabalho muito meritório, e quem o diz são os próprios Fregueses da Freguesia, julgo até que no primeiro ano de mandato já assumiu quase todos os compromissos que tinha tido com os Fregueses uma vez que é muito pró-ativo como os outros Senhores Presidentes que temos entre nós, o que muito nos orgulha, porque têm feito um trabalho fantástico junto das populações com poucos meios mas com empenhamento e muito trabalho dos próprios Executivos. E só sabe o que é ser Presidente de Junta quem está lá. Muitas vezes é um trabalho que não é devidamente valorizado, mas a nível local tem uma importância vital quer pela proximidade com as pessoas quer pela resolução dos problemas imediatos que as populações têm. É sempre o primeiro amigo, é sempre a pessoa mais próxima que pode resolver os problemas e deve ser sempre.

Relativamente ao Mini GAM de Frechas, dizer-lhe que, de facto, a transferência deve ser feita de imediato uma vez que a antiga Escola, atual Junta de Freguesia, tem acessibilidade dificultada e todos os edifícios como vocês sabem têm que ter regras muito rigorosas no âmbito das acessibilidades. Por isso, julgo que a transferência para o Largo do Pelourinho é uma boa solução. Falta o parecer da Direção Geral da Cultura do Norte que vai ser solicitado no sentido de poder fazer a instalação do Mini GAM de Frechas. Dizer-vos, também, uma situação que nós no âmbito da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes temos uma candidatura para o GAM móvel. É uma carrinha que vai ser instalada em todos os Municípios da área territorial da CIM que no fundo presta todos os serviços que os Mini GAM e que o GAM, quase todos, porque é a Agência de Modernização Administrativa que está a colocar o *software* específico para que as pessoas possam realizar uma série de

ações. É uma viatura elétrica que é previsível que chegue no início do próximo ano. Temos que dar formação aos Colaboradores que vão andar nessa carrinha. Através do Gabinete de Apoio às Freguesias que vai ser depois solicitado um roteiro para que consigamos ir a todas as Freguesias que não têm este tipo de serviços, aonde não estão instalados os Mini GAM's. Este GAM móvel vai servir, de facto, todas as pessoas e nós esperamos que seja implementado a partir de fevereiro, em que poderão ter este serviço junto dos vossos Fregueses e junto de todos aqueles que precisam destes serviços.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, não bebi água por estar a falar no Senhor Deputado foi uma questão fisiológica, dizer-lhe que relativamente aos terrenos da CP temos que ir estudando e resolvendo. Relativamente à iluminação de Natal esta questão foi discutida na última reunião de Executivo, onde fomos alertados para um atraso que houve na iluminação. Este ano houve, como no ano passado, um atraso na iluminação. O resultado final foi bom, mas não foi feito com os prazos devidos pela empresa contratada para colocar a iluminação. A justificação da empresa foi que teve alguns danos aquando do mau tempo em Vila Real e que atrasou a colocação da iluminação em Vila Real e também em Mirandela. O resultado final foi agradável. Este ano pusemos mais iluminação de Natal em algumas ruas, em algumas rotundas nas entradas da cidade. Também louvar todas as iluminações de Natal e presépios que temos em algumas Freguesias que as populações foram fazendo para este tempo, porque, a Torre, Lamas, temos muitas Freguesias que foram fazendo enfeites de Natal com os próprios meios, o que também vai dando vida às nossas Freguesias. Não é só a cidade, obviamente, mas os nossos visitantes também gostam das Boas Festas que a cidade lhes dá, quando vêm visitar no Natal os seus familiares e sabemos que nesta altura também vem muita gente a Mirandela, muita gente que está espalhada pelo país e pelo mundo, regressam a casa. Relativamente ao jantar de quinta-feira de que falou, realmente houve um jantar de Juntas de Freguesia que foi organizado pelo Senhor Presidente de Junta da Fradizela, foi no restaurante "O Valente", na Bouça, por uma questão de proximidade territorial e pelo facto de ter disponibilidade para acolher mais de 100 pessoas que se juntaram ao jantar de convívio. Dizer-vos que neste jantar foi decidido que quem iria organizar o próximo jantar de convívio será o Senhor Presidente da Junta de Alvites. Ele próprio referiu numa pequena intervenção que fez que vai ser muito difícil chegar à qualidade deste jantar. Relativamente àquilo que referiu de explicar o que é que se passou nesse convívio dizer-lhe que quem estava presente foram todas as Juntas de Freguesia, estavam os Colaboradores que trabalham nos Gabinetes de Apoio às Juntas de Freguesia, portanto, como alguns Presidentes de Junta não conhecem todos os elementos que pertencem aos Executivos, houve algum alerta relativamente às pessoas que estavam no jantar. Mas, julgo que não passa de uma situação que acontece por ser o primeiro ano que alargamos a possibilidade de estarem todos os Executivos. Por exemplo, a Junta de Freguesia da Bouça, local onde foi organizado o jantar estava todo o grupo da Assembleia de Freguesia inclusivamente os Membros que atualmente exercem funções mas também os elementos que eram da oposição e que se juntaram todos no jantar de confraternização. Foi um convívio muito agradável e, portanto, não julgo que tenha sido um convívio que deixe alguma mancha no nosso percurso, antes pelo contrário, deixa sim um alerta para que nós possamos estar unidos na defesa de cada uma das Freguesias mas também na defesa do nosso Concelho e todos juntos somos mais fortes e por isso estes momentos servem também para nós refletirmos e acima de tudo conhecer-nos uns aos outros e conhecer para além do Senhor Presidente as pessoas que o acompanham no Executivo e na própria Assembleia. Não foi restritivo a qualquer elemento que se quisesse associar às Juntas de Freguesia, portanto julgo que o Senhor *Manuel Figueira*, Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela está de parabéns.

Relativamente ao Senhor Deputado *José Manuel Pavão* dizer-lhe que deixaria esta questão, relativa à exaltação do espírito de Natal, claro que sim. Relativamente à preparação e à projeção da boa organização estando nós no final de ano eu deixaria este relato e esta situação que refere quer o levantamento na cidade, quer os projetos essencialmente na área social e da área da saúde para o debate nas grandes opções do plano, porque, de facto, são situações que estão interligadas e aí falarei um pouco de tudo isso, se me permite deixar para essa parte do debate.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Torre de Dona Chama, *Nuno Nogueira*, dizer-lhe que tem tido o nosso apoio no âmbito da Cultura e esta candidatura ao Património Cultural Imaterial, julgo que, foi feito um excelente trabalho da Associação Dona Flâmula e também da Junta de Freguesia da Torre para a alavancagem desta questão que tem muita importância a nível local mas pode ser também um foco de atração turística que é a Festa dos Caretos, dos Rapazes e de Santo Estevão de Torre de Dona Chama, mantendo a nossa forma de aproximar a Cultura e as tradições com o desenvolvimento económico, essencialmente como potencial turístico de todo o concelho de Mirandela. Para já é tudo.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Concluiu Senhora Presidente?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse:** Só referir que dia 26 vai haver uma exposição teatral na rua, em Torre de Dona Chama, e convidamos todos a estarem presentes nesta organização.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Muito obrigado Senhora Presidente. Agora que terminou há uma interpelação, faz favor Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse:** Concordo plenamente com aquilo que disse em relação ao Tribunal e aos Tribunais. Eu ontem estive em Bragança desde as 09h00 da manhã e saí de Mirandela às 07h00 da manhã e tive julgamento no Tribunal de Trabalho. Andaram atrás de uma sala é incompreensível, tendo este Tribunal salas de Audiência, não haver aqui aquilo que era o mais premente possível fazerem-se aqui os julgamentos. Isso concordo plenamente consigo.

Outra situação, a do terreno, é só para lhe dizer que o meu amigo trabalha numa empresa de Lisboa Montalvão Machado, que faz Leis para a Assembleia da República e, portanto, é um gabinete muito respeitado em Lisboa e, portanto, tem que arranjar um bom advogado para resolver este problema, senão, digo-lhe eu que o não vai resolver. É outra situação que lhe estou a dizer.

Outra situação que lhe vou perguntar à Senhora Presidente, é crime de desobediência, falou aí, não falou? Falou em crime de desobediência. Eu aqui há dias estive o Tribunal no Ministério Público por um crime de desobediência em que a Câmara também está metida. E a Senhora fechou a loja do Adérito Gomes? É crime de desobediência. Só isto. Tenha um Bom Natal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Pretende dar algum tipo de resposta?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Dizer-lhe que o processo do Tradimontana seguiu os trâmites legais. Foi interposta uma providência cautelar no âmbito do próprio estabelecimento. Essa providência cautelar determinou a suspensão do encerramento e, portanto, neste momento estamos juntamente com o apoio do Gabinete Jurídico e os Serviços Técnicos a fazer o levantamento das situações.

Quería, também, dizer que relativamente a estas questões a Câmara Municipal e o Município de Mirandela tem obviamente que cumprir todos os preceitos legais e tudo aquilo que está imposto pela Legislação quer da Câmara Municipal quer dos próprios comerciantes, a nossa intenção não é encerrar estabelecimentos, como vocês sabem. A nossa intenção é que os estabelecimentos, as casas, as moradias estejam todas licenciadas e conforme a legislação em vigor. O que se passava ali era que, de facto, faltava um parecer da Direção Geral da Cultura do Norte e esse parecer estava a ser aguardado para que houvesse o licenciamento final do estabelecimento. De qualquer forma foi comunicado a todas as entidades competentes na matéria e informadas as autoridades competentes na matéria sobre esta questão. E, portanto, entrando a providência cautelar não havia qualquer determinação para que o estabelecimento fosse encerrado porque teve efeito suspensivo imediato. A função da Câmara Municipal é estimular o investimento, é estimular o comércio, é estimular a indústria mas tem que salvaguardar o cumprimento da legislação em vigor e foi isso que foi feito com toda a cautela, com todos os procedimentos quer dos Serviços Jurídicos quer dos Serviços Técnicos do Urbanismo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhora Presidente. Eu penso que há mais duas interpelações.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) disse:** Senhor Presidente é muito breve. É muito breve e penso que tenho o tempo Regimental uma vez que não terminei os seis minutos. Eu queria aproveitar para dizer à Senhora Presidente o seguinte. Apercebo-me que neste tempo do Período “Antes da Ordem do Dia”, nas comunicações que vão sendo feitas, nos comentários que a Senhora Presidente faz nós estamos a perverter não só o sentido objetivo do Período “Antes da Ordem do Dia” como o seu próprio conteúdo Regimental. Comentar é uma coisa, responder objetivamente é outra. Respondendo vão-se completar e dá-se seguimento às interrogações e às dúvidas dos Membros desta Assembleia. Mas se isso não é pecado pelo menos vai comprometer o tempo em que decorre esta Assembleia que tem que ser eficaz.

Senhora Presidente eu queria aproveitar para dizer o seguinte, quando faz, concordo plenamente que transfira a resposta à pergunta que lhe fiz, porque a considero muito importante, muito importante. Eu tive o cuidado de ser muito sintético para não roubar tempo em termos de lhe comunicar o que pretendia, espero que logo nos faça uma comunicação até porque há um Plano Municipal dessa matéria que nós todos gostaríamos de saber qual é o seu conteúdo. Mas o que eu queria aproveitar neste breve minuto era para o seguinte: Vossa Excelência falou a propósito das figuras dos Senhores Presidentes de Junta, só quem está lá, só quem está lá é que sabe o valor do Presidente de Junta. Permita-me partilhar consigo esse conhecimento, esse conhecimento privilegiado. Não é verdade e eu vou dizer-lhe porquê? Porque no passado recente a figura de Presidente de Junta de Freguesia foi devidamente exaltada, foi justamente demonstrada nos colóquios que fizemos a nível nacional. Um deles foi dedicado, o título do colóquio era exatamente à figura do Presidente da Junta e de resto na publicação que foi feita durante um quadriénio a figura do Presidente de Junta está lá, assinado por nós, por todos os Senhores Editores do livro, digamos assim, a importância do Senhor Presidente da Junta. Agora todos nós sabemos a parte principal, e agora vem a parte que não gostamos é que a relação entre o Presidente do Executivo Municipal e os Senhores Presidentes da Junta é diferente, é divergente. Vossa Excelência logo que tomou posse criou um Gabinete para os Presidentes da Junta e os Membros que são eleitos, os Deputados, têm que ter a mesma abertura, a mesma celeridade de atendimento, a mesma relação próxima e pertinente com Vossa Excelência, porque os direitos são os mesmos entre uns e os outros. Agora compreendemos que a relação, o interesse a comunicação com o Presidente da Junta é diferente entre o Executivo e a relação dos Membros eleitos com o Executivo também. De resto é esse um dos grandes cismas em relação ao funcionamento e à organização e à constituição das Assembleias Municipais como sabem. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Ó Senhora Presidente da Câmara, eu tive um pai e a Senhora também teve um pai, para não fazer aquilo que não se deve fazer. É ser delator, eu não sou delator e a Senhora está a enganar aqui a Assembleia Municipal.

Nesse jantar de quinta-feira, não estavam só Membros do seu Gabinete ou lá do Gabinete das Juntas ou outra coisa qualquer, estavam lá pessoas que não pertenciam nem à Câmara nem a Deputados nem a nada. A Senhora não está a falar a verdade! É isso que me incomoda em si. A sua ética Republicana é rasteira, é baixa.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Contenção, mais uma vez...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Qual contenção? Lá estamos nós com a contenção...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Desculpe lá... vamos...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Não há contenção nenhuma eu estou a falar diretamente para a Senhora Presidente, não estou a falar com o Senhor...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: O Senhor pensa que pode usar dos termos que muito bem entende nesta Assembleia...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Eu estou a falar de ética Republicana...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: O Senhor está a desrespeitar...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Não estou a desrespeitar nada!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Toda esta gente.

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Não estou! Ética Republicana, não desrespeita ninguém!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Não foi por isso que eu lhe chamei à atenção!

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Então o que é que lhe disse? O que é que disse mais? O que é que disse mais?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Eu penso que o Senhor não diz o que pensa...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Não! Eu digo o que penso...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Senão lembrava-se...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Estavam lá pessoas que não pertenciam à Assembleia...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: O Senhor disse rasteira!

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: É uma rasteira mesmo! É rasteira!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Fica-lhe bem isso Senhor Deputado?

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: É uma rasteira mesmo! Temos de ser frontais...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Olhe, Senhor Deputado...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: E mande isso para o Ministério Público!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Nós temos que ser educados nesta casa!

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Qual educados?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: E o Senhor, não consegue ser!

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Nós estamos aqui a falar verdade.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: E eu tenho muita pena.

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: Agora o Senhor é que não quer falar a verdade. Tenho dito.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: O Senhor pode dizer as verdades que entender de forma correta. E não podemos ter o desrespeito que o Senhor provoca a esta Assembleia, porque se enerva...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo (PSD)* disse: O Senhor não tem jeito para ser Presidente de uma Assembleia Municipal, digo-lhe já!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Olhe...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: E mande isso para o Ministério Público!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Eu, resolvi, eu resolvi não lhe responder, porque o Senhor Deputado *António Figueiredo*, não merece resposta. O seu comportamento, os seus escritos que eu vou passar a ler...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Leia!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: A sua falta de ética no diálogo...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Diga! Falta de ética!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Não merece resposta de ninguém!

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Mas diga, fale!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Então o Presidente da Mesa resolve ignorá-lo, é a única postura que o Senhor merece e de certeza absoluta que esta Assembleia concorda comigo!

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Isso está no Ministério Público, escusa de mandar porque está lá!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: O Senhor há pouco disse que estava a pensar qualquer dia abandonar a Assembleia, graças se esse dia chegar para se pacificarem estas sessões. No entanto só o Senhor é que poderá tomar essa decisão porque foi eleito pelo povo.

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: Para isto ficar tudo à sua maneira!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Pronto, tudo bem! Já não há mais interpelações à Mesa?

Há?

Eu não sei se isto tem resposta Senhora Presidente? Quer responder ao Senhor Deputado *António Figueiredo*?

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse: Quero responder ao Senhor Deputado *José Manuel Pavão*.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Muito bem, então.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse: Muito bem Senhor Deputado, agradeço as palavras que referiu. De facto, quando eu falei, só quem está nas Juntas de Freguesia é que sabe o trabalho que tem, não me estava a referir propriamente àquilo que foi feito, aos debates, aos colóquios, estava-me a referir o título Executivo que temos. Portanto, o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia foi criado precisamente para esta proximidade. Como sabe o Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos já existe há bastante tempo e continua a funcionar e serve como um meio de ligação entre a Assembleia Municipal, o Executivo e os Senhores Deputados Municipais. Julgo que para haver esta proximidade, obviamente que sim e deve haver e quando falamos de direitos iguais entre os Senhores Deputados e os Senhores Presidentes de Junta é óbvio que estamos a falar de direitos iguais, mas um Presidente de Junta é Executivo, estamos sempre a colaborar, como era no passado, no sentido de encontrar soluções. Em relação ao Órgão Deliberativo é uma relação, obviamente, diferente mas concorde que houve muito debate, muita exaltação do trabalho dos Senhores Presidentes de Junta e têm sido feitos seminários em volta destas questões.

Bem eu abstenho-me de fazer outros comentários, principalmente porque quando falamos aqui de ética, dos valores e dos princípios e misturamos estas questões com pessoas que infelizmente já partiram e não estão entre nós, que eu respeito muito, eu julgo que estamos a misturar sentimentos e emoções com a responsabilidade que todos temos e é isso que me entristece, principalmente nestas soluções estar a fazer referências aos pais, porque, de facto, essas referências e por muito orgulho que tenhamos nos nossos pais, deveremos sempre não introduzi-los neste debate político, até porque não tem essa situação. Obrigadíssima a todos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Muito obrigado Senhora Presidente.

Continuamos a ser importunados, infelizmente. Isto leva-me a... Isto leva-me a fazer um comentário e que é o seguinte...

----- O Senhor Deputado Municipal *António Figueiredo* (PSD) disse: O Senhor é que é irresponsável! Chamou-me trouxa!

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: E que é o seguinte...



----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Chamou-me trouxe! Está a perceber? Que eu nem percebi isso? Chamou-me trouxe!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Desculpe Senhor Deputado, mas isso não é verdade!

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Está na ata!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Faça favor de mostrar a ata!

O Senhor Deputado António Figueiredo não fala a verdade! Mostre-me a ata se faz favor..., perante esta Assembleia! Ai passa ao lado?

E o Senhor não está a ter! Mostre-me a ata! Faça o favor de mostrar a ata!

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Tem aí a ata o Zé António!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não, o Senhor é que tem que justificar aquilo que está a dizer! Diz que lhe chamei trouxe! O Senhor vai-me mostrar na ata onde eu lhe faço tal ofensa, se faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Agarre na trouxa e ponha-se a nadar!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Isso é outra coisa!

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Ah, é outra coisa?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Não é? Isso é outra coisa! Desculpe, desculpe, desculpe, desculpe! Não vale a pena!

Já dissemos o que tínhamos a dizer.

Mas eu vou mais longe.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Meta-me no Ministério Público!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu vou mais longe!

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Uma ação!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O artigo 34.º diz assim: “Invocação do Regimento”, isto é para a Assembleia em geral, “O membro da Assembleia que pedir a palavra para invocar o Regimento, indica a norma regimental infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.”, eu queria pedir à Assembleia, porque já hoje se falou várias vezes no seu não cumprimento, que os membros desta Assembleia, usando do poder que têm ao abrigo do artigo 34.º, sejam claros ao fazer acusações à mesa, referindo onde é que a mesa feriu o Regimento. O Regimento foi feito por um grupo de trabalho muito consciencioso. Estudou ao pormenor, foi à Lei 75/2013, aprofundou todos os temas ao máximo possível, com elementos de todos os partidos. A Lei 75/2013, nós estudamo-la minuciosamente... Podemos cometer erros, mas eu continuo a dizer, não se pode vir para aqui dizer de forma vaga, “o Regimento não está a ser respeitado”! O Regimento é um documento escrito, é como a matemática, é um orientador objetivo. Está aqui perante todos nós e não há que rebatê-lo. Quanto à postura da Mesa e à gestão que a mesa faz, é fácil fazê-lo quando não existem na bancada quebras de comportamento ético. Como aconteceu aqui durante muitos anos!

Não é fácil gerir quando confrontados com situações atípicas como com frequência tem acontecido, e eu vou mais longe..., qual é a regra, qual é o modelo de gestão quando isto acontece? Onde está a pedagogia que nos ensine a lidar com situações deste género?

Eu não consigo entender...! Nós estamos aqui, todos, em defesa dos interesses do nosso Município. No entanto, eu recebo requerimentos como este que vou ler, aqui apresentados pelo mesmo Deputado, que disparam em todas as direções... no Governo, na Mesa da Assembleia, na Presidente da Câmara! Eu vou ler! E os Senhores vão-me ajudar por favor, vão ajudar esta Mesa a gerir este tipo de situações, porque a Mesa, realmente, chega a um ponto que não sabe o que há de fazer!

Então é assim: primeiro requerimento do Senhor Deputado António Figueiredo: --- “artigo 36.º, nós conhecemos, podemos falar nalgumas coisas mas nós fazemos os possíveis para o cumprir, já que a Senhora Presidente não liga nada, mas mesmo nada àquilo que o Senhor Presidente da Assembleia envia para o Executivo, nunca obtém resposta alguma”--- “venho pedir aqui nesta Assembleia, do dia 21 de dezembro e conforme a Lei 75/2013”, - o Senhor deve ver bem essa Lei, ó Senhor Deputado... “venho por este meio pedir a Vossa Excelência uma listagem de todas as horas extraordinárias, pagas pela Câmara Municipal de Mirandela a funcionários e quem de há quatro anos atrás” e fico por aqui. Eu entendo que quer saber de há quatro anos atrás, quem recebeu horas extraordinárias...? num requerimento aqui entregues, mas dirigido ao Presidente da Assembleia, à Presidente da Câmara e aos Senhores Deputados. Estes requerimentos sr. Deputado, terão necessariamente que ser dirigido à Mesa da Assembleia. Não podem ser dirigidos à Presidente da Câmara..., isto é um assunto nosso. Nós somos um órgão completamente autónomo. A Senhora Presidente está aqui para de forma concisa responder às nossas dúvidas e questões.

Mas Senhor Deputado, aquilo que o Senhor diz também não é de todo verdade, e vou ter que o dizer aqui. Há questões que a Câmara Municipal efetivamente não responde, outras, em que responde, e outras em que nem tem que responder. Ainda hoje

surgiu aqui uma, a do terreno da estação de camionagem que foi colocada pelo Senhor e à qual a Câmara respondeu, como outras. Outras há, porventura, que nem têm direito a resposta, como é o caso deste requerimento. Compete a nós Assembleia, já que aprovamos o orçamento, saber se há desvios orçamentais e quais os motivos..., isso sim, agora a gestão que a CM faz no pagamento de horas extraordinárias ou não pagamento, é um assunto em que nós nos não devemos imiscuir.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Mas eu quero saber!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Mas se o Senhor quer saber, vá lá perguntar à Senhora Presidente da Câmara, não venha aqui importunar a Assembleia com assuntos que não são da nossa competência.

Outro requerimento. Também vem lá com os artigos, como se a gente não os conhecesse, e depois diz assim: olhe os termos, “É uma vergonha para a cidade e para quem nos visita, seja lá o dia que for, existe falta de respeito para com os lugares e sítios, eu já disse isto aqui nesta Assembleia Municipal, diversas vezes, faziam sempre orelhas “moucas”, as viaturas são principalmente de funcionários desta autarquia deviam de ter vergonha, por os automóveis na entrada principal da Igreja da Senhora da Encarnação (quando à sexta-feira vou à missa das 17,00 horas, e ao sair são praticamente dos funcionários) ...” e terminando dizendo: “Peço à Senhora Presidente que faça, ou mande fazer uma postura municipal...”. Ora isto bastava-nos, isto poderá ser um assunto da Assembleia, o Senhor propor a sugestão ao executivo para que haja uma revisão da postura...

Eu pergunto à Assembleia, vamos ou não votar um aconselhamento para a revisão da postura municipal, dado que é mais ou menos o que o Deputado *António Figueiredo* pretende?

Devemos ou não pôr à votação esta questão?

Quem vota a favor?

Quem vota contra?

Portanto esta moção é rejeitada.

Terceira, também dirigida à Presidente da Câmara, etc, etc, a ver se começa a corrigir estas coisas Senhor Deputado, com todo o respeito que tenho por si, e diz assim: “o Senhor Presidente da Câmara tem culpa no “Cartório” a nível local, António Anselmo não esmoreceu e retaliou, cabeça de lista do Movimento Unidos por Borba – MUB, (...), mas na minha opinião a culpa não pode ficar, por aqui, o “governo central” também tem culpas no cartório... “ volta a por o cartório, “ neste país de cativações, existem “responsáveis políticos” para referir ministros e secretários de Estado, o que lhes aconteceu nada, em relação a Pedrógão, em Tancos e agora em Borba. ...”, lá vem outra vez a proposta, “Venho por este meio pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que colocasse esta proposta em discussão...”, não a vou colocar, e isto sim, “e que a mesma fosse votada, realizando esta Assembleia “um minuto de silêncio em relação a esta tragédia”, se era isso que pretendia, era fácil, não precisa de disparar para o governo, para a Presidente, etc...

É isso que o Senhor Deputado pretende?

Assim, sendo, eu pergunto à Assembleia, vamos ou não votar um minuto de silêncio pelos falecidos em Borba?

Quem é que vota a favor?

Penso que está aprovado por maioria.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Nesse caso, tínhamos previsto no final destas intervenções fazer o muito de silêncio já indicado e agora este, também, mas a Senhora Deputada *Cristina Passas* teve um assunto inadiável, teve que sair, e gostava muito de estar presente nesse minuto de silêncio, pelo que eu pergunto, se alguém se opõe que possa ser antes do início do período da tarde, do ponto quatro da Assembleia esse minuto, para que a Senhora Deputada possa estar presente também.

Ninguém se opõe?

Então, neste caso damos por concluído o período da manhã. Já sabem, regressamos às 15h00m.

Bom almoço.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito boa tarde a todos. Estamos em condições de dar continuidade à nossa Sessão. Agradeço que todos os Senhores Deputados Municipais se sentem. Já temos quórum, então, vamos iniciar os trabalhos da tarde.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Vamos passar ao minuto de silêncio.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Queria cumprimentá-los a todos.

Eu não pude estar presente de manhã, na abertura da Sessão, pois tive que acompanhar o Professor *Orlando* numa Reunião, por isso, foi-me impossível estar aqui.

Queria perguntar se posso integrar a Assembleia Municipal a partir deste momento ou não?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Pode, com certeza. O Senhor Deputado *António Martins* já me tinha dado essa justificação e eu já lhe tinha dito que sim, até porque esteve em trabalho. Isto não se passa apenas na Assembleia da República, mas também na Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:** Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Uma boa tarde de trabalho.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Sendo assim, depois do pedido da Senhora Deputada *Cristina Passas* para estar presente neste minuto de silêncio pelas vítimas do INEM, passamos então ao primeiro minuto de silêncio.

(minuto de silêncio)

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Interpretamos que este minuto de silêncio será pelos dois acidentes, não é assim?  
Passamos, então, de imediato ao ponto 4 - Período da Ordem do Dia...  
Acabei de dizer se estavam de acordo, já que foi solicitado que fosse pelos dois...  
Passamos, então, ao ponto 4 - Período da Ordem do Dia com o ponto 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013.

## Ordem do Dia

### 4 - Período da Ordem do Dia.

#### 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Relativamente a este ponto, aceitam-se inscrições para intervir.  
Vou recapitular as inscrições...  
Temos quatro inscrições para este ponto. Senhor Deputado *Jorge Humberto*, Senhor Deputado *José Manuel Trovisco*, Senhor Deputado *Vigílio Tavares* e do Senhor Deputado *Paulo Pinto*.  
Mais alguma inscrição?  
Chamo, então, o Senhor Deputado *Jorge Humberto* para fazer a sua intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados e Público Presente.  
A CDU vai votar contra este Orçamento. Vai votar contra, porque não fomos ouvidos...  
Peço desculpa, não é sobre este ponto, percebi mal...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Houve aqui uma pequena confusão do Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Passo a chamar o Senhor Deputado *José Manuel Trovisco*.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Boa tarde Senhor Presidente. Boa tarde Senhores Deputados.  
Inicio esta intervenção com um elogio a esta Assembleia pela postura até aqui demonstrada, comparada com anteriores Sessões.  
Escrevi isto há cerca de uma hora e meia, entretanto sucederam alguns acontecimentos, o que me leva a introduzir aqui, mas com algumas reticências.  
Entendo, assim, que é mais salutar e os Mirandelenses orgulhar-se-ão mais. A Ordem do Dia desta Sessão tem, para mim, um sentimento de regozijo, pois é visível nos diferentes documentos, que se vão seguir, a assunção da vertente social determinada por este Executivo. Dou, por isso, os meus parabéns ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente.  
Agora, as dúvidas em relação a este tema.  
Sobre a política de Proteção Civil, gostaria de saber qual é o ponto de situação sobre a notificação aos proprietários, que é descrita no documento, sobre os imóveis degradados e as suas potencialidades de risco de incêndio e queda, portanto, questões de segurança?  
Outro ponto é sobre a visão da Senhora Presidente sobre a capacidade de resposta do sistema local e implementado, tendo em vista eventuais emergências ou catástrofes?  
Sobre outro ponto, que é a ocupação e uso do solo, houve um seminário onde o Município esteve representado, gostaria de saber o que o Município de Mirandela se propõe implementar localmente, sobre este tema de ocupação e uso do solo, essencialmente?  
Sobre a veterinária, li que foram recolhidos ou capturados 139 animais, a minha dúvida é se este número está de acordo com a estatística, se porventura existe cadastro concelhio atualizado?  
Relativamente às vistorias higio-sanitárias a peixarias e talhos, onde foram executadas 19 vistorias, fico na dúvida, porque estão omissos os resultados. Gostaria de saber se eles existem e se cumprem os critérios estabelecidos?  
Nas vistorias a cantinas, também fico na dúvida relativamente a quantas foram executadas e aos resultados subsequentes.  
Outro tema tem a ver com reclamações, sugestões e opiniões sobre os três primeiros trimestres de 2018. Quero elogiar o nível de resposta da Câmara, acreditando nos números publicados, sobre as 254 ocorrências em que essa resposta foi superior a 90%, existindo apenas 10 casos por responder, mas foi dentro dos limites ainda legais.  
O último ponto é sobre a situação financeira do Município. É um ponto que eu não domino, mas que gostaria de ser esclarecido sobre a rubrica de bens e serviços, onde a despesa é superior, em cerca de 50%, relativamente à receita.  
Era só, obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada, Senhor Deputado. Passo agora a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados e Público presente.

Antes de começar esta minha intervenção, gostava de fazer uma nota prévia.

Dizer que nesta Assembleia, e cada vez que aqui entro, tenho a noção perfeita que o meu Partido exige de mim o melhor que tenho e sei. O saber, o saber fazer e o saber estar quero que me acompanhem sempre, cada vez que uso da palavra ou quando outros estão a tomar da palavra.

Pelo que reitero aqui, novamente, que é este o espírito que norteia os elementos da Bancada do PSD, se bem que por vezes acontecem animosidades que nos desorientam, mas é este o nosso espírito, é isto que reiteramos, é isto que defendemos e é isto que vamos tentar nesta Assembleia e nas seguintes, honrar o Mandato conferido pelo voto do povo, sob pena de não merecermos tal responsabilidade.

Neste sentido, Senhora Presidente, pergunto-lhe se me quer ouvir, porque já me interroguei se, porventura, deveria fazer esta intervenção, porque o tom ou a emoção que porventura possa colocar, confesso que esmoreceu já um bocadinho.

E neste sentido, Senhora Presidente:

Primeiro: dou a importância devida, da importância política, quando a Senhora Presidente retirou o lixo do Cachão. Mas também dou a importância devida ao facto do matadouro do Cachão estar encerrado, que neste momento e neste seu Mandato o Complexo Agro-Industrial do Cachão, que lhe tem sido tão caro, nas intenções de potenciar para melhor, pena é que, neste momento, o matadouro do Cachão, entidade estratégica de apoio a um conjunto de produtores, tenha um selo de encerramento. Senhora Presidente, quando herdou, herdou as coisas boas e as coisas más, mas nesta questão política a responsabilidade é sua. Senhora Presidente, eu também sei que a Senhora vai fazer obras e melhorias no matadouro e que daqui a três ou quatro meses o matadouro vai estar melhor, do que o que está agora. São nestas questões que lhe peço diligências rigorosas para que o matadouro consiga fazer melhor aquilo que, verdadeiramente, ele faz bem.

Pergunto também sobre o encerramento temporário do Metro de Superfície de Mirandela. É um encerramento temporário ou definitivo, Senhora Presidente?

Agora, aproveitar para lhe agradecer as Boas Festas, que teve o cuidado de enviar para a minha caixa do correio, as quais eu agradeço e retribuo, pese embora a fotografia ainda ser de campanha eleitoral.

É só um pormenor...

Se entende, muito bem não tem nada a ver, foi só o que preparei e isto vale o que vale.

Aproveito, também, a oportunidade para lhe desejar as Boas Festas.

Senhora Presidente, já fez a mensagem? Já está no Portal do Município a mensagem da Senhora Presidente. Uma mensagem muito sucinta que renova objetivos e apresenta duas coisas na sua mensagem:

- Fala na redução na dívida de dois milhões e meio de euros. Senhora Presidente, que imprecisão.

- Fala na diminuição de impostos de IMI e de IRS. Muito bem!

Senhora Presidente é a sua mensagem, é o Portal do Município... O que diria Eng.º *Baltazar*, distinto Distinto Deputado desta Assembleia, que tanto infernizou os anteriores Executivos com aquilo que eles publicavam no *site* do Município e naquilo que deveria ser verdadeiramente o *site* do Município?

O *site* do Município tem de ser um *site* para promover aquilo que Mirandela tem de melhor. As pessoas que, porventura, nos possam dirigir, cada vez que entram no *site* do Município, tenham lá verdadeiramente aquilo que Mirandela tem de melhor.

O que tem na sua mensagem? Tem uma dívida de dois milhões e meio que poupou agora, recentemente, em junho. Como é que o ano económico termina em junho, quando os indicadores de setembro já são completamente diferentes? É uma imprecisão!

Senhora Presidente, depois de evocar nesse mesmo comunicado, na sua mensagem, onde apresenta objetivos e renova votos de rigor e de transparência para a sua gestão, vou falar-lhe sobre o rigor e a transparência da sua gestão, em relação a este relatório que apresentou ao fim do primeiro ano de Mandato e com bons resultados.

Em meio ano, temos uma diminuição da dívida em cerca de 2,5 milhões de euros, que representa 13% da dívida, sobre a dívida inserida na DGAL de 18 milhões, referindo que a dívida que mais desceu foi a dívida a fornecedores.

Então, Senhora Presidente, a outra dívida? A dos 24 milhões, fruto de 6 milhões de dívida oculta? Deixa de valer?

Ficamos na demagogia, porque de rigor e de transparência tem muito pouco.

Tomo como suas obras: a melhoria do regadio tradicional de Contins, sendo do anterior Executivo.

Que equidade manifesta quando afirma que a instalação de um posto de carregamento para veículos elétricos, um posto apenas, imaginem quando tiver mais postos de carregamento para veículos elétricos do que bombas de gasolina.

Reforça a centralidade e coloca Mirandela na vanguarda da mobilidade não poluente, sob pena da bomba estar sempre vermelha. Felizmente há poucos carros em Mirandela. Mas faz isto tudo, com um só posto faz isto tudo. Sinaliza Mirandela como a melhor das centralidades.

Mas que rigor, Senhora Presidente...

Faço este discurso, pois a Senhora Presidente evoca valores de rigor e transparência, porque senão não falaria assim.

Mas que rigor, Senhora Presidente, em relação ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesias. Uma coisa é a atividade, os programas de atividade física para os Seniores e os transportes a favor da mobilidade em meio rural. Outra coisa foi o seu Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesias que, neste primeiro Mandato, colocou nas Juntas de Freguesia 0€ e que as deixou em completo abandono.

Mas que rigor, Senhora Presidente, quando fala novamente na Unidade Móvel de Saúde. Diz que tem de tomar diligências, com certeza que sim, mas que até ao final do ano estará ao serviço das populações rurais e dos Mirandelenses. Senhora Presidente, esta é uma promessa que, acho que, já não vai conseguir cumprir, sob pena do ano terminar...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, se me permite, eu acho que está a falar de coisas extremamente importantes, mas que, com todo o respeito, foge um pouco à informação da Senhora Presidente.

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Isto é informação da Senhora Presidente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Eu estou a falar com o Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Por favor, não interfiram.  
É minha sugestão que vá mais direto ao assunto, até porque terá outras oportunidades para questionar esses temas...

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Agradecia que parasse o relógio, se não se importa...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Não tem a ver com o tempo, aliás, nós interrompemos...

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Senhor Presidente, eu acato...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Está a ver a minha ideia?

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Tem pertinência...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: É muito pertinente...

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Se bem que isto tudo é informação da Senhora Presidente.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Mas foge um pouco ao ponto que está em discussão.

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Utilizo esta estratégia, porque neste item temos 10 minutos para intervir, sob pena dos cinco minutos não chegarem.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Eu dar-lhe-ei, se quiser, a oportunidade posteriormente...

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Em Assembleias futuras não utilizarei esta estratégia, agradeço a chamada de atenção.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Tudo bem.

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: As regras ficam definidas.

Mas sobretudo, nesta Época Natalícia, sobre a solidariedade e fraternidade, bem podia fazer uma palavra de apreço pelo outro Executivo sobre o investimento, na Educação, de três milhões de euros no parque escolar e os 800mil euros no Programa Inovador Integrado de Desenvolvimento de Combate ao Insucesso Escolar, negociado pelo anterior Executivo. Nunca lhe ouvimos uma única palavra de reconhecimento, se bem que estamos num período de solidariedade e fraternidade.

Mas que rigor ou falta dele, Senhora Presidente, quando diz apoiar clubes e coletividades, quando neste mesmo ano os sujeitou a cortes significativos, onde viram diminuída a sua atividade e o seu posicionamento em relação a outros clubes distritais.

Senhora Presidente, que rigor ou falta dele quando assume a realização de obras, de eventos e atividades, mas que foram, verdadeiramente, organizadas por outras entidades, como por exemplo, uma corrida de carrinhos de rolamentos que, efetivamente, foi organizada pela Junta de Freguesia de Mirandela. Mas pode continuar a dizer que é uma prova sua.

Como ao nível da gestão Municipal, que fala do desabamento do teto do Salão Nobre dos Passos do Concelho, mas à data ainda não estava pronta a auditoria interna de satisfação aos funcionários, porque já fez mobilidade interna intercarreiras e os resultados são piores do que no anterior Executivo.

Sobretudo, Senhora Presidente, ao nível da Proteção Civil faça, mas faça mesmo, muitas iniciativas que tem de fazer, porque não podemos estar sujeitos e desprotegidos face aos fogos de verão.

Portanto, Senhora Presidente, este relatório só tem perdão, porque mais parece um panfleto. Ainda pensei estar a ler um relatório de uma Junta de Freguesia muito pequenina, com o devido respeito, mas de facto era mesmo o seu relatório.

Senhora Presidente é-lhe exigido mais rigor. Julgo que tem essa noção e a responsabilidade das suas funções, pelo que é bom que renove votos de compromisso, de trabalho e de dedicação ao concelho, sob pena de não ter nada para dizer ou oferecer aos Mirandelenses sobre aquilo que prometeu.

A Bancada do PSD espera ansiosamente pela próxima Assembleia Municipal, para tratar do relatório com mais rigor, mas que sobre o anterior Executivo refira publicamente, sob pena de ferir de morte valores manifestados de justiça, porque é de justiça fazê-lo e é de imparcialidade aquilo que ele fez, está a decorrer e que a Senhora Presidente vai inaugurar.

Muito obrigado.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Muito obrigada, Senhor Deputado *Paulo Pinto*. O Senhor Deputado *Agostinho Beça* quer fazer uma interpelação à mesa.

----- O Senhor Deputado Municipal *Agostinho Beça* (PS) disse: Exatamente. Só para dizer o seguinte: Caríssimo Senhor Deputado *Paulo Pinto* penso que haja um enorme mal-entendido. Aquilo de que falou não é este documento, que se intitula "Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela", mas sim o documento que foi distribuído, penso eu, também a todos os Senhores Deputados Municipais e que se chama "Um ano de trabalho". Não tem, rigorosamente, nada a ver com o documento que aqui estamos a tratar no ponto 4.1. Portanto, terá havido um mal-entendido. Isto é para que conste em ata.

Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado *Virgílio Tavares* pode fazer a sua intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia e restantes elementos aqui presentes. Não faço a saudação geral, uma vez que já foi feita no início. Em relação à informação da Senhora Presidente, na página seis, refere 4 de outubro de 2018, sobre a retirada do lixo do Cachão.

Cumpre-me dizer o seguinte: é referido que esse lixo é, e cito, “resultante dos incêndios ocorridos em 2013 e 2016.” Ora, nós entendemos que está incompleta e imprecisa esta afirmação, por isso deve ser retificada/corrigidas.

Ora, senão vejamos:

O lixo que foi sendo acumulado no Complexo do Cachão era apenas o produzido lá, pelas unidades industriais do Complexo?

Não foi autorizado pelos Executivos anteriores a que alguém ali depositasse grande parte desse lixo, nomeadamente plásticos?

Quando se deram os incêndios não estavam já ali toneladas e toneladas de lixo armazenado?

Como foi feito o armazenamento?

Quem permitiu que a situação se arrastasse e piorasse ao longo dos anos?

O que foi feito entre 2013 e 2016, para resolver a situação?

A quem interessou que o perigo ambiental para todos, em particular, para as pessoas que ali vivem ou por ali passam, como eu passo ali frequentemente e assisti aos incêndios, cada vez fosse maior e os riscos de saúde pública se tornassem intensamente explosivos?

Entretanto, isto é, desde essa altura até agora, muita poluição aconteceu. Neste momento, temos os custos pagos com dinheiros públicos da retirada do lixo.

Os responsáveis políticos por esta situação ter chegado ao que chegou ou não ter sido resolvida mais cedo vão ficar impunes, mais uma vez. É desta forma que se faz uma boa gestão dos bens públicos?

Resta-me dar os parabéns ao atual Executivo que conseguiu, finalmente, resolver o problema. Esperemos que de forma definitiva, não deixando que se voltem lá a acumular lixos, seja de quem for.

Ainda na página seis e sete é referido o título “Sexta Edição da Feira da Azeitona e Mecanização Agrícola”. No segundo parágrafo, página sete, só refere a atuação da Esproarte, que por sinal era constituída por um único elemento. O que estranhámos é a omissão da atuação do Grupo de Cavaquinhos da Universidade Sénior ROTARY de Mirandela, composto por cerca de 30 elementos. Atuaram a seguir à Esproarte e animaram a Feira de tal forma que fez alegrar e dançar algumas pessoas que ali marcaram presença.

Pensamos nós ter sido um lapso a não referência a esta animação e a este Grupo. Não acreditamos que haja algo por trás desta omissão, mas que não está correto, certamente que concordam comigo...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhor Deputado *Virgílio Tavares* também, neste caso, julgamos que há aqui um lapso. Está-se a referir, na sua intervenção, não ao documento do ponto 4.1, mas ao documento do balanço do ano de Mandato, já aqui indicado pelo Senhor Deputado *Agostinho Beça*. É isso?

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Não, é a informação escrita da Senhora Presidente. Eu acho que vi bem, de qualquer forma vamos retificar. Eu acho que está correto. Cá está, 25 de outubro de 2018, logo na linha de baixo, 31 de outubro de 2018, precisamente acerca do que eu estou a falar.

Posso continuar?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Sim. O que se passa é que estava a fazer, no fundo, uma análise conjunta dos dois documentos. Refira-se a este, então.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Não, não. Estava a referir este documento. Não estou errado.

Vou terminar esta análise.

Sabem que aquele Grupo de Cavaquinhos atua de uma forma voluntária e gratuita, muitos deles usando as suas próprias viaturas para muitas das suas atuações.

Finalmente, ainda respeitante a este documento, na página 11 e 12 refere a captura de animais errantes, já aqui referida. “Foram recolhidos/capturados 139 (118 canídeos e 21 gatídeos)”. Não refere quando nem em que locais, o que não é relevante para o caso que eu quero realçar.

O que ressalta deste ponto é uma reflexão, pois é preocupante o que está a acontecer. Apesar destas recolhas continuamos a ver animais à solta, vadios, em plena Rua da República, centro da cidade, ainda ontem o constatamos pessoalmente. Até parece que nada é feito nesse sentido.

Por exemplo, no início deste mês, dia dois, nas imediações da Igreja de São Bento, mais propriamente na Rua lateral nascente paralela ao edifício religioso, recolhemos prova fotográfica de um conjunto de mais de uma dezena de cães deambulando pela referida rua e passeios. O que mostra que ainda não é suficiente o esforço que tem sido feito nessas recolhas ou capturas.

É por isso necessário tomar medidas para que os donos desses animais tenham cuidados dobrados para não os deixarem andar à solta ou outras ações que o Executivo ou as Autoridades devem acionar. É a Saúde Pública e o Turismo que são postos em causa.

Tenho dito.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Virgílio Tavares*. Findas que estão as intervenções dos inscritos, passo a palavra à Senhora Presidente da Câmara.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Boa tarde a todos.

Começo por responder ao Senhor Deputado *José Manuel Trovisco*. Relativamente à questão da Proteção Civil, à notificação de proprietários, à resposta em emergência e catástrofes tenho a informar que muito se tem feito a nível da Proteção Civil Municipal, no último ano.

A Proteção Civil Municipal era uma unidade, mas não dava resposta a situações urgentes, nem tomava medidas quer preventivas, quer para implementar em casos de emergência.

Neste último ano, como todos sabem, foram implementadas ações a nível Nacional, precisamente para responder às possíveis catástrofes que poderíamos ter, que assolaram o País em 2017. Portanto, em 2018, houve um reforço das preocupações com programas de sensibilização como o “Programa Aldeia Segura” e o Programa “Pessoas Seguras”, com faixas de proteção, que todos os Senhores Presidentes de Junta conhecem, pois foram chamados a intervir e houve uma série de ações. Nós, Município de Mirandela, estamos destacadamente à frente de outros Municípios do Distrito de Bragança, que pertencem aos centros de operações de Bragança.

Mirandela tem tido um comportamento exemplar a nível de Proteção Civil. Nunca se ouviu falar de Proteção Civil como hoje se fala. Nunca foram tomadas tantas medidas preventivas, tantas medidas corretivas como hoje estamos a tomar no terreno. Não estamos a tomar só no papel, estamos a tomar no próprio local e com as pessoas adequadas. Hoje temos um interlocutor em todas as Freguesias, que foi designado pelos Senhores Presidentes de Junta. Hoje temos ações de sensibilização.

Há muita coisa que está a ser feita, que não está reportado, mas que está registado nos nossos Serviços de Proteção Civil e mérito têm os nossos colaboradores e a nossa Coordenadora da Proteção Civil.

Quero referir que ontem fomos assinar um Protocolo com a Autoridade Nacional de Proteção Civil para a formação da Equipa de Intervenção Permanente - EIP da Torre de Dona Chama. Era uma expectativa que todos tinham, já era reclamada há muito tempo, pois temos uma equipa de intervenção em Mirandela e Torre de Dona Chama não tinha esta equipa, são cinco postos de trabalho.

Acho estranho que muito se fale e se critique aqui e não se dê importância àquilo que de bom acontece no nosso concelho. Também é bom saber aquilo que acontece menos bem, é claro que não corre tudo a 100%, mas existem situações que são a bem do Município, a bem das nossas Freguesias e para salvaguarda das nossas populações.

Relativamente ao cadastro dos Serviços de Veterinária, este Serviço é composto por dois Médicos Veterinários, que já estavam no Município, são Serviços que fazem a captura de animais e que mais à frente vou explicar até a propósito da questão levantada pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares*.

Relativamente às vistorias higio-sanitárias, estas vistorias são realizadas pelos Serviços de Veterinária e registadas numa plataforma da Direção Geral de Alimentação e Veterinária, portanto, têm nomes de estabelecimentos e uma série de informação, que é uma informação interna, relativamente às melhorias que cada um tem de fazer nos talhos e peixarias, bem como tudo o que está relacionado com produtos de origem animal.

É de louvar o trabalho que tem sido feito no tratamento de reclamações, pois tínhamos reclamações que há muitos anos que não tinham resposta. Neste momento está a ser feito um trabalho de levantamento das situações de quando se passa o limite de resposta e é necessário responder aos Municípios.

Quanto ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, em relação ao matadouro do Cachão lamento a forma como falou sobre este assunto. O matadouro do Cachão não está encerrado, tem uma suspensão temporária de duas linhas: a linha de abate de bovinos e a linha de abate de pequenos ruminantes - ovinos e caprinos.

Posso dizer-lhe até que em 2015, foi encerrada a linha de suínos. Foram feitas obras e posteriormente foi novamente aberta a linha de suínos.

O que aconteceu e que eu expliquei no início, devido a uma questão levantada pelo público, foi que existiu uma vistoria da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica - ASAE e suspendeu a laboração nessas duas linhas, única e exclusivamente, por situações ligadas a manutenção. É uma infraestrutura com mais de 30 anos, que tem lavagens diárias com água quente, quem conhece o matadouro sabe que este tem um desgaste muito rápido, as tintas que são laváveis têm muito desgaste e isso leva a que haja a necessidade de manutenção das instalações e das infraestruturas.

Aquele matadouro está sobredimensionado em relação à nossa realidade atual. É verdade que conseguia ter, numa semana, o efetivo de todo Trás-os-Montes. Temos hoje um grande matadouro com condições que têm de ser melhoradas, mas é muito difícil de palmear, porque são extensões muito grandes, são salas e frigoríficos de uma extensão enorme, com custos de manutenção associados.

Tanto o Município de Mirandela como o Município de Vila Flor sabe, ao longo dos anos, e quem conhece o matadouro do Cachão sabe que este tem tido uma grande importância regional, mas as Câmaras também têm suportado as despesas que o matadouro dá.

É injusto referir-se à responsabilidade do encerramento, porque não há um encerramento. É injusto referir-se ao matadouro do Cachão por falta de responsabilidade dos Municípios, até porque a degradação, como os inspetores da ASAE disseram, não é destes 10 meses que nós assumimos a direção da administração. A degradação do matadouro já vem de há muitos anos e é óbvio que não se consegue nesse período de tempo fazer um novo matadouro, porque tínhamos que encerrar aquele e temos que investir dinheiro, é verdade, temos que investir muito dinheiro na reabilitação do matadouro.

É bom que se refira: nós não vamos “deitar a toalha ao chão”.

Ontem numa Reunião, com todos os colaboradores, dissemos e assumimos a nossa responsabilidade. Nós queremos o matadouro aberto e vamos reabrir o matadouro, ou seja, vamos reabrir as duas linhas, suspensão decretada pela ASAE e que levanta muitas dúvidas. Não houve nenhum parecer de nenhum Veterinário, de nenhum Técnico de Segurança Alimentar que determinasse essa suspensão.

É previsível que possamos apresentar uma Providência Cautelar, mas isso terá de ser uma determinação a ser tomada pela administração da Agro-Industrial do Nordeste - AIN, que são os dois Municípios.

*[Handwritten signature and initials]*

Relativamente ao Metro Ligeiro de Mirandela, dizer-lhe que foi feita uma conferência de imprensa com a agência. Nessa conferência de imprensa foi dito que havia a necessidade de encerrar o troço Mirandela - Carvalhais, pela manutenção do estado da linha e pela urgência das revisões das automotoras que fazem o transporte. As automotoras ao chegar aos 500mil km têm de ir a uma inspeção ao Porto e chegamos a um limite, dia 17 de dezembro.

A ligação Mirandela - Carvalhais está a ser feita por transporte rodoviário, tal como Mirandela - Cachão. Estes transportes rodoviários estão a ser pagos pelo Metro Ligeiro de Mirandela, que como sabe, é 90% da Câmara Municipal e 10% CP.

Estivemos reunidos com a CP para delinear uma estratégia de como será feita a transição dos colaboradores, são quatro - três motoristas e um administrativo, sendo que ainda temos dois colaboradores que estão afetos à Metro, ou seja, são pagos pelo Metro Ligeiro, mas estão a colaborar nos transportes urbanos, como estavam no passado.

Aquilo que lhe quero informar, julgo que ficou bem claro na nossa intervenção à Comunicação Social do Metro Ligeiro de Mirandela, não da Câmara Municipal, porque são coisas distintas, é que vai ser definitivamente encerrado o troço Mirandela - Carvalhais. Pretendemos trazer para Mirandela a Ecopista que passa por Carvalhais e que se iniciava em Carvalhais - Macedo de Cavaleiros - Bragança.

Existe, então, uma suspensão, porque a linha entre Mirandela - Cachão tem de ser reabilitada para que possa nos finais de junho/inícios de julho ser uma realidade, a situação da mobilidade do Tua.

Relativamente à Informação da Senhora Presidente da Câmara que referiu, não tenho nada a dizer. Tem a sua opinião sobre a situação, mas vale o que vale.

Relativamente à situação das obras, “toma como suas, as obras”? As obras não são minhas, não são do anterior Presidente nem do anterior Executivo, as obras são do Município.

Agora, é óbvio que quando falamos de dívida, a dívida é a nossa, mas as obras já são as suas...

Quando falamos de obras, projetos, pagamentos e de todo o trabalho que a Câmara Municipal tem, não se pode desvalorizar o trabalho dos outros, o que já começa a ser habitual e normal nas intervenções que faz.

Quando desvaloriza o facto de termos um posto de carregamento de veículos elétricos e ridiculariza a situações de termos este posto, pois é, mas não existia nenhum e a verdade é esta. Quando passamos de zero para um, estamos a aumentar 100% e se colocarmos mais dois, estamos a trabalhar pelo Município.

Acredito que muita gente está contente pelo facto de termos o posto de carregamento elétrico, porque têm veículos elétricos e precisa deste posto. Vamos ter mais? Obviamente que vamos, mas isto faz parte de um plano da Proteção do Ambiente e de um plano de Mobilidade.

Eu não vi nenhuma intervenção em que se apresentassem soluções sobre alguma coisa, é apenas uma crítica pela crítica, é desvalorizar o que está feito e o que está para se fazer, porque soluções, medidas, propostas para o Orçamento, zero! Não o vejo nada, nada que se diga assim: “é uma Proposta “com pés e cabeça”, vamos trabalhar nisto”.

Quando nós, isto é um à parte e só para vos informar, chamamos a Oposição, por causa do Estatuto do Direito de Oposição, para ouvirmos as propostas dos líderes parlamentares e dos líderes concelhios, perguntamos quais eram as propostas que tinham. Zero! Disseram-nos “o Orçamento é vosso”. Não, o Orçamento não é nosso, não é vosso, o Orçamento é de todos!

O papel da Oposição também é apresentar propostas e também é valorizar o que temos feito, por isso, é isto que eu desafio a Oposição a fazer. Apresentar propostas reais, que se possam concretizar, e valorizar aquilo que está feito, porque ao desvalorizar aquilo que está feito, está-se a desvalorizar o Município.

Não é só a Mensagem da Senhora Presidente no *site* que desvaloriza o Município, porque ao falar da Presidente, estão a falar no Município. Quando estamos aqui na Assembleia Municipal, estamos a falar de todos por um objetivo comum e não me parece ser esse o propósito da bancada que lidera.

Relativamente ao melhorar as centralidades, ao rigor, à transparência e às Juntas de Freguesia, dizer-lhe que relativamente as Juntas de Freguesias é uma injustiça enorme dizer que lhes foram dados 0€. Isto é mentira!

Estão aqui muitos Presidentes de Junta de Freguesia que não podem desmentir. Não foram dados 0€ às Juntas de Freguesia, aliás, só em apoios e subsídios extraordinários, neste ano, demos 125 mil euros, para além de todo o apoio logístico, que não é contabilizado.

Temos feito mais este ano do que durante muitos anos do Executivo do PSD.

É de uma injustiça enorme, também para com as Juntas de Freguesia, o que está a ser dito e não pode ser dito! A realidade é completamente diferente da forma como faz a referência às Juntas de Freguesia, por isso, a verdade é só uma: os apoios vão aumentar.

Sei que isso vos incomoda, mas faz parte de uma estratégia de coesão territorial que é obrigatório termos em Mirandela e em todo o concelho. Por isso, nós não nos vamos arredar um centímetro desta estratégia e as Juntas de Freguesia vão ter mais dinheiro, sim. Temos os Protocolos, que vão ser assinados, e as Juntas de Freguesia vão ter dinheiro e autonomia para poder fazer aquilo que pretendem fazer. Nunca isto foi feito!

Relativamente à Unidade Móvel de Saúde, quero dizer-lhe que esta Unidade está a ser preparada e vai iniciar atividade no início ao próximo ano.

De qualquer forma, também lhe quero dizer que não valoriza aquilo que é importante, porque em Mirandela nunca houve uma Unidade Móvel de Saúde, mas vai haver. Está a valorizar se é este mês ou se é para o próximo? As pessoas querem a Unidade Móvel de Saúde.

Nós estamos há um ano na Câmara Municipal de Mirandela, mas o PSD esteve lá há quantos anos? Parece que chegaram agora, mas não chegaram. Já estão cá há muitos anos e são responsáveis por muitas das coisas que estão, neste momento, em Mirandela, em todas as Associações, Clubes e daquilo que referiu, do apoio da Câmara.

Relativamente aos Clubes, Associações, provas desportivas como os carrinhos de rolamentos, de que falou, dizer que a Junta de Freguesia de Mirandela organizou esta atividade e nós apoiamos. A Câmara Municipal não tem que organizar tudo, a Câmara Municipal deve estar a apoiar as iniciativas quer de entidades públicas, quer de entidades privadas.

Onde está a participação cívica? Onde está a forma como os cidadãos vão promover a Cultura, o Desporto, entre outras?

O mais normal é que a Câmara não se substitui às Associações, o mais normal é que a Câmara Municipal apoie as Associações e as Juntas de Freguesia.

Dou-lhe um exemplo: a Câmara Municipal tinha uma escola fechada, a Escola de Hotelaria e Turismo, há dois anos. Esta Escola estava podre por dentro, estava a ficar muito degradada. A verdade é que esta mesma escola, que estava completamente



degradada, passou para a gestão da Escola Profissional de Agricultura. Hoje, convido o Senhor Deputado a ir lá visitá-la e veja a diferença, pois a diferença é abismal! Temos lá pessoas, jovens, alunos, temos vida naquela escola. Temos a funcionária que estava lá, que pertencia a uma Associação da Ensinatur - Associação de Ensino Profissional de Turismo de Trás-os-Montes, que é uma Associação para a Promoção do Ensino Turístico.

A função da Câmara não entra no Ensino Turístico, a função da Câmara é a de apoiar o Ensino Turístico, é apoiar as lacunas que temos na nossa sociedade.

Portanto digo-lhe, a decisão política, porque foi uma decisão política, de passar a gestão da Escola de Hotelaria para a Escola Profissional de Agricultura já devia ter sido tomada há muito tempo, mas, como diz o povo, “vale mais tarde do que nunca”. Isto foi feito e hoje, a Escola Profissional de Agricultura está dotada de cursos Técnico-Profissionais que dão sabedoria, conhecimento e saídas profissionais aos nossos alunos, para além da residência de 80 alunos, que estão em melhores condições do que estavam antes.

Em relação à Auditoria Interna, tenho uma boa notícia para vos dar. Tivemos hoje o encerramento da Auditoria, tivemos a manutenção do certificado de qualidade da Câmara Municipal, portanto, aquilo que lhe quero dizer, pese embora saiba que possa ficar aborrecido com a situação, é que a Certificação de Qualidade foi obtida, temos algumas observações e melhorias a fazer, mas algumas situações foram já resolvidas.

Relativamente ao resultado dos inquéritos aos colaboradores, houve menos colaboradores a responder aos inquéritos e os resultados não têm muito significado quanto à variabilidade. Mas, de qualquer forma, é normal, e eu não estava à espera que fosse diferente, que os colaboradores tenham um período de adaptação às mudanças, isto é normal em todas as organizações. Ninguém está à espera que em qualquer Organização, em que haja uma mudança, que as coisas logo no primeiro ano comecem a funcionar a 100%. Ninguém está à espera que dos 300 colaboradores que a Câmara tem, para além dos contratados, estejam todos satisfeitos.

Há um problema, há, e onde é que ele está? Os resultados não indicam de onde vem o problema, pois não são feitos por setores, mas estamos a tomar medidas para que haja esta satisfação dos colaboradores. Contudo, faça-lhe um desafio, faça estes inquéritos em outras Associações, conheçam-se os inquéritos de satisfação dos colaboradores das Escolas, das Instituições, Associações e veremos quais são os resultados.

Não é só na Câmara Municipal que há colaboradores insatisfeitos. Nós sabemos quais são as causas de insatisfação, sabemos que há uma variabilidade muito grande das tarefas que competem à Câmara Municipal, desde as obras, a Cultura, as piscinas, entre outras.

Há um leque muito grande de satisfação, há expectativas e necessidades que não podem ser cumpridas. A verdade é esta, porque toda a gente quer ganhar melhor e ter melhor qualidade de vida, mas neste momento os colaboradores da Câmara Municipal que andam nas ruas, andam muito mais seguros do que andavam anteriormente. Sabe porquê? Porque temos uma Técnica de Segurança que está a acompanhar todas as situações, que não havia na Câmara Municipal e é obrigatório.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, fez uma referência ao documento a que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* se estava a referir, por isso, não tenho qualquer comentário a fazer.

Em relação ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, dizer-lhe que o lixo depositado no Cachão foi depositado por duas empresas e esse lixo entrou em combustão, não se sabem as causas, em 2013 e em 2016.

Temos também um problema gravíssimo de depósito de lixo na entrada Norte de Mirandela, como todos sabem, olhando para ali sabe-se que as coisas não estão bem.

De qualquer forma, tentamos ainda incluir no Fundo Ambiental a retirada do lixo na entrada Norte, o que não foi possível, porque não era permitido ter dois locais para a retirada de lixo.

Neste momento, já se retirou mais de 3 mil toneladas de lixo do Cachão e até ao final do ano prevemos tirar a totalidade desse lixo.

Mais ainda, a Agro-Industrial do Nordeste - AIN já fez um *e-mail* para o Senhor Ministro do Ambiente prevendo a demolição das paredes que arderam, pois a queda em bloco do resultado dos incêndios está a criar uma situação de perigo.

O que foi feito entre 2013 e 2016, se estivéssemos aqui a falar da AIN e do MIC julgo que não saímos daqui.

Estamos agora centrados nas questões relacionadas com o Matadouro, mas deveria existir uma grande Auditoria ou Prestação de Contas das Administrações anteriores para averiguar o que correu mal na gestão do Cachão. Não estou a falar só nos últimos quatro anos, estou a falar de tudo o que correu mal há alguns anos atrás.

Tudo o que foi feito não coloca em causa os objetivos com que foi feito, mas, neste momento, temos um Complexo em que foram vendidas parcelas, sem qualquer planeamento daquilo que se vendia e daquilo que ficava, ou seja, temos um Complexo velho, sujo, acabado, sem dinheiro, falido e com dívidas a ascender os 3,8 milhões de euros.

Relativamente à “Sexta Edição da Feira da Azeitona e Mecanização Agrícola” de Vale de Gouvinhas, foi um lapso não ter referido o Grupo de Cavaquinhos. Como sabe, admiro muito a dedicação e empenho da Universidade Sénior a este Grupo e têm feito um trabalho brilhante para a alegria das populações. Realmente foi um lapso que aconteceu, mas que vamos corrigir.

Quanto à captura de animais errantes, este é um problema antigo como é o ruído na Cidade. Falei do ruído, porque estamos a elaborar um Plano para que, com a PSP, possamos atribuir importância ao Direito ao Descanso na Cidade. Há muitas queixas relativamente ao ruído e há pessoas que estão a vender as suas casas, porque não conseguem estar durante a semana com esta intervenção constante de ruído.

Em relação à captura de animais errantes, centrando-me naquilo que disse, temos no Plano de Atividades dos Serviços de Veterinária campanhas de sensibilização contra o abandono. Por um lado, existe abandono de animais e, por outro lado, existem tratadores de animais, que os alimentam, mas que não os têm em casa, portanto os animais, principalmente gatos, acabam por fazer colónias.

Como sabe, existe uma nova Legislação relativamente a estas situações e que obriga à castração/esterilização de animais, havendo a hipótese de ir para o canil ou ficar em liberdade.

Em caso de cães vadios, verificamos sempre se têm chip e se estão registados, mas realmente existem muitos casos de cães abandonados e é um abandono, porque o cão inicialmente é pequeno e bonito, mas depois cresce e as pessoas acabam por abandoná-lo na rua.

Relativamente a este setor havia muitas queixas e temos uma situação muito difícil a nível do canil de São Salvador. Esta situação está a ser resolvida para que no próximo ano possamos, a nível do Município, passar a um canil Municipal, sendo

certo que o canil da Associação de Municípios não tem condições para receber mais animais, assim, terá que ser feita uma avaliação de todos os animais, são cerca de 200 cães que estão no canil de São Salvador, e faseadamente temos que resolver este problema.  
Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senho Deputado *Paulo Pinto* não entendi. É uma interpelação à Mesa?  
É o seguinte: o Senhor Deputado *Paulo Pinto* falou, a Senhora Presidente falou, nós temos muitos assuntos ainda para discutir e se vamos começar a entrar numa resposta e contrarresposta...  
Se for uma interpelação, está no Regimentos e nós temos que aceitar, mas se for uma resposta à Senhora Presidente eu não posso aceitar, Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Entenda...

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Se não se importa, eu seria o primeiro a intervir no ponto a seguir.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Vamos abrir uma exceção muito rapidamente...  
Sim, pode ser, é uma boa solução...  
Vamos aguardar, sim, com certeza...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Ainda quer fazer uma interpelação à Mesa, Senhor Deputado? Faça o favor.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado *António Figueiredo*, eu peço desculpa, não ouvi. Quer fazer uma interpelação à Mesa?  
Faça o favor, isso é um direito regimental.  
Espero que não fuja ao tema.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não, não. São umas perguntas que quero fazer à Mesa.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e Público em geral.  
A Senhora Presidente falou, aqui, muito em Proteção Civil. Proteção Civil, Proteção Civil, Proteção Civil...  
Eu pergunto: Medidas preventivas? Lamas nos arruamentos...  
Eu passo pela Avenida 25 de abril, cheia de lama...  
Esta é a primeira pergunta que eu faço à Mesa.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** À Mesa? Por amor de Deus...  
Acha que a Mesa debateu esses assuntos?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** É isto que eu tenho que fazer.  
Outra pergunta...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Peço desculpa, isso não é uma interpelação à Mesa.  
Está a responder a uma questão que foi aqui exposta pela Senhora Presidente.  
Por amor de Deus, não vamos fugir àquilo que é o legal.  
Não é preciso...  
Olhe, vai ter em "outros assuntos" a oportunidade para debater isso. Com certeza que sim e terá tem todo o direito e oportunidade.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Continuamos com o Período da Ordem Do Dia, com o ponto 4.2 - Orçamento Municipal para o ano económico de 2019.

#### **4.2 - Orçamento Municipal para o Ano Económico de 2019.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de dezembro de 2018 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:  
1 - Aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2019;  
2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal."

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Relativamente a este ponto, estão abertas as inscrições por bancada, por favor, para ser mais fácil para nós.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Pedia à bancada do PS que levantasse o braço quem se deseja inscrever.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Podem colocar o braço no ar novamente, por favor?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Por parte da bancada do PSD?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Pela CDU, *Jorge Humberto*.

Vou, então, repetir.

Na bancada do PS vai intervir o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, Senhor Deputado *Manuel Trovisco* e o Senhor Deputado *Carlos Clemente*.

Pelo PSD, Senhor Deputado *António Figueiredo*, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*, Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, Senhor Deputado *Paulo Pontes* e Senhor Deputado *António André Geraldo*.

Pela CDU, o Senhor Deputados *Jorge Humberto* e, pelo CDS-PP, o Senhor Deputado *Virgílio Tavares*.

Passo, então, a chamar, de acordo com o solicitado, o Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Faça o favor, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara.

Senhora Presidente, sobre as Juntas de Freguesia, quando a acusei de ter dado 0€, afinal deu 125 mil euros e saberá a quem, porque houve Juntas de Freguesia com Feiras Temáticas em que umas tinham 1.250,00€ e outras tinham 5.000,00€. Portanto, a Senhora Presidente saberá a quem é que deu o dinheiro.

Veja a discrepância de 125 mil euros para 700 mil euros, este ano.

A Senhora Presidente deu tão pouco que as Juntas de Freguesia responderam-lhe, aqui, com uma Assembleia Extraordinária, como nunca tinha acontecido no Município de Mirandela. Essa foi a resposta! Responderam todos aqui, votaram a favor de uma Assembleia Extraordinária.

Esta é a resposta política a essa questão.

Senhora Presidente, quando diz que me convidou, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, é verdade, fui o único da Oposição que se apresentou com a Senhora Presidente.

“Propostas?” Eu disse: “O espírito da Lei e do Estatuto do Direito de Oposição, o apresentar propostas tem muito a ver com os pequenos partidos. Não conseguem eleitorado suficiente, de peso, para poder ter intervenção no ato de gestão...”

Respeito! Estou a ser fiel àquilo que disse à Senhora Presidente.

“... e que eu não ia apresentar propostas”.

Sabem porque é que eu não apresentei propostas? Porque eu disse que a Senhora Presidente tinha lá uma gaveta com 30 milhões de euros de quadros comunitários.

Agora a falar sobre o Orçamento:

Mas quem é que apresenta propostas para um Orçamento... Senhores Deputados, “Plano Plurianual de Investimentos” aquilo que está a cor de laranja é quadros comunitários do PSD, aquilo que está a verde é do Executivo PS.

Já viram pinturas todas, praticamente, cor de laranja?

Mas quem é que apresenta propostas? Mas quem é que apresenta propostas se elas estão todas cor de laranja?

Mais propostas? Até porque os nossos programas, que eu saiba, não foram interrompidos nem cancelados. Na Ação Social, no Apoio ao Empreendedorismo, eles estão aí todos no terreno.

Senhora Presidente, tudo cor de laranja!

Honra seja feita, a Senhora Presidente vai fazer uma obra, que eu gostava que o meu partido a fizesse, que é a renovação do Mercado Municipal. Senhora Presidente, eu dou-lhe os parabéns.

Senhora Presidente, estas despesas de capital, que a Senhora tem dificuldade em gastar e fazer, neste Orçamento as despesas de capital são cerca de 80%. Tudo investimento.

Isto para dizer o quê?

Sabe o que me apetece dizer, Senhora Presidente? Porque gostei da sua intervenção, foi direta, respondeu-me convictamente e eu só lhe posso responder: eu acho que este Orçamento foi realizado por um maior número de Vereadores, mas tão cor de laranja será que foram só aqueles três que trabalharam ou só foram estes quatro? Eu acho que foram os sete. É um Orçamento feito por sete Vereadores. Sete Vereadores! Foi um Orçamento feito por sete Vereadores!

Senhora Presidente, isto é a respeito do Orçamento e mais não digo, mas também não deixo de lhe dar o elogio sobre a Praça do Mercado. Foi audaz e bastante perspicaz, porque de resto não conheço uma Presidente da Câmara rosa pintada tão cor de laranja.

Outra coisa, Senhora Presidente, está a ver este “Ano de Trabalho”? Senhora Presidente, este “Ano de Trabalho”...

A Senhora provocou-me... Sinceramente, eu estou em Espírito Natalício e a Senhora hoje provocou-me.

Olhe Senhora Presidente, está a ver este relatório que a Senhora fez? Porque é que não pôs lá a despesa da Auditoria? Que a Senhora é despesista. 50 mil euros, que meteu na gaveta.

Gabinete de Apoio à Presidência e a Reestruturação Orgânica - 2 mil euros mais cara que a de *António Branco*.

O Revisor Oficial de Contas - ROC, Senhora Presidente, custava 34 mil euros. Sabem quanto custa o novo ROC? 70 mil euros.

Gabinete de Comunicação e Imagem - 70 mil euros em três anos.

Portanto, a Senhora Presidente é despesista, mas também é clientelista. Sabe porquê? Contratou um Advogado PS, um Arquiteto PS e um ROC PS, que até pertence ao Conselho Nacional. É despesista e é clientelista.

Do compadrio, vou-lho dizer naquelas Reuniões em privado que nós temos, sabe porquê? Porque o que roça o compadrio é tão pouco, não tem nada a ver com milhões, nem com empreitadas ou empreiteiros, vou-lho dizer em privado, não lho digo aqui.

Senhora Presidente, hoje não correu bem a intervenção.

Renovo os votos de Boas Festas.

Senhora Presidente faça bom proveito deste Orçamento, que eu vou-me deliciar vê-la inaugurar, trabalhar, “pegar” em projetos comunitários que o anterior Executivo aprovou, porque está em causa o bem-estar da população, dos Mirandelenses. Até porque, algumas obras que aqui estão, a nível da Educação, são a favor das nossas crianças, que em 2030 já serão adultos e esperemos que a Senhora Presidente crie um emprego necessário para que eles possam ter uma oportunidade nesta Terra. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Paulo Pinto*, passo a palavra ao Senhor Deputado *Carlos Clemente*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Clemente (PS) disse:** Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Presidente da Câmara e restantes Vereadores.

Perante aquilo que acabamos de ouvir, praticamente, vou fazer um proforma de tentar defender, para este Executivo ou para o anterior, este Orçamento que me parece que o que está aqui em causa é uma necessidade e o bem do Município.

Quem faz a festa ou quem apanha os foguetes, depois daqui a três anos iremos ver, pois os Mirandelenses irão ser chamados, em sufrágio, a decidir isso.

No entanto, eu apresentaria o seguinte e diria com todo o respeito:

Este Orçamento não se trata apenas de um documento provisional ou um conjunto de documentos, onde se confrontam, por um lado, a receita a arrecadar para atingir um determinado objetivo ou meta e, por outro lado, aquilo que é preciso para gastar para atingir essas metas ou essas despesas. É também, e de forma clara, o principal guião, onde se vê refletida toda a política e estratégia diferenciadora que se quer pôr em prática por este Executivo.

Não estamos perante um Orçamento expansionista, na medida em que contrabalança a diminuição da dívida, a contenção da despesa, que vai ser na ordem dos 3.9% em relação ao exercício anterior, com um investimento, sem descuar a preocupação social, com especial incidência na redução da carga fiscal em sede de IMI e IRS. Tudo isto não gerando aumento da despesa pública (é importante que se diga).

Desde a entrada em funções deste Executivo já foi abatida cerca de 2.5 milhões de euros, como aqui já foi discutido, no primeiro semestre, o que corresponde a 13% da dívida consolidada, permitindo ao Município aumentar a sua capacidade de endividamento e estando, neste momento, numa trajetória de rentabilidade económica firme, suscetível de se propor a saída antecipada do Plano de Saneamento Financeiro, começado em 2013.

Este Orçamento tem pela primeira vez na sua génese, e mesmo antes da publicação da Delegação de Competências a que alude o artigo 29º da Lei n.º50/2018, de 16 de agosto, a mudança de paradigma na distribuição e gestão dos dinheiros públicos nos órgãos das Freguesias, sendo orçamentado, para o efeito, na respeitava rubrica, 700 mil euros. Materializando e honrando, desta forma, as propostas do Município ou do Executivo, melhor dizendo, com o aumento da coesão territorial.

De igual forma, é com grande satisfação que vemos aplicada a redução do IMI para 0,350% e a devolução de mais um ponto percentual do IRS, ficando agora nos 2% para os Municípios. Medidas importantes, promotoras da fixação de mais residentes e investimentos no nosso concelho, a par de outros investimentos que irão ocorrer com a expansão da Zona Industrial com mais 41 lotes, com investimento, para este ano, na ordem dos 800 mil euros e 2.1 milhões de euros nos próximos anos.

Destacaria, também, a renovação interior deste auditório que, como todos vemos, está a precisar de algumas alterações.

Na requalificação das praias fluviais, seja proposta deste Executivo, seja do anterior ou seja dos vindouros. É essencial que se olhe para o Turismo para podermos apresentar um produto que, de facto, seja vendável aos nosso visitantes e que para os cidadãos se consigam sentir bem na sua própria casa e que não tenham que ir para outros Municípios para usufruir de um bem que nós temos, bem muito precioso, que se trata das nossas praias fluviais.

Falava, então, que é com bom agrado que vemos a requalificação de três praias fluviais, pelo menos está planeado: Quintas, Vale de Juncal e uma aqui bem próximo de nós, quando eramos jovens e tínhamos saúde e tempo, fomos todos para a Maravilha, que é hoje o Parque de Campismo, onde está vedada aquela zona e que, praticamente, só funciona a piscina.

A implementação de medidas a aplicar à gestão da água, ao saneamento, aos resíduos e iluminação elétrica vão permitir o aumento da eficácia, diminuir os desperdícios e reduzir as despesas.

O investimento em cerca de 250 mil euros para a construção de redes de águas nas Aldeias de Vila Boa, que alguns de nós tiveram, há um ano atrás, a felicidade ou infelicidade de poder presenciar que a água era turva. O investimento que vai ser feito em Cedães, Cedainhos e Vale de Asnes.

As cobranças da água em atraso, a redução dos autoconsumos da própria Câmara e fontanários, sejam consumos de água, sejam consumos de telefone e outro tipo de despesas, conjuntamente com a instalação de um *software* para a gestão das perdas que vai permitir a intervenção rápida em qualquer fuga ou mesmo a reparação. Tudo em conjunto, estima-se uma poupança de cerca de 200 mil euros por ano.

É de salientar, também, a intenção de efetuar a renovação da maquinaria Municipal e da frota automóvel, através de soluções de *renting*, a isso incluindo os custos com a manutenção, seguros e substituição de pneus, com um investimento de 225 mil euros, esperando-se uma redução da despesa na ordem dos 80 mil euros por ano.

Ao investimento no saneamento, em cerca de 200 mil euros, estima-se um retorno positivo de 100 mil euros por ano.

A substituição das luzes atuais por luzes LED na Cidade e em todo o Concelho, penso que a Vila de Torre de Dona Chama já foi contemplada e está a ser feito esse trabalho, com um investimento estimado de cerca de 400 mil euros, está associada a uma poupança previsível, na fatura de energia, em cerca de 200 mil euros ao ano.

Senhoras e Senhores Deputados, estamos perante:

- Um Orçamento responsável, capaz de promover a justiça social e, ao mesmo tempo, de honrar os compromissos com terceiros, quer na diminuição do prazo médio de pagamentos a fornecedores, quer na diminuição da dívida,

- Um Orçamento que promove a regularização de precários e a legítima progressão dos profissionais em carreiras adequadas às suas habilitações;
- Um Orçamento que promove a admissão de mais oito trabalhadores (três Técnicos Superiores e cinco Sapadores Florestais) cofinanciados por programas estatais;
- Um Orçamento que, ao mesmo tempo, garante um investimento sem prejudicar a arrecadação da receita, sustentáculo para uma despesa necessária, mais criteriosa e eficiente;
- Em suma, um Orçamento, efetivamente, marcado pela rotura com a gestão monolítica do passado recente, que estou certo que vai proporcionar melhor qualidade de vida a todos os Mirandelenses e a todos quantos nos visitam.

Tenho dito.

Aproveito o momento, uma vez que estamos nesta Quadra Natalícia, para desejar a todos um Feliz e Santo Natal na companhia das vossas famílias.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Carlos Clemente*, passo agora a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Faça o favor, Senhor Deputado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente da Mesa.

Senhora Presidente, a CDU vai votar contra este Orçamento, porque não fomos ouvidos, porque este Orçamento é do PS e do Partido Socialista e não quis ouvir as propostas, neste caso, daquilo que eu represento, que é a CDU e provavelmente dos outros partidos representados nesta Assembleia.

Este Orçamento contém medidas injustas fiscalmente, como irei expor nos pontos seguintes, como o IRS e o IMI.

A CDU não foi convocada oficialmente, como prevê o Estatuto do Direito de Oposição, para apresentar as suas propostas. Foi um convite feito informalmente, no qual nós, obviamente, que fizemos uma primeira participação na primeira Reunião e depois apercebemo-nos daquilo que se estava a passar.

O Orçamento tinha que ser votado até dia 31 de outubro, exatamente como é obrigatório pelo POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

O que é que aconteceu? Mediante esse tempo, do qual nós fizemos parte na primeira Reunião, a Senhora Presidente convocou-nos para uma Reunião, como o Direito à Oposição, para apresentarmos as propostas no dia, se não estou em erro, 12 ou 13 de outubro, sendo que no dia 31 de outubro, fez a aprovação do Orçamento, na Câmara Municipal, onde os Senhores Vereadores do PSD se abstiveram.

Quando nós convocamos uma conferência de imprensa, exatamente, a justificar a nossa não presença na dita Reunião, quero-lhe dizer, Senhora Presidente, que não pode haver, nem há, nenhuma comparação possível entre aquilo que é a discussão do Orçamento de Estado e aquilo que é o Orçamento Municipal. Porquê? Porque o Orçamento de Estado, Senhora Presidente, é uma Lei e o Orçamento Municipal é um instrumento de gestão.

Como é que nós podemos fazer a apresentação das propostas, que achamos por direito, que é aquilo que é, digamos, direito de Oposição, quando o Orçamento foi votado dia 31 de outubro?

Eu perguntava-lhe, se até ou depois de 31 de outubro, houve alguma alteração ao Orçamento que é apresentado hoje e aquele que foi votado no dia 31 de outubro?

Senhora Presidente, este Orçamento:

- É um Orçamento de continuidade, porque não faz a rotura com a dívida que esta Câmara tem com as Águas de Portugal;
- É um Orçamento em que mais de 50% das suas receitas provêm das transferências do Orçamento Geral do Estado;
- É um Orçamento que continua a sonegar recursos Municipais para injetar no Complexo Agro-Industrial do Cachão, quando deve ser o Estado, neste caso, o Estado Português que tem a obrigação de promover e garantir os investimentos para tornar um Polo dinamizador, para a promoção dos produtos da terra, o que será uma mais-valia para os produtores.

As propostas que a CDU, que o seu Executivo não quis ouvir, eram poucas, mas muito importantes no nosso entender. Começo por enumerá-las (são poucas, mas importantes):

- A reabilitação do Mercado Municipal, que era uma das propostas da nossa campanha eleitoral, de forma a dotá-lo de infraestruturas modernas, que garantam as condições para que lá se possa deslocar quem vai fazer compras, ou seja, o consumidor e com condições para quem lá desenvolve a sua atividade comercial.

Senhora Presidente, quando neste Município, quando falo neste Município, falo no Executivo anterior e no Executivo atual, foram tão apressados a dar a autorização para mais uma reabertura de uma grande superfície, quem que não foi salvaguardada, exatamente aquilo que devia ser, em primeiro lugar os produtores da nossa região e do nosso concelho, a garantia de criar no Mercado Municipal as condições para que isso pudesse ter outro desenvolvimento e garantir uma concorrência mais justa, do que aquela que existe agora, que é um Mercado Municipal completamente desatualizado, sem qualquer tipo de condições para lá serem exercidas as atividades comerciais e económicas que tanto defendemos e que penso que este Executivo também defende.

Eram também propostas da CDU para este Orçamento, Senhora Presidente:

- A criação de condições para que haja uma habitação a custos baixos para a comunidade estudantil. Todos nós ouvimos, não só os representantes do Instituto Politécnico e a comunidade civil em Mirandela, em que temos um Politécnico de excelência, mas depois esbarramos naquilo que é, não digo tão importante mas quase, a acomodação dos que vêm estudar de fora para cá. Acho que é muito importante, e não podia ser adiada, a criação de residências para estudantes que venham estudar para Mirandela.

- A criação do Parque da Ribeira, que é um Parque que está completamente ao abandono, não só, na parte de equipamentos, mas também na parte paisagística, portanto, temos lá alguns jardins que estão desativados e abandonados. A proposta era a criação, nesse espaço, de equipamentos que possibilitassem a prática de desportos radicais, como pistas para skate e biketrest, de forma a vitalizar este espaço completamente abandonado e em perfeita desertificação de pessoas e equipamentos.

Senhora Presidente, também é uma proposta da CDU:

- Penso que, Mirandela será o único concelho do nosso distrito que não tem uma casa mortuária condigna. Temos duas casas mortuárias: uma na Igreja da Nossa Senhora da Encarnação, se não me engano, em que chove lá dentro, que não é condigna para quem chora lá os seus entes queridos. A outra é na Igreja de Golfeiras que também não oferece as condições dignas, para se possa velar os seus entes queridos.  
Por isso, Senhora Presidente, votamos contra este Orçamento.  
Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Humberto*, passo a palavra ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Senhor Presidente.  
A minha intervenção sobre o Orçamento não ia começar por aqui, mas depois da intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto* e todos os documentos que aqui mostrou, tenho que mostrar este preâmbulo.  
O preâmbulo que me oferece fazer é que eu noto que há algo de contraditório na sua intervenção. Porquê? Porque dá a entender que o Orçamento da Câmara Municipal de Mirandela para 2019, tem mais propostas laranja do que do PS, no entanto, diz que é um Orçamento reprovável, vai votar contra.  
É estranho...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Quem é que disse isso?

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Tinha-o dito há pouco, mas pronto não interessa.  
... É estranho que até os próprios Vereadores se abstiveram na Reunião da Câmara Municipal.  
Eu estranho isso e estou no direito de estranhar, certo? ...  
Eu ouvi de forma silenciosa as vossas intervenções, há muito o hábito de interferir quando uma pessoa está a falar. Isso é má educação! Passo à frente.  
... Porém, nós não entramos nessa linha política.  
Interessa-nos o bem do Concelho de Mirandela e é sobre isso que versa a minha intervenção.  
Parece-nos que esse Executivo não irá lançar as obras estruturantes que é necessário para o futuro de Mirandela.  
Dá-nos a sensação que será um Executivo que vai dar-nos “mais do mesmo” com algumas diferenças pontuais, mas remediando/alterando pontualmente rumos de ações no concelho. Embora achemos que nem tudo está mal, atenção!  
Porém, lá no fundo, não conseguimos descortinar as grandes linhas, os eixos fulcrais da consolidação de Mirandela como núcleo atrativo regional, nem sequer a médio prazo, quanto mais a curto prazo.  
Por isso, a nossa intervenção vai no sentido de dar algumas perspetivas para que Mirandela seja cada vez mais desejada por todos, turistas, mas também investidores e população em geral.  
Chamo-lhe obras estruturantes para projetar o futuro de Mirandela e garantir o desenvolvimento da Cidade e do Concelho, que não me parece estarem contempladas neste Orçamento para 2019.  
Sabemos que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, mas é preciso ter um princípio e não deixar escapar os possíveis apoios comunitários para essas obras.  
Tentei ser sintético e referir-me a quatro tipos de obras estruturantes:

1. Melhores e modernas acessibilidades a Mirandela e às Freguesias do Concelho;
2. Desafunilamento/Descongestionamento do trânsito em Mirandela;
3. Expansão de oportunidades para o desenvolvimento económico de Mirandela;
4. Criação de um polo desportivo adaptado ao desenvolvimento das diversas práticas desportivas já existentes ou outras que venham a existir.

No ponto 1:

Refiro-me ao acesso oeste da A4, que há muito já não serve o movimento que a cidade tem desse lado. Do lado oposto, sabemos que no tempo de *José Gama* foi aberta a Avenida entre a Rotunda da Pirâmide e a Rotunda da Nora e, daí surgiu depois, fruto inclusivamente de pessoas do povo que fizeram com que o acesso estivesse como está hoje, aquelas pontes de acesso, nomeadamente, a Vila Nova das Patas. Esse acesso está mais ou menos digno, o mesmo não acontece com este que estou a referir.  
Era necessário ter um acesso mais largo, cortando várias curvas, mais fluente, mais rápido e que não tivesse, forçosamente, chegar à zona do hospital e ter de virar para a Ponte Europa. Porque não passar mais a sul e construir uma nova ponte, caso fosse essa a opção?  
Por outro lado, o acesso de Vila Flor, que vai ter onde está a ser construído o Continente e sabemos que vai ter ali uma rotunda, que vai desde o cruzamento de São Salvador até à entrada de Mirandela, quanto a nós, já merecia uma boa avenida que desse ligação à Avenida 25 de Abril, por exemplo.  
Ou então, fazer a ligação da variante da Zona Industrial, que vai ter ao Bairro de São João, pela parte nascente da Reginorde e ligando à entrada de Vila Flor a essa, dita, Avenida 25 de Abril.  
Reparem, são obras estruturantes, que iriam desencravar Mirandela e permitir o alargamento de Mirandela, bem como a afluência do trânsito e o acesso a Mirandela de outra forma.  
Um pouco mais à frente, conforme os Técnicos o entendessem, era uma questão de estudo.  
Falo também da Central de Camionagem, que está previsto uma correção ou alargamento, mas que, seja qual for a correção ou alargamento, o sítio, o local, a forma como o acesso dos autocarros está feito não serve o Século XXI. O acesso dos autocarros à Central de Camionagem não está de acordo dos parâmetros de uma Cidade que se pretende moderna, funcional e de mobilidade razoavelmente eficaz.  
Neste setor, lembro também o acesso de Mirandela ao IP2 e IC5 - São Salvador, Vila Verde, Freixeda e Trindade, que aos anos estava para ser arranjado. Nunca foi e esse acesso está uma lástima. Não é um acesso do Século XXI às portas de Mirandela e

para quem tem que ir para sul é preciso ir a Vila Flor e descer pelo IC5, quando era “aquí a dois passos”, para além de tornar essas Aldeias/Freguesias muito mais fácil delas “chegarem” aquí a Mirandela.

A ligação Mirandela - Torre de Dona Chama é outra emergência, quanto a nós, que deve ser programada e executada para que aquela zona do concelho tenha bons e modernos acessos à A4 ou ao IP2, por exemplo.

Passemos ao segundo ponto:

Com a execução das obras referidas no ponto anterior, a mobilidade do interior da Cidade melhoraria, contudo, há também pontos nevrálgicos que urge resolver, como é o caso do trânsito pelo pontão da Ribeira de Carvalhais. Esta passagem deveria merecer atenção particular, pois o referido pontão não está preparado pelo volume de tráfego que já tem, afunilando também no acesso até à Caixa Geral de Depósitos. Havia que tentar estudar este ponto e resolvê-lo.

Terceiro aspeto:

Expansão de oportunidade para o desenvolvimento económico de Mirandela - Penso que uma obra estruturante neste domínio era a construção de um parque para feiras, exposições, congressos, etc.

Alguns estarão a dizer “ele anda na lua”. Não, não ando na lua, sei do que falo, porque Castelo de Vide é uma Vila muito pequena, mais pequena que Vila Flor, onde eu estive há 32 anos a trabalhar, e já nessa altura tinha estruturas que mantem e atraí imensa gente de Portugal e do Estrangeiro para fazerem uma série de atividades, algumas das quais também poderia Mirandela vir a ter.

Refiro-me, então, a este Parque de Exposições, Parque este que tivesse um pavilhão coberto e um espaço ao ar livre. As feiras já desenvolvidas em Mirandela exigem um espaço mais amplo, mais funcional, com boas acessibilidades, com estacionamento “à mão” e em número suficiente disponível para a procura, nestas ocasiões.

Por exemplo, a Feira da Alheira e a Feira do Livro são dois exemplos claros da necessidade de espaços adequados e com aquelas características. Não haverá expansão destas atividades se não houver condições físicas adequadas aos visitantes, aos vendedores e às atividades paralelas que necessárias.

Todos nós sabemos que uma Feira do Livro não pode ter sucesso sem uma boa exposição dos mesmos, sem uma amostra convincente, sem um espaço disponível, que permita a visita em algum tempo e com acompanhamentos adequados. Não é um pavilhão, como tem sido, tão diminuto que vai resolver o problema. O espaço...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Senhor Deputado, eu agradecia... Queira terminar o mais breve possível.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Penso que ainda não passei o tempo, mas o cronómetro é que manda.

O espaço para a apresentação de livros, para atividades de leitura, para debates não tem sido minimamente adequado a cativar os interessados a participarem nestas atividades.

É tempo de se pensar na planificação de uma estrutura destas, que seria, então, o tal Parque de Exposições/Feiras.

Vamos ao último ponto: Polo desportivo.

Todos sabemos e constatamos que o associativismo, em particular no setor desportivo, tem-se expandido de uma forma muito positiva e alargada em Mirandela com frutos bem saborosos para a imagem da Cidade e da Região. Também sabemos que as estruturas desportivas tão deficitárias não acompanham esse desenvolvimento. Situações de remedeio ajudaram a neutralizar o espaço da Feira da Reginorde. A ocupação do pavilhão central, de outros espaços, o campo de futebol no campo da feira de Gado a juntar à esquadra da PSP, retirou a funcionalidade deste espaço de feira e exposições, para que tinha sido concebido.

Daí que eu entenda que a existência...

Eu acabo já...

Acho que o Desporto em Mirandela tem tido essas soluções provisórias e merece que...

São dois minutos para terminar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** O Senhor Deputado *Humberto Cordeiro* estava a referir que quando se discute um Orçamento há a possibilidade de mais cinco minutos quando pedido, quer interpolada que imediatamente. Pode usar já dessa faculdade, se quiser, de seguida, mas temos que fazer referência a ela.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Sim, são duas páginas manuscritas, por isso é rápido.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Sendo assim, os dois minutos que nós não contamos, estão quase, pelos outros cinco, terminados. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Então permita-me terminar, se faz o favor.

Há em Mirandela falta de um espaço/uma estrutura preparada para enfrentar o Século XXI, a nível de polivalência desportiva disponibilizada para a oferta local e muito menos para o exterior. Há uma falta desse espaço.

Sente-se isso mesmo, os desportistas que o digam.

É urgente ter as condições necessárias para que seja possível oferecer condições de prática desportiva com qualidade superior e condições de assistência que se coadunem com o século em que vivemos. Daí entender ser necessário ter um polidesportivo, que Mirandela pudesse oferecer às Associações Desportivas do concelho e simultaneamente atrair clubes do País e do estrangeiro para os seus estágios, para as provas nacionais ou internacionais.

É numa perspetiva de mais-valia para o futuro de Mirandela que eu gostava de ver algumas destas obras programadas ou a serem elaborados os projetos em relação a 2019 e que eu não vejo no Orçamento.

Era isso que eu tinha para dizer.

Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado, *Virgílio Tavares*, passo agora a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, a Senhora Presidente que não está presente, mas devia de estar, mas vou falar na mesma, não importa.

Aquilo que o meu colega acabou de dizer, o Deputado do CDS-PP, era um orçamento de 200 ou 300 milhões de euros, aquilo que pede. Parece que tem uma barriga muito grande em dinheiro, não sei onde é que o irá buscar. Eu também queria isso para a minha terra, mas de certeza que isso não vai acontecer, não é? Isso não vai acontecer. Portanto, é uma situação de lançar areia para os olhos às pessoas que estão na bancada, mais nada. O que eu vou dizer aqui, é muito simples. É muito simples e, portanto, é um orçamento que eu não me identifico com ele, porque é um orçamento *copy past* na mesma. Já o disse o ano passado. Não há “Outro Caminho”, o “Outro Caminho” mantém-se exatamente igual. Por isso eu não vou votar contra o orçamento. Ia votar contra aquilo que eu aprovei? Só se estivesse maluco, não é? Por isso, é o que diz o Senhor Deputado da CDU e com razão, é o mesmo orçamento. E as marcas essenciais deste orçamento, assentam num mal disfarçado. Disfarçado de Homens e Mulheres que querem o bom para Mirandela. Eu compreendo que querem o bom para Mirandela. Mas não há dinheiro para isso. Não há dinheiro! Temos que nos convencer disso. Não há dinheiro, portanto, é um orçamento de continuidade, daquilo que fez o Engenheiro *Branco*, daquilo que a Senhora Presidente apresentou o ano passado e daquilo que vai apresentar este ano, e para o ano vai ser a mesma coisa. Não vale a pena estarmos aqui a falar de obras sem nexos algum. Era ótimo aquilo que disse aqui o Senhor Deputado do CDS-PP, era ótimo mas tínhamos que ter um orçamento de 200 ou 300 milhões de euros, para fazer isso. Nós temos um orçamento, para este ano, se a memória não me falha, e corrijam de 37 milhões de euros. Isso é uma gota, isso é uma gota para a Autarquia. A Autarquia não pode fazer mais do que isso. Valha-me Deus! Então isto o que é para mim? É a continuidade para um ano igual ao ano que está a passar, não é? Simplesmente, o que é que se passou? Passou-se, em relação ao ano de 2017, ao ano de 2018, foi esbanjar recursos públicos ao serviço dos interesses políticos instalados, eu quando falo nisso, falo aqui na Deloitte, que andou um ano com vinganças e mais vinganças. Andou pela Comunicação Social a falar de dívidas e mais dívidas nas ruas da cidade de Mirandela, só se ouvia falar na má gestão do anterior Executivo, liderado pelo ex-Presidente da Câmara, quer dizer este PS que está aí sentado nessa mesa, não é? É um PS, e lá vou eu outra vez repetir, não tem ética Republicana. Não tem ética Republicana, é isso que eu estou a dizer. E depois excomungam-me a mim por dizer estas coisas? Valha-me Deus! E eu fico, ainda, mais pasmado, e eu concordo com o que disse o Senhor Deputado do BE. Vejam lá, ainda, ainda isto! Eu concordo! Espere aí Senhor Deputado, eu concordo! Ah desculpe, da CDU, desculpe, desculpe, da CDU, peço imenso perdão, da CDU. Eu gostava que isto da Deloitte fosse até às últimas consequências. Eu acho que devia ir até às últimas consequências. E Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu não pus uma pedra em cima deste assunto. Eu vou até às últimas consequências. Está a perceber, Senhor Presidente? Eu vou até às últimas consequências e estou à espera de um parecer jurídico para ir até às últimas consequências. E vou, aqui, fazer isto, nesta Assembleia Municipal.

Este PS, não é? Faz acordos com dívida oculta, ora um acordo, como eu já disse, que consiste e é concebido em termos jurídicos na formulação de um contrato sinalagmático através da conjugação de encontros, daquilo que dizia em relação à Deloitte, não é? Daquilo que dizia em relação à Deloitte.

Depois a Senhora Presidente dizia-me, “ah! Mas ó Senhor Arquitecto”, com um ar até de risa para mim, “mas o valor ascende a 28 milhões de euros”, depois vem no relatório da Deloitte que a dívida oculta pode ascender a 26,191 milhões de euros.

Pergunto eu? Onde está a credibilidade das contas apresentadas, das despesas decorrentes, de capital, etc., desta Câmara? Não posso confiar nesta Câmara, eu não posso confiar!

Pergunto: qual o tipo de análise crítica das ilações legais assumidas na produção do documento do orçamento? Quanto ao cumprimento das regras orçamentais, transparência. Para mim é muito duvidosa. Eu fico com a minha opinião.

Quanto ao cumprimento ou não das regras de contabilidade aplicáveis, não são visíveis quais os investimentos, despesas, etc., etc.? Há ambiguidades. As ambiguidades são tantas, que me parece uma cova de leões, isto! Isto parece-me uma cova de leões.

E mais, em relação a 2017, o orçamento de 2019 apresenta mais 241 mil euros, a título de transferências correntes. E mais 35,389 mil a título de transferências de capital. E depois vem-me cá com situações que eu gostaria e louvaria isso e dizia assim: temos uma boa Presidente da Câmara, há que apoiá-la, há que ir com ela combater isso, e eu fiz isso! Por Mirandela eu faço isso! Convençam-se disso! Os partidos para mim, para Mirandela, não representam nada! Eu sou Mirandelense acima de tudo!

E pergunto eu, porque estão alocados à Unidade Móvel de Saúde projetos de ações, se não existe Unidade Móvel? Antigamente a Senhora Presidente, disse-me aqui, textualmente nesta Assembleia, “há uma empresa que vai doar a Unidade Móvel, e eu não fico chateada se me derem isso”, agora já fica chateada porque não pode fazer isso, tem que a pagar do bolso dela! Pagá-la do bolso dela não, pagá-la a Câmara.

Vai o Executivo, atual, fazer cair as três propostas em relação aos Orçamentos Participativos 2016 e 2017, que são a construção dos campos de ténis, a sinalética, património histórico e cultural, instalações?

No plano plurianual de investimentos, aquisição de terrenos à envolvente da CP, questões: A Câmara Municipal vai ficar com a posse da estação dos caminhos da CP, através do contrato de comodato? Eu quero ver essas coisas.

Porta de Entrada do Vale do Tua. Isso da Porta do Vale do Tua, eu já sei que houve um orçamento acerca disso, através do Diretor do Parque Natural Regional do Vale do Tua. Esse concurso realizou-se, não se realizou, porque é que não se realizou? Eu gostava de saber isso tudo, mas aqui não está nada explícito.

Construção das ETA's dos Passos, de Rego de Vide, de Miradases, de Vale de Salgueiro, de Múrias. Reabilitação e eficiência energética. Remodelação do Mercado Municipal. Edifício Casa da Cultura. São 3.800.000,00 € para fazer isso. A Senhora Presidente tem capacidade financeira para poder fazer isso? São situações complexas isto! Isto não é brincadeira nenhuma! Nós estamos a lidar com muito, muito, muito, muito, muito dinheiro! E há capacidade financeira para poder fazer isso?

Mais o Mercado Municipal, são quase 800.000,00 €, não é? É muito dinheiro. Somando todas essas parcelas, isto dá um dinheiro medonho! E o Senhor Deputado ainda quer viadutos, quer estradas para a Torre, quer polidesportivos, quer naves espaciais, não sei aonde, quer! Sonhador! Orçamento sonhador! Mais nada! Porque ele não vai fazer nada, não é? Ele não vai fazer nada e põem-se para aqui a dizer que quer isto, quer aquele outro!



Ó Senhora Presidente, eu concordo plenamente consigo. Temos que ter bem os pés assentes no chão. E eu isso dou-lhe toda, toda, e acredite estou a ser sincero para consigo, dou-lhe toda a minha honestidade pessoal se quiser!

Para terminar. Isto é um orçamento em que pode haver oportunidades para se fazer qualquer coisa por Mirandela. Pela minha terra. E é isso que eu quero. Eu aqui não estou em partido nenhum! Eu estou por Mirandela! Mirandela é a minha terra, é o meu torrão natal foi aqui que eu nasci, na Rua do Rosário, na porta número oito. Foi ali que eu nasci, que eu andei, fui criado. Fui criado depois para o Pedro da Manta e é isso que me interessa a mim. É isso que eu quero ver, Mirandela outra vez no mapa! Senhora Presidente, ponha Mirandela no mapa e terá sempre a minha ajuda para tudo o que quiser!

Disse!

Ainda me faltam aqui mais oito minutos e tenho só aqui uma pequena proposta para ler.

Tenho um minuto e meio? Mas é uma proposta simples! É sobre o cemitério de Golfeiras. Não é uma obra caríssima é uma obra que a Senhora Presidente vai fazer! E tem que fazer! E tem que fazer! O acesso. Ó Senhora Presidente, peço-lhe por misericórdia, por misericórdia que faça o acesso, eu tenho aqui as fotografias e posso-lhas dar! Eu fiz para aqui um boneco, para a Senhora ver. Faça o acesso, faça o acesso, por amor de Deus. Eu fui ao cemitério e as pessoas diziam-me: “quando é que o Senhor Arquiteto pede à Senhora Presidente para fazer qualquer coisa sobre este arruamento?” e eu disse: eu já falei nisto no anterior Executivo. Mas posso falar isto outra vez, neste Executivo!

Ó Senhora Presidente, faz-me isso, ou não me faz isso?

Pronto! Disse!

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *António Figueiredo*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:** Eu queria um ponto de ordem, fazer um comentário breve a estas palavras já que foi referida a minha pessoa. Pode ser?

Senhor Deputado *António Figueiredo*, folgo muito em ouvir falar já do interesse de Mirandela e pôr de lado as questões partidárias é um avanço que eu não estava à espera da sua parte, é positivo! Então se quer o desenvolvimento de Mirandela, não pode interpretar aquilo que eu disse, porque não esteve atento, não ouviu, eu disse que estas obras, são obras estruturantes que Mirandela deve fazer por conseguir. Não todas ao mesmo tempo, comecei por dizer isso, porque é impossível, não há orçamento, mas que devem ser programadas para o futuro de Mirandela, porque senão nós, se não desencravaros Mirandela, se não alargarmos e nós vemos outras terras, Valpaços por exemplo, para não irmos para outro lado, que fizeram isso, expandiram-se, têm uns acessos completamente diferentes e o desenvolvimento continua. E nós sabemos, só um aparte, sabemos por exemplo que o facto de não se realizar a Reginorde já há alguns anos, não quer dizer que não se venha a realizar outro tipo de Feiras. A partir da Feira da Alheira, por exemplo, ou..., já agora só mais meio minuto! Eu tenho alguma experiência disso, a minha aldeia, foi das primeiras aldeias a ter Feira de Produtos da Terra, organizada por mim, pela Associação Cultural de lá. Mas o futuro das Feiras dos Produtos da Terra, sabemos, dada a desertificação que têm o seu tempo contado. Se nós tivermos aqui um Parque de Exposições, em condições para que no futuro, quando isso vier a acontecer, algumas não possam organizar, fazer aqui, sim, uma Feira de Produtos da Terra em que estejam representados todas as Freguesias, todas as pessoas que têm produtos para vender, ligados à Feira da Alheira ou diferente, se tivermos essa estrutura, nós podemos oferecer e desenvolver. Se não tivermos não fazemos nada! Entenda-me isso com essa projecção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Obrigado Senhor Deputado.

Ainda em relação à última intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, já que se virou para mim, quero-lhe dizer o seguinte: eu nunca me insurji contra as suas críticas, a sua forma de ver as situações, de impor o seu ponto de vista..., de maneira nenhuma! E sobre essa questão concreta, de facto, eu em dada altura disse que devíamos aqui na Assembleia, esquecer o passado, deixar de defender o passado e também de criticar o passado. Mas se o senhor entende querer levar até às últimas consequências essa questão do Relatório, eu terei que acatar! E eu digo-lhe mais, tem todo o direito para tal. Mas cuidado, não vá alguém que não o atual executivo, sair escaldado disso! Porque não é o atual executivo o alvo do relatório, está a ver? Portanto se viesse a constituir-se uma comissão que quisesse levar para a frente o assunto, até às últimas consequências como disse, porventura até seria positivo.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Chamo, então, novamente o Senhor Deputado *Agostinho Beça* para fazer a sua intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É muito breve, e quero antes de mais dizer ao meu grande amigo *António Figueiredo* que neste registo é um prazer ouvi-lo e até me ocorre que estaria perfeitamente o perfil corretíssimo para Provedor do Município, havemos de ver isso.

Sobre a questão do orçamento, e muito brevemente mesmo, apenas quero realçar pela positiva a grande hipótese de saída do Plano de Saneamento Financeiro. Isso acho que nos deve animar a todos para o ano de 2019. Além de tudo o que já foi dito, quero apenas informar que o grupo do Partido Socialista votará a favor deste orçamento e quero também fazer um apelo aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que façam o mesmo, tendo em conta que nunca um orçamento, que eu me lembre, um orçamento municipal em Mirandela lhes terá sido tão favorável. E também o mesmo apelo faço aos Senhores Deputados independentemente da sua orientação partidária, mas que se revejam neste orçamento, que o votem também a favor.

Gostaria, também, que o nosso colega Deputado da CDU fizesse o mesmo, mas ele já me pareceu que estava intransigente e que não o fará. Mas termino com esse apelo a todos que votem a favor. Obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Prosseguindo com as intervenções, damos a palavra, agora ao Senhor Deputado Paulo Pontes.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia e respetivos Secretários, Senhora Presidente e respetivos Vereadores.

Começo por dizer que enquanto representante da União das Freguesias de Franco e Vila Boa vou votar a favor deste orçamento. Mas vou votar a favor deste orçamento porque também tento na minha vida ser consequente e coerente. Desde junho passado que ando aqui nesta Assembleia por conta e risco próprio e assumindo um pouco também e penso que não vou defraudá-los dizendo isto, assumindo um pouco o papel dos colegas Presidentes de Junta, reivindicar este orçamento. Vou votar, mas não por estar contente com ele. Vou votar porque acho que devo acreditar nas pessoas e eu pedia nas minhas reivindicações, nas minhas propostas um terço do orçamento do FEF da Câmara Municipal e vai-nos ser atribuído para este ano, o terço do terço. Portanto, não sei se estão a perceber, ou seja, acho que é um sexto, ou um nono daquilo que nós, eu não sou de Matemática, daquilo que nós reivindicávamos, mas também acho que também devemos ser um pouco compreensivos e também que não se pode ter tudo de uma vez.

Agora quanto a ser-se mal-educado e eu não sou advogado de defesa de ninguém, é-se mal-educado ou tem-se falta de educação quando se fala em cima de outros, mas também não me parece que seja grande educação dizer-se aqui aquilo que outro não disse. Eu não ouvi aqui ainda ninguém, inclusivamente o Deputado Paulo Pinto, dizer que ia votar contra este orçamento. Não sei onde é que alguns Deputados ouviram dizer isto, portanto, querer tirar proveitos políticos à custa das outras bancadas também não parece que seja a melhor estratégia.

Por outro lado, também poderá ser a parte doentia do ruralismo, pode ser aquilo que quiserem, eu voto a favor deste orçamento no que diz respeito exclusivamente às Juntas de Freguesia. Não me interessa absolutamente nada, isto poderá ser, paradoxo, poderá ser aquilo que entenderem, não me interessa absolutamente nada o respeitante ao resto do orçamento e se me for interessar, então teria que votar contra, porque sou completamente adverso àquilo que eu tenho aqui ouvido dizer à grande expansão de Mirandela, aos acessos e às Zonas Industriais e tudo mais. Parece-me uma coisa completamente incrível estar-se a defender mais uma vez Mirandela, esquecendo sempre as aldeias. Mirandela só se desenvolve com as aldeias, tenho a certeza absoluta disso e cá estaremos todos e infelizmente se calhar para vermos morrer as aldeias, mas de certeza que se as aldeias morrerem, Mirandela não vai ficar com saúde de certeza absoluta e, portanto, antes de defendermos a expansão de Mirandela, defendamos a continuidade das aldeias, e para as aldeias terem continuidade terão que ter condições, e se quiserem fazer Feiras não têm que as vir fazer a Mirandela. As pessoas não têm que vir, ainda por cima, da aldeia aqui a Mirandela expor os seus produtos. Não! Têm que lhe ser criadas condições nas aldeias para exporem lá os seus produtos e então outros irem de outros sítios a essas aldeias expor os produtos se tiverem lá condições para isso, que se tiverem, vão de certeza lá. Era isto que eu queria dizer.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigado Senhor Deputado. Segue-se no uso da palavra o Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros Colegas e digníssimo Público. A todos muito boa tarde e já agora votos de Boas Festas.

Ao ler atentamente os documentos das grandes opções do plano e do orçamento, verifico em matéria de planeamento, que não representa grandes novidades. Verificamos sim, uma clara opção pela continuidade o que não nos surpreende, porque o trabalho feito pelos Executivos anteriores foi bem feito e de difícil superação. Deixará certamente uma marca indelével para memória futura. Havia uma visão estratégica acertada. Basta dizer que 86,5% dos projetos referidos no plano vêm do mandato anterior. Numa altura em que já estamos no início do segundo ano de governação do atual Executivo. As poucas diferenças registadas apresentam aspetos positivos e negativos. Acharmos positivos a atribuição de subsídios às Freguesias, são mais que merecidos. Porém, não concordamos com o texto, nem com o contexto de algumas cláusulas do Protocolo que poderá vir a ser aprovado hoje. Nem concordamos com os critérios aplicados na distribuição financeira pelas diferentes Freguesias. A nosso ver, são um verdadeiro presente envenenado, eivados de gritantes injustiças. Outra alteração de relevância, resulta principalmente da forte redução dos subsídios a Instituições e Associações. Se é verdade que algumas justificam os cortes, outras há que não deveriam nem podiam sofrer qualquer penalização. Sabemos, por auscultação dos dirigentes de algumas Associações, sem os 10% do subsídio irão passar por verdadeira agonia financeira correndo até o risco de encerrar.

Registamos com agrado os dois projetos da Unidade Móvel de Saúde. Sem dúvida que devida e corretamente implementados, poderão vir a constituir uma mais-valia para quem mora no meio rural.

Senhora Presidente, uma pergunta concreta para uma resposta concreta. Não vai apoiar a construção dos dois campos de ténis e a sinalética do património histórico e cultural de Mirandela e a instalação do ginásio ao ar livre e a requalificação do parque infantil em Torre de Dona Chama?

Finalmente, uma última questão. Deram entrada no Tribunal Judicial quatro novos processos em que o Município de Mirandela é réu. Se for condenado, tem como consequência o pagamento de 1.600.000,00 €. Pelo que li no plano e orçamento apresentado, não vi qualquer referência à constituição da respetiva provisão que tanto criticou e especulou no início do presente ano.

Muito obrigado e Bom Natal.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Humberto Cordeiro*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *José Manuel Trovisco*.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de iniciar a minha intervenção, gostaria de fazer aqui um introito que é o seguinte: foi aqui focado por um Arquiteto que estaria na disposição de fazer um caminho de acesso ao cemitério. Eu quero lembrar a Senhora Presidente que eu como Engenheiro sugeria também se estiver com interesse, que lhe posso enviar também uma planta e fotografias e desenhar, também, um projeto, já que entendo que um Arquiteto não está credenciado para assinar projetos rodoviários.

Sobre a intervenção, início endereçando um elogio muito especial à Vereação na pessoa da sua Presidente pela forma como é dado enfoque muito acentuado à vertente social e cultural neste documento. Isto não lhe retira no entanto o mérito de ter uma missão ou uma visão de intervenção do ponto de vista económico ao firmar a ideia de um avultado investimento a nível empresarial, perseguindo deste modo valores sociais e emprego e a melhoria dos transportes urbanos e acessibilidades, entre outras mediadas. Aplaudindo a redução do IMI para 0,35%, a devolução do IRS para 2%, a cooperação de proximidade com as Juntas de Freguesia, lembrando que esta filosofia de ação inovadora, tem um enfoque social que lhe imprime, creio eu, que ninguém ficará indiferente. De resto será o cumprimento de compromissos políticos que interessa aqui neste momento recordar. Agora tenho algumas dúvidas e esclarecimentos, que gostaria de colocar, por exemplo, sobre as grandes opções do plano. Não é o meu forte os números do orçamento, os milhões, os milhares, mas sobre os temas que lhe estão subjacentes e portanto, o seu *apport* financeiro respetivo, considero que o orçamento é um orçamento realista, tem exequibilidade tem esse *apport* financeiro, penso eu, apesar de não ser especialista, mas deu mais valor às ações que estão subjacentes e, assim, sobre as grandes opções é de realçar a ideia de adaptação a um novo ciclo.

Isto está dito mas o que podemos saber sobre esta ideia? Sobre a atualização dos protocolos celebrados que lá é dito; sobre as geminações existentes e quais os custos associados a estas ideias? Sobre a água e saneamento, solicito, também, alguns esclarecimentos sobre nomeadamente: clarificar o processo de certificação do acesso de água em qualidade e quantidade a Vila Boa, Cedães, Cedafinhos, Vale de Asnes? No entanto queria aqui lembrar que existe o Franco, Alvites, Lamas de Cavallo, Palorca e outros.

Sobre as perdas e fugas de água, que citam em 60%, não sei se confirmam este valor, ou se ainda se mantém, a dúvida é: qual o método de monitorização que é aí descrito, se podem dizer alguma coisa sobre isso?

Se vai contemplar toda a rede ou só as aldeias mencionadas.

Sobre o saneamento, para além de Rego de Vide e Miradeses que é ali descrito, gostaria aqui de lembrar, por exemplo, Avidagos, Freixedinha, Lamas de Cavallo, Palorca.

Sobre o Aeródromo, está prevista a contratação de uma Torre de Controlo, e a minha dúvida é: qual é a justificação para esta Torre de Controlo? Quais são os seus horários de controlo a cumprir? Quais os meios a contratar para operacionalizar o sistema?

Sobre o Plano de Gestão da Albufeira do Rio Tua, tenho aqui algumas questões, principalmente sobre a implementação de um sistema de monitorização automática. Qual o sistema existente, se é que existe algum? Que instrumentação existe, instrumentação laboratorial principalmente? Quem avalia a sua eficácia? Se é a Câmara ou outra entidade? Se a monitorização é para a superestrutura, para a barragem, ou apenas para a albufeira e envolventes, ou para as duas situações?

Sobre a educação, falando dos apoios, dos transportes, da alimentação, eu quero elogiar a intenção de considerar a Escola Pública um centro de política educativa ou como centro de política educativa. Acho que isto diz muito! Considero aqui uma ação mais interventora, contrariando a ação do histórico e no contraste com insucesso escolar. Portanto há aqui uma ideia basililar que é combater o insucesso escolar. Sobre a Ação Social elogia a implementação, ou pelo menos, o avanço de algumas ideias sobre a implementação de uma rede solidária de medicamentos; de um gabinete de apoio às vítimas de violência doméstica; sobre a rede social de Mirandela; sobre o plano municipal de integração de migrantes, sobre o banco local de voluntariado, sobre a coesão territorial e sobre o programa de aconchego. Acho que são itens muito importantes que têm um enfoque social extraordinário e que houve realmente uma preocupação neste domínio.

Sobre as obras municipais eu quero elogiar, enfim, a ideia de intervenção no Bairro Operário, no Bairro do GAT, intervenção na ciclovia com alguma remodelação, a intervenção na Central de Camionagem eu gostaria também de saber mais em pormenor, mas não está explícito.

Ampliação da Zona Industrial em cerca de 41.000m<sup>2</sup>. Também tenho dúvida se os acessos se mantêm ou se vão ser refeitos.

Sobre as estradas tenho algumas dúvidas:

Ponto um: porque não dar continuidade ao arranjo Vale Pereiro, Valbom dos Figos já que vai ser arranjado entre Carvalhais e Vale Pereiro?

Ponto dois: Porque não a ligação de Regodeiro a Vilarinho do Monte? Fazendo um estradão que as pessoas há muito reivindicam. Eles têm uma estrada mas reivindicam uma estrada mais larga, e também alguma intervenção em Vale de Prados, que eu sei que sofreu há dois ou três anos grandes estragos na estrada de acesso e no largo principal.

Ponto três: Porque não a ligação de Vila Boa a Avidagos, ou a melhoria do existente?

Por último: Porque não a correção da estrada de Eivados? Foi feita, realmente, na entrada uma intervenção no ano passado muito à pressa eu acho que foi mal feita, portanto, as construções ficaram num plano mais baixo, qualquer chuva mais forte elas são inundadas.

Sobre as praias fluviais é de aplaudir o que foi dito no relatório, mas eu queria aqui lembrar que não devemos esquecer Mosteiró, a Ribeirinha, Frechas, alguma melhoria.

Uma última palavra, pelo programa de apoio de transporte de doentes oncológicos. Também considero realmente uma ideia muito importante, para além de outras.

Finalmente apesar de uma redução de 3,39% face ao orçamento anterior. Tudo o que foi dito antes, implica alocar muito dinheiro e nada de qualidade é feito de borla, daí o meu apoio a este orçamento e cá estarei para fiscalizar a sua correta aplicação no ano que vem.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *José Manuel Trovisco*. O Senhor Deputado *Paulo Pontes* quer interpelar a Mesa. Faz favor tem três minutos para o efeito.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Obrigado, não preciso dos três minutos. É que quando as pessoas querem ser parciais conseguem fazê-lo de uma forma muito ao de leve. Vem aqui o Senhor Deputado falar da água de Vila Boa com falta de qualidade. Sim Senhor, isso tem sido o nosso protesto, mas vem falar de falta de qualidade também da água do Franco, mas o Senhor Engenheiro, porque ele disse que era Engenheiro Civil, o Senhor Engenheiro fica a saber que o Franco tem análises periódicas sobre a água e já este Executivo também sabe o

que se passa com a água no Franco, e mais, a sua parcialidade é tão grande e foi feito de má-fé porque o Senhor depois falou em Freguesias, em Aldeias que não têm saneamento e esqueceu-se de falar o Franco também. É que o Senhor fica a saber que no Franco também não há saneamento, pelo menos numa parte do Franco, podia ter referido também. Vem para aqui falar de coisas que não sabem, ou pelo menos que não se informam primeiro antes de falar e depois dizem baboseiras. Peço desculpa.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Seguindo, então, as inscrições passo agora a palavra ao Senhor Deputado *Nuno Magalhães*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:** Muito boa tarde. Cumprimentar a Mesa, os Senhores Secretários, o Executivo, Membros da Assembleia Municipal, Público presente.

Para falar um bocadinho sobre o orçamento que nos é apresentado, eu também vou fazer algumas questões de uma forma setorial.

Começando pelos Serviços de Veterinária, bem ainda não temos Unidade Móvel de Saúde e já vamos estar a falar noutra equipamento agora dedicado a animais, e inda hoje viemos também a saber que vamos ter outro dedicado ao GAM, por isso são já três equipamentos que o Município pretende pôr a circular nas estradas. Mas sobre esta ambulância para animais tenho algumas questões que gostava de colocar:

Onde será prestado este socorro, os animais vadios e errantes será a Câmara Municipal que assume esses custos? Quem serão os Técnicos que nela vão trabalhar? Esperam-se novos procedimentos contratuais? É que se esperarem, se calhar é melhor prever a ambulância para 2020. Porque tendo em conta a experiência dos procedimentos contratuais atuais, eles têm um pouco de dificuldade em sair os resultados. Além de outras questões que estão muito pouco vagas e estão muito pouco claras e muito pouco vagas no que diz respeito a este projeto.

Sobre o guia dos animais de companhia, tendo em conta que o registo de animais de companhia é uma competência das Juntas de Freguesia penso que esta iniciativa seria mais meritória se estivesse junto das juntas de Freguesia. Aliás, recorde que no mandato anterior da Junta de Freguesia de Mirandela ela promoveu uma ação de sensibilização para a detenção responsável de animais de companhia onde esteve presente um membro da Equipa Cinegética da GNR e também uma Veterinária do Município a Liliana Pinto, onde fizeram uma ação de sensibilização. Uma proposta que também saiu da JSD, neste caso, e que o PSD e a JSD só se podem congratular por verem agora também aqui replicado pelo Município.

Sobre o Projeto Pata a Pata, bem, é bom reconhecermos os bons exemplos e tentá-los aplicar na nossa casa. É sempre um sinal de reconhecimento das boas práticas e também da nossa necessidade de melhorar. Mas também é bom reconhecer o mérito a quem o tem, algo que aqui não aconteceu. A humildade de reconhecer que este projeto é essencialmente um replicar do Projeto aplicado pelo Cantinho do Animal da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, do qual o Município de Mirandela faz parte, seria excepcional, mas infelizmente aqui não aconteceu. Novamente pegamos em projetos de outrem, novamente pegamos em projetos e queremos fazer-los passar como novos e não reconhecemos de onde é que eles partem. Mas tendo tudo isto em conta, aquilo que eu quero perguntar: então quem é que vai treinar os animais? Onde serão mantidos os animais durante o treino?

Já sabemos agora que vamos ter um Canil Municipal que já nos foi dito pela Senhora Presidente. Quem vai escolher as instituições? Quem fará o acompanhamento dos animais? O que acontecerá aos animais que serão colocados em instituições, tenham períodos de férias como é o caso das escolas?

Sobre Planeamento e Diplomacia Económica, bem eu quando vi a criação deste Pelouro da Diplomacia Económica, fiquei expectante, pois foi das primeiras vezes que vimos aqui um diferenciador daquilo que é finanças, daquilo que é economia e principalmente a nossa economia local. Mas decorrido um ano, continuamos sem perceber afinal o que é que é isto de Diplomacia Económica e então eu pergunto: qual é Diplomacia Económica que pretende criar?

É o Plano Diretor Municipal este dinamizador económico?

Falamos de atração de empresas. Como iremos fazer? O que está a ser feito? O que se pretende fazer?

Complexo do Cachão, fala-se já que vamos retirar o lixo neste ano. Onde está o projeto, então para começarmos a revitalização do Cachão, que tanto tem sido falada?

A atração de empresas é a única estratégia que temos? O que é que difere do que se fez no passado? Os atuais empresários, aqueles que já estão hoje no terreno, o que é que podem esperar também deste Executivo? São perguntas que também continuam com uma resposta um pouco vaga sempre cimentada em planos, projetos, que nós não conhecemos, nem nos são dados a conhecer.

Mas faço mais uma questão? Passado um ano de Diplomacia Económica, quais foram então os resultados? Porque a mim está-me a parecer que se promete algo, não se sabe bem o quê, mas não se compromete com nada em muito particular.

Sobre Educação, eu tenho que discordar porque quando se diz a Educação tem como uma das suas áreas prioritárias de intervenção colocar a Escola Pública no centro da Política Educativa. Ora isto tudo, muito bem, mas quando o ano letivo 2018/2019 fica marcado pelo encerramento da Escola Primária de Abreiro, eu pergunto se isto é colocar a Escola Pública no centro da atividade política, por isso, novamente aquilo que se diz e aquilo que se faz nunca estão em acerto.

Relativamente ao Ensino Profissional que está aqui enquadrado em outros tipos de ensino, eu pessoalmente considero que este é um dos tipos de ensino que continua a ser um parente pobre em Portugal e que tem muito potencial para crescer e que tem muito potencial para gerar muita empregabilidade, principalmente no nosso concelho. Mas no entanto tirando as referências que são feitas à ESPROARTE, a nossa pérola do Tua, as referências que acontecem para o restante Ensino Profissional é a integração em estágios na Câmara Municipal, o que para mim é muito, muito pouco relativamente à valorização deste tipo de ensino. É insuficiente e, por isso, também pergunto então o que é que pretende a Câmara Municipal fazer para valorizar o Ensino Profissional e para gerar mais emprego para os jovens?

Relativamente à Residência de Estudantes do Ensino Superior aqui o PSD congratula-se, e em especial a JSD tem que se congratular, aqueles que a Senhora Presidente gosta de rotular como os jovens armados em política que abordam tudo como uma forma muito superficial e porque fomos nós que propusemos esta adesão ao Plano Nacional de Alojamento Superior. Um programa aprovado em maio de 2018, que o PSD trouxe a esta Assembleia Municipal, que a JSD levou ao Conselho Municipal

de Juventude e que agora vemos o Município com intenção de aderir a este programa, por isso, o PSD congratula-se com esta medida.

Sobre Desporto é um ano que fica marcado, obviamente pela realização dos Jogos Nacionais Salesianos em Mirandela, mas contudo, sendo um ano especial, tendo este evento a decorrer na nossa cidade seria de esperar uma mobilização de todas as componentes políticas, setoriais e todas as Instituições de Mirandela, o que infelizmente também não aconteceu. E eu sendo membro eleito por esta Assembleia para representar a Assembleia Municipal no Conselho Municipal Desportivo, tenho a dizer que não reuniu, mesmo antes de acontecer este evento de índole nacional em Mirandela, não teve qualquer atividade. Mas, no entanto, continuamos como Mirandela a cidade amiga do Desporto, que voltamos a ser galardoados. E a pergunta que lhe faço é exatamente esta? Ser amiga do Desporto é reduzir os apoios às coletividades? Ser amiga do Desporto é apoiar as atividades profissionais e semiprofissionais em detrimento das atividades amadoras? Fica também essa questão.

Sobre mobilidade e transportes, todos nós sabemos que a mobilidade urbana em Mirandela é um desastre, é desorganizada, pouco visível e está afastada dos seus utilizadores, por isso, é premente apostar neste tipo de mobilidade e na renovação da mobilidade dos transportes urbanos em Mirandela. E novamente lá esteve a JSD a apresentar um conjunto de medidas no Conselho Municipal de Juventude para revitalizar os transportes públicos urbanos e que novamente vemos incluído aqui neste orçamento, por isso, também nós nos congratulamos por isso.

Sobre Ambiente, só tenho uma questão: vão, ou não vão ser cortados os planos junto ao estádio de São Sebastião? Continuamos sem saber. Os plátanos, peço desculpa, obrigado pela correção, também se engana muitas das vezes.

Sobre Turismo, temos que reforçar aqui a importância do Turismo e aquilo que pode fazer pelo desenvolvimento da nossa cidade. Mas, no entanto, continuamos a não ver medidas concretas e volto a perguntar: será apenas a participação nas Feiras Nacionais e Internacionais uma medida de promoção turística? Que tipo de estratégias para o marketing territorial temos? Onde está baseada a nossa participação e a nossa intervenção nas feiras? Quais são as nossas apostas na promoção do nosso território?

Em campanha eleitoral a Senhora Presidente disse e muito bem que gostava que Mirandela fosse uma cidade de mais Turistas do que Excursionistas. Eu também concordo. Mas infelizmente nada neste orçamento nos leva a isso. Sabemos a dificuldade que há em encontrar camas em Mirandela, o número reduzido que temos e, no entanto, o orçamento nada diz sobre esta questão.

Sobre a Cultura eu tenho que dizer e agradecer à Senhora Deputada Municipal Isabel Barreira pela tentativa neste momento de comédia que tentou aqui. Mas embora estejamos num Centro Cultural, isto é uma Assembleia Municipal e por isso tem que ser levada a sério. Mas se quiser eu posso-lhe fazer aqui uma, interceder junto da Presidente já que vai pagar 100.000,00€ a Serralves pode ser que a possam incluir no programa de Serralves para ter um espetáculo de comédia. E por isso, pergunto também se 100.000,00€ entregues a uma Fundação, que é a Fundação de Serralves, com todo o seu mérito, com todas as suas valências, será efetivamente este o Caminho? Não teremos também nós Cultura que necessita de ser promovida e poderiam beneficiar destes 100.000,00€ que estamos a colocar nesta Fundação?

Veio aqui o presidente de Torre de Dona Chama falar sobre os Caretos da Junta de Torre de Dona Chama, não seria de mais premente ter esse dinheiro nesta aposta e na valorização deste nosso património?

Uma última nota sobre o orçamento. Constantemente vemos nas reuniões de Câmara, vemos nas Assembleias Municipais a Senhora Presidente a dizer que a oposição não faz propostas, que não dá contributos concretos, que apenas se limita a contar falhas e a tentar encontrar falhas. Pois bem, tal não é só injusto, como falso. Se olharmos para este orçamento temos aqui propostas concretas que partiram do PSD como propostas que saíram desta Assembleia Municipal e de outros Conselhos Municipais quando estes reuniram.

Falamos então, propostas como o plano nacional de alojamento no ensino superior para a construção da residência de estudantes do ensino superior, proposta do PSD, falamos da Assembleia Municipal Jovem proposta do PSD nesta Assembleia Municipal, falamos do espaço comum para as Associações Juvenis do Concelho, quando a JSD entregou em Conselho Municipal de Juventude uma proposta chamada “Casa da Juventude” que é exatamente isto que aqui está replicado, mais uma vez uma proposta concreta do PSD e por fim o apoio no transporte a doentes oncológicos trazida aqui pelo nosso companheiro, Rui Sá. Estas foram propostas concretas do PSD e que estão vertidas e bem vertidas no seu orçamento.

E já que estamos numa época de fazer convites, como fez para apresentar propostas, eu agora também lhe faço o convite para se apresentar e pedir desculpas ao PSD, porque o PSD contribuiu com propostas concretas que estão neste orçamento.

Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Nuno Magalhães*. Falta, ainda a intervenção do Senhor Deputado *António André Geraldo*, no entanto o Senhor Deputado *Manuel Trovisco* quer interpelar a Mesa, é isso?  
Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Não quero responder ao...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Respondendo ao Presidente da...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Há um bocado eu queria responder, não me deixaram. Agora já pode responder...

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Apenas se for uma interpelação à Mesa Senhor Deputado José Trovisco. Se não é uma interpelação à Mesa não goza...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** O Senhor Deputado foi fazer a sua interpelação...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** É a mesma coisa...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** ...Que estava a fazer novas questões!

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Eu quero a defesa da honra...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Ainda não esperou para ouvir o que vai ser falado, como é que pode saber?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Sei, porque ...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Faz favor Senhor Deputado!

----- **Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Pronto, eu só queria responder ali ao Senhor...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Vê? É a mesma coisa.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Se é uma resposta, também não pode fazê-lo!

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Senhor Deputado José Trovisco...

----- **Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** Eu queria defender a minha posição...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Quer uma defesa da honra é isso, Senhor Deputado? Pronto, então diga exatamente o que quer.

----- **Senhor Deputado Municipal José Manuel Trovisco (PS) disse:** No fundo vai ser uma resposta. Eu não tenho nada contra o Franco, aliás eu estou aqui para contribuir com a minha humilde participação na defesa dos interesses das aldeias e de todos os Mirandelenses, é esse o meu propósito. Ao referir a água do Franco eu não referi a água de Vila Boa, podia tê-lo feito, não é? Se calhar se referisse as duas coisas o Senhor já não responderia. Eu conheço perfeitamente o problema do Franco e de Vila Boa, senão não falava nele. E falei na água do Franco porque entendo na minha ótica e se depender do meu voto o Franco um dia terá que integrar o Plano Municipal de Abastecimento da Água.

Pronto, eu já escrevi muito sobre isso, sobre o Franco, eu posso-lhe depois mandar esse escrito.

Era só isso que eu queria dizer, não tenho nada contra o Franco, podia dizer também que o Franco neste momento tem queixas de estacionamento de camiões. Não o referi, mas queixam-se, não sei se o Senhor Presidente o sabe, mas já agora fica dito, não é? Que incomoda as pessoas toda a noite e as pessoas queixam-se.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Continuamos então...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** ... Isto é uma vergonha...

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Continuamos, então, com a conclusão das intervenções. Passo a palavra ao Senhor Deputado António André Geraldo. Faz favor.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Os do PS podem falar, os do PSD não podem falar... Isto é uma vergonha...

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, André Geraldo (PSD) disse:** Boa tarde a todos. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Executivo, Senhores Vereadores, Colegas de bancada, Público em geral, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

Bem, hoje tinha prometido à minha mulher que ia lanchar a casa, mas acho que por este andar nem jantar. Pronto. Mas melhores dias virão como se costuma dizer.

Estamos aqui para falar neste ponto sobre o orçamento.

Trago a minha agendazinha em branco, isto é só para não me perder, assentando aquilo que eu espero conseguir passar para a Assembleia.

Ora isto vai mais de encontro à minha posição para a votação. Vou começar a falar, vai ser no fundo a minha declaração de voto e para começar quero felicitar o Executivo por dois pontos. O primeiro e muito bem foi por ter recebido uma proposta da nossa bancada do meu amigo Paulo Pontes e tê-la cozinhado à vossa maneira e muito bem. Ele falou aqui nos terços e nos nonos, isso a mim pouco me diz. O que é certo é que vocês acataram a proposta, foi votada aqui, foi aprovada e muito bem. E também por uma atitude que vocês tiveram de trazerem para aqui para um próximo orçamento uma questão que se pode dizer democrática, pela questão de vocês receberem as verbas e distribuí-las de igual por todos, coisa que nunca aqui aconteceu. Eu sei que há ali colegas meus que vão ficar um bocado revoltados com esta atitude da parte do Executivo, mas eu sei bem porquê. Porque eles precisavam disto, tinham, precisavam daquilo, tinham. Agora para quem nada tinha ou muito pouco como sou eu e

alguns colegas nossos, isto para nós é uma mais-valia que nos pode deixar pôr em prática projetos que não conseguíamos pôr. Isto para o pessoal que vem aqui às vezes falar de números, vocês não fazem ideia o que era gerir um plenário há nove anos atrás. Para o pessoal isto era tudo muito bonito, orçamento par isto, orçamento para aquilo. Mas os números em concreto deixam muito a desejar. Vocês fazem ideia o que era gerir uma aldeia com 17.000,00€ por ano? Onde praticamente metade é para as compensações que temos direito, para o Executivo? O pessoal não tem ideia do que é isso. Cheguei a estar um ano e meio sem receber as minhas compensações, sabeis porquê? Precísávamos lá de uma capelinha mortuária, fez-se a aquisição de um pequeno edifício agrícola. Aquilo era um armazém agrícola, era uma construção recente, uma construção com alguns 40 anos toda em pedra, a gente adquiriu aquilo e transformamos na capela mortuária que hoje temos lá. E eu comprometi-me com a pessoa a quem compramos de fazer o pagamento de três em três meses mediante o nosso FEF. E eu para conseguir cumprir com a pessoa cheguei a estar um ano e meio sem debitar as minhas compensações e depois a contabilista ao fim do ano, ainda me chamou à atenção. Não deves fazer isso porque vais sobrepor as tuas compensações muito tempo e o Tribunal de Contas pode-nos vir a chatear por isso. E depois ao cabo de um ano e meio comecei por exemplo, em vez de ser um trimestre, compensar dois até regularizar a situação.

É fácil falar aqui, mas quem passou pelas situações é que pode dizer alguma coisa. Porque eu precisava por vezes de dar mais uma intervenção nas ruas da aldeia e não havia dinheiro. Isto é um ponto. Depois com a União de Freguesias é que a gente acabou por fica. Tivemos uma pequena majoração de 10%, juntou-se os dois FEF's, de 7.000,00€ passamos para 35.000,00 € e poupou-se aqui nas duas aldeias o valor de um Executivo, nada mais do que isso.

Agora para mim esta posição da Câmara foi muito boa e aplaudia-a logo quando nos foi comunicado quando foi na reunião, no auditório pequeno.

Isto é assim, para quem já tinha muito, isso se calhar vem a ficar um bocado menos beneficiados com isto, mas para quem não tinha nada, isto foi muito boa esta atitude e quero felicitá-los por isso.

Comprometi-me na altura com o Senhor Vereador da limpeza da Estrada Municipal que não me competia a mim. A limpeza está feita. Está feita, quem utiliza a Estrada pode verificar que está feita. Ainda não sei quanto é o valor total da limpeza que ainda não fiz contas com a empresa que nos fez o serviço, mas está feita e não foi feita logo passado três ou quatro dias porque não houve espaço de canalização da parte da empresa nos efetuou o serviço.

Agora falarmos dos orçamentos, eu ao cabo de um, assim por alto, quinze meses seguidos a receber o que nos vai ser atribuído é superior àquilo que eu recebi durante oito anos. Eu estive sete anos à espera de 700 metros de patela para aplicar no Largo na Freixeda. Sete anos! Fiz um arruamento em Vila Verde, com a empresa do Senhor Bernardino Pereira, estive quase dois anos para conseguir pagar o arruamento. Agora não venham para aqui a dizer que isto não é democrático. Esta atitude foi democrática e para mim é de louvar. Agora, claro, há aí aldeias que eu conheço, fizeram lá obras de cento e tal mil euros por ano. É normal que esses agora veem-se um bocado acatados porque não vão ter esse subsídio nem sequer nos quatro anos, agora, eu penso da outra maneira, e por isso a minha declaração de voto é favorável a este orçamento.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *António André Geraldo*.

Não estava inscrito, mas penso que pode fazer uma intervenção, certo?

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Aguieiras Manuel Fontes (Independente) disse:** Ora muito boa tarde. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restantes Membros, Senhores Vereadores, Senhora Presidente do Executivo, Membros da Assembleia, Colegas Presidentes, Comunicação Social e Público em Geral.

Em primeiro lugar quero agradecer à Mesa a oportunidade que me deu em vir aqui, realmente eu não estava quando foi a inscrição e realmente agradeço por estar aqui.

Sei que a Senhora Presidente já respondeu a tudo o que eu tinha previsto vir aqui falar.

Pronto, o que me custa a mim, ver as críticas que estão aqui a ser feitas a quem não está no bom caminho, vindo elas de quem pelos vistos não tem a informação completa, e o apoio que o Município está a dar às Juntas de Freguesia, o que é que isto resolve? As pessoas falam mas não estão a par daquilo que se está a passar. Desculpem alguns Presidentes se não estão de acordo comigo, certo? Mas esta é a realidade das coisas, e eu como Presidente da Junta e nós aqui Membros Independentes, não pensamos como pensam alguns Deputados que realmente não são Presidentes, são Deputados mas não são Presidentes, não estão a par, não estão informados daquilo que se passa no dia-a-dia.

A respeito do orçamento nós vamos votar a favor, porque acreditamos em quem o estudou e preparou e temos de dar um voto de confiança e no fim estaremos aqui para realmente ver se esteve bem, se esteve mal e criticaremos no fim e pedimos justiça, então, no fim.

Em terceiro lugar quero esclarecer aqui uma coisa aos Senhores Deputados. Nós estamos aqui para trabalhar, em prol da Assembleia para que juntos possamos chegar a acordos e soluções para o nosso Município e Freguesias. Mais uma vez digo, falaremos quando entendermos, nos momentos certos e pelos nossos interesses. Relembrar também à Mesa da Assembleia que os Independentes fazem parte da Assembleia, porque é perguntado à bancada do PSD, é perguntado à bancada do PS, à do CDS-PP, ao Partido Comunista e aqueles Senhores não existem. Lamento esse esquecimento, certo?

Quero também louvar todos os métodos de trabalho deste Executivo, com os apoios e colaboração às Juntas de Freguesia e mais agora com as transferências de competências. Com os apoios financeiros extra acordados entre nós, Presidentes, sendo assim a as Juntas de Freguesia deste concelho poderemos trabalhar mais e melhor em prol dos nossos Fregueses. Estando as Freguesias em condições, o Concelho está também melhor.

Com respeito a uma Assembleia extraordinária que nos foi concedida pela primeira vez, foram feitas críticas à Mesa da Assembleia, quero dar os parabéns à Mesa por nos ter facilitado, então, esse momento de podermos nós Presidentes de Junta discutir os nossos interesses à parte dos interesses que eu aceito, não sou político, mas aceito, há aqui pessoas que vêm para aqui para discutir os interesses de Mirandela, e esquecem-se que Mirandela sem as Freguesias não é nada. Ainda bem que essa Assembleia aconteceu só para nós e louvo essa atitude também.

Para terminar, vou deixar aqui um aparte e vou-me apresentar, não quero correr o risco de colegas meus que não são conhecidos como Presidentes de Junta que é para que depois não digam que não me conhecem.

Sou Presidente de Junta eleito Independente com poderes e decisões próprias, trabalho em Mirandela há 33 anos na oficina Auto Norte, não tenho formação académica, mas tenho cultura, experiência de vida e respeito por igual os que têm formação académica como os outras que não têm. Chamo-me Manuel Fontes há 53 anos. Está dito. Um Bom Natal a todos.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigado. Findas as intervenções deste ponto da ordem de trabalhos, a Mesa recebeu por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama Nuno Nogueira uma proposta que deseja submeter à Assembleia Municipal. Nesse sentido eu vou ler à Assembleia Municipal a proposta e vamos seguir o procedimento habitual, a Assembleia Municipal depois pronuncia-se no sentido de acolher ou não para votação, sendo acolhida passaremos à votação da respetiva proposta que ele submete a todos os Deputados Municipais da Assembleia Municipal de Mirandela.

### **Proposta de Declaração de Apoio**

#### **Inscrição da Festa dos Rapazes, de Santo Estêvão e dos Caretos de Torre de Dona Chama**

Considerando:

- a) Que na sequência da Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Património Imaterial (2003) o Estado Português implementou um regime jurídico específico para esta categoria do património cultural (Decreto-Lei n.º 139/2009 e Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril) que estabelece o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (doravante INPCI) como o instrumento legal para o registo das manifestações de património imaterial que se desenvolvam no território português;
- b) Que o referido Decreto-Lei n.º 139/2009 define o INPCI como «um sistema de inventariação através de uma base de dados de acesso público que permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem», sublinhando assim o papel das instituições locais, tais como as associações de defesa do património cultural, na implementação de processos de inventariação de manifestações culturais e no desenvolvimento de estratégias de salvaguarda;
- c) Que a Associação Dona Flâmula no âmbito da sua constituição, bem como a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama assumem como missão a defesa do património cultural de Torre de Dona Chama;
- d) Que, inscrevendo-se num conjunto complexo de festas e rituais de origens ancestrais e que no território nacional estão predominantemente associadas ao nordeste transmontano ocorrendo sobretudo no Período Natalício, a Festa dos Caretos, dos Rapazes e de Santo Estêvão de Torre de Dona Chama, destaca-se por evidenciar uma complexidade única e muito rica de elementos, onde além de interagirem as habituais personagens das festas de caretos e de rapazes transmontanas, se desenrola também uma representação da reconquista cristã aos mouros, onde entram ainda os jogos para-teatrais populares com a sátira social à mistura, e onde o convívio entre amigos, familiares e visitantes domina o programa festivo;
- e) E reconhecendo também que vivemos atualmente processos globalizantes de práticas e hábitos culturais, tornando-se essencial promover uma maior consciência, em especial entre as gerações mais jovens, para a importância das diversidades culturais, dos seus patrimónios locais, e da sua salvaguarda;

O projeto de *Patrimonialização dos Caretos, dos Rapazes e de Santo Estêvão de Torre de Dona Chama*, que a associação Dona Flâmula em conjunto com a Junta de Freguesia de Dona Chama desenvolveu entre 2017 e 2018 e teve o financiamento do Programa EDP Tradições e do Município de Mirandela, tem como objetivo promover o reconhecimento nacional desta manifestação cultural como património imaterial português, com a sua inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural e Imaterial.

No âmbito deste objetivo foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- O levantamento e recolha de toda a documentação (Bibliográfica, Fotográfica, Videográfica, Gráfica, cartográfica, Outras) que até ao momento se produziu em torno das *Festas dos Caretos da Torre de Dona Chama*, com o propósito de : avaliar o estado atual da manifestação; organizar de forma sistemática a documentação de acordo com as normas de identificação e catalogação da Direção Geral do Património e do sistema implementado pelo Município de Mirandela; e de documentar e fundamentar o pedido de inscrição da manifestação no Inventário Nacional do património Cultural Imaterial;
- O acompanhamento e registo atual fotográfico e videográfico dos rituais;
- A recolha dos testemunhos orais (entrevistas em vídeo), identificando-se os intervenientes na manifestação e os papéis (caretos, mouriscas, mordomos, audiências e diversas histórias e experiências pessoais ao longo do tempo);
- A identificação dos objetos e imóveis associados à manifestação;
- A manufatura de trajes e máscaras;
- A realização de oficinas sobre máscaras, personagens e instrumentos (envolvendo a comunidade escolar de Torre de Dona Chama);
- A realização de dois encontros e debates sobre a festividade em 2017 e 2018, e exposição sobre trabalho desenvolvido;
- A elaboração de um plano de salvaguarda que inclui o planeamento de ações de preservação da manifestação com vista inscrição no INPCI.

Encontrando-se este processo em fase de submissão junto da Direção Geral do Património Cultural e de disponibilização do inventário ao público na Plataforma matriz do Património Cultural Imaterial ([www.matripci.pt](http://www.matripci.pt)) e através de plataforma do Município de Mirandela, venho por este meios solicitar a esta Assembleia Municipal que se digne manifestar o reconhecimento nacional desta manifestação cultural, bem como o seu apoio incondicional no prosseguimento deste caminho de Patrimonialização da Festa dos Caretos, dos Rapazes e de Santo Estêvão de Torre de Dona Chama.



Como referi, após a exposição da proposta por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, submeto à Assembleia Municipal a sua aceitação para eventual votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Portanto, a proposta foi acolhida por unanimidade, sendo assim passaremos então, à sua votação em concreto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovada por unanimidade a Proposta de Declaração de Apoio à Inscrição da Festa dos Rapazes, de Santo Estêvão e dos Caretos de Torre de Dona Chama, apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, Nuno Nogueira.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Dada a ausência momentânea da Senhora Presidente, vamos aproveitar para um pequeno intervalo e também para a mesa poder discutir um assunto com os líderes das bancadas e independentes durante dois minutos. Agradecia que nos reuníssemos ali fora uns dois minutos, pode ser?

Agradecia aos Senhores Deputados que se sentassem para dar continuidade à sessão...

Dão-me licença..., eu peço desculpa por esta interrupção, mas o motivo da reunião com os líderes das várias bancadas foi estudar a melhor forma de vir a resolver ainda hoje mesmo, excedendo o tempo, todos os pontos que temos ainda para votar. Portanto, propusemo-nos a seguir um de dois planos, em função da evolução e aproveitamento do tempo.

Sendo assim vou dar a palavra à Senhora Presidente para não perdermos mais tempo e seguir em frente. Faça favor Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Boa tarde a todos. Antes de passar a responder às questões que foram colocadas sobre este ponto da ordem de trabalhos vou aproveitar a ocasião para responder ao Deputado Manuel Pavão sobre a questão que levantou sobre a Ação Social e tudo aquilo que tem sido feito a nível da Ação Social. Agrada-me o facto de estar presente aqui na reunião e agrada-me também o facto de poder ouvir as respostas que isso é importante.

Relativamente ao Plano de Desenvolvimento Social que é este documento da Rede Social de Mirandela e que temos todo o gosto de partilhar, julgo que estará disponível na página de internet, quero dizer-lhe que este Plano contempla os anos de 2016 a 2018. A Rede Social de Mirandela, como todos sabem, é composta por muitos organismos e está a ser neste momento ultimado o Plano de Desenvolvimento Social para o ano 2019/2021. Temos quatro eixos fundamentais que fazem parte deste desenvolvimento social.

O eixo um que é o apoio a grupos sociais desfavorecidos, tem aqui os apoios sociais no âmbito do medicamento. Foi assinado um protocolo com a Associação Dignidade para o ano 2019, a água, luz e rendas, intervenção à família, o plano de ação integrado à habitação. Também obras de habitação e à terceira idade, conceções semanais de estudos de vida saudáveis.

O eixo dois é o emprego e qualificação profissional com o gabinete de apoio ao emprego e ao empreendedorismo e também uma escola de empreendedorismo.

O eixo três educação e formação ao longo da vida com alguns projetos a assinalar e os dados finais destes eixos vão ser apresentados em janeiro de 2019.

Eixo quatro, consolidação da rede social e aqui temos a rede social a promoção da igualdade, as respostas sociais a residência para estudantes e também ações de voluntariado.

Relativamente aos apoios o resumo do ano 2018 até ao final do terceiro trimestre temos:

- 1552 atendimentos;
- 790 apoios;
- apoios financeiros na ordem dos 51.213,00€ na habitação, medicamentos, ação social de escolas, apoio ao pagamento de água, luz e rendas.

A previsão de apoios neste ano o total de custos ou de investimento nesta área é de 100.000,00€. Vai haver um aumento de 30% para 2019, rondando os 130.000,00€ par os apoios sociais.

Respondendo a esta questão e passando agora às questões que foram levantadas, porque de facto o documento foi distribuído por todos, as grandes opções do plano de orçamento para 2019 estão compiladas no documento distribuído, também já foi discutido em reunião de Executivo Municipal e agora na Assembleia Municipal.

Relativamente às questões do Deputado Paulo Pinto que foi o primeiro a intervir, dizer-lhe que não há quadros comunitários do PSD e do PS, há quadros comunitários que financiam projetos, candidaturas e como sabe também houve um pacto na comunidade intermunicipal que prevê a aprovação de projetos. É óbvio que quando falamos no passado, nós não estávamos na Câmara Municipal não podíamos candidatar projetos e portanto, não se pode partidizar os quadros comunitários, porque os apoios são para os Municípios, não são para partidos. Os partidos têm a sua fonte de financiamento e têm as suas formas de financiamento. As Câmaras Municipais são estatais, os fundos são comunitários e são aprovados no devido tempo. Portanto, parece-me que até não é correto dizer-se os quadros comunitários do PSD, os quadros comunitários do PS e depois dizer que é “uma Presidente rosa pintada de cor de laranja”, isso quer dizer que nós temos sempre, as nossas convicções, os nossos valores que não são forçosamente os valores partidários. De cada uma das bancadas também são elencadas as nossas matrizes políticas e não como Presidente da Câmara, eu não exerço as minhas funções com cores partidárias, exerço em prol de Mirandela e dos Mirandelenses, portanto, esta ressalva é muito importante porque os partidos têm a sua orgânica, têm os seus mecanismos e têm a sua forma de fazer política. As pessoas quando são eleitas apesar de terem compromissos que apresentaram aos eleitores e que foram sufragados devem ser, de facto, esses compromissos com que estamos comprometidos e não um partido político que é a base da sustentação da democracia mas encarado como tal não deve fazer parte destas declarações.

Falou na despesa da auditoria. Nós consideramos que, sim, que não é uma despesa, é um investimento. Dizer-lhe que é óbvio que as questões da Auditoria não ficarão por aqui, foram enviadas para os organismos competentes.

Em relação às contratações que foram feitas e assumidas por todos na gestão do Executivo, como foram outras feitas na gestão anterior e cada um acho que deve trabalhar com quem escolhe.

Em relação ao Revisor Oficial de Contas, dizer-vos que o Revisor Oficial de Contas era um serviço partilhado com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, de facto, era um valor mas baixo, mas não tínhamos apoio, ou seja, o ROC vinha cá no final do ano, assinar os documentos e nunca deu apoio e controle dos procedimentos contabilísticos e neste momento nós temos um apoio muito mais direto, portanto, não é uma despesa, é um investimento no controle orçamental e o facto de nós pagarmos mais, podemos poupar muito dinheiro na gestão orçamental e é com esse profissionalismo que nós selecionamos e optamos por contratar. Dizer que fica mais barato, é óbvio que fica mais barato, porque como todos sabemos um bom profissional que faça o acompanhamento, poupa muito dinheiro aos cofres da Autarquia. E portanto, nós estamos a falar de um advogado que tem uma avença mensal, é verdade! Esse advogado está-nos a fazer contestações de processos jurídicos há muito alocados a vários escritórios espalhados pelo país, em Coimbra, Bragança, Porto e quer dizer não havia um controle direto e próximo do estado de situação dos nossos processos judiciais. Temos um Gabinete de Apoio Jurídico com três juristas, é verdade, que agora até vão entrar por questões precárias no quadro da Câmara Municipal, foram contratados, aliás pelo anterior Executivo, mas há uma coisa que é verdade, é preciso ter experiência e no contacto direto com processos complicados como foi a derrocada do LIDL, como é o prédio da Pomba, são processos muito complicados que é preciso ter muita experiência e que um investimento de 10.000,00€ na contratação de serviços que era gasto nos escritórios de advogados de Bragança, Porto e Coimbra, é muito poupado a nível destas situações, até porque são processos de milhões de euros. Portanto, eu acho que devem ponderar estas declarações quando estão em causa a competência profissional de cada um.

Relativamente à intervenção do Deputado Carlos Sousa, realmente este orçamento tem uma preocupação social, tem a ver também com a sustentabilidade financeira, a mudança de paradigma em relação às Juntas de Freguesia e as reduções dos impostos para que os dinheiros possam ficar nas famílias para a qualidade de vida e para a promoção do desenvolvimento sustentável de Mirandela.

Falou, também, no orçamento ligado às praias fluviais que também é um projeto ligado à DESTAQUE, que é o programa PROVERE, que provavelmente vai ter mais dinheiro neste momento por causa da reprogramação do programa Comunitário 2020 e aí podemos alocar mais recursos financeiros a estas praias fluviais que queremos, de facto, dignificar, que nunca foram trabalhadas, nunca foram dignificadas para o Turismo em praias fluviais.

É um orçamento equilibrado, é um orçamento justo e para a Coesão Territorial.

Relativamente ao Deputado Jorge Humberto, dizer que não foram ouvidos é claramente enganosa esta afirmação, isto porquê, porque ouve uma convocatória, verbal é verdade, para uma reunião da oposição, a proposta do orçamento, não foi o orçamento que foi votado, foi uma proposta de orçamento a 31 de outubro, ou seja, foi a proposta de orçamento que tivemos que enviar para a DGAL, depois as propostas da oposição ficaram de ser enviadas por correio eletrónico até dia 23 de novembro, a reunião foi dia 30 de novembro, à qual o Senhor Deputado não compareceu, apesar de ter confirmado que ia à reunião e, de facto, o único Deputado e líder dos partidos políticos que esteve presente foi o Deputado Paulo Pinto.

Em relação ao Orçamento Municipal não nos foi enviada nenhuma proposta.

Relativamente ao Mercado Municipal é verdade que temos que fazer obras de manutenção, obras de qualificação no Mercado para dar, também, um novo aspeto e para o Mercado ter melhores condições para os comerciantes.

Relativamente a habitações de baixos custos, a residência, há um programa atualmente que está ligado ao Ministério da Educação, quem está com esse programa é o Secretário de Estado, Sobrinho Teixeira, e já tivemos uma reunião com ele que é um programa de financiamento para adaptar moradias pertencentes ao Estado para alocar a esta situação de residências, mas encontramos em Mirandela duas ou três situações que podem passar para este fundo.

Relativamente ao Parque da Ribeira ao abandono dos equipamentos, de facto, o Parque da Ribeira é um Parque que tem que ser mais promovido tem que ter alguma animação, mas também consta das nossas propostas.

Relativamente às casas mortuárias nós temos três igrejas que têm casas mortuárias, há algumas que precisam de intervenção que tem a ver com as intervenções nas próprias igrejas e portanto, não me parece que faça falta mais uma casa mortuária, é dar condições a estas casas mortuárias, pelo menos na Igreja da Nossa Senhora da Encarnação, tem de facto, infiltrações de água nas casas mortuárias.

Relativamente ao Senhor Deputado Virgílio Tavares, as obras estruturantes que foi elencando, de facto, há algumas ideias muito interessantes, pena é que também não tenham incorporado nas propostas do orçamento porque o representante, presidente da concelhia também não enviou nenhuma proposta. De qualquer forma alguma daquelas que foi elencando é verdade que são obras que têm um custo bastante elevado, outras que quando fala na criação de um polidesportivo, é verdade que Mirandela necessita urgentemente melhorais também no pavilhão Inatel e também de um multiusos que outras cidades e vilas têm que nós não temos.

Dizer que os eixos fulcrais de desenvolvimento constam do documento, ou seja, temos eixos estratégicos, mas a principal via que nós queremos é a coesão territorial e é a aposta no território, é a aposta na proximidade com os nossos Municípios e por outro lado, sustentabilidade financeira. É muito importante que nós tenhamos consciência das dificuldades financeiras que vivemos, do Plano de Saneamento Financeiro e das limitações e condicionalismos que o Plano de Saneamento Financeiro, que temos desde março de 2013, que constantemente nos impõe e as limitações que temos em várias situações que no dia-a-dia acontecem.

Realmente, em relação a esta questão do Plano de Saneamento Financeiro, a saída antecipada do Saneamento Financeiro ia ter vantagens significativas à Gestão Municipal e, por isso, a nossa meta de cumprir este objetivo.

Relativamente ao Deputado Figueiredo, disse que este Orçamento foi copiado que é o mesmo do ano passado. Não é! Não sei se teve oportunidade de ver o orçamento, mas de qualquer forma é bom que estamos aqui a discutir ideias, valores, orçamentos e dizer que é igual ao do ano passado não tinha foco de discussão possível, porque se fosse igual não havia nada a alterar, nem nada nas votações e, de facto, não é igual! Dizer-se que há interesses políticos instalados, isto é até demasiado grave para se dizer porque os interesses políticos estavam instalados sim. Estavam instalados sim, mas não é com este Executivo, existiam interesses sim, existiam muitos interesses, existia uma teia de interesses instalados mas não é agora que existe essa teia de interesses. “Este PS não tem ética republicana”, várias vezes fez referência a isso e, de facto, nós estamos aqui eleitos por um

*[Handwritten initials and signature]*

partido político, é verdade, eu sou do Partido Socialista, todos sabem, mas estamos aqui enquanto representantes do Município e também os Senhores Vereadores da oposição e os Senhores Deputados, obviamente, que são eleitos por um partido, exceto os Independentes que são Independentes e, portanto, é isso que nós devemos respeitar, o espaço político de cada um. Que “não pode confiar nesta Câmara”, não consigo entender esta afirmação, mas é óbvio que terá as suas razões e os seus motivos. É uma opinião e não é uma afirmação.

Relativamente à Unidade Móvel, as despesas a que se refere são as despesas de consumos, ou seja, vai haver um Protocolo com a ULS, como existe noutros Municípios, com um enfermeiro que é da ULS, mas de facto estas despesas referem-se às despesas de consumo da Unidade Móvel, gasóleo, manutenções, está tudo relacionado com isso. Relativamente à ação da doação da Unidade Móvel, é uma ação de mecenato que já está acordada.

Relativamente ao Vale do Tua e à situação que quer ter conhecimento das situações que estão a ocorrer com as Portas de Entrada, de facto, a Agência está a realizar este processo. Houve um concurso, foi anulado esse concurso, vai haver outro concurso, mas pode-se pedir à Agência para lhe fazer chegar a informação. No próximo ano vamos ter um interlocutor do Município junto ao Parque Natural, isso facilitará muito esta gestão da informação. Relativamente aos investimentos do Plano Plurianual de Investimentos, sabe que aquilo é por anos, e portanto, não são todos os investimentos feitos este ano, são feitos ano a ano.

É um orçamento de oportunidades, eu considero que sim, é um orçamento que traça um caminho e um caminho do Futuro de Mirandela e do Concelho.

Em relação à obra no cemitério de Golfeiras, dizer-lhe que está a ser executado um projeto por um Arquiteto da Câmara Municipal que diz respeito ao acesso e a um loteamento limítrofe ao cemitério de Golfeiras e está também projetado o embelezamento para o miradouro perto do cemitério.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, falou só na votação.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pontes* da União das Freguesias de Franco e Vila Boa, dizer-lhe que desde junho que anda a reivindicar este orçamento, mas também há uma verdade que tem que ser dita. Isto era um compromisso do Executivo, dos compromissos que nós concorremos à Câmara Municipal, era de facto esta solução, de ter protocolos com as Juntas de Freguesia e dotá-las de autonomia financeira, ou seja, se nós queremos ter responsabilidades também temos que ter autonomia.

“Mirandela só se desenvolve com as aldeias”, obviamente que sim Senhor Presidente. Relativamente à criação de condições das aldeias é verdade e acho que o Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais não se importará que eu vos convide a todos para estarem neste fim-de-semana na Feira da Couve Penca onde via estar presente, também a Senhora diretora Regional de Agricultura que me confirmou ainda agora.

Relativamente ao Deputado Humberto Cordeiro diz que é um orçamento sem novidades, estranho, não deve ter lido com atenção o orçamento porque, de facto, traz muitas e boas novidades. Considerar que não há uma visão estratégica julgo que nada mais errado, porque esta visão estratégica que nós estivemos a falar até aqui, de facto, implementando esta situação que de diminuição dos impostos diretos e eu estou a falar no geral e de forma muito resumida nas situações que estão todas elencadas no orçamento, dizer-lhe que essa visão estratégica está no orçamento e está nas grandes opções do plano. Convido-o a ter uma leitura mais atenta aos documentos.

Relativamente a 86% dos projetos anteriores, esses projetos são dos quadros comunitários eu não consigo entender a vossa preocupação em dizer que os projetos estavam feitos e estavam aprovados, é óbvio que se nós não estávamos na Câmara Municipal não podíamos candidatar os projetos. Como todos os Presidentes de Junta que entraram agora, todos têm um passado e todos herdaram tudo aquilo que está. Herdamos muitas dívidas e herdamos muitos projetos judiciais, herdamos tudo aquilo que temos falado aqui. É óbvio que os quadros comunitários foram negociados na CIM-TT, os quadros comunitários estavam abertos e, portanto, nós temos feito algumas candidaturas novas, que entretanto abrem e esses vamos candidatando. É óbvio que não vamos fazer a política da terra queimada e pensar “vamos deitar tudo fora e vamos construir tudo de novo”, isso é impossível. Hoje em dia há um programa, há um projeto, há uma aprovação e os projetos têm que ser realizados. Dizer-se que os projetos estão a ser realizados e louvar a implementação dos projetos e a execução dos projetos dentro dos prazos legais, isso sim devia ter a vossa preocupação e não é isso que está presente na vossa atenção e naquilo que têm dito.

Em relação ao texto do protocolo temos ocasião de discutir depois no ponto, mas dizer que é um “presente envenenado”, parece-me excessivamente mal formatado porque, de facto, não é um “presente envenenado”, é certamente uma forma de autonomia, é certamente uma responsabilidade sim, mas acho que os Senhores Presidentes de Junta têm todas as condições e são responsáveis pelo dinheiro que vai ser transferido. A única coisa que nós lhes pedimos é que haja uma monitorização semestral e, portanto, julgo até que a autonomia dita responsabilidade, isso sabemos nos bancos da escola e com a educação dos nossos pais e, portanto, dizer-se que é um “presente envenenado” fica mal, ou seja, é uma afirmação até agressiva para a forma como está a ser pensado a forma como está a ser trabalhado este orçamento.

Um forte corte nas Associações, é verdade que as Associações, as Coletividades tiveram, em média, 10%, houve algumas que até subiram os apoios e vão entrar em “agonia financeira”, bem vocês sabem que há muitas Associações e Coletividades que têm apoios financeiros elevados, comparativamente até com algumas Juntas de Freguesia e aquilo que nós quisemos fazer foi equilibrar, o que vamos dar às Associações e Coletividades e o que vamos dar aos nossos Fregueses em cada Junta de Freguesia e, portanto, este equilíbrio transforma verdadeiramente um Concelho, num Concelho coeso, e é essa a nossa estratégia. Podem dizer que a estratégia está errada, mas dizer que não estamos a dar apoio às Coletividades isso é mentira.

Relativamente aos Orçamentos Participativos, obviamente que o parque infantil, vai ser construído na Torre de Dona Chama. Ainda ontem estiveram a visitar.

Até vamos amanhã inaugurar um parque infantil em Vale de Juncal, que finalmente foi construído junto à Associação.

Em relação à provisão dos processos judiciais, na prestação de contas será vertida essa informação.

Relativamente ao Deputado, *José Trovisco*, dizer-lhe que agradecemos o projeto do caminho de acesso ao cemitério, bem como, as fotografias e a intervenção do Arquiteto *António Figueiredo* mas, de facto, já está a ser elaborado no Município.

Relativamente às dúvidas que apresentou, basicamente aquilo está vertido no próprio documento que diz respeito à intervenção na Estação de Camionagem, Zona Industrial. As estradas foi, de facto, uma situação que nós não conseguimos fazer os melhoramentos em todas as estradas do concelho que precisam, vocês sabem que há realmente Freguesias que têm estradas em muito mau estado. Essas estradas neste momento não são comparticipadas por fundos comunitários e é previsível que no próximo quadro comunitário de apoio também não venham verbas para qualificação de estradas e de autovias. Isso faz com que

estas estradas, esses melhoramentos tenham que ser feitos e pagos por orçamento Municipal e, é óbvio, que temos que optar e vamos fazer de uma forma organizada e por prioridade, também, em colaboração com os Senhores presidentes de Junta, alguns acessos, algumas obras de saneamento, algumas obras na rede de águas.

Relativamente ao transporte de doentes oncológicos, esta situação está a ser preparada também pela Senhora Vice-Presidente que tem o Pelouro da Saúde e vai haver algum apoio para famílias carenciadas. Parece-nos que nós temos algumas que têm condições económicas para ter transporte próprio, portanto, o que tem lógica é o transporte Público e o investimento Público ser feito para pessoas carenciadas.

Em relação ao Deputado *Paulo Pontes*, falou da água de Vila Boa, todos sabemos dos problemas da água de Vila Boa.

É verdade que no Franco há um bairro que é do lado de lá da estrada que não tem saneamento. Sim, dois bairros, mas aquele do outro lado da estrada nós já estivemos lá e, realmente, existe esse problema. Como existem Freguesias inteiras que não têm saneamento, existem alguns bairros na cidade, aqui em Mirandela cidade, que também não têm saneamento e, portanto apesar da rede de saneamento estar bastante implementado, em todo o concelho, temos ainda situações pontuais e graves que teremos que melhorar.

Acontece que, muitas destas infraestruturas, quer rodovias, quer de saneamento, havia projetos comunitários no passado. Agora existe alguma dificuldade em termos de comparticipação e ajudas financeiras, porque um ramal de saneamento fica caro como todos sabemos mas temos que o fazer com orçamento Municipal.

Relativamente ao Deputado *Nuno Magalhães*, dizer-lhe que os Serviços de Veterinária prepararam também uma parte destes planos, é óbvio. Existe uma grande preocupação com o bem-estar animal, e, como sabe, existe uma preocupação na sociedade, em geral, com o bem-estar animal e com a situação do apoio médico veterinário aos animais e, por isso, lembraram-se de aproveitar uma ambulância antiga dos Bombeiros ou outro carro para fazer esta recolha. Apesar de haver naturalmente coisas mais prioritárias, mas acho que estas ideias devem ser acarinhadas, devem ser valorizadas, até porque estes animais alguns vadios outros animais errantes têm contornos de sensibilização como já falei há pouco.

Relativamente aos procedimentos contratuais atuais, não entendi do que se estava a referir, porque aquilo que está programado fazer tem a ver com os serviços dos dois médicos veterinários que como sabe são colaboradores da Câmara Municipal.

Relativamente ao guia de animais de companhia tem a ver, também, com esta grande aposta do bem-estar animal e na qualidade de vida dos animais. Nós temos em Mirandela uma grande preocupação de grupos de pessoas que como disse alimenta os animais na rua e, portanto, esta ação de sensibilização temos a que pôr este ano no terreno.

Relativamente a um projeto que falou, equipa cinegética, deve estar a referir-se a equipa cinotécnica, porque cinegética tem a ver com a gestão cinegética e não com a Brigada da GNR da equipa cinotécnica.

Relativamente ao CRO, como sabe, o Centro de Recolha Oficial que é propriedade da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, não é uma questão que a Câmara Municipal esteja alheia. A Câmara Municipal participa ativamente no apoio financeiro ao Centro de Recolha Oficial, aliás, a Câmara Municipal de Mirandela é quem paga mais à Associação de Municípios, porque os apoios são dados em função dos habitantes e da área dos cinco Municípios da Terra Quente Transmontana.

O Canil Municipal está com a capacidade limitada, ou seja, já não aceita mais animais e isso é uma preocupação para nós.

Relativamente à Diplomacia Económica, nós temos um problema grave que já foi referido aqui nas reuniões de Assembleia Municipal relativamente à atração de empresas e à localização das próprias empresas. Conseguimos fazer Diplomacia Económica e estamos a fazer Diplomacia Económica quando nós temos um pacote para oferecer ao empresário. Temos um local, temos onde localizar a empresa, temos onde localizar o armazém. Neste momento não temos terrenos na Zona Industrial e, por isso, ficamos limitados. Por isso nesta revisão do PDM queremos abrir novas áreas de implementação de Zonas Industriais, porque, de facto, para além da Zona Industrial ter um esgotamento o próprio terreno é acidentado. É muito difícil construir armazéns a preços reduzidos em locais acidentados, porque a mobilização de terras e quem é da área da Engenharia sabe perfeitamente que a mobilização de terras é muito cara e, portanto, dificulta o investimento. É óbvio que todos gostaríamos de ter aqui uma grande empresa que empregasse muitos trabalhadores. Vamos ter agora a SONAE que vai ter perto de 100 trabalhadores, não vai ser só mau para o comércio tradicional de Mirandela, vai ser mau para o comércio tradicional de outros sítios, mas também temos muitos Mirandelenses e outros da região que vão a Vila Real ao Continente e, portanto, porque é que vão a Vila Real e não podem ficar aqui a fazer as suas compras.

Vocês sabem que nesta realidade da CIM nós temos muita competitividade aqui e noutros lados do país entre concelhos. Mirandela tem uma localização privilegiada é verdade. Mirandela não se preparou, é verdade, para acolher empresas para ter Zonas Industriais, se nos pedirem um terreno com uma certa dimensão nós não temos, porque a nossa Zona Industrial tem terrenos muito, muito limitados e isso é uma situação que temos que planear, e esse planeamento faz-se com instrumentos como o PDM e com o PU que já foi contratado e está a ser desenvolvido pelos serviços.

Relativamente ao encerramento da Escola Primária de Abreiro que falou, de facto, houve o encerramento, mas no mandato anterior houve muitos encerramentos e isso foi compreendido por todos e este encerramento levou a que os meninos por uma decisão da DGEST ficassem localizados na Escola de Pereira.

Em relação ao Ensino Profissional não me parece correto referir-se que é o parente pobre, pelo menos pelo Município, não é. Eu há pouco falei na Escola de Hotelaria, foi privilegiado o ensino profissional e os nossos alunos que estão em Cursos de Hotelaria estão neste momento muito bem alojados e com capacidade de dormir em condições dignas o que não acontecia no passado. A Câmara Municipal faz muito mais que a integração de estágios, mas seria fastidioso ter um relatório com muitas mais páginas para explicar tudo aquilo que a Câmara Municipal faz, porque a Câmara Municipal, de facto, faz muito e os colaboradores trabalham muito no dia-a-dia para que tudo corra bem. É óbvio que nem tudo corre bem, mas muitas coisas correm bem e não é por nós não colocarmos no documento tudo aquilo que fazemos a nível do Ensino Profissional que as coisas não são feitas. São feitas mas não tem que estar tudo escrito e como sabem, vocês acompanham diariamente aquilo que é feito através dos jornais regionais, através das redes sociais sabem que é feito muito e tem sido dada muita importância à questão do ensino profissional, ainda agora tivemos uma visita do Senhor Ministro da Educação que veio precisamente aonde? A uma Escola Profissional, à Escola Profissional Agrícola de Carvalhais e que contou com a presença da ESPROARTE.

Relativamente aos jovens da política, eu fui jovem, não fazia política mas eu julgo que até uma Escola de Política de valores de princípios e da forma como nós nos comportamos em política é fundamental para que as pessoas saibam respeitar, saibam fazer política, porque fazer política é uma atividade nobre. É pena que as pessoas não querem aborrecer-se, não querem ser mal

tratadas, não querem ser amesquinhasdas muitas vezes nestas situações em que há uma exposição pública ou pelo menos local, há uma exposição pública e, portanto, se calhar os mais válidos não querem fazer este tipo de atividade porque têm outras profissões com mais rentabilidade e se sentem mais realizados. Eu entendo perfeitamente que a política não seja atrativa para os jovens, porque a política são espaços cinzentos. Não são espaços de atividade de confronto saudável.

Relativamente à mobilização para os Jogos Nacionais Salesianos, foram também os Salesianos que organizaram, julgo que foi um processo que correu bastante bem. Quando falamos de apoio às coletividades e já agora para complementar a decisão, aquilo que se falou anteriormente, nós para 2019 curiosamente vamos ter mais apoio às coletividades, na ordem dos 650.000,00€.

Mobilidade urbana nos transportes, é verdade, a mobilidade urbana nos transportes urbanos de Mirandela não funciona. Não temos paragens, temos circuitos, mas não estão sinalizadas. Ainda recentemente fizemos o horário dos transportes urbanos, mas nem estamos inscritos na Rede Nacional, portanto, nós não temos verdadeiramente uma rede de transportes urbanos. Esse é um dos nossos objetivos, é ter esta Rede de transportes urbanos que é uma situação que vai ficar connosco no âmbito da Câmara Municipal, apesar da mobilidade inter-concelhos ficar na Comunidade Intermunicipal.

Relativamente a ambiente quando fala nos plátanos junto ao Estádio de São Sebastião é óbvio que conhece os contornos desta situação. Foi proposto por especialistas na matéria que houvesse pelo menos o corte de um dos plátanos. Numa primeira fase, esta urgência era para nós concluirmos o passeio da obra que estava a decorrer naquele local. Neste momento decidimos fazer o passeio e avaliarmos melhor, pedir pareceres, avaliarmos melhor a situação, até porque, a verdade é só uma, os plátanos existem há muito tempo, um deles pode não estar muito saudável, mas nós temos mais árvores que não estão saudáveis e temos que plantar novas, temos que fazer novas replantações. Acho que podia-se referir às árvores que foram, entretanto, colocadas na rua pedonal ao pé do Mercado. Temos tido a plantação, quer de jardins, quer de novas árvores e, portanto, o ambiente está de parabéns.

Temos orçamento também para o Plano Estratégico do Turismo, é óbvio que o Turismo tem que ser desenvolvido e até fiz o desafio ao Instituto Politécnico de Bragança com a EsACT quando estivemos, aqui há dias, quando estivemos numa apresentação da Rede de Escolas de Turismo e, portanto, dizer-lhe que é um investimento que temos que considerar relevante essencialmente na questão da mobilidade do Tua que temos de estar preparados para receber o comboio.

Relativamente à Fundação de Serralves, o Protocolo que se pretende fazer com a Fundação de Serralves não sei se esteve com atenção aos prazos que vamos incluir, portanto, houve a convicção e a certeza de que temos um parceiro Cultural que é o melhor que existe na Região Norte. Temos Municípios, até, Lisboa e outros Municípios do Sul do país são parceiros da Fundação Serralves, isso faz parte de um investimento na Cultura que não pode ser também relevado para segundo plano. Todos sabemos que a Cultura em Mirandela precisa de um apoio, precisa de haver mais investimento. Não consideramos que seja um gasto, consideramos ser um investimento e, portanto, dizer-vos que foi uma medida que nós pensamos bem, ponderamos bem. Nós vamos estar preparados porque a parceria só começa em novembro de 2019, vamos estar preparados para receber alguns eventos culturais que isoladamente seria muito mais caro e não tínhamos capacidade para os desenvolver. Mirandela é o primeiro Município, de Trás-os-Montes? Não, porque Chaves e Vila Real também já são, é o primeiro do distrito de Bragança a ter esta parceria com a Fundação Serralves e também não podemos ser criticados por investir na Cultura, eu julgo que o investimento na Cultura é um investimento no futuro.

Relativamente às questões e às propostas da JSD, no plano de alojamento, na Assembleia Municipal, no espaço comum das Associações Juvenis, é óbvio que todas essas propostas, e quando nós estamos a debater o orçamento, nós estamos a falar nas propostas que são feitas a nível de debate do orçamento. Eu julgo que deve ser motivo de satisfação, algumas das ideias que foram transmitidas serem implementadas, aliás, quando eu estava aqui no papel de Vereadora da Oposição e tinha algumas ideias e que eram implementadas, só me dava era satisfação e não crítica pela crítica.

Relativamente ao convite para pedir desculpa, não acho que exista qualquer motivo para pedir desculpa, a situação é o que é, e nós temos as nossas ideias, não copiamos ideais de ninguém. Podemos fazer as estratégias de ver o que se faz nos outros Municípios, é verdade, isso é uma estratégia inteligente, não é uma estratégia displicente, nem de copiar, é uma estratégia de ver o que se faz bem e ter projetos que já estão pensados, já estão implementados, e aprender aquilo que os outros fazem e já têm sucesso.

Relativamente ao Senhor Deputado André Geraldo, felicitar a posição de votação, felicitar o Executivo em dois pontos. É verdade que o Presidente Paulo Pontes fez realmente uma proposta, mas esta situação já tínhamos falado o ano passado nos compromissos que íamos fazer para este ano. O ano passado nós comprometemo-nos a fazer isto este ano. Não foi possível fazer porque nós tomamos posse dia 21 de outubro e tivemos que apresentar o orçamento, como sabem, logo a seguir e não foi possível fazer estes protocolos. Neste momento é possível e, portanto, foi um compromisso nosso e, de facto, foi cumprido.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta das Aguiéiras, dizer-lhe que, de facto, está de parabéns porque tem feito muito trabalho no âmbito da mobilização das Aguiéiras em particular na questão das Aldeias Seguras, Pessoas Seguras, que eu acho que foi um sucesso, a iniciativa colocou lá muita gente a aprender como viver em segurança e termino.

Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhora Presidente. Passamos então à votação do ponto 4.2 Orçamento Municipal para o ano económico de 2019.

Na sala encontram-se, neste momento, 50 elementos, passo a perguntar:

Votos contra?

Abstenções?

Votos a favor?

O orçamento foi, então, aprovado por maioria, com 36 votos a favor, 13 abstenções e 1 voto contra.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Secretário só uma pequena intervenção, eu gostava que fizesse menção na ata quem são os votos a favor e quem são os votos contra dos grupos parlamentares. Votou contra a CDU, absteve-se o PSD, votou a favor o PS.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: E o CDS-PP também se absteve.

----- O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse: Pronto, mas gostava que fizesse menção na ata.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Não foi o PSD todo,

----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse: Mas não foi o PSD todo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Eu volto a repetir, dado que não temos grupos parlamentares nomeados, para nós é quase impossível podermos fazer este tipo de estatística.

----- O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse: No mandato anterior colocavam-se as votações por partido.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Nesse caso então...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Para além de a Mesa e eu em particular, não entender qual é a mais-valia que isso traz à votação do orçamento... Eu repito novamente, não vejo que interesse tem isso para nós e numa hora tão tardia. O interesse está no resultado. Como vos digo, se eu tivesse aqui uma listagem de grupos parlamentares organizados era mais fácil, assim, ainda por cima quando há bancadas que estão partidas ao meio na opção de voto, como é neste caso o PSD que votou de forma diferente, é muito difícil clarificar o sentido de voto partidário em ata. De maneira que optamos mesmo por não registar quem é que votou a favor ou quem é que votou contra, ou quem se absteve, ação de que a mesa assume inteira responsabilidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse: Só um à parte, é fácil nós fazermos essas contas. Votaram treze Deputados do PSD abstenção, votaram treze Deputados do PSD a favor ou contra é tão simples quanto isto.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Exato. Mas eu continuo a perguntar o que é que isto nos traz de novo? Ainda se fossem apontados nominalmente...

----- O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse: Há uma clarificação só, uma intenção de voto, só essa.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Eu penso que não vale a pena, peço desculpa mas é a minha forma de ver o assunto.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor, 13 abstenções e 1 voto contra, aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2019.”**

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: O Senhor Deputado António Martins vai fazer uma declaração de voto. Faz favor.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *António Martins* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

#### **Declaração de voto**

Eu queria que ficasse registado em ata que a Freguesia de Cedães, que eu represento, vota favoravelmente o Orçamento, não apenas pela questão do subsídio que vai ser atribuído às Freguesias e que lá consta. Revemo-nos mais ou menos na totalidade do documento, existem lá questões importantes nomeadamente na nossa Freguesia e mantenho a coerência que tenho mantido nos outros anos. O Orçamento tem um voto favorável da nossa parte e, neste caso, da minha parte, porque sou eu que represento a Freguesia aqui na Assembleia Municipal.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Muito bem Senhor Deputado, está registada a declaração de voto. Passamos ao ponto 4.3 - IV Revisão Orçamental 2018.

#### **4.3 - IV Revisão Orçamental 2018.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de dezembro de 2018 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:**

- 1 – Aprovar a IV Revisão Orçamental de 2018;
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Há inscrições relativamente a este ponto?

----- O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse: A Mesa apenas regista dois pedidos de intervenção, por parte dos Senhores Deputados *Paulo Pinto* e *Jorge Humberto*. Sendo assim, é dada a palavra ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara.

IV Revisão Orçamental:

Senhora Presidente, no decorrente ano não tem investimento, não fez despesas de capital, não fez aquele investimento financiado, pelo que agora procura uma desorçamentação na ordem dos 4,7 milhões de euros. Sabe porquê? Porque deseja aumentar a taxa de execução.

Afinal, os 38 milhões de euros era um valor falso. Se for falso, defraudou esta Assembleia, defraudou o orçamento e defraudou os Mirandelenses.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Muito obrigada Senhor Deputado *Paulo Pinto*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, faça o favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse: Senhor Presidente da Assembleia.

Esta revisão comprova que sucessivos orçamentos aprovados criam expectativas na população, particularmente quanto à realização de obras que se arrastam anos a fio no Plano Plurianual de Investimentos.

Esta revisão mais não é que um exercício de demagogia, que visa em abril, como foi a apresentação do relatório de contas. Apresentar, estatisticamente, um grau de execução de orçamento mais próximo das contas apresentadas.

Esta IV Revisão Orçamental 2018 justifica esclarecimentos:

Que outros investimentos, no valor de cerca de 680 mil euros, ficaram por concretizar? Rubrica n.º 070115.

Quais as obras em arruamentos e viadutos, no valor de cerca de 1.230.000,00€, que foram adiadas? Rubrica n.º 07030301.

Por esta razão, Senhora Presidente, votamos contra.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Passamos a palavra à Senhora Presidente da Câmara.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse: Senhor Presidente da Assembleia. Vou passar a palavra ao Senhor Vereador *José Cunha* e vou-me ausentar da sala, devido a um contacto com o Senhor Secretário de Estado da Saúde.

----- O Senhor Vereador *José Cunha* (PS) disse: Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários da Mesa, colegas de Executivo, Senhores Deputados Municipais e Público.

Esta Revisão Orçamental é apresentada, também, para termos uma melhor execução. Não escondemos essa situação. Também, para repor todos os investimentos e não temos medo de assumir que existiu uma parte que ficou por executar e que teremos de transitar para o próximo ano, a nível do PPI e de outras questões.

O orçamento é uma previsão que se realizam no início do ano, sendo que é ao longo do ano que vamos verificando se existe capacidade financeira de o realizar ou não. Logo, a sua execução tem, muitas vezes, um baixo nível devido às dívidas que passam, porque a exceção só é feita através do pagamento de todos os compromissos. Não havendo esse pagamento, fica em dotação para o próximo ano, por isso, acontece o caso de não haver essa execução.

Relativamente às despesas de capital, posso dizer que no dia de hoje, por exemplo, a execução do PPI é de cerca de 55%. No ano de 2017, a execução foi de 25,25% e no ano de 2016, foi de 40,26%. Mesmo fazendo uma redução dessa verba, conseguimos ter uma execução mais alta e mais forte. Temos também questões a nível da DGAL relacionadas com as execuções do orçamento.

Assim, fazemos esta revisão para fazermos cumprir com todo o processo do orçamento, sem problema nenhum.

O orçamento pode ser revisto ao longo do ano, pois existe essa ferramenta, sendo que posteriormente vem à Sessão da Assembleia Municipal e os Senhores Deputados aprovam ou não essa alteração.

Não estamos a omitir nem a desviar nada do Orçamento, estamos a assumir as nossas responsabilidades de criação do orçamento, sob o seu plano, a sua execução e disponibilidade financeira para o executar. Nada mais.

Aproveito para desejar um Bom Natal a todos e até para o ano, a nível de Assembleia.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Muito obrigada Senhor Vereador.

----- O Senhor Deputado Municipal *Paulo Pinto* (PSD) disse: Senhor Presidente. O facto de abdicar de 4,5 milhões de euros, estamos a falar de receitas de capital que está aprovado e que está a abdicar, nós vamos votar contra

----- O Senhor Vereador *José Cunha* (PS) disse: Nós não vamos abdicar de 4,5 milhões de euros. As candidaturas mantêm-se, o dinheiro não foi perdido. Como vocês analisaram, o orçamento para 2019, estão lá as verbas desses valores que deixaram de estar agora no orçamento, logo não foi perdido.

Essa argumentação creio que é errada, por isso, o vosso sentido de voto é no sentido errado, porque esses valores estão naqui lo que foi aprovado no ponto anterior. Não há perda de valores no orçamento, não será executado. Temos de perceber os termos, porque perda é uma coisa e execução é outra. Neste caso, não vai ser executado, simplesmente. É só isto.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Suprida esta dúvida, passamos à votação. Neste momento estão 39 elementos na sala.  
Passo a perguntar, votos contra? 12 votos contra.  
Abstenções?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** 6 abstenções e 21 votos a favor, o que totaliza os 39 membros presentes.  
Sendo assim, a IV Revisão Orçamental de 2018 é aprovada, por maioria, com 12 votos contra, 6 abstenções e 21 votos a favor.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor, 6 abstenções e 12 votos contra, aprovar a IV Revisão Orçamental de 2018.”**

#### **4.4 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.) - 2019.**

----- Foi presente à reunião da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2018 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 – Aprovar a fixação da taxa de participação variável no IRS de 3%, a incidir sobre os rendimentos de 2019, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;**
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Passamos ao ponto 4.4 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.) - 2019. Há intervenções neste ponto?

Senhor Deputado *Jorge Humberto* faça o favor de fazer a sua intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente.

Aquilo que a CDU acha acerca deste ponto, que já vem de anos anteriores com o Executivo PSD, é que mantemos essa coerência, porque achamos que o desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos no trabalho é uma necessidade reconhecida, que só cabe ao Governo e à Assembleia da República dar resposta. Seja pela revisão de escalões da tributação, seja pelo alargamento das contribuições à Coleta.

Não faz qualquer sentido que quando este imposto, em concreto o desagravamento da carga fiscal, se faça desigualmente de concelho para concelho e muito menos sentido faz que este desagravamento seja concretizado à custa dos Municípios pela redução da participação dos custos públicos a que constitucionalmente têm direito.

O benefício fiscal que resulta do facto de um Município abdicar da participação no I.R.S. é socialmente injusto por reduzir mais a quem tem mais rendimentos e o montante é ridículo para os beneficiários e é uma opção profundamente demagógica.

Por esta razão, votamos contra.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Passamos à votação do ponto 4.4. Estão presentes 38 elementos na sala.

Votos contra? Abstenções?

A proposta foi aprovada, por maioria, 36 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra, aprovar a Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.) – 2019.”**

#### **4.5 - Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.) - 2018.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2018 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 – Aprovar a Taxa de 0,350% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2018 aos prédios urbanos;**
- 2 – Aprovar a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, nomeadamente, de 20 € para agregados com um dependente, de 40 € com dois dependentes e de 70 € para agregados com três ou mais dependentes;**



**3 – Aprovar nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, designadamente:**

- Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
- Majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
- Majorar até ao dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.

**4 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Ponto 4.5 - Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.) - 2018. Intervenções sobre este ponto? Faça o favor Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Obrigada Senhora Secretária. Senhor Presidente.

Consideramos positivo, na proposta, o sentido de baixar a taxa de I.M.I. embora de forma baixa ténue para os Mirandelenses. Não consideramos injusta a aplicação de medidas penalizadoras para os proprietários de prédios devolutos ou em ruínas. Contudo, consideramos importante que se tenha em conta as condições económicas e sociais de cada família e sejam acauteladas medidas de segurança nesses mesmos prédios, sob pena de se verificar um acidente, ao mesmo tempo que devem ser aplicadas medidas de incentivo, minorando a taxa de I.M.I., para todos aqueles que recuperam os edifícios.

A proposta que o Executivo aqui apresenta tem um fator merecedor de crítica por parte da CDU, pois a redução fixa da taxa de I.M.I., em função do número de dependentes, não acarreta qualquer elemento de justiça fiscal e é profundamente demagógica beneficiando as famílias de maior rendimento.

Não seria mais justo fazer contas a quanto a Autarquia vai arrecadar com esta medida e diminuir a taxa de I.M.I. para todas as famílias no mesmo valor?

Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passamos de imediato à votação do ponto. Estão 38 elementos presentes na sala. Votos contra? Abstenções?

Este ponto foi aprovado, por maioria, com 37 votos a favor e 1 abstenção.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.) – 2018.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** De acordo com o artigo 14.º do nosso Regimento chegamos ao limite do horário para terminar a Sessão. Ainda dentro deste artigo, com o vosso aval, poderemos dilatar a Sessão.

Antecipadamente, eu reuni com os líderes das várias bancadas, bem como os Senhores Independentes e houve um entendimento, embora a decisão seja do plenário, para não haver interregno e prolongarmos a Sessão até às 21h. Claro que tem de haver um compromisso da nossa parte, em como se vai mesmo terminar, pois estamos a fazer um sacrifício.

Sendo assim, coloco à votação do plenário se poderemos prolongar a Sessão até às 21h?

Procedemos à contagem.

Penso que haja muitos compromissos, mas vai dar para terminar a Sessão até às 21h, pois é um horário razoável.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:** Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Antes de votar, gostaria de saber se poderia ser autorizada a sair, pelo menos meia hora mais cedo, sem que haja, obviamente, algum problema nesse sentido, porque até às 21h não me é possível. Até às 20:30h não haverá problema.

Por motivos profissionais...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Com certeza que sim e entende-se perfeitamente.

O risco que nós passamos e esperamos não ocorrer é ficar sem quórum. Vamos tentar garantir que isso não aconteça.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Estão 44 membros presentes na sala, pelo que reunimos condições para votar o prolongamento da Sessão após o término estabelecido no Regimento, que é às 19h. Nesse sentido, poderemos passar à votação.

Quem vota contra prolongarmos a Sessão? Quem se abstém?

Por unanimidade, vamos dar continuidade à Sessão.

**4.6 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.) – 2019.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2018 que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 – Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2019, ou seja, de 0,25%;**
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 44 votos a favor, aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.) – 2019.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Lúsa Maria Torres Belchior* disse:** Relativamente ao ponto 4.6 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.) - 2019, há intervenções?

Não se verificam inscrições, por isso, passamos à votação. Estão presentes 44 elementos na sala.

Votos contra? Abstenções?

A proposta foi aprovada por unanimidade.

#### **4.7 - Proposta de Aprovação de Subsídios e Minuta de Protocolo a Celebrar com as Freguesias do Concelho de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de dezembro de 2018 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar a Minuta do Protocolo a celebrar com as Freguesias do Concelho de Mirandela e mapa anexo, respeitante aos subsídios a atribuir pelo Município de Mirandela, para a prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias;**
- 2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Lúsa Maria Torres Belchior* disse:** Neste ponto, 4.7 - Proposta de Aprovação de Subsídios e Minuta de Protocolo a Celebrar com as Freguesias do Concelho de Mirandela, há inscrições?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse:** Vou divulgar o nome de todos os inscritos para ver se a Mesa registou todas as intenções de intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, Senhor Deputado *Rui Sá*, Senhor Deputado *António Martins*, Senhor Deputado *Rui Pacheco*, Senhor Deputado *João Carlos Teixeira*, Senhora Deputada *Cristina Passas*, Senhor Deputado *Jorge Humberto* e Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*. São oito intervenções.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Lúsa Maria Torres Belchior* disse:** Passo a chamar o Senhor Deputado *António Martins*.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *António Martins (PSD)* disse:** Boa tarde a todos. Saudar a Mesa, saudar o Executivo Municipal, saudar os Senhores Deputados e meus colegas Presidentes de Juntas e União de Freguesias.

Eu confesso que fiquei com duas dúvidas neste ponto, acabei por esclarecê-las há pouco com a Mesa, pelo seguinte:

A convocatória falava na votação de um subsídio e um protocolo.

Penso que a votação do subsídio não merece dúvidas nenhuma, pois temos que concordar com ele, porque resultou efetivamente das negociações que tivemos ao longo de três Reuniões.

Agora, relativamente ao protocolo eu não me sinto legitimado para o votar, nem favoravelmente, nem contra. Por uma razão muito simples: o protocolo deve carecer da aprovação da minha Assembleia de Freguesia.

Eu solicitei, com algum tempo, nomeadamente ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, que se decidissem sobre esta matéria, porque era imprescindível o protocolo chegar, ser apreciado pelo Executivo da Freguesia, ser remetido à Assembleia de Freguesia e a Assembleia de Freguesia validá-lo ou não.

Qualquer posição que eu tome aqui, ela pode ser, de alguma forma, contrariada na Assembleia de Freguesia e que não faz sentido nenhum. Portanto, eu não posso votar favoravelmente ou desfavoravelmente algo, como eu disse há pouco na minha declaração de voto, em que represento a minha Junta de Freguesia e sou mandatado pela Assembleia de Freguesia para este ato. Isso não me vai impedir de tecer três ou quatro considerações, por dois objetivos que passaram por este processo.

Andamos a falar durante três reuniões em delegação de competências, em transferência de competências e tive oportunidade de ler uma intervenção, que estive na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, onde falaram sobre este assunto, dizendo que queriam acabar com os subsídios.

Isto é a continuação dos subsídios. A única diferença é que eles passam a ser protocolados. É um grande avanço e eu quero dar-lhe os parabéns, Senhora Presidente. Não tenho problemas em dizer-lhe isso.

Obviamente, nós já gozávamos de autonomia financeira, porque quando ouço dizer que nós não tínhamos autonomia é mentira. As Juntas têm autonomia financeira, têm autonomia administrativa e ela está consagrada pela Lei.

Agora, passamos a ter aqui mais algum dinheiro para gastar. Obviamente que é bem-vindo e temos que o reconhecer. Também, fica mal a muita gente que aqui vem não reconhecer que no passado foram ajudados. Isso é que fica mal a colegas meus, que têm memória curta.

Eu não era do Executivo que estava em funções, como agora também não sou do Executivo que está em funções e sempre tive a porta aberta para tudo e mais alguma coisa. Portanto, fica mal quando dizem que no passado não foram ajudados. Eu fui ajudado e agradeço muito por isso.

Quero dizê-lo também aqui, que reconheço, hoje, que a Senhora Presidente está a fazer um esforço tremendo para dar uma ajuda às Freguesias e que elas fiquem, de alguma forma, vinculadas aqui no protocolo. Isto tenho que o reconhecer.

Agora, não posso é concordar com um aspeto. Ninguém me consultou se eu concordava com o protocolo.

Eu recebi um *e-mail* que me dizia “tomem lá a minuta do protocolo, a minuta vai a Reunião de Câmara no dia 13, deve ir à Assembleia Municipal e tem de ir às vossas Assembleias de Freguesia.”

Isto, não é uma proposta de protocolo, foi uma minuta. Ninguém me perguntou se eu concordava.

Tenho aqui dois ou três aspetos que violam a minha autonomia administrativa e a minha autonomia financeira. Aí, Senhora Presidente, tenho quase a consciência de que não houve tempo, provavelmente, para preparar isto.

Não nos podem querer dar algo e dizerem “ó meu amigo, tome lá, assine!”. Não concordo com isso. Tenho que lhe dizer aqui isto, da mesma forma como lhe digo, e acho que lho disse naquele auditório, que venho cá agradecer este subsídio que vai dar às Freguesias.

Meus amigos, quem não votou isto nas Assembleias de Freguesia, não pode votar aqui. Não o pode votar aqui e é preciso ter esta consciência.

Mas, temos aqui “um pau de dois bicos”, porque queremos que o subsídio seja aprovado, obviamente. Esse é o desafio que eu lanço às bancadas que aqui estão, nomeadamente ao PSD, ao PS, à CDU e não vou falar nos independentes, porque eles estão no mesmo “barco” que eu e também o Senhor Deputado *Virgílio Travares* do CDS.

É preciso refletirmos muito bem. Onde não foi deliberado em Assembleia Municipal, este assunto, e consta-se por aí que houve Assembleias que até deliberaram isto sem estar na Ordem do Dia, é preciso ter algum cuidado, pois este ato vai ser fiscalizado, porque é isso que no protocolo consta. Nós vamos ser fiscalizados por este ato e ninguém pode estar aqui sujeito a uma votação sem que a Assembleia de Freguesia o tivesse ratificado.

Este é o reparo que vos quero deixar e é a recomendação que vos quero deixar.

Quero deixar aqui um outro desafio à Senhora Presidente da Câmara.

Dizia alguém nesta Assembleia que a Câmara quer acabar com os subsídios e este é de, alguma forma, protocolado, mas vou deixar o outro desafio, que é a Delegação das Competências no próximo ano.

Este é um primeiro passo muito importante e dá efetivamente a importância que a Senhora quis no ano passado transmitir, que iria dar esta importância às Freguesias, e tenho que o agradecer, mas faço-lhe o desafio para o segundo passo, a Delegação de Competências. Este envelope financeiro é para fazer face às nossas competências próprias, estão consagradas na Lei. O outro desafio é a Delegação de Competências!

Espero que durante o próximo ano nos possamos sentar à mesa, conversarmos sobre isto e se calhar não termos este impasse de estarmos com um protocolo que nos foi mandado sem nos consultar e sem nos pedir uma opinião sobre isto.

De resto, quero-lhe agradecer a ousadia que teve em pôr isto “em cima da mesa”.

Não sei se vou ter a oportunidade de intervir mais, por isso, aproveito para desejar as Boas Festas a todos, que o Natal vos traga aquilo que mais desejem e que se possam renovar ideias para o próximo ano, que é algo extremamente importante. Obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *António Martins*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Rui Pacheco* (PS) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo, Senhores Deputados, Comunicação Social e restante público aqui presente.

Esta medida, que estamos agora a discutir, é mais uma conquista e é uma mais-valia para as nossas Freguesias e para os seus habitantes.

Veja-se da forma que se vir, “de cima para baixo”, “da esquerda para a direita”, é uma mais-valia, por todos os prismas que se veja.

Em primeiro lugar, e como já foi referido pela Senhora Presidente, porque basicamente é uma vontade eleitoral. Dá seguimento a uma vontade eleitoral e porque vai de encontro ao que foi reivindicado por alguns Presidentes de Junta aqui presentes. Por exemplo, como o Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa.

Em tempos conturbados com alguma volatilidade social como nós vivemos, em que nos responsabilizam enquanto políticos, que somos, por quase todos os males da sociedade é sempre de saudar o cumprimento deste tipo de promessas/ vontades, que vão de encontro às necessidades das populações.

São propostas destas que reforçam a nossa credibilidade. Além disso, este protocolo aumenta exponencialmente a verba disponível em cada uma das Freguesias, pelo menos de uma forma incondicional.

A atribuição deste subsídio com uma discriminação positiva para a Torre de Dona Chama e uma discriminação negativa para a Freguesia de Mirandela, mais o subsídio em espécie de 5 mil euros, mais aquele bónus que é feito no fim, altera por completo o paradigma financeiro destas nossas Freguesias. Altera, porque lhes confere uma autonomia completamente diferente, do que sempre tiveram.

O Senhor Deputado *Antónimo Martins* referiu que já tinham autonomia. Claro que já tinham autonomia, mas também já foi referido aqui, vocês sabem muito melhor do que eu, pois a maior parte de vocês têm mais experiência que eu, que os fundos que eram dados às Freguesias, para pouco mais serviam do que para pagar as senhas e para pagar as despesas decorrentes das Freguesias. Pouco mais podiam fazer do que autossustentar-se, dependendo do Município para realizar quase qualquer tarefa ou ação, por muito pequena que a mesma fosse.

Com este aumento as coisas mudam de alguma forma.

Altera o paradigma, porque lhes permite proporcionar aos seus fregueses um serviço comunitário mais eficaz, com mais qualidade. Qualquer intervenção mínima e que tenha custos reduzidos, e sabemos que nas Freguesias rurais a maior parte das

intervenções necessárias são coisas que não acarretam grandes custos, poderá ser realizado muito mais rapidamente, porque não terão de vir ao Município pedir um subsídio para a realização do mesmo.

Estes processos são muito mais dinâmicos e muito mais facilitados, com maior agilidade para a execução do mesmo.

Este protocolo traz-nos, também, uma mais-valia, que é a mais-valia da transparência.

Sabemos todos aqui, hoje, quanto é que cada uma das Freguesias vai receber. Nada mais justo do que isto.

Este protocolo termina, também, com a subserviência a que alguns Senhores Presidentes de Junta estavam sujeitos no momento de reivindicarem alguns apoios para as suas Freguesias.

O “peditório” que faziam junto do Executivo, sempre sujeitos a simpatias, a humores, a favores e outros condicionantes, hoje com esta votação, caso Vossas Excelências votem favoravelmente este ponto, termina ou pelo menos é muito diluído.

Claro que com esta liberdade vem alguma responsabilidade. Como é lógico e expectável há uma responsabilidade de demonstramos efetivamente como é que as verbas atribuídas são gastas. Isso é lógico. Nada mais lógico, nada mais coerente. É uma questão de responsabilidade e de cidadania.

Sei perfeitamente que os Senhores Presidentes de Junta são pessoas de bem, em quem confio completamente, e que não terão nenhum tipo de problema em demonstrar, perante o Executivo, que esta “almofada” financeira, que nunca tiveram e passam a ter, está a ser bem aplicada em prol dos seus fregueses, resolvendo os problemas e aumentando a qualidade de vida dos mesmos.

Em suma, esta proposta de protocolo, que é uma excelente proposta e que vai trazer autonomia acrescida às Freguesias e principalmente aos fregueses que verão certamente a sua vida melhorada, só tem um caminho e um sentido de voto responsável, que é, tal como foi feito em Reunião de Executivo, o voto favorável por unanimidade.

Disse.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Rui Pacheco*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Rui Sá*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, restantes Vereadores, caros colegas de bancada, Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, Comunicação social e Público presente.

A minha intervenção já vai ficar um pouco mais curta, porque os colegas que antecederam já abordaram algumas coisas que eu queria falar. Contudo, parece-me ser importante ressaltar aqui, nesta Assembleia, que me parece, não sei se será assim ou não, que os Senhores Presidentes de Junta não estarão mandatados para poder fazer a votação deste protocolo de subsídios.

Digo isto porquê? Porque se não estão mandatados pela sua Assembleia de Freguesia, quando levarem à sua Assembleia de Freguesia não é mais do que a adesão a um protocolo de subsídios que já está consumado. Qualquer pronúncia da Assembleia não tem qualquer eficácia. É disto que estamos a falar.

Contudo, e interessa aqui ressaltar para melhor entenderem a minha intervenção, eu sou favorável à celebração destes protocolos e votá-lo-ei favoravelmente. Acho que é uma conquista pela qual sempre me bati, tenho 12 anos de Presidente de Junta e sempre me debati por isto, embora não fosse desta forma protocolado, havia outras formas e sempre fomos contemplados.

Agora, de facto, preocupa-me bastante, a minha experiência de autarca leva-me a isto, é a fórmula encontrada para a distribuição dos montantes do subsídio. Digo dos montantes dos subsídios, porque efetivamente isto não é um Protocolo de Delegação de Competências, uma vez que as competências estão consagradas na Lei n.º 75 e estão muito claras quais são as competências das Juntas de Freguesia. Aqui está a ser dado um subsídio, e bem, para a prossecução dessas competências.

O Senhor Deputado *António Martins* fez questão de o dizer e eu comungo da mesma opinião.

Quando houver Delegação de Competências, que é para aí que se deve encaminhar e penso que há oportunidade de isto se melhorar, efetivamente será um Protocolo de Delegação de Competências. Até lá, é um protocolo de subsídios e bem. Parece-me bem, pois é o princípio da autonomia das Juntas de Freguesia.

O que me preocupa é que o protocolo, na alínea c) da cláusula quinta, refere: “Facultar anualmente todos os elementos contabilísticos respeitantes ao ano económico em curso ou outros que venham a ser solicitados pelo Primeiro Outorgante no âmbito do presente Protocolo”. Primeiro Outorgante entenda-se Câmara Municipal.

Ora bem, se este protocolo de subsídios tem aqui elencado todas as competências das Juntas de Freguesia, mais não é do que “diminuir” as competências da Junta de Freguesia. As Juntas de Freguesia estão dotadas de autonomia financeira e para uma série de coisas.

Quando cai aqui um órgão fiscalizador, que é a Câmara Municipal, que obriga a outra parte do protocolo a ter que mandar a sua contabilidade para a Câmara Municipal, entende-se que é um órgão fiscalizador a Câmara Municipal sob a Junta de Freguesia. Não é isso que está vertido nas Leis de Competências da Organização Autárquica.

Eu entendo que há aqui princípio de boa-fé e que é importante saber a aplicação dos dinheiros públicos e como ele se pode reger. O protocolo também fala um pouco nisso, nos princípios da boa-fé, mas estes princípios podem ser ou não.

Eu, atendendo que fui durante muitos anos Presidente de Junta, não veria com bons olhos, se ainda o fosse, ter de passar por uma situação destas, ter de dar contas da minha Freguesia, da qual estou dotado de autonomia financeira, que é do que estamos a falar neste caso, à Câmara Municipal.

Há o princípio de cooperação, que deve haver e parece-me bem que assim seja, embora essa situação não me parece de todo, mas é o meu entender.

A determinada altura, refere-se no dito protocolo de subsídios, na cláusula sexta: “1. O presente Protocolo pode ser modificado ou revogado, a qualquer tempo, por acordo entre as partes.”

Ora bem, se nós aqui estamos a votar este protocolo e ele vai ficar dotado de uma votação da Assembleia Municipal, mas depois refere-se que pode ser alterado por comum acordo, deixa aqui margem de manobra aos Executivos da Junta de Freguesia e ao Executivo Municipal de poder fazer o seu protocolo com quem quiser, quando quiser. Isto está claro, é objetivo o que está aqui dito no protocolo.

Preocupa-me também, neste caso, preocupa-me muito outro aspeto. Eu nunca fui favorável e votei contra a Lei Relvas. Tenho uma intervenção que está nas Atas da Câmara Municipal e quem tiver curiosidade pode ir lá ver. Nunca fui favorável a este tipo

de agregação. Eu defendia a agregação das Freguesias, outra dimensão, outras competências, pronto, não interessa aqui para o caso.

Se foi uma injustiça, quanto a mim, da forma como foi feita esta Lei Relvas, não menos injusto é a forma como o FFF - Fundo de Financiamento de Freguesias é distribuído, mas bem, se elas foram agregadas, obviamente não lhe podia diminuir os montantes que já recebiam, é verdade. Agregaram três Freguesias, tinham que receber o montante que já recebiam até então e majorado de 10%. Até aí tudo bem, mas não havia protocolos com o Município e o Município tinha aqui um poder de fazer justiça às Freguesias.

A Freguesia da qual eu fui Presidente tem quatro aldeias. Está aqui um Senhor Presidente de uma Freguesia que tem nove aldeias, provavelmente tem nove capelas, dois ou três cemitérios e muito mais coisas a manter do que tem a Torre de Dona Chama. Perdoem-me não quero aqui atingir ninguém, mas tinha que dizer isto. Se formos falar na Torre de Dona Chama, esta recebe, neste protocolo, 46 mil euros, ou seja, recebe 100% do FFF e tem 1.112 habitantes. A Freguesia de Carvalhais tem 1.264 habitantes.

A Torre de Dona Chama aparece aqui em primeiro, ou seja, eu para ser freguês de primeira vou viver para a Torre de Dona Chama. Para ser freguês de segunda vou viver para Barcel. Para ser freguês de terceira vou viver para o Navalho, Pereira e Avidagos, para aqui posso vir que a minha mulher é de Pereira. Para viver como freguês de quarta, que já não tem lugar de pódio, vou para Carvalhais.

Carvalhais é um bairro da Cidade de Mirandela. O Senhor Presidente de Junta que me desculpe, mas Carvalhais tem de estar dotado de infraestruturas, no mínimo, como a Vila de Torre de Dona Chama. Contudo, Carvalhais recebe 23 mil euros e a Torre de Dona Chama recebe 46 mil euros.

Vocês agora podem dizer-me “bem, mas é um princípio da distribuição do Fundo de Financiamento de Freguesias”. Então, onde está aqui a equidade na celebração deste protocolo? Como queremos que o concelho ande à mesma velocidade?

Tenho de ter a coragem de celebrar um protocolo que faça justiça às áreas populacionais a que cada Freguesia é detentora.

É verdade, sei que isto é louvável e sei que os Senhores Presidentes de Junta não me vão entender, mas eu costumo dizer isto “ao pobre quando lhe dão a camisa lavada fica todo contente”.

Senhores Presidentes de Junta, este protocolo é justo, é um ganho e oxalá assim seja, mas tem que ser uma oportunidade para no próximo ano haver a coragem de fazer esta justiça.

Quem tem de fazer a manutenção de nove aldeias, tem de o fazer com 17 mil euros. O meu Presidente de Junta, que está ali, tem de fazer a manutenção de quatro aldeias com 17 mil euros. Bem, mas a Torre de Dona Chama também só tem quatro aldeias e Carvalhais tem mais população. “Bem, mas a Torre é Vila!”. “Pois, está bem...” Pode haver aqui uma majoração, mas tem de ser uma coisa razoável. Agora duplicar?

Depois, há aqui outra coisa, na atribuição dos materiais - 5 mil euros, então aqui já não existe o mesmo princípio que houve anteriormente. 5 mil euros para todos!

Eu entendo e provavelmente se fosse Executivo tê-lo-ia feito da mesma forma, porque dá algum conforto. Cá está o princípio da distribuição, eu faço igual e “passo pelo pinga da chuva.”

Estamos aqui a falar de planeamento e é isto que estou a pedir para o meu concelho. Com sinceridade, estou a falar isto de uma forma aberta e que seja um contributo para que possa, no próximo ano, haver um princípio de equidade no tratamento da situação.

Senhor Presidente, o meu tempo está quase a acabar, mas pedia-lhe que com mais um minuto eu evitava fazer uma intervenção no ponto “Outros Assuntos de Interesse para o Município”. Se o Senhor Presidente me autorizar, eu utilizo aqui mais um minuto e abduco de fazer a intervenção posteriormente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Como temos um tempo complementar no período relativo a “Outros Assuntos de Interesse para o Município”, pedia-lhe...

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Que fizesse a intervenção na altura? Está bem. É só porque depois posso alongar-me mais e agora era só um minuto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** É só um minuto? Certo, pode fazer a intervenção. Tem um minuto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** É só para dizer o seguinte: o colega e amigo que me antecedeu, o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, já fez questão de aqui referir-se ao Senhor Diretor Regional cessante, Dr. *Manuel Cardoso*, desejando-lhe felicitações para a sua vida profissional, louvando até do desempenho que ele teve na Direção Regional.

Eu como funcionário faço minhas as palavras dele, mas quero também aproveitar para felicitar a nova Senhora Diretora Regional, Eng.ª *Carla Alves*, e que me congratulo pessoalmente por ser uma pessoa da região, uma pessoa que conhece bem a região, em que o trabalho desenvolvido foi na região e com alguns frutos.

Eu, em nome pessoal, desejo-lhe as maiores felicidades no desempenho de Diretora da Direção Regional.

Tenho dito.

Boas Festas para todos.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Segue-se o Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente.

Senhora Presidente, para que não haja dúvidas e nunca digam que a CDU vota sempre contra e que está a votar contra tudo, aqui está uma boa opção deste Executivo.

É uma aprovação de um subsídio às Freguesias e eu dou-lhe os parabéns, Senhora Presidente, porque é preciso coragem política. Esta medida é política, meus Senhores, e temos de a ver desse prisma.

É uma opção política e que nunca existiu nos 40 e poucos anos em que o PSD foi governo nesta Câmara Municipal. Isto porquê? Porque provavelmente satisfazia a manutenção do poder PSD, destes 40 anos, obrigarem a vir à Câmara Municipal os Senhores Presidentes de Junta de “chapéu na mão” a mendigar uns tostões para fazerem umas pequenas obras para contentar os seus fregueses.

Este é o princípio mais democrático que pode haver naquilo que é a gestão autárquica do nosso País.

Depois de ter ouvido aqui algumas intervenções, eu pactuo com algumas preocupações que tem o Senhor Deputado *Rui Sá*, mas há aqui uma coisa que temos de perceber. Mal seria se a atribuição destes subsídios não tivessem uma entidade fiscalizadora. Mal seria meus amigos, se não isto seria um regabofe.

Pactuo, também, com as preocupações que os Senhores Presidentes de Junta possam ter, porque provavelmente vão começar a ser responsabilizados. Obviamente que ao começarem a ser responsabilizados vai deixar de haver a desculpa para os seus fregueses de não fazerem as obras, porque o Senhor Presidente da Câmara estava mal disposto e não lhe deu o dinheiro para as fazer. Esta é que é a grande questão, porque a Câmara Municipal também é fiscalizada pelo Tribunal de Contas e o Governo é fiscalizado pela Assembleia da República.

A forma de criarmos aqui a equidade e deixarmos de ser ambíguos qual é? É a equidade que este ano se põe, ou seja, a preocupação que houve no critério de atribuição das verbas para cada uma das Freguesias. Obviamente que eu também não concordo que haja discrepância de valores, mas eu acredito que daqui a um ano essas discrepâncias de valores, provavelmente, deixarão de existir por aquilo que será o trabalho de cada Presidente em cada Junta. Isto é, se vão empenhar e fazer jus ao dinheiro disponível que têm para a realização das obras, porque se não tiver, “das duas, três”: é um mau Presidente de Junta e deixa de ser Presidente de Junta no próximo ato eleitoral ou é um bom Presidente de Junta e continua ser Presidente de Junta no próximo ato eleitoral, pois aí estamos não só a responsabilizar os Presidentes de Junta, mas também a responsabilizar, e é muito importante que isto se diga, os fregueses dessas Juntas.

Senhora Presidente, dou-lhe os parabéns e digo-lhe com toda a franqueza, porque foi uma luta que a CDU sempre teve e sempre desejou que o Executivo tivesse este posicionamento e dizer-lhe que esta medida fazia parte do nosso programa eleitoral. Disse-o aqui, num discurso da minha tomada de posse, que gostaria de ver neste novo Executivo este princípio.

Bem-haja, os meus parabéns pela capacidade de ter percebido que só assim é que nós andamos para a frente, porque a sabedoria tem de ser aquilo que desejamos para todos.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Segue-se a intervenção do Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso* (PSD) disse:** Boa noite Senhor Presidente, Senhores Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores e colegas de Assembleia Municipal.

Em primeiro lugar, não partilho da mesma interpretação do Senhor Deputado *António Martins*, porque da leitura que fiz da convocatória aquilo que depreendi era que o que vinha aqui a discussão era se era válido ou não o documento e se os membros da Assembleia e os Senhores Presidentes de Junta aceitavam a minuta de protocolo a celebrar e não ficar, desde já, vinculada à celebração do protocolo.

Se o pressuposto fosse o de aqui se vincular, estava-se a por a “galinha à frente dos ovos” ou “o carro à frente dos bois”, porque depois qual era o risco que se corria? Em Sessão de Assembleia de Freguesia eramos autorizados e mandatados para vir aqui assinar um protocolo, mas depois o conjunto da Assembleia podia, “pura e simplesmente”, não votar favoravelmente. Assim, os protocolos teriam de ser reformulados, implicaria uma nova Sessão de Assembleia de Freguesia e voltar a ser mandatado para vir aqui votar favoravelmente, por isso o que eu creio que aqui está em causa é aprovar a Minuta do Protocolo, o que tem o meu voto favorável.

Relativamente ao controlo das contas, quando estive a falar com colegas meus, houve duas angústias da leitura, angústias que eu também partilho, mas que vou dar a minha interpretação e espero ouvir por parte do Executivo se a minha interpretação é ou não correta.

Fala-se aqui em “peditório”, em “favores” e tudo mais...

Na Reunião que se fez com o Senhor Vereador *José Cunha* com o conjunto dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, aquilo que nos foi garantido era que este montante, a ser distribuído mensalmente às Juntas de Freguesia, era para assegurar e ajudar na realização das despesas correntes.

Tudo quanto fosse obras estruturais, sejam estradas, calcetamentos, intervenções em equipamentos urbanos não estaria abrangido por esta quantia. Assim, essa questão, não digo que seja um “humor” do Executivo, que não seja “por favor” a um membro ou outro, mas relativamente a todas essas obras, não vou decidir fazê-las a contar com este dinheiro. Hei-de continuar a submeter pedidos de subsídios ao Executivo para a realização dessas obras e isto vai ser afeto, como foi combinado em Reunião de Executivo, à manutenção de ruas, dos espaços públicos e quando precisar de fazer um calcetamento ou uma intervenção num equipamento eu hei-de instruir esse pedido ao Executivo.

Quanto ao controlo de contas é verdade que uma das coisas que consta na minuta do protocolo é que há uma obrigação, há-de competir ao Primeiro Outorgante, ao Município, de controlar o modo como são executados ou como é aplicado esse dinheiro.

Quando antes pedíamos um subsídio também tínhamos que justificar o porquê de o necessitarmos, ou seja, da mesma maneira que antes tinha de explicar a razão para pedir uma determinada verba e necessitar de uma decisão discricionária da Câmara, agora aquilo que eu vou fazer não vai ser mais do que dizer que afetei aquela verba no exercício de determinadas competências. Talvez, o que tem de “enganador” o protocolo que vai ser celebrado será por ter um elenco demasiado extenso de competências que efetivamente não vão ser exercidas com base nestes montantes. Foi isto que eu interpretei na Reunião e só queria sair daqui com a tranquilidade de ser certo na minha interpretação.

Mais uma vez, Bom Natal a todos.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse:** Muito obrigado Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*. Chama-se para usar da palavra a Senhora Deputada *Cristina Passas*.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de São Salvador *Cristina Passas* (PSD) disse:** Boa noite Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Excelentíssimos Vereadores, Senhores Deputados e todos os presentes. Penso que em 10 anos de Presidente de Junta de São Salvador poucas ou nenhuma vez tomei a palavra. Pode-me perguntar “então porquê?”. Porque tenho, também, para valorizar que todos os compromissos que o anterior Executivo tinha para com São Salvador foram todos assumidos a 100%. Isto é, eu não tinha que vir a este púlpito reivindicar rigorosamente nada, porque nós tínhamos a transparência e a lealdade de aquilo que tinha sido sempre acordado e eu não tenho uma vírgula, não tenho nada a apontar, tal como não tenho ao presente, também. Assim, nessa qualidade, nunca tive a necessidade de me dirigir a alguém neste púlpito.

No entanto, quero agradecer e reconhecer que o passo que foi dado com os subsídios ou continuidade de subsídios, aquilo que se lhe queira chamar, que este Executivo está a apresentar-nos é um passo que, para mim, enquanto democracia tem um valor enorme. Tem um valor enorme não só pelo valor financeiro que nos é atribuído, tem um valor enorme na assunção daquilo que é a cidadania. Isto, porque só é livre a mulher que é autónoma.

Nós, Presidentes de Junta, podíamos ter autonomia, mas do que serve a nossa autonomia se o nosso pacote financeiro era tão baixo? De que nos serve a nossa autonomia se queríamos fazer mais um investimento e tínhamos que constantemente vir a pedi-lo? Então, agora sim, podemos demonstrar a nossa capacidade de trabalho, as nossas opções, porque vamos ter um valor financeiro que nos será atribuído e poderemos dizer, no fim, “gastámo-lo aqui”.

Tal como alguns dos meus colegas, quero dizer que agradecemos e, em nome da Freguesia de São Salvador, consideramos que foi dado mais um passo na democracia.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse:** Muito obrigado. Segue-se no uso da palavra o Senhor Deputado Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, *José Carlos Teixeira*.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* (PS), disse:** Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

Não me vou alongar muito, porque a maior parte dos meus colegas já abordou um pouco daquilo que tinha como intuito a minha intervenção.

Não podia deixar de elogiar este Executivo pelo trabalho de excelência que teve com as Juntas de Freguesia, em relação à atribuição de uma verba financeira e de uma bolsa de material.

No meu entender, fê-lo de uma forma transparente e com critério de igualdade. Permite, assim, que as Juntas de Freguesias possam gerir o orçamento de uma forma como cada uma sabe e quer, sem ter de andar sempre como um “pedinte”.

Na minha opinião, demonstrou estar de boa-fé com todas as Juntas de Freguesia e fazer um bom trabalho.

Expresso aqui, publicamente, o meu agradecimento.

Boa noite a todos.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal *José António Costa Ferreira* disse:** Muito obrigado. Segue-se o Senhor Deputado *Paulo Pontes*.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes* (PSD) disse:** Boa noite.

O que eu vou dizer aqui é intuitivo, não tenho formação, acho que o único que tem, de certa forma, já nos esclareceu.

Digo aqui a alguns elementos: decidam-se de uma vez por todas!

O tempo de discussão da feitura do protocolo já lá vai. Tivemos reuniões.

Não sei porque é que algumas das Juntas de Freguesia não reclamam junto do Governo Central que o FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro está mal atribuído.

Houve a decisão destes critérios e essa discussão já foi.

O que vou dizer aqui, interpreto desta forma, é o seguinte:

Não tenho qualquer problema em enviar à Câmara, àquilo que diz respeito ao que a Câmara me vai atribuir, porque já o fiz assim também. Ainda há pouco tempo atribuíram-me um subsídio, eu fiz a obra que me comprometi fazer, mandei o cheque e a fatura à Câmara só desse quantitativo. Não tenho qualquer problema. Depois há-de constar das minhas contas anuais e a Câmara tem conhecimento daquilo que me atribui, sem qualquer problema, eu faço sem me pedirem.

Vejam esta lógica, isto é que é intuitivo:

Esta Assembleia é constituída por 61 membros. Certo? Estariam aqui, neste momento, 61 membros. Presidentes de Junta são 30. Este protocolo ia a votação: 30 Presidentes de Junta, por hipótese, votavam contra e os restantes 31 membros da Assembleia votavam a favor. Então o protocolo era aprovado ou não era aprovado?

Vou assumir responsabilidades da minha Junta de Freguesia que foi aprovado um protocolo...?

Valha-me Deus... Vejam as coisas bem vistas.

Para já, quando convoquei a minha Assembleia ainda não tinha acesso a este protocolo. Vou propor na minha próxima Assembleia que seja submetido e seja aceite este protocolo, mas eu não vou assinar nenhum protocolo, vou fazer a votação de um protocolo. Se a minha Assembleia de Freguesia não me der autonomia/autorização para o assinar, não assino. Qual é o problema? Eu vou votá-lo, não vou assiná-lo. Vejam lá como as coisas se tratam.

Agora, virem para aqui discutir que não há justiça, entre outras coisas, o tempo disso já passou. Discuta-se no próximo ano, como já disse, porque eu ainda não estou contente com as verbas que foram atribuídas à minha Junta de Freguesia.

Para o ano há de haver outra discussão e discuta-se, então, o protocolo. Este já está discutido!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:** Obrigado Senhor Deputado.

Face àquilo que acabei de ouvir e aos discursos dos Senhores Deputados Municipais... Não sei se estou a fazer mal a leitura, mas eu presumo que aquilo que vem a votação é a possibilidade da Câmara Municipal fazer protocolos com as Juntas de Freguesia. O que nos interessa e que vamos votar é que nesse protocolo vai existir uma distribuição pelas freguesias de 675.841,00€.

Eu nem precisava de saber quanto vai ser atribuído à Junta de Freguesia A, B ou C, porque é isso que está a criar alguma polémica. Isso é um protocolo próprio de cada Junta de Freguesia.

É a leitura que eu faço e peço desculpa se estou errado.

O facto de nós aprovarmos que se venha a fazer esse protocolo, não quer dizer que o Executivo consiga fazer com todas as Freguesias, porque pode haver Freguesias que não assinem o protocolo. É ou não é verdade?

Para já, o Executivo com o nosso aval vai poder fazê-lo, senão não podia sequer estabelecer o protocolo.

Espero que a Senhora Presidente depois nos esclareça sobre este assunto pois foi o executivo que nos trouxe aqui este documento.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Última inscrição, Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara.

Eu vou votar favoravelmente o princípio deste protocolo, que foi conseguido e galhardamente debatido numa Assembleia Extraordinária.

O princípio foi conseguido! Era que a Câmara disponibilizasse um conjunto de verbas significativas a favor das Juntas de Freguesia.

O PSD naquilo pelo que se debateu, o objetivo foi amplamente alcançado.

Outra coisa é o processo. Parece-me a mim que este impasse aqui criado leva a que haja diferentes opiniões, pois pelos visto não está suficientemente esclarecido. Porquê? Porque entre a última Reunião e esta Assembleia há um espaço de tempo e parece-me a mim que as coisas não foram suficientemente esclarecidas, mas, naquilo que me diz respeito, eu estou esclarecido.

Se a Senhora Presidente negociou o protocolo com as Juntas de Freguesia, se as Juntas de Freguesia foram ouvidas e se as Juntas de Freguesia já se pronunciaram sobre este protocolo, agora diz-vos respeito a vós.

Quem sou eu, Deputado Municipal, quando quem vai assinar o protocolo são entidades que têm autonomia financeira, autonomia administrativa e autonomia política?

Aquilo que vos digo, e peço, é que façam as coisas bem e que o dinheiro de uma vez por todas, a partir do dia 1 de janeiro, esteja ao serviço das populações.

O Senhor Presidente de Junta *António Martins* tem dúvidas, não vai assinar o protocolo e apresentou as suas razões. Muito bem!

Outros Senhores Presidentes de Junta sentem-se perfeitamente esclarecidos e munidos de poderes. Vão aceitar e votar favoravelmente, de imediato, este protocolo.

Estas dúvidas é que eram escusadas, porque só prova que houve falta de trabalho e de esclarecimento, mas acredito que daqui a um ano estaremos, aqui, a votar de forma mais esclarecida e com menos dúvidas este mesmo protocolo e porventura melhorado.

Na minha intervenção na segunda Assembleia Extraordinária referi que este protocolo teria de obedecer a um princípio de subsidiariedade, isto é, que os problemas fossem resolvidos no local. Foi conseguido, pelo que percebi. Os Senhores Presidentes de Junta com as verbas atribuídas vão poder responder a problemas existentes localmente nas suas aldeias.

A Senhora Presidente vai ter um esforço considerável com a assinatura deste protocolo? Não vai! A Senhora Presidente teve transferência do Estado.

O Estado/Governo transferiu este ano, ao abrigo do FEF, mais 10% de verbas, que são 200 milhões de euros a nível nacional. A Câmara Municipal foi dotada de 770 mil euros. Vai gastar cerca de 700 mil. Acho que podia gastar mais um pouco.

Senhora Presidente, isto é uma prenda de Natal, porventura, porque eu não acredito que vá só gastar este dinheiro. Vai protocolar estas verbas num conjunto de rubricas, mas sei perfeitamente, que paralelamente a este protocolo... O tempo o dirá, até porque há Juntas que é natural que seja preciso fazer uma ponte ou uma obra significativa, não abrangida ao nível do protocolo e a Senhora Presidente irá aceder, porque tem tomado partido politicamente, pois usa todos os dias no seu discurso o interesse que tem no meio rural e na equidade que ele deve ter em relação à Cidade.

Voto favoravelmente e estou satisfeito com a obtenção deste resultado.

O Processo está colocado nas vossas mãos, espero que seja um bom processo e que não haja processos de inquinação, porventura a justificação de verbas, sob pena de vocês só deverem obediência a uma Junta de Freguesia ou outras entidades.

Façam as coisas bem, sob pena de ficarem coisas mal esclarecidas em democracia e que não é nada abonatório.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:** Senhor Presidente, eu comungo daquilo que disse, na plenitude. Isto podia ter vindo de outra forma e também acho que podia ser de outra forma.

Podíamos votar isto, é unânime a Assembleia, parece-me ser unânime, mas não votávamos a minuta do protocolo, porque o que eu estou a dizer aqui... Valha-me Deus...

A Assembleia de Freguesia não vai ter poder para opinar, para dar qualquer tratamento.

Acho que o Executivo ficava com este ónus de poder negociar. Pode fazê-lo com todas as Juntas... Se as Juntas aceitarem este ponto, melhor, está feito, mas se houver uma "limadela" que se queira fazer ao protocolo deixam margem para a Assembleia de Freguesia, porque a Assembleia de Freguesia é um órgão soberano. Desta forma não é, é tipo um contrato da MEO, é um contrato de adesão. Dão-lhe o contrato para a mão e diz assim o Presidente da Junta: "se não votarem isto não recebemos nada". "Então votamos"...

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Dê-me licença.

Eu percebi, mas eu falei a seguir ao Senhor Deputado *Paulo Pontes* e pela leitura que fiz tentei transmitir que os Senhores Presidentes de Junta, que são 30, devem votar como Deputados Municipais e não como Presidentes de Junta.

Até coloco a seguinte hipótese: podem achar o espírito do protocolo extraordinário, a mim parece-me extraordinário, e votá-lo favoravelmente, no entanto, a sua Freguesia sendo penalizada, poderão posteriormente não querer assinar o protocolo.

O que estamos aqui a votara não é, individualmente, o protocolo de cada Freguesia, é a generalidade.



----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** É uma minuta.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Estão com tanto medo da legalidade e que tem de ser a Assembleia de Freguesia... De facto, a Assembleia de Freguesia é o órgão máximo da minha Freguesia.

Está-se aqui a tentar “dar a volta” e está-se a dizer que isto afinal é mais um subsídio que a Câmara dá, etc...

Então, questiono, se quando os Senhores Presidentes de Junta pedem um subsídio à Câmara, se o submetem antes à Assembleia de Freguesia? Se algum dia submeteram à Assembleia de Freguesia um pedido de subsídio?

Então, se isto é um subsídio, eu até tenho dúvidas se tenho de o levar à Assembleia de Freguesia, mas vou levá-lo, como levo sempre tudo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** É um subsídio com compromissos.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Qualquer subsídio que eu peça à Câmara tem por trás compromissos, mas mais...

Isto é a minha interpretação, como vocês têm direito à vossa.

Eu não estou aqui a votar nenhum protocolo, estou a votar uma minuta de protocolo que posteriormente hei de assinar, se me o permitir a minha Assembleia de Freguesia e espero bem que me permita.

Então, diga-me lá, vocês não vão agora votar o protocolo e o que vão dizer depois na vossa Assembleia de Freguesia? Se fosse Presidente da Assembleia de Freguesia, das vossas Freguesias, ia perguntar porque é que o Senhor Presidente da Junta não concordou com isto.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Do ponto de vista legal, respondendo ao Senhor Deputado Rui Sá, chamo a atenção de que o que está inscrito na Ordem de Trabalhos é a “Proposta de Aprovação de Subsídios e Minuta de Protocolo a Celebrar com as Freguesia do Concelho de Mirandela”, aliás, foi nestes termos que foi aprovado na Reunião do Executivo, portanto, não é possível o desdobramento ou deixar “cair” uma parte do ponto da Ordem de Trabalhos. Este ponto é votado em conformidade, conforme o que foi submetido.

Esgotado o tempo para a discussão deste ponto e esclarecido o pormenor legal, passo a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela para usar da palavra e dizer o que se lhe oferece sobre a matéria.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Boa noite. De forma muito rápida irei prestar alguns esclarecimentos.

O que está na convocatória e na Ordem de Trabalhos é a “Proposta de Aprovação de Subsídios e Minuta de Protocolo a Celebrar com as Freguesia do Concelho de Mirandela”.

Não era obrigatório este ponto estar num ponto único ou um ponto dedicado a esta situação. Existem apoios de subsídios que estão inscritos no Orçamento a Associações e não está num ponto à parte.

Aqui, o que se passou foi uma opção política de trazer esta situação como ponto de discussão/ debate.

Quando nós quisemos preparar um protocolo, fomos informar junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses, porque como sabem a Lei n.º 50/2018, ainda não está em vigor, implementando os Protocolos Interadministrativos.

Os Acordos de Execução já não estão legalmente considerados, por isso, a solução encontrada, para corresponder àquilo que tinha sido a expectativa e que tínhamos como compromisso, foi a atribuição de um subsídio. Isto é, não era possível fazer os Protocolos Interadministrativos, porque ainda não estão em vigor, uma vez que ainda não saíram todos os diplomas que regulamentam a Lei, nem os Acordos de Execução. Por isso, surgiu este protocolo.

Relativamente a todas as intervenções, dizer-vos que aquilo que é pedido às Juntas de Freguesia tem a ver com a atribuição do subsídio, tal como é pedido a todas as Associações e Coletividades, porque a atribuição de um subsídio infere que tenhamos de ter o Orçamento e a Prestação de Contas que são dois documentos oficiais das Juntas de Freguesia. Qual é o medo de apresentar os documentos oficiais?

Senhor Deputado Rui Sá, a transparência das contas públicas é fundamental na gestão autárquica e na gestão local, por isso, não se entende as dúvidas que são apresentadas e muitos dos esclarecimentos que vem de alguns Senhores Presidentes de Junta que vieram aqui, porque é isso mesmo.

O facto de nós não votarmos aqui a minuta do protocolo iria fazer com que fosse a Assembleia de Freguesia e voltasse aqui a Assembleia Municipal.

Em relação às cláusulas que determinam a possibilidade de rescisão com o acordo de ambas as partes, estão em todos os protocolos, mas para haver rescisão, temos de vir novamente a Assembleia Municipal.

Aquilo que me parece é que tudo aquilo que está no protocolo e que foi debatido, em Reuniões, com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia está explícito. As obras estruturantes ficarão da obrigação da Câmara Municipal, como é óbvio.

Relativamente às questões que foram levantadas, aquilo que me parece é que o Senhor Deputado Paulo Pinto acha que tudo foi feito pelo PSD. O Orçamento foi feito pelo PSD, estes protocolos foram feitos pelo PSD, porque foi uma proposta do PSD, portanto, é estranho que nós tenhamos estado a trabalhar este tempo todo, na Câmara Municipal, para elaborar o protocolo, e para elaborar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

De qualquer forma, dizer aos Senhores Presidentes de Junta que “façam as coisas bem”? Meu Deus... A confiança que nós temos nos Senhores Presidentes de Junta está vertida neste protocolo.

Eu sei que as coisas vão correr bem, porque os Presidentes de Junta são pessoas capazes, competentes e vão, certamente, gastar o dinheiro naquilo que devem gastar, como têm feito até aqui.

A única alteração que houve é a atribuição dos subsídios ter critérios, ou seja, ter critérios de atribuição. Podemos por em causa quais os critérios que foram utilizados? Não podemos, porque são critérios quantitativos, não são critérios subjetivos. E quando nós quantificamos as coisas apesar de poder haver discricionariedades positivas e negativas, foi tudo acordado em reunião com

as Juntas de Freguesia. Nós assumimos que a Vila de Torre de Dona Chama, por ter serviços também que presta a Freguesias que estão envolventes e por assumir as despesas com alguns funcionários da Junta e pelo facto das Freguesias anexas recorrerem à Vila para terem essa prestação de serviços, tinham um bónus, uma bonificação e toda a gente assumiu como uma medida justa fazer essa bonificação, portanto, não entendo porque é que o Senhor Deputado Rui Sá vem aqui contrariar os serviços que a Junta de Freguesia da Torre faz também para outras Freguesias.

Relativamente a Carvalhais, não podemos comparar as Freguesias cada caso é um caso. O caso de Carvalhais, é verdade, fica mais próximo da sede de concelho. As pessoas que estão mais afastadas, vão muitas vezes à Torre tratar de serviços que não têm localmente, na própria freguesia. Por isso tem que haver justiça também na estratégia que temos e na forma como tratamos as Juntas de Freguesia. Cada uma tem as suas características, cada uma tem um número de aldeias, cada uma tem a sua população, cada uma tem proximidade a locais de decisão como é a Junta de Freguesia de Carvalhais. Eu não acuso nenhuma Junta de ter mais ou menos, todas deviam ter mais como é lógico, mas cada uma tem a as suas necessidades, as suas expectativas. É óbvio que cada Presidente de Junta não pode ser acusado de estar a receber de mais ou a receber de menos. Quanto a mim eles deviam receber mais. Porquê? Porque têm muito território, têm pouca população e a população é muito idosa. Portanto, parece-me de extrema injustiça fazermos a classificação das Juntas segundo aquilo que recebem e essa discriminação que foi feita positiva e negativa, foi acordada com todos. Porque, de facto, existem em Mirandela como todos sabem, serviços que a Câmara Municipal presta e que a Junta de Freguesia consegue gerir aquele orçamento com o orçamento que tem. Por isso, julgo que é fonte de conflito estar aqui as Juntas de Freguesia em competição umas com as outras de forma a que uma recebe mais outra recebe menos. Não! Queremos que todas recebam a justa quantia. Não foi possível fazer os protocolos interadministrativos mas certamente para o ano estaremos aqui a debater tudo aquilo que é atribuído, não sob a forma de um subsídio mas sobre a descentralização de competências.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Muito obrigado Senhora Presidente.

Eu penso que o assunto já está mais que debatido e dado o avançado da hora, vamos proceder à votação.  
Quantos Deputados temos no plenário?

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Estão 51 Deputados Na sala. Pergunto quem vota contra? Quem se abstém?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Uma abstenção.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** O ponto foi aprovado por maioria com 50 votos a favor e uma abstenção.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** É uma declaração de voto? Com certeza.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a Proposta de Aprovação de Subsídios e Minuta de Protocolo a Celebrar com as Freguesias do Concelho de Mirandela.”**

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

#### **Declaração de voto**

Como reafirmei na intervenção, parece que alguém ficou muito incomodado. Eu não voto favoravelmente nem desfavoravelmente o Protocolo, porque entendo, e se o faço é porque o sei, que a minha Assembleia de Freguesia não se pronunciou sobre ele. E é preciso entender, se o Protocolo é aprovado em Assembleia Municipal, não é passível de ser alterado. Portanto, eu entendo que um Protocolo, aliás é o que diz a Lei, tem que ser sufragado pela Assembleia de Freguesia. A Assembleia de Freguesia não o sufragou, eu não o posso votar na Assembleia. É a minha opinião, como são as opiniões dos outros aqui dentro. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado António Martins.

Passamos então ao ponto 4.8 - Proposta de Isenção Temporária da Taxa para o pedido de realização de Queimadas - Uso de Fogo para a Renovação de Pastagens.

#### **4.8 - Proposta de Isenção Temporária da Taxa para o pedido de realização de Queimadas – Uso de Fogo para a Renovação de Pastagens.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de dezembro de 2018 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

**1 - Aprovar a Proposta de Isenção Temporária da Taxa para o pedido de realização de queimadas - uso de fogo para a renovação de pastagens;**

## 2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Pergunto relativamente a este ponto se alguém quer intervir?  
Senhor Deputado *António Martins* faz favor.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *António Martins* (PSD) disse: Posso falar daqui de baixo, não posso?

Eu fiquei com uma dúvida, não sei se me posso dirigir à Senhora Presidente, a ela?

Obrigado.

Eu fiquei com uma dúvida relativamente a este assunto, fala-se na isenção do pagamento da taxa mas não se define um período, portanto, o que é que eu pretendia saber para votar o ponto favoravelmente ou não.

Fala-se na isenção, queria saber qual é o período em que vai estar em vigor essa isenção porque é essa informação que eu tenho que passar aos meus Fregueses. O outro aspeto é por exemplo, essa seria uma matéria interessante para descentralizar para as Juntas de Freguesia, aliás está definida até na própria Lei essa competência poder passar para as Juntas de Freguesia, porque se já estamos envolvidos na aldeia segura, estamos envolvidos até numa série de situações pela proximidade digamos, essa informação pode ser prestada, acho que seria um exercício interessantíssimo de ponderarmos isso no próximo ano. Agora o que eu pretendo saber e é a dúvida que me subsiste é, qual é o período de isenção? Vai desde quando até quando? Portanto que é para podermos informar devidamente as pessoas e, também, perceber o que é que estamos aqui a votar.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Senhora Presidente quer dar as respetivas explicações?

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse: Sim, sim. Relativamente ao parecer subscrito pela Coordenadora Municipal de Proteção Civil, na última parte do parecer diz: “tenha um limite temporal associado ao início do próximo “período crítico de incêndios.””, portanto, como o período crítico de incêndios não está definido, é óbvio, o limite temporal é o início do período crítico de incêndios e, por isso, está associado à fixação do limite do período crítico.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *António Martins* (PSD) disse: Então podemos pôr as coisas de outra maneira. O que vai prevalecer vai ser um período de exceção que não se paga, quando o período crítico entrar em vigor tem que requerer o pagamento da taxa e a instrução do respetivo processo.

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal *Júlia Rodrigues* disse: Obviamente.

----- O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães *António Martins* (PSD) disse: Pronto, ok.

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Muito bem, passamos então à votação com 51 Deputados Municipais na sala.

Pergunto: quem vota contra o ponto 4.8? Quem se abstém?

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Passo, então de imediato ao ponto 4.9 - Proposta de Protocolo de Adesão do Município de Mirandela ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 51 votos a favor, aprovar a Proposta de Isenção Temporária da Taxa para o Pedido de Realização de Queimadas - Uso de Fogo para a Renovação de Pastagens.”**

### 4.9 - Proposta de Protocolo de Adesão do Município de Mirandela ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de dezembro de 2018 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD, conforme proposto:**

- 1 - Autorizar a adesão do Municipal de Mirandela à Fundação de Serralves, na qualidade de Membro do respetivo Conselho de Fundadores e legitimar a Senhora Presidente para proceder à assinatura do referido Protocolo;
- 2 - Autorizar os efeitos financeiros plurianuais decorrentes do presente Protocolo;
- 3 - Submeter a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse: Relativamente a este ponto há inscrições?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse: Só há uma inscrição, sendo assim, o Deputado Paulo Pinto. Há quatro? Eu peço desculpa, só estava a olhar para a bancada central.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Jorge Humberto, Rita Messias, António Figueiredo e Paulo Pinto. Quatro inscrições, correto?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Das “curtinhas” está bem? estou-me a rir, intervenções curtas para podermos ir jantar.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara. Senhora Presidente da Câmara este protocolo, com a Fundação de Serralves, porque estamos a falar de Cultura e são poucas as vezes que falamos de Cultura nesta Assembleia Municipal, qualquer protocolo de Cultura é sempre bem-vindo. Mas um protocolo com a Fundação de Serralves por um montante de 100.000,00€ por quatro anos, com 25.000,00€ anuais, onde as contrapartidas é uma exposição salvo erro e um livro, isto é política elitista. É demasiado elitista, parece-me a mim, porventura, que uma situação mais alargada entre Câmaras Municipais, porventura, entram num esquema alargado de comparticipação e de financiamento de uma instituição que necessariamente tem que ser uma instituição de ponta, mas à custa dos impostos dos Mirandenses, parece-me excessiva. Mais, o anterior Executivo errou com situações parecidas. A Senhora Presidente, parece-me a mim, que a opção tomada. Pergunto, antes de mais? Já assinou o protocolo?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Não!

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Ai veio primeiro à Assembleia e depois é que assina? É? Está bem!

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Isso não pode ser Senhora Presidente! Retire o ponto senão meto-a em Tribunal!

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:** Mas pronto! Senhora Presidente a bancada do PSD, vai-se abster. A bancada do PSD, Senhora Presidente, a bancada do PSD vai-se abster, vai-lhe dar o benefício da dúvida. Fundação Serralves vai ter intervenção junto da Cultura Mirandense, certamente que atingirá um público-alvo, espero eu que não seja elitista, mas sobretudo, bastante alargado, mas vamos-lhe apresentar uma proposta. Estes 100.000,00€ a favor do Agrupamento de Escolas de Mirandela, no patrocínio de viagens, de crianças e jovens, sob pena do seu percurso escolar estudantil nunca poderem visitar a Fundação Serralves era, porventura, muito mais lucrativo. E também outra proposta até porque o Senhor Vereador Rui Magalhães já fez, um concurso, um patrocínio a favor dos Editores Mirandenses e é só Senhora Presidente.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado Paulo Pinto. Passo a chamar o Senhor Deputado Jorge Humberto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhora Presidente, aonde é que eu já vi este filme? Onde é que eu já vi este filme? Como é que se chamava aquele projeto que vocês subsidiaram? Era a quê? Política XXI? Era não era? Não era política XXI, independentemente disso. Lá estamos nós outra vez e é uma pena que seja este o pensamento dominante das Terras do interior! Lá estamos nós outra vez a subverter o papel que cabe ao Estado! Isto é ao Estado que cabe o patrocínio de todas as Fundações e não só. Não têm que ser os Municípios! Não têm que ser os Municípios! Tem que ser o Estado e é o Estado que tem que ser responsabilizado pela comparticipação da Cultura. Aos anos que anda o Partido Comunista Português a lutar na Assembleia da República para que o orçamento de Estado consiga chegar a 1% para a Cultura. E ainda temos que pedir às Câmaras Municipais que subsidiem este tipo de eventos. Senhora Presidente, este protocolo, o que é? Para que é que serve? Aquilo que eu vejo neste protocolo, é como disse já o Deputado Paulo Pinto, isto é para as classes elitistas. Vamos estar a financiar uma Fundação, com todo o respeito, com todo o mérito que tem, mas para quê? Para termos o bilhete de borla se formos de Mirandela ao Porto? E depois temos que pagar as portagens? Ó Senhora Presidente, eu peço desculpa, mas se for este o conceito... isto não é para rir! Senhor Deputado, isto não é para rir, isto é muito sério! E 100.000,00€, em quatro anos, Senhora Presidente, no que me diz respeito a mim e à CDU este subsídio vai para lá daquilo que é o meu tempo que faço parte desta Assembleia, ou seja, eu vou assumir e daqui a quatro anos acabo o meu mandato, eu vou assumir um subsídio a uma instituição em que eu daqui a três anos acabo o mandato e o subsídio vai perdurar mais um ano, portanto, eu não me sinto com a responsabilidade de deixar para quem vem a seguir a mim, que eu posso não ser eleito, a responsabilidade de continuar a pagar um subsídio para o qual provavelmente eles não estavam, ou não estarão de acordo, portanto, eu não vou nesse caminho. E Senhora Presidente deixava aqui uma sugestão, são 100.000,00€, agarra em mais 600.000,00€ e para o ano faz obras de requalificação no Mercado que tem muito mais interesse para Mirandela, para os comerciantes. Era esse o meu desejo, portanto, a minha posição, a posição do meu partido, é votar contra este protocolo. Muito obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigada Senhor Deputado Jorge Humberto. Segue-se por último a intervenção da Senhora Deputada Rita Messias. Peço desculpa, por acaso era a vez do Senhor Deputado António Figueiredo. Fala a seguir. Faz questão de falar antes Senhor Deputado? É um cavalheiro. É um cavalheiro o Senhor Deputado António Figueiredo.

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Messias (PS) disse:** Senhor presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, meus Senhores e minhas Senhoras, muito boa noite a todos. Venho aqui para manifestar ao contrário dos colegas anteriores, a minha satisfação pela proposta de realização deste protocolo com a Fundação de Serralves. Só tenho que louvar esta iniciativa, tendo em conta que se trata de uma área estratégica para o desenvolvimento das pessoas, a Cultura. E não é uma Cultura qualquer, mas sim ao mais alto nível, está de parabéns este

Município pela iniciativa pois este Protocolo irá permitir ter acesso ao Estatuto de Fundador, que tal como muitos outros Municípios já celebraram protocolos semelhantes há vários anos. Com o Estatuto de Fundador, permite-lhe beneficiar de todas as vantagens inerentes ao mesmo, como seja a realização de exposições itinerantes a nível local. Entradas gratuitas para crianças até aos doze anos e descontos nas entradas de jovens estudantes até à licenciatura, bem como aos residentes no concelho com idades superiores a 65 anos. Organização de visitas guiadas com descontos para jovens e seniores ao Museu e ao Parque Serralves, assim como, para os trabalhadores da Autarquia e Professores do concelho. Colaboração com Escolas em programas pedagógicos e ainda, o desenvolvimento de programas e aqui uma prova de que não é elitista que visa a inclusão social das populações mais desfavorecidas, entre muitas outras atividades que não vou estar aqui a relatar. São atividades que irão complementar o rico cartaz Cultural de Mirandela estando em causa uma instituição de topo no que respeita à Cultura, nomeadamente à Arte Contemporânea muito reconhecida a nível nacional e internacional. Desde a sua Fundação, em 1989, até ao presente, já acolheu esta Fundação cerca de nove milhões de visitantes, o que demonstra o interesse e relevância dos serviços que esta instituição presta. Não tenho dúvidas que através desta estratégia de proximidade, trazendo a Cultura a nível local irá com toda a certeza fomentar hábitos de Cultura nas pessoas e contribuir para o seu desenvolvimento, potenciando, também, a qualidade de vida e o desenvolvimento económico. Abrir-nos ao exterior e permitir incorporar inovação, não significa desvalorizar ou desprestigiar a Cultura Local, mas antes, promover a sensibilização para a Cultura e para a sua valorização e o valor em causa será um investimento com elevado retorno com efeitos multiplicadores também noutros setores, não tenho dúvidas.

Mirandela, até ao momento, ainda não tinha sido contemplada com nenhuma atividade de Serralves e esperamos que a partir de agora Mirandela possa contar com a Cultura mais próxima das pessoas.

Feliz Natal e um Excelente Ano para todos. Obrigada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Tem a palavra, finalizadas todas as intervenções ...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Eu nem preciso de papel para isto.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Não foi boicote, não foi boicote!

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** O que é que sabem de Arte? Qual é o espírito aqui nesta Assembleia de Arte? O que é a Body Arte, Lady Arte, Organicismo? É tudo elitista. Tudo elitista. Tudo o que se faz em Serralves é elitismo! Não me venha para aqui a falar disso! Porque é que a Senhora Presidente não agarrou e disse assim: quero pertencer à Fundação Guggenheim ou quero pertencer à Fundação Vitruviana, também tem Arte! Não tem Arte Senhora Professora Rita Messias? Ou Dr.ª Rita Messias, desculpe! Não tem Arte isso? Tem Arte, mas olhe! Há Arte em Mirandela e no distrito de Bragança! Esse é que o problema! Esse é que é o problema! A Senhora Presidente e eu apoiaria, fazia ao projeto de borla e tudo, e tudo, se agarrasse num edifício eu reabilitava-lho, fazia-lhe tudo! Agarrava e criávamos um centro de Arte para o concelho de Mirandela. Nós temos artistas plásticos em Mascarenhas, em Alvites, em Vila Flor em todo o lado! Em Mirandela, em todo o lado! Porque é que vamos buscar uma Fundação de Serralves? Para nada! Para nada! Aquilo é elitismo puro! Ninguém sabe nada do que está lá! Se eu falar de um Kandinsky para uma criança, o que é que a criança me diz sobre isso?

Se eu falar do Chã de conceptual, tenho lá um urinol e diz-me assim a criança, aquilo é para fazer “xixi” Professor! É o que me diz o aluno! Aquilo é para fazer “xixi”! É Professor? É a Arte conceptual. Por acaso sabem o que é Arte conceptual? Elitistas! Sabem o que é a Arte conceptual elitistas? Sabem? Não sabem nada! O que é que não sabem? Não sabem nada! Vocês em termos de Arte são nulos! Não têm cabeça! Não têm cabeça! São nulos! A Arte é outro valor! Está acima da média! Por isso aquilo que dizia o Senhor Deputado da CDU tem toda a razão ele em dizer isso! Nunca, nunca, ..., nunca nenhum Governo chegou ao 1% para a Cultura. Nunca! PSD, CDS, PS, “geringonças”, tudo! Nunca! A Arte para eles não existe! Não há Arte no nosso país. Não há Arte! Sabem como é que fazem a Arte em Bragança? É de borla, zero. Sabe o que é que eles fizeram lá? O Souto Moura? Fez um edifício. Sabe quem é que pagou esse edifício? A Gulbenkian. Sabe o que é que a Gulbenkian faz? Sabe? Exposições itinerantes. Esses sim, pagam zero e têm lá Arte elitista. E deram ao Museu nome Graça Morais. Se aqui fizessem uma obra dessas Mirandela aí, eu acreditava que seria um belo edifício e teria aquilo que hoje poderíamos fazer uma interdisciplinaridade com a Fundação de Serralves. Eu acho que isto não leva a lado nenhum. Agarre nesses 100.000,00€, eu faço-lhe o projeto de borla, de borla, de borla, não lhe quero um centavo, arranje-me um edifício com qualidade, eu faço-lhe um projeto de borla e dou à Câmara para executar esse projeto. Esse edifício.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Muito obrigada. Finalizadas as intervenções, sobre este ponto, damos a palavra à Senhora Presidente de Câmara para os esclarecimentos entendidos.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito obrigada. Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, muito rapidamente e dado que as intervenções que foram feitas foi no sentido de classificar a Cultura e a Fundação Serralves como elitista também é preocupante considerar que a Cultura é elitista porque eu não considero assim. As razões e as motivações que estiveram com base nesta proposta e não vale a pena ficarem aborrecidos, nervosos com esta proposta. Isto é uma proposta que todos vão votar, é uma proposta que tem a ver com o acesso, com a possibilidade de termos um investimento Cultural em Mirandela, com seriedade, transparência e capacidade para ensinar quem está cá a fazer como se deve fazer e fazer bem feito. Tem aqui um ponto fulcral, um não, dois pontos fulcrais. Um deles é tudo aquilo que eles vão colaborar na questão da formação pedagógica em agentes na área Arte contemporânea e também organização de estágios e vêm cá fazer pedagogia nas nossas Escolas, para culturalmente termos pessoas mais capazes, que a Cultura esteja acessível a todos é isso que pretendemos. Mas se cada um dos Deputados considera que, de facto, é um gasto excessivo na parte Cultural posso-vos dizer que o investimento na Cultura e como se critica muitas vezes o Governo por não ter 1% do orçamento em

investimento na Cultura eu acho que um investimento na Cultura em Mirandela é fundamental para o desenvolvimento, é fundamental para o crescimento educativo de todos os nossos jovens e também das nossas crianças e, por isso, não considero que seja um gasto, nem considero sequer que seja excessivo. Isto porquê? Porque são e vou-vos colocar só esta questão? Porque é que alguns Municípios de Trás-os-Montes já aderiram? É óbvio que isto não vem aqui por vir, é óbvio que isto não vem aqui por eu ser elitista. E sabem porquê? Porque todas aquelas ações que têm sido feitas nesses Municípios têm sido um sucesso. E eu não venho aqui de forma despesista, gastar dinheiro. Isto é um investimento no futuro e cada um vota com a sua consciência e nós faremos aquilo que ficará decidido nesta Assembleia Municipal. Agora o caminho de investir na Cultura começava aqui. Até temos investido nos livros, nas exposições temporárias. O espólio riquíssimo que nós temos aqui neste Museu! Um espólio riquíssimo. Nós temos ali obras avaliadas em muitos milhões. Nós sabemos trabalhar essas obras? Nós sabemos trabalhar esta questão? Não sabemos! E vou-vos dizer mais. Esta estratégia a nível Cultural é fundamental para o Concelho, não só para a cidade de Mirandela. Mas também não temos obras de um valor riquíssimo...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Riquíssimo? Diga-me o valor?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Qual é o valor?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Quê? Cem milhões de euros?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Dois milhões de euros aproximadamente.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Quanto?

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Dois milhões.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Dois milhões? E isso é alguma obra de Arte, dois milhões de euros?

A Senhora não sabe o que é Arte!

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Bem. Senhor Presidente, dito isto acho que cada um deve votar como acha que deve fazer.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não sabe o que é Arte!

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Deve votar como acha...

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Não sabe o que é Arte!

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Como acha que deve fazer. Só gostaria de dizer mais uma solução. Eu até faço o desafio ao Senhor Arquiteto, na qualidade de Arquiteto *Figueiredo*, já que faz edifícios de borla à Câmara Municipal, aproveite e faça também para as Juntas de Freguesia. Obrigada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:** Findas as intervenções, estamos em condições de votar este ponto. A Mesa regista, neste momento, 49 presenças, 46 na plateia mais os três Membros da Mesa, com a entrada do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, 47 na plateia e três da Mesa, 50 Membros para votar.

Então procedemos à votação. Quem vota contra este protocolo de Serralves? Dez votos contra.

Quem se abstém? Quinze e os três da Mesa, dezoito votos de abstenção.

Estavam 50 na sala, menos 28 é aprovado com 22 votos a favor.

Está, então aprovado o protocolo por maioria, segue-se, então, os pedidos de declaração de voto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** *Paulo Pontes, André Geraldo, Jorge Humberto, António Martins, António Figueiredo.* Vou ver se registei bem! *Carlos Clemente.*

Vou repetir, então, os Deputados inscritos para declaração de voto sobre ponto. *Carlos Clemente, António Figueiredo, André Geraldo, Paulo Pontes, José Manuel Pavão.* Escapou-me alguém? Conseguiste apontar *Luísa*?

Escapou-me alguém?

Vou, então, repetir: *José Manuel Pavão, Carlos Clemente, António Figueiredo, Jorge Humberto, André Geraldo* e era o *Paulo Pinto* não era? *Paulo Pontes*, perdão! Era o *Paulo Pontes*, sim, sim!

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Fui o primeiro a falar, mas está bem!

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** *Paulo Pontes*, alguma condescendência com a Mesa, o nosso trabalho não foi tão facilitado, quanto o vosso ao longo do dia.

Vou passar, então à chamada, tendo sido o primeiro o Senhor Deputado *Paulo Pontes*, pode usar da palavra.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

**“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor, 18 abstenções e 10 votos contra, aprovar a Proposta de Protocolo de Adesão do Município de Mirandela ao Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves.”**

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

Declaração de voto

Eu só quero justificar, não é que me fique algum peso na consciência, mas quero justificar o meu voto contra, por duas razões. A primeira razão é porque a Mesa não me deu oportunidade de fazer perguntas sobre o assunto. Não quero considerar isto como uma perseguição, mas era um direito meu fazer perguntas ou esclarecer melhor o assunto. Assim sendo, e como não me foi dada a oportunidade de esclarecer, votei contra. Mas votei contra também por uma outra razão, porque e assumo, estando eu na área da Cultura, sendo professor, assumo que não consigo atingir o alcance disto. Isto pelo valor que está em causa, 100.000,00€. E não consigo atingir por várias razões, porque acho que até aceito que se invistam, 100, 200, 300, sem limite até, mas a partir do momento em que nós localmente tenhamos um levantamento exaustivo de tudo o que é Cultura das várias áreas. Por exemplo eu já meti um projeto à Câmara logo no início, logo que tomei posse, meti um projeto para fazer e continuo a fazer e vou fazer, independentemente de qual venha a ser a decisão, meti um projeto para fazer uma monografia sobre o Franco, acho que é Cultura também, e não me foi dada, ainda, qualquer resposta. Mas mais, por acaso, e não é que isso tenha algum valor, poderá ter algum valor pessoal, tenho três livros editados, nunca a Câmara Municipal me deu um cêntimo, um cêntimo para custear o lançamento de um livro. Posso já amanhã, porque eu sei que nunca pedi, nunca pedi a este Executivo, mas vou já dizer, se quiserem amanhã, ou ainda hoje à noite, têm aqui uma cópia de um livro meu, para se quiserem subsidiar para editar. Eu só não edito mais porque acabou-se-me o dinheiro para a Cultura e enquanto não arranjar mais, não edito. Mas antes que me digam, eu hoje à noite posso ter aqui um livro já para editar. E outro tipo de Cultura que pode ser feito, mesmo a nível de imóveis, de todas as áreas, acho que então, depois sim, partiríamos para uma outra fase. Seria então a fase nacional ou a fase de Serralves, que eu não consigo, todos os dias recebemos emails da Fundação de Serralves, mas eu se quiser ir a Serralves tenho de pagar e, como já dizia alguém, tenho de pagar as portagens e tenho de pagar bilhete, o que não me sai nada barato. Era isto que eu queria dizer.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

Declaração de voto

O voto contra esta questão que aqui foi debatida parece-me precipitado e foi longe do realismo que o nosso concelho obriga. Já hoje pedi aqui à Senhora Presidente, e esse assunto foi consensual e foi transferido, sobre a realidade social do nosso Concelho. É importante que os Deputados e os Membros desta Câmara saibam se ainda há entre nós gente que enfrenta sérias dificuldades, na doença, na alimentação, na educação, na sua pobreza, na sua saúde, isso é importante. Considero que a Arte é deveras importante e pode ser uma das nossas prioridades. Mas entre o Pão e a Arte, eu vou primeiro pelo Pão. Este Pão a que me refiro é as necessidades reais dos nossos Municípios, são as necessidades reais dos nossos Municípios, portanto, é uma declaração de voto. O meu voto é contra porque acho que está longe da realidade. Aproveito a oportunidade, porque me lembro do seguinte, para o Executivo Camarário ver qual é a relação do nosso Município em relação ao financiamento do Museu do Douro, depois explicarei as razões como é evidente, que se trata do meu dever. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, André Geraldo (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

Declaração de voto

A questão de eu ter vindo aqui em cima, não é por eu ser mais ou menos do que os outros, unicamente não gosto de falar de costas para ninguém. É o seguinte: isto aqui, agora, apanhou-me aqui um bocado, deixou-me aqui um bocado atrofiado, ou seja, andaram aqui a preparar um orçamento, andaram a cortar às nossas Associações locais e depois mandam aqui uma bomba destas? Por amor de Deus, isto é uma contradição. Eu não tenho nada contra a Arte, pelo contrário, agora acho que nem oito nem oitenta. Vocês querem dar um apoio aos alunos, então convidam um Professor, alguém de Arte e vem fazer uns seminários vem dar aí uma palestra, agora dar 100.000,00€ por ano de mão beijada a uma Fundação? É 25.000,00€? Então, desculpem eu estava a entender mal, mas mesmo assim ainda acho que é um valor exorbitante. Isto é contraditório. Não se estejam a rir, nas últimas Assembleias andamos aqui a discutir a quantidade e a qualidade da comida que é servida nas nossas cantinas, e depois há dinheiro para despejar assim? Então as coisas essenciais como falou, e muito bem, o Doutor Pavão, é melhor pormos primeiro o Pão do que a Cultura, eu concordo plenamente. O pessoal começa-se a rir, mas nesta casa, ainda não há três meses falamos aqui sobre a quantidade e a qualidade da comida que era servida aos nossos alunos. Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Clemente (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

Declaração de voto

Eu voto a favor, na esperança de que efetivamente a Escola Secundária de Mirandela possa ter uma área de Arquitetura que neste momento não tem. Os alunos têm que ir para Vila Real. Eu agora questiono-me, por que razão, também não sei há

quantos anos não existe esta área? Mas há outras áreas e estamos a falar de Cultura, estamos a falar de Música e aqui, aqui, eu deixo mais um desafio, porque razão é que Mirandela, tendo uma Escola de Música há 28 anos, ainda nunca fez um protocolo de paralelismo pedagógico, para o ensino da Música, com o ensino normal com a Escola Secundária, portanto, isso é uma coisa que me revolta, com os meios que esta cidade tem, nunca ter feito isto. E também olho para vocês como é óbvio e também vejo aí desse lado, o tempo foi passando, outras cidade que começaram muito mais tarde do que nós, nomeadamente Vila Real com o Teatro, Bragança com o Teatro, nós já tínhamos este aqui há muitos anos, mas não o soubemos potenciar como devíamos, portanto, daqui a esperança, pelo menos o meu voto foi assim, na esperança que estas questões possam ser efetivamente colocadas em prática para que os nossos filhos, os nossos netos, esta região toda possa ter acesso à Cultura, não só elitista dos quadros de Miró ou outra coisa parecida, mas também às coisas que estão já aqui assentes, enraizadas com capacidade instalada como é o caso da nossa ESPROARTE. Tenho dito, obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Senhora Presidente, a Senhora desilude-me constantemente, constantemente. A sua ética republicana está de rastos mesmo, está de rastos mesmo, porque fala de uma situação, mas então devia falar abertamente para o público, para dizer aquilo que se passa e não falar “entre dentes”, está a perceber aquilo que lhe estou a dizer? E não falar “entre dentes”, fale para o público em geral e não fale “entre dentes” e já agora lhe peço uma coisa, e já agora lhe peço uma coisa, olhe eu estou a fazer uma viagem com os alunos do 9.º ano e 10.º ano, ao Guggenheim a Bilbao, eu gostaria que a Senhora me ajudasse financeiramente nessa viagem.

----- **O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

Declaração de voto

Votei contra, para além de todos os argumentos que aí houve, queria ressaltar dois aspetos. Este ano tínhamos a possibilidade de estar na Feira do Livro em Mirandela com dois autores nacionais e a ilustração do livro foi feita por pessoas da minha Freguesia, portanto, da minha aldeia. Desde abril ou maio que se trocaram *emails*, nunca mais obtive uma resposta relativamente à Feira do Livro e foi um evento que este ano desapareceu do mapa, sem qualquer justificação aparente. Recebi algum *feedback* por parte de pessoas ligadas à Cultura que me disseram que estava para ser realizado um mega evento e que provavelmente teria que haver algum agendamento. Esses autores vinham cá a custo zero, as pessoas da minha aldeia vinham cá a custo zero como já estiveram aqui expostas, portanto, parece-me um irrealismo pagar 100.000,00€ para sermos sócios dalguma coisa.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:**

Declaração de voto

A minha declaração de voto tem dois motivos e eu passo a explicar quais são. Nós não somos contra a Cultura, eu vou repetir aqui outra vez aquilo que disse ali em cima. Somos o único partido neste país, que na Assembleia da República, quando se discute o Orçamento Geral do Estado, fazemos propostas para que o orçamento da Cultura chegue a 1%, Senhora Presidente, a 1% do Orçamento Geral do Estado. E o que é que acontece? O Partido Socialista, o PSD e o CDS, que foram Governos ao longo destes 48 anos de Democracia, ainda não tiveram a coragem de o fazer chegar lá, a 1%, 1% do Orçamento Geral do Estado, meus Senhores, portanto, não aceito que ponham em causa aquilo que são as pretensões e aquilo que nós defendemos em relação à Cultura que deve estar ao serviço de todos e não de alguns. Este é o primeiro ponto.

Senhora Presidente, mas eu dou-lhe o benefício da dúvida, eu vou-lhe votar contra, mas vou-lhe dar o benefício da dúvida, porque para além daquilo que vai ser protocolado com Serralves, eu não sei até que ponto é que esse tal protocolo vai fazer com que as pessoas tenham mais acesso à Cultura. Não sei, vou votar contra, mas vou votar contra por uma principal razão. Senhora Presidente o meu mandato termina um ano antes de acabar este protocolo que vai assinar e eu não quero estar vinculado ou não quero vincular o meu partido, daqui a três anos e quando fizermos o balanço daquilo que foi este protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Fundação Serralves, for um *bluff*, exatamente como foi o *bluff* daquele protocolo celebrado entre o PSD Executivo com o Mirandela XXI, portanto, não quero estar aqui a discutir, porque não vou estar cá, porque o meu mandato acaba um ano antes do protocolo findar com a Fundação Serralves, não quero estar, digamos, a dar um passo maior que a perna. E não quero depois, exatamente por isso, deixar esse ónus, mas vou-lhe dar o benefício da dúvida, Senhora Presidente. E vou-lhe dizer mais, se o seu Departamento Cultural, ali com a Vereadora Vera Preto que é da Cultura, me provar realmente, em 2020 que este protocolo foi um êxito, então, Senhora Presidente, aquele benefício que lhe estou a dar agora, mas vou votar contra por esta razão, só, porque o meu mandato termina um ano antes deste protocolo acabar, eu serei o mais crítico dos críticos, mas também serei o mais otimista e o mais justo em lhe dar os parabéns se este protocolo tiver essas pernas para andar. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito bem, findas todas as declarações de voto, não sei se a Senhora Presidente quer ainda dizer alguma coisa.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Sim. Muito rapidamente dizer-vos que, de facto, aqui houve um aumento do custo da alimentação em cerca de 20% e também dizer-vos que tudo aquilo que falaram aqui, contradiz um pouco com a história de Mirandela. E eu vou-vos explicar porquê. Porque se o pão que nós comemos e a propósito disso eu respondi com dados da Ação Social ao Deputado *Manuel Pavão*, ele não estava a ouvir porque estava a falar com o colega do lado e eu chamei-lhe à atenção duas vezes mas ele não ouviu. Mas eu fiz a resposta antes da minha intervenção antes de responder às vossas questões relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento par 2019. Se assim fosse nós nunca teríamos a ESPROARTE em Mirandela. Eu não estou a comparar o incomparável, eu estou a comparar que o investimento que o Município faz ao abrigo dos programas operacionais, é verdade, mas faz investimento e vai fazer



mais investimento. Porque a visão estratégica da Música, da Arte, da Cultura não se resume à visão de médio prazo, é uma visão de longo prazo e, por isso, se as pessoas tivessem a ideia de que a Música não era importante para a formação de cada indivíduo, nós não tínhamos hoje aqui a Escola de Música. E porque é que é elitista a Escola de Música? Porque é que a Arte é elitista? Desculpem! Ou eu estou errada, ou a visão das situações não está a ser a mais correta. Porque a Escola de Música para algumas pessoas está comparada ao Pão. Nós estamos a apoiar, vamos investir mais 30.000,00€ na Ação Social. Mais para as cantinas. Mas uma situação não tem rigorosamente nada a ver com a outra. Não estamos a tirar do dinheiro do Pão das pessoas para dar à Fundação. Nada disso! Nós estamos a tornar acessível a Cultura às pessoas que não podem pagar a Cultura! Eu sou sincera, não consigo perceber porque é que é denominado elitista um programa que torna acessível a Cultura, que não é acessível às pessoas que não podem pagar. Porque nem toda a gente pode tirar cursos, nem toda a gente pode saber de Cultura, porque começam a trabalhar cedo. Não têm tempo, nem têm disposição para a Cultura e, de facto, deixem-me que vos diga, que este investimento é um investimento na Educação dos nossos jovens, como foi a Escola de Música há 20 anos atrás. Se calhar na altura toda a gente podia criticar o investimento que se fazia na Música. Mas a Música é importante, porquê? Porque é que se vai gastar 100.000,00€ ou 200.000,00€ numa Escola de Música? E hoje, nós damos a nossa Escola de Música à pérola! Pois é! Mas antes de nós teve que haver alguém que teve a visão de trazer para cá e colocar o investimento na Escola. Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado. Passamos, então, ao ponto 5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Pergunto se alguém se quer inscrever neste ponto?

Já votamos!

Podem continuar com os braços no ar se faz favor, que me dão uma grande ajuda?

É o ponto 5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Vou repetir para confirmar as inscrições e acrescentar o que faltar. Senhor Deputado *Jorge Humberto*, Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, o Senhor Deputado *Carlos Clemente*, o Senhor Deputado *Pedro Beato*, o Senhor Deputado *António Figueiredo*, a Senhora Deputada *Luísa Deimãos*, o Senhor Deputado *André Geraldo* e o Senhor Deputado *Paulo Pontes*.

Pois bem, passo a palavra, então, ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, se faz favor.

## 5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto Fernandes (CDU) disse:** Senhor Presidente, eu vou aproveitar este tempo para desejar a todos um Santo Natal, umas Boas Festas e que 2019 seja mais próspero que 2018. Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Senhora Deputada *Patrícia Bernardo* faça o favor.

----- **A Senhora Deputada Municipal Patrícia Bernardo (PS) disse:** Serei breve. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, membros da Mesa, Excelentíssima Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caríssimas e caríssimos Deputados e demais presentes. Muito boa noite a todos.

A presente intervenção visa enaltecer e dar eco a acontecimento mui nobre ocorrido no nosso concelho, mais propriamente na sede da Escola Profissional de Agricultura de Carvalhais.

No passado dia 15 de dezembro decorreram os Conselhos Raianos, uma iniciativa da Associação Rionor, que este ano foram dedicados ao debate sobre a Escola e o futuro dos Territórios Raianos.

Este formato de laboratório de participação pública teve a sua primeira edição, este ano, em Zamora no pretérito mês de outubro e a sua sessão de encerramento decorreu entre nós.

Mirandela pode orgulhar-se do apoio prestado e da forma como decorreram os trabalhos, assim como deve ser enaltecida a forma hospitaleira como operou toda a equipa da Escola Agrícola.

Pudemos contar com presenças ilustres das quais se destacam o Ministro da Educação do Governo Português, Dr. *Tiago Brandão Rodrigues*, assim como o seu Homólogo no Governo de Castela e Leão, o Conselheiro da Educação Dom *Fernando Rei*, o Senhor Delegado Regional do Norte da DGEstE, Dr. *Rodrigues*, assim como especialistas em Educação de Entidades Cimeiras quer de Portugal, quer de Espanha, do IPB, do Instituto das Comunidades Educativas, bem como do Instituto Camões. Mas, mais do que enunciar as presenças de vulto neste evento, é conveniente que se divulguem algumas das ideias surgidas neste debate público.

O mote foi o papel da Escola e o seu contributo para a dinâmica dos territórios da Raia. É unânime para todos que sairemos a ganhar se unirmos esforços a esta colaboração transfronteiriça. A aposta do ensino do castelhano em Portugal, e sobretudo nas regiões da Raia, bem como do Português em Espanha, e sobretudo nestes territórios, serão um fator importante para a mobilidade de pessoas e a sua aculturação.

Assumiu-se também que é importante que a formação, quer dos alunos, quer dos seus agentes educativos decorram em ambos os territórios e assim será feito um reforço dos centros de formação de professores para que a formação não se baste aos nacionais, mas sim acolha os colegas da Raia, bem como os alunos na estruturação de programas de intercâmbio que privilegiem o contacto com a realidade de “*nuestros hermanos*”.

Mas nem só de Escola e de desenvolvimento pedagógico se falou. Foram aludidos outros temas que para nós são tão caros: a retoma da ligação ferroviária até Sanabria; a recuperação dos territórios abandonados; a criação de projetos de inovação e desenvolvimentos conjuntos; o restabelecimento do sentimento de pertença a aldeia, ao rural, ao rústico; a descoberta e promoção das tradições locais e de todos os aspetos etnográficos comuns a ambos os territórios, mas também a consolidação de uma cidadania global assente no local.

Resumindo, e usando como mote uma canção de *Rui Veloso*, “muito mais é o que nos une que aquilo que nos separa”.

Nesta senda vanguardista de uma modernidade enriquecida pela pertença territorial e todos os seus aspetos etnográficos, e tomado as próprias palavras da Senhora Presidente, Dr. *Júlia Rodrigues*, no evento quando referiu “a aposta na Educação é a única forma de alavancar o desenvolvimento do concelho e da região”, de forma a que os nossos jovens valorizem as raízes e consigam investir na sua terra.

De que forma, questiono hoje, pode o nosso Município apoiar estas mudanças educativas?

Quais as ideias e quais os projetos que pretendem desenvolver para alicerçar esta vontade que ficou manifesta por todos?

Quais as perspetivas de abertura dos nossos agentes educativos, culturais, económicos para uma maior e melhor cooperação transfronteiriça?

Aproveito, ainda, para desejar a todos um Santo Natal.

Se puderem, passem pela Torre de Dona Chama, porque reitiro o convite já aqui feito, para participar da nossa Fresta dos Caretos nos dias 25 e 26, porque serão todos muito bem-vindos.

Muito obrigada e Boas Festas.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*. Passo a palavra à Senhora Deputada *Luísa Deimãos*.

----- **A Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Suções *Luísa Deimãos* (PSD) disse:** Muito boa noite Senhor Presidente da Mesa e Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e demais pessoas presentes.

Só ia abordar um assunto, mas vou abordar dois.

Falou-se tanto em Feiras e toda a gente se esqueceu que no dia 17 e 18 de novembro se realizou a Feira do Pão e do Azeite em Suções. Este evento correu muito bem e contou com a presença da Senhora Vice-Presidente, se calhar, foi por ter estado lá sozinha que mais ninguém se lembrou. Também lá estiveram algumas pessoas que aqui estão presentes e no geral correu bem, mas que se lembrem que Suções também fez uma feira.

Passo ao assunto que realmente me trouxe aqui.

Enquanto representante desta Assembleia no Conselho Municipal de Educação, cumpre-me o dever de informação acerca do trabalho realizado.

O Conselho Municipal de Educação tem por objetivo promover a nível Municipal a coordenação da política educativa, articulando intervenção no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhado o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo.

Para cumprir este objetivo, este Conselho reuniu nos dias 02 de maio e 06 de novembro.

Na primeira Reunião foi feito por parte da Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Vereador da Educação, o ponto de situação acerca das obras nas Escolas. Foi apresentado o plano de transportes escolares para o Ano Letivo 2018/2019 e apresentação para conhecimento dos presentes do PIICIE - Plano Integrado Inovador do Combate ao Insucesso Escolar. Foi uma Reunião muito participada com intervenções e sugestões de todos os presentes que foram dando valiosos contributos para uma melhor organização do Ano Letivo.

Na Reunião do dia 06 de novembro foi feito o balanço do início das aulas, das condições dos novos edifícios que acolheram os alunos oriundos de várias localidades, dos transportes e das refeições escolares. Tudo foi discutido com a seriedade e serenidade que assuntos tão importantes exigem, dada a alargada representatividade de professores, pais, membros de segurança, de saúde e de outros setores da nossa comunidade a reflexão conjunta e o partilhar de opiniões diversas a todos enriqueceu. Atrevo-me mesmo a dizer que os representantes dos pais saíram dessa Reunião menos apreensivos, principalmente me relação à Escola *Luciano Cordeiro* que acolhe alunos do 1.º e 2.º Ciclo.

Foi constituída nessa Reunião uma equipa para elaborar ou alterar a Carta Educativa do nosso Concelho.

Lanço um apelo a todos para darmos o nosso contributo para quando concluída espelhe a política educativa que queremos.

Há um provérbio africano que refere que “para educar uma criança é necessário toda a aldeia”.

Não descorem, nós, cidadãos do século XXI, a Educação das nossas crianças e jovens, pois eles são o futuro de Mirandela.

Termino com votos de Boas Festas para todos.

Obrigada.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Torres Belchior* disse:** Muito obrigada Senhora Deputada *Luísa Deimãos*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*.

----- **O Senhor Deputado Municipal *Agostinho Beça* (PS) disse:** Senhor Presidente, Senhores Deputados, caros Cidadãos. Prometo ser breve.

Um Advogado ou um Jurista, naturalmente, não acha nada bem que um leigo nessas matérias se pronuncie sobre Leis e aplicação da Justiça!

Um Arquiteto também não gosta de ouvir opiniões sobre estética e desenhos de construções e outros aspetos dessa ciência, por parte de outros profissionais.

Um Engenheiro Civil, do mesmo modo, ficará incomodado se um qualquer cidadão opinar sobre resistência e propriedades dos materiais de construção, sobre cálculo, estruturas, etc.

Um Médico fica também, naturalmente, incomodado se alguém lhe aparecer pela frente, já com um prévio diagnóstico sobre os males de que padece.

Um Professor de Pedagogia, um Economista e por aí adiante...

Qualquer profissional preza os seus saberes, qualificações e competências. Portanto, agora, imagine-se o desconforto que sentirá um profissional que tenha estudado Ecologia, Ecofisiologia Vegetal, Bioecologia das espécies animais e florestais, Arborização em Meio Urbano, Paisagismo e outras matérias afins se um qualquer “dono da verdade” e “iluminado” lhe quiser dar lições sobre funcionamento de Ecossistemas, sejam eles em Ambiente Natural ou trabalhados em Ambiente Urbano.

Pior ainda, e peço que reflitam, o que poderá sentir um Médico Veterinário se um Psicólogo lhe vier dar lições de saúde pública e sobre as melhores condições de abate de animais?  
Estranho! Não vos parece?  
Boas Festas para todos.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Agostinho Beça*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *André Geraldo*.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde, André Geraldo (PSD) disse:** Boa noite Senhor Presidente, Senhores Secretários, restante Executivo, caros colegas, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

Tenho pena que não esteja cá a Senhora Presidente.

Quero deixar aqui alguns assuntos, na Assembleia Municipal, que são os seguintes:

Como já o disse mais que uma vez, moro num dos prédios mais antigos da Cidade, no Variante, e os problemas a nível de vizinhança, mais numa certa parte da rua, não param de aumentar. Tenho conhecimento que as Autoridades já andam a realizar certas investigações, assim como de certas situações como muitos moradores. O que mais me preocupa é a questão do lixo, que é impressionante. Deem as voltas que derem, mesmo que despejem os caixotes várias vezes durante a semana ou durante o dia, aquilo está vergonhoso.

Peço a quem se dirija àquela zona, para ir ao Centro de Emprego, à Segurança Social, ao mercado, sapatarias e prontos a vestir, parem um pouco e olhem para o olival do Dr. *Ceriz*, logo a seguir onde estão instalados os caixotes do lixo, pois aquilo é vergonhoso. Para além de não haver civismo pior parte das pessoas que lá moram, que deixam o lixo à entrada do prédio, no meio da rua e encostados aos carros, o que é vergonhoso.

Pedia ao Executivo que tomasse alguma providência neste sentido para ver se conseguimos dar tratamento àquilo de forma a melhorar um pouco a situação. Não é pedir muito, penso eu, agradecia.

Outro assunto que quero abordar para conhecimento de todos os presentes é o seguinte:

Se alguém eventualmente ou diretamente algum familiar vosso for fazer o trajeto de Mirandela para a Trindade tenham atenção à descida de Vila Verde. Sempre que estamos nesta época do ano, devido aos camiões da “baga”, raro é o dia que não haja “baga” numa curva que é muito acentuada. Peço que tenham atenção, pois todos os anos acontece esta situação. Há camionistas que têm mais civismo, pois carregam menos os carros e sobem a estrada sem problema nenhum. Contudo, há outros camionistas mais descuidados, que possivelmente trabalham ao quilo, não sei, e verifica-se cada derrame de “baga” que aquilo é impressionante.

Tenham atenção, avisem os vossos familiares, porque estamos numa Época Natalícia e prevenir não é demais.

Quero, também, deixar uma questão à Câmara:

Já estou nisto há nove anos. Ainda eramos apenas plenário, fiz um ofício ao anterior Executivo para que nos fosse facultado um ecoponto. Deu-se a reorganização, reformulei novamente ofício, elaborando um para cada localidade. No presente ano fomos convidados pelo Executivo para visitar o tratamento do lixo ao aterro sanitário e foi-nos dito que íamos receber os ecopontos. Fiquei muito contente, mas o certo é que os ecopontos não “apareceram”.

Não podemos estar a sensibilizar a população para fazer a separação do lixo se não temos condições para o fazer. Deixo isto em aberto.

Aproveito para desejar Boas Festas a todos.

Obrigado. Boa noite.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *André Geraldo*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Carlos Clemente*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Clemente (PS) disse:** Boa noite a todos.

Isto é uma matéria que está na ordem o dia, saiu há cerca de um mês um relatório realizado pelo IPB em colaboração com a Ordem dos Médicos da Secção do Norte, que falava sobre as razões pelas quais os Médicos não se fixam no Interior.

No mês de outubro, no decorrer da 1.ª Sessão Extraordinária já tinha levantado esta questão, desafiando o Executivo para o que valor da futura alienação do capital do Hospital Terra Quente não saísse da Saúde e fosse atribuído em incentivos nesta matéria, só queria chamar a atenção para o seguinte:

Em bom rigor, há um relatório já saído em 2017 do OCDE Health at a Glance, onde diz que Portugal é um dos países onde é maior a disparidade entre os Médicos a trabalhar nas zonas urbanas - 5.4 por mil habitantes e nas zonas rurais 3.2 por mil habitantes.

Além dos vários incentivos que já existem, estão legislados, nomeadamente durante três anos terem mil euros por mês de incentivo, terem dias adicionais de férias, terem mais 15 dias de formação, terem um regime preferencial de colocação de conjugues, o facto é que a nossa Região não consegue fixar Médicos para os cuidados de saúde diferenciados.

Já no tocante aos cuidados primários, todos sabemos que a nossa zona está completamente bem servida.

Neste sentido e dado que o relatório do IPB faz um diagnóstico, podem consultar no Jornal Público de 12 de novembro de 2018, estando elencadas todas as questões que estão inerentes a isto, principalmente aquilo que levaria os Médicos a mudar para o Interior.

Refiro:

- Formação e exercício da especialidade pretendida - 4/5 dos inquiridos responderam: “Ter boas referências do serviço”. Ou seja, boa capacidade formativa das Entidades, que não existem, infelizmente, na nossa Região, só eventualmente em Vila Real.

- Acesso à formação no local pretendido - 65% dos inquiridos responderam que: “Vinhm para cá se o nível de diferenciação da Instituição fosse boa/reconhecida”. Não é fácil... Entre outras coisas, responderam: “O nível organizacional dos serviços”.

Outras questões que estão aqui em causa para os Médicos não se fixarem no Interior é efetivamente “as expectativas não diferenciação profissional ou não na progressão de carreira”.

Acho que são tudo questões falsas, porque qualquer Entidade do Interior que tivesse condições para os fixar, e isto faço uma vez mais o desafio, não se consegue neste momento fixar internos, não há capacidade formativa, não há idoneidade para o fazer, mas certamente que o Interior, não só Mirandela como Vila Real e Bragança, tem capacidade para fazer com que os concursos de acesso às várias categorias possa não ficar deserto. Isto passa por ações de Marketing junto de congressos, das Faculdades de Medicina, porque não? Isto é, vender o nosso produto, pois o nosso produto é a Região, onde se vive com qualidade, aliás, os indicadores falam sobre isso. Pena que Mirandela esteja um pouco para a margem, em relação a Bragança, mas se conseguirmos fazer com que haja a fixação, não são precisos muitos, pode ser só preciso fazer um diagnóstico para saber quais são as áreas mais carenciadas de que a Região precisa, para que vindo esses especialistas possam criar capacidade formativa para que os novos internos se possam fixar.

Só assim se justifica, de alguma forma, o que acontece, por exemplo, nos Hospitais dos Açores, Ponta Delgada e Agra do Heroísmo, que em termos populacionais não são muito mais do que no nosso Distrito, estamos a falar entre 100 a 150 mil pessoas. Eles conseguem fixar e formar alunos, pois há Faculdades de Medicina, por exemplo em Ponta Delgada que já faz os três primeiros anos em parceria com a Universidade de Coimbra, mas não queria ir tão longe, porque se o relatório da OCDE dizia que a principal razão ou a principal medida para fixar Médicos no Interior era descentralizar as Escolas Médicas, isso já foi feito. Não tanto no Interior, à exceção da Covilhã, fez-se também em Braga, eu não ia tão longe.

Só queria que junto da Comunidade Intermunicipal este problema fosse colocado, porque nos próximos anos cerca de mil e trezentos Médicos vão saindo do sistema, vão aposentar-se e vai-se tornar cada vez mais difícil a colocação destes profissionais, que nós bem precisamos.

Não se esqueçam do seguinte:

O diagnóstico está feito, falta o mais fácil, promover e definir as medidas porque o mais difícil, penso eu, é não fazer nada. Boas Festas a todos.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Carlos Clemente*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *Pedo Beato*.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:** Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente, Vereadores, restante Público. Boa noite.

Eu tenho uma forma muito própria de ver as coisas e é exatamente isso que vou tentar comunicar, o mais depressa possível.

A primeira coisa e a razão pela qual não fiz esta intervenção no ponto anterior é que hoje falou-se muito em estradas, vias de acesso e esse tipo de coisas, que era o meu primeiro ponto.

Eu vivo numa rua que quem chega a Mirandela depois do Espinheiral, vira à direita, é um caminho de terra cada vez com mais lixo, chama-se Rua Vale da Cerdeira. Toda a gente que vive nessa rua vive triste pelas condições da rua seja em que estação do ano for. Todos os dias peço desculpa à minha mulher quando tenho que ir com ela por essa rua tomar café, aos saltos por ali fora.

Este foi o ponto que fez com que eu não fizesse esta intervenção no momento anterior, porque falou-se de Cultura que é um aspeto que me é particularmente querido.

Quero-vos dizer que há várias considerações interessantes, por exemplo, falou-se aqui em Pão e Arte. É curioso.

Quando se fala nestes temas, na caneta, no pão, na arte e na enxada, lembro-me logo do Brasão de Carvalhais, porque este Brasão tem exatamente uma pena cruzada com uma enxada, o que significa que uma página escrita é terra semeada. Isto é muito importante.

Outra coisa que eu gostava de dizer, para vos desejar as Boas Festas, é que quando nós falamos em Cultura e nós falamos aqui em vários aspetos quer relacionados com Casas de Cultura, inclusivamente o Turismo, as candidaturas que podemos fazer no campo da Arte, as academias locais como Museu, Centros Culturais de Excelência como aquele que falamos de Serralves, quero-vos dizer que eu conheço as oficinas de trabalho de Serralves, na qual está a trabalhar uma Senhora que foi minha aluna e conheço a qualidade de trabalho. É uma qualidade de trabalho de excelência para com as camadas jovens.

Eu tenho sobre este ponto uma ideia muito própria e acarinho esta iniciativa.

Por último, queria dizer-vos o seguinte para vos desejar felicidades e Bom Ano:

Quando nós falamos de Arte, ela não é só neste conselhos que eu estive a falar, há uma Arte que eu gosto imenso e que está relacionada com as pessoas de Mirandela, com a sua maneira de falar, com a sua maneira de vestir, com a sua maneira de dar as boas horas, que é Arte que me encanta em Mirandela.

Devo dizer-vos que estas Instituições e estes conceitos como o IPB e Serralves são fundamentais, mas há pontos que nos dizem respeito a nós e aos Mirandelenses, nos quais eu quero estar incluído com a minha sensibilidade. Há aspetos extremamente interessantes, por exemplo, se eu falar em lendas, em imagens, no sentido das nossas micro palavras vou relacionar isto com classe. Isto é um estudo fantástico que temos de ser nós a fazer, na pesquisa destes elementos que enumerei e isso é extraordinariamente agradável.

É para mim, neste momento, um dos momentos mais entusiasmantes na minha vida. Para além de estar nas aldeias e gostar imenso de lá ir, é este aspeto da procura das lendas, das imagens e do sentido das palavras.

Vou acabar dando-vos as Boas Festas com um momento que eu encontrei no Cobro há relativamente pouco tempo, na Rua de Santa Bárbara.

É engraçado que é uma rua que tem imensas casas em ruína, mas com prumos fantásticos ainda que se vêm ali.

Quando vi uma pequenina a andar de bicicleta naquela rua achei muita piada, porque é um contraste muito curioso. Uma menina única, duas casas que tinham pessoas, numa terra que em 1758 tinha 215 pessoas. Aquela menina chamava-se Débora e “Débora” é uma palavra que tem uma raiz semita que significa “abelha”. Nem de propósito, porque abelha significa “a qualidade do trabalho, o esforço e a parceria desse trabalho”.

Este é o meu voto de Boas Festas, para vocês todos, para o próximo Ano.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Pedo Beato*. Passo a palavra ao Senhor Deputado *António Figueiredo*.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Há pouco o Senhor Presidente disse-me que tinha tempo no ponto “Outros Assuntos de Interesse para o Município” e é isso que eu vou falar.

Portanto, é uma situação, já que me deu essa oportunidade de falar, eu vou falar.

Boa noite Senhor Presidente, já vamos muito no adiantado da hora. Senhora Secretária, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Público em geral.

Eu não sei se a Câmara e a Proteção Civil sabe o que são medidas preventivas. Eu acho que não sabem.

O que é uma medida preventiva, em termos de estaleiros? São as lamas em arruamentos.

Eu saio da escola, sou Professor, em 1.º lugar sou Professor e gosto de ser Professor, passo no estaleiro da SONAE ou lá o que é e está tudo cheio de lama. O que é uma vergonha autêntica para a Cidade de Mirandela. É uma vergonha, eu evito ir por ali, muita gente está a evitar ir por ali e colegas meus criticam também esse facto, porque a Câmara devia ter, em termos de Proteção Civil, a obrigação de enviar lá alguém e mandar fazer a limpeza do arruamento.

As medidas preventivas têm a ver com procedimentos de minimização deste impacto em estaleiros, evitar ocupar superfícies em terrenos superiores ao necessário, minimizar a atividade de loico, tapar e repor o pavimento, remover as lamas dos passeios e das ruas, sempre que necessário colocar estrados de modo a que os transeuntes não tenham de pisar lama e terem o próprio estaleiro o, chamado, equipamento de lavagem e saída de estaleiro.

É obrigatório por Lei. A Lei não está a ser cumprida. A Lei não está a ser cumprida.

Quer dizer, vem para aqui com debates e *feedbacks* de determinadas situações e depois, no essencial, não fiscalizam. É uma situação anormal. Anormal, aquilo que se passa ali.

É só lama, só lama. Vi isso com os meus olhos e até era para mandar uma fotografia, uma mensagem, mas de certeza que a Senhora Presidente já nem me vê lá as fotografias. Quando vê que é minha deita aquilo para o lixo, portanto, não vale a pena enviar para a Senhora Presidente da Câmara.

Acho que deviam ir lá ver e verificar isso.

Outra situação, em termos de Proteção Civil, eu não sei se o problema já está resolvido. Eu falei aqui há muito tempo, se não me engano em janeiro ou fevereiro deste ano que estamos a findar, em relação ao arquivo se ainda funciona na cave dos Magistrados. Funciona ou não funciona Senhora Presidente? Responde no fim?

Pronto, olhe, se funciona, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara e Senhores Vereadores e Público em geral, tendo em conta o Decreto-Lei n.º 224/2005, de 09 de outubro e Portaria n.º 1352/2008, de 29 de dezembro, que é uma ilegalidade pelo Estatuto dos Eleitos Locais do Decreto-Lei n.º 29/87, de 30 de junho, quero aqui manifestar, nesta Assembleia, e invocar o Regulamento, artigo 46º, que como Deputado Municipal não me identifico com o Arquivo Municipal da Câmara, nem com o Regulamento que a Senhora Presidente assinou. Portanto, não assumo qualquer responsabilidade que haja naquele edifício em relação às pessoas que lá estão.

Aquilo é uma irresponsabilidade tremenda e veio-se aqui falar em Proteção Civil.

Estive aqui ontem com a minha mulher a ver o meu “filhote” que é a coisa mais importante que eu tenho nesta vida, que é aquele garoto, vim aqui vê-lo tocar e vi aqui o Senhor Vereador *José Cunha* a falar em Proteção Civil. Eu rio-me...

Falou em Proteção Civil para o público, para quê? Para ter mais uns “votecos”, no final destes três anos.

Na realidade as situações continuam na mesma, nada mudou, só mudaram as pessoas, mais nada. Do resto continua tudo igual.

Desejo a todos um Santo Natal e um Próspero Ano Novo, do melhor que tiverem, para todos.

Isto é para todos, do fundo do meu coração.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *António Figueiredo*. Para concluirmos este ciclo de intervenções, falta ainda o Senhor Deputado *Paulo Pontes*.

----- **O Senhor Presidente da União das Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes (PSD) disse:** Boa noite pela última vez.

Vou abordar três pequenos assuntos.

O primeiro é que a minha discussão com o Senhor Engenheiro foi sanada e entretanto ele trouxe aqui mais um segundo ponto referente ao Franco e eu, como Presidente de Junta, tenho por obrigação, e imponho isso a mim próprio, de estar ao corrente de todos os assuntos da Freguesia.

Incentivo alguém que venha aqui, que foi o caso dele agora o que eu louvo, falar de assuntos sobre Franco e sobre Vila Boa. Levantou aqui um problema, mas também ficarei chateado se por acaso o assunto que cá vier, não tiver conhecimento dele. Isso revela que é falta de dedicação da minha parte ou o assunto não me surgiu na altura.

Ele veio aqui falar por causa dos camiões que estacionam no Largo da Feira e só estou a abordar isto para dizer que o Executivo, e é um assunto que tenho andado a tratar com o Executivo, que tem conhecimento desta situação desde sempre.

É uma situação muito complicada, porque se eu ando a defender que as aldeias estão a perder movimento, estão a perder, estão a perder vida, por outro lado, não me sinto bem a proibir os camiões de estacionar. Mas mais, eu já fui várias vezes à Brigada e à PSP e não há ninguém que possa proibir os camiões de estacionar no largo, se não houver nada em contrário, porque é um espaço público. Que nos dão muitíssimo prejuízo é verdade, mas isso está a ser equacionado com o Município, portanto há de ser encontrada uma solução, inclusivamente nós, Junta de Freguesia, já vamos encontrado algumas soluções e havemos de continuar com essas mesmas.

Depois, há um outro assunto, desculpem-me a ignorância total neste assunto, que é o seguinte:

A EDP dá incentivos aos particulares para mudarem as lâmpadas de halogénio por lâmpadas LED.

A energia pública, tanto quanto sei do Município, é a Câmara Municipal que a paga, certo?!

Não sei se o processo é assim tão complicado, porque é que cada vez que é substituída uma lâmpada nas Freguesias, eu estou a falar nas Freguesias, não é substituída por uma LED? Interessa à Câmara, interessa à EDP pelos vistos, porque a EDP dá incentivos para que assim aconteça, pelo menos nos particulares, porque é que este processo não sei se exige, mudança de outras estruturas? É uma questão que eu não sei. Eu só me questiono a mim próprio, se a EDP dá incentivos porque é que ela própria não põe em prática esses incentivos? E se é a Câmara Municipal que paga a energia porque é que também não exige à

EDP que ponha em prática isso? Um outro assunto que é e isto para acabar, que é posso estar errado mas acho que não estou, que é a iluminação dos nós da autoestrada, ou a falta de iluminação na autoestrada, e eu estou a falar dos nós, estou a falar a no plural, mas falo em particular, é evidente, tenho que falar, do nó do Franco, que toda a gente conhece, com toda a certeza, o nó do Franco passa no meio da aldeia, no meio da aldeia, há casas, não quero estar agora a precisar mas tenho para aí 50 casas de um lado da autoestrada, portanto, os atis dois bairros, e é inconcebível estar não sei há quanto tempo o nó co falta de iluminação. As pessoas passam ali de noite, têm que atravessar a ponte, a pé ou de carro, seja o próprio gado ou não sei quê e que pode acontecer como aconteceu antes da autoestrada, podem lá acontecer acidentes mortais. Portanto, eu não sei de quem é a responsabilidade disso. Eu também sei que Vila Real, só se eu agora também estou errado, houve esse problema, mas acho que esse problema já está resolvido. Porquê? O Senhor Presidente da Câmara e aqui são os dois PS, portanto não há incompatibilidades mas o Presidente da Câmara veio para a Comunicação Social e pôs umas trajas na autoestrada e noutros sítios e o que é certo, é que, não tenho bem a certeza, mas penso que sim, os nós já estão iluminados. Portanto, há que iluminar os nós pelo menos do concelho de Mirandela.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Muito obrigada Senhor Deputado *Paulo Pontes*. Estão concluídas todas as intervenções passo a palavra à Senhora Presidente da Câmara.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Bem, dado o adiantado da hora, vou responder sucintamente àquilo que foi questionado.

Relativamente à Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, de facto, foi muito importante esta iniciativa, o acolhimento, a importância e a prioridade da Educação e forma de fixar os nossos jovens nas nossas regiões e de que forma é que esta colaboração pode ter resultados.

Relativamente à Senhora Deputada *Luísa Deimãos*, que falou na Carta Educativa, no Conselho Municipal de Educação, estamos otimistas relativamente a esta revisão da Carta Educativa, porque não é revista desde 2008 e, portanto, aceitamos o desafio e vamos trabalhar em conjunto.

Relativamente ao Senhor Deputado *Agostinho Beça*, foi realmente um comentário e, portanto julgo eu, não vou fazer qualquer tipo de abordagem.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta *André Geraldo*, dizer-lhe que estas situações ficam registadas. Sabemos a dificuldade do trajeto de Mirandela - Trindade e temos prevista uma intervenção.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Clemente*, de facto, esta é uma situação preocupante. A forma de como os médicos poderiam vir para o interior, podíamos fixar, esta sensibilização nas Faculdades é uma questão prioritária e julgo que deve ser até apresentada ao próprio Secretário de Estado da Coesão Territorial e, portanto, vamos fazer esse contacto e esse envio. Daremos conta depois deste envio.

Relativamente ao Senhor Deputado *Pedro Beato*, de facto, tudo aquilo que falou diz respeito à Cultura, à Arte, àquilo que nos liga, à valorização do próprio Património. Relativamente à Rua Vale de Cerdeira, de facto, é problemática aquela Rua, julgo que é uma obra prioritária, vamos tentar encontrar uma solução para aquela zona da nossa Cidade, em conjunto, também com a Junta de Freguesia. Já houve a colocação de uns postes de iluminação nessas zonas prioritárias e vamos tentar encontrar soluções pelo menos de forma que não sejam tão lesivas para os moradores.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, dizer-lhe que relativamente ao estaleiro da SONAE, de facto, a saída de camiões sem trazido alguns resíduos, são os impactes que as obras de construção na vida e nas rotinas das pessoas, ma esta questão vai ser levantada em reunião com os promotores, com os construtores para que possam arranjar essa solução. De facto, a nível de Proteção Civil aquilo que temos feito, temos essa preocupação, mas também dizer-lhe que desde de 2008 existem medidas que são as medidas de autoproteção que são obrigatórias em edifícios Públicos e nunca foi cumprido! DE facto esta questão que foi levantada aqui no Auditório, também, nas Piscinas Municipais, onde temos população idosa e também crianças leva-nos a implementar mediadas de autoproteção que estamos a assegurar com a própria Proteção Civil e com o apoio da Autoridade Nacional de Proteção Civil, designadamente com o CDOS de Bragança. Temos um plano que apresentamos, também aos Auditores que vieram cá. É lamentável que desde 2008 não tenham sido implementadas estas medidas em nenhum edifício Municipal! Não vamos conseguir fazer tudo ao mesmo tempo, mas estamos a implementar regras de evacuação, já temos alguma sinalética, vamos ter também simulacros. A prioridade é Auditório, Piscinas e Escolas e temos um plano para executar ao longo do próximo ano, estamos já a implementar algumas medidas que o Senhor Vereador *José Cunha* ontem explicou às pessoas porque nós temos que ter acessos facilitados na evacuação das pessoas e, portanto, é impossível ter o Auditório tão cheio sem essas medidas de Proteção. Por isso, dizer-lhe que nunca ouvi nas suas intervenções estas preocupações mas julgo que sabe e conhece esta legislação desde 2008. Relativamente ao Arquivo, o Arquivo é um problema, aquilo que lhe posso dizer é o que tem sido feito, é que os colaboradores do Município trabalhem no piso superior ao Arquivo. O Arquivo está lá há alguns anos e o que está a ser feito é uma rede informática para que possam vir para o piso de cima trabalhar e depois a consulta poder ser feita em cima. É óbvio que tem que vir cá em baixo buscar a documentação mas a consulta, o trabalho do dia-a-dia ser feito no piso superior do edifício.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pontes*, quanto à questão dos camiões julgo que está a haver algumas soluções. Relativamente aos incentivos da EDP dizer-lhe que para haver alteração de halogénio par LED tem que haver alteração na armadura, temos neste momento um protocolo com a EDP eles já estão a tirar algumas lâmpadas substituindo por LED na zona norte e relativamente à Comunidade Intermunicipal também temos eficiência energética na iluminação Pública e vamos conseguir que a nível do concelho seja tudo transformado em LED o que garante também e tem um impacte orçamental positivo na poupança energética que vamos conseguir já de imediato. Esta foi uma questão que nós alteramos no pacto, porque aquilo que tinha sido colocado no pacto era eficiência energética em edifícios e nós transformamos para iluminação Pública porque o custo da iluminação Pública é muito superior e a poupança que se pode ter é muito grande com impacte significativo. Relativamente aos nós, esta é uma questão que tem sido discutida na Comunidade Intermunicipal. Já foi feita uma comunicação com a Infraestruturas de Portugal (IP), com o concessionário, para sabermos, de facto, o que é que se passa com a iluminação. A IP diz que é responsabilidade do concessionário e o concessionário diz que é responsabilidade da IP. O Senhor Vereador *José Cunha*, já enviou um *email* para os dois para acertarem as coisas e de uma vez por todas fazerem e garantirem essa iluminação. É um problema que está ao longo de toda a A4, julgo que, em Vila Real existe em alguns pontos, ainda, esse

problema e, portanto tem que ser uma ação consertada até porque a CIM-TT vai tomar uma posição conjunta e nós não queríamos estar a criar aqui desigualdades a nível do território. De qualquer forma estes contactos já foram feitos e estamos a aguardar que resolvam este problema que é prioritário. A nível da iluminação da ponte do Franco a iluminação é Pública não tem a ver com a iluminação da A4.

Para acabar e para concluir já não tenho mais a palavra. Desejar a todos Boas Festas.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Por último o ponto seis que é o segundo período de intervenção do Público, não sei se alguém do Público se quer inscrever para intervir?

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6. Público - 2.º Período de Intervenção.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Torres Belchior disse:** Não há inscrições para intervir.

Desejo Festas a todos, um Santo Natal e Feliz Ano Novo.

Passo a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia que vai fechar então a reunião e à Senhora Presidente da Câmara.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:** Muito rapidamente desejar a todos Boas Festas e que o ano de 2019 traga bons desafios, bons debates e que corra tudo bem.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:** Eu vou ser breve, de facto, é apenas o fecho de mais uma Sessão, mas eu tenho de fazer aqui uma ou duas referências. Uma é felicitar a Senhora Presidente da Câmara e todo o Executivo, não é no sentido “bajulador”, de maneira alguma, mas tão só no sentido real daquilo que se tem constatado pelo facto de decorrido um ano de mandato, ter sabido manter a confiança desta Assembleia...ter conseguido manter a confiança desta Assembleia em momentos cruciais como hoje com o Plano Orçamental para o próximo ano e outros, todos eles aprovados.

Mas felicita-la essencialmente porque o conseguiu num plenário onde não tem uma maioria partidária. Com maiorias é fácil conseguir a anuência dos plenários... Mas também é verdade que com maiorias, o resultado não é sinónimo de bom trabalho. Sinónimo de bom trabalho é quando não há uma maioria expressa e se conseguem fazer passar as propostas. Vezes há em que não havendo maiorias, existe uma bancada fiel e meia dúzia de Deputados da oposição controlados..., mas também não é o caso, pois aquilo que aqui se tem verificado durante o último ano, é que temos um plenário salpicado de opiniões diversas, que por vezes aprovam, outras vezes rejeitam, mas segundo uma consciência e vontade livres. Isto é louvável e temos que o salientar.

Também de salientar o espírito consensual das oposições.

Espero, Senhora Presidente e Executivo, que continuem a merecer, de facto, a confiança deste plenário. Espero e sei, que será do agrado de todos, que até ao fim do mandato saibam contornar as nossas divergências e ir de encontro às aspirações desta Assembleia, contribuindo todos para um Concelho melhor. É essa naturalmente a nossa expectativa.

E para terminar, quero informar de que a Comissão Permanente determinou, depois de vários estudos, um modelo de cartão para os Membros da Assembleia. Um cartão como este que vos mostro e que vai ser um documento de identificação para cada um de nós, como membros desta Assembleia. Estamos em condições de mandar emitir os cartões para todos os membros, bastando cada um de vós envie por *email* para os serviços de apoio à Assembleia, uma fotografia digitalizada e o nome.

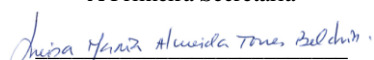
E mesmo para terminar, quero desejar a todos os deputados Municipais e Executivo, e tal como antes dizia o Deputado António Figueiredo, do coração, passando por cima de todas as nossas querelas da atividade política, um Bom Natal e um Próspero Ano Novo.

----- A Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 21 de dezembro foi encerrada, eram 21 horas e 45 minutos.


O Presidente da Assembleia Municipal

  
Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária

  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário

  
José António Costa Ferreira